



**VER O PRESENTE, REVELAR O PASSADO  
E PENSAR O FUTURO:  
A evolução urbana do Bairro Belém Novo em Porto  
Alegre -RS**

**Clarissa Maroneze Garcia**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE ARQUITETURA  
DEPARTAMENTO DE URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

**CLARISSA MARONEZE GARCIA**

**VER O PRESENTE, REVELAR O PASSADO E PENSAR O FUTURO:  
A evolução urbana do Bairro Belém Novo em Porto Alegre - RS**

Porto Alegre  
2017

**CLARISSA MARONEZE GARCIA**

**VER O PRESENTE, REVELAR O PASSADO E PENSAR O FUTURO:  
A evolução urbana do Bairro Belém Novo em Porto Alegre – RS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.  
Área de concentração: Cidade, Cultura e Política.

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Celia Ferraz de Souza

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Garcia, Clarissa Maroneze

Ver o presente, revelar o passado e pensar o futuro: A evolução urbana do Bairro Belém Novo em Porto Alegre - RS / Clarissa Maroneze Garcia. -- 2017.

205 f.

Orientadora: Celia Ferraz de Souza.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Bairro Belém Novo. 2. Evolução Urbana. 3. Expansão urbana. 4. Crescimento urbano. 5. Porto Alegre. I. Ferraz de Souza, Celia, orient. II. Título.



CLARISSA MARONEZE GARCIA

**VER O PRESENTE, REVELAR O PASSADO E PENSAR O FUTURO:  
A evolução urbana do Bairro Belém Novo em Porto Alegre - RS**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Orientadora: \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Celia Ferraz de Souza, UFRGS

Doutora pela USP – São Paulo, Brasil

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Dr. Andre Huyer, Ministério Público do Rio Grande do Sul  
Doutor pela UFRGS – Porto Alegre, Brasil.

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Inês Martina Lersch, UFRGS.  
Doutora pela UFRGS – Porto Alegre, Brasil.

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Soares de Almeida, UFRGS.  
Doutora pela USP – São Paulo, Brasil.

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. João Farias Rovati, UFRGS.  
Doutor pela Université Paris 8, Paris, França.

Coordenador do PROPUR \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Paulo Edson Belo Reis

Porto Alegre, 31 de julho de 2017.

*Dedico este trabalho ao meu pai, Elizeu Batista Garcia.*

*Pelo incentivo e apoio incondicionais.*

*Por acreditar que a educação transforma vidas.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a minha orientadora Dr<sup>a</sup>. Celia Ferraz de Souza, por transmitir com paciência e clareza seu profundo e exímio conhecimento no campo de estudo deste trabalho; e também por sua amizade, conselhos, cafés, viagens e passeios. Foi uma honra ser sua orientanda.

Ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR e seus professores, pelo acolhimento, ensinamentos e pela oportunidade de realização do trabalho.

Aos colegas de orientação Natália Steigleder, André Huyer, Augusto Alves, Daniel Tochetto e Marilei Giordani, pelas mesas de debate sobre os trabalhos, pelas indicações, pela troca de livros e materiais e pela amizade.

Aos colegas do PROPUR, pelo companheirismo, trocas e ajuda, tornando a caminhada mais leve e divertida.

Aos servidores de bibliotecas, museus, institutos, arquivos históricos e moradores do bairro que auxiliaram na busca por informações para a pesquisa.

A CAPES pela provisão da bolsa de mestrado.

Aos familiares, em especial minha mãe Rosângela Maroneze Garcia e meu irmão Felipe Maroneze Garcia, pelo incentivo e compreensão desde o começo da jornada.

Aos amigos de longa data, em especial a Priscila Giongo e a Carolina Junges, pela amizade, encorajamento e apoio antes e durante o curso.

À amiga e professora de graduação Dr<sup>a</sup>. Macklaine Miranda pelas trocas e estímulo.

À maior incentivadora para realização deste curso, minha também amiga e professora de graduação, Dr<sup>a</sup>. Taís Maria Alves.

Enfim, a todos que, de alguma forma, auxiliaram-me durante o período do Curso de Mestrado.

Muito obrigada!

## RESUMO

Este trabalho tem como tema a evolução urbana do Bairro Belém Novo, desde a formação do seu núcleo urbano, na segunda metade do século XIX, até os dias atuais e suas tendências futuras. O objeto de estudo está localizado na Região Extremo-Sul de Porto Alegre - RS, nas margens do Lago Guaíba, distante dos principais eixos de expansão urbana e industrial da Região Metropolitana de Porto Alegre. Segue para a compreensão de como ocorreu a evolução urbana do bairro dentro do processo de metropolização de sua cidade e quais serão as tendências do seu crescimento e que funções poderá assumir no futuro. O bairro é utilizado como objeto de reflexão acerca do fenômeno da urbanização, visando à percepção de como fatos sucedidos em uma cidade, na região e em outras regiões podem incidir na evolução urbana de um pequeno núcleo urbano. O objeto de estudo ainda permite entender a atuação do crescimento urbano em uma escala diferenciada, compreendendo os fatores que atuam na evolução urbana de uma cidade também na escala de um bairro. O método teórico de análise utilizado neste trabalho é o mesmo utilizado por Souza e Müller (2007) no livro "Porto Alegre e sua Evolução Urbana". Por meio da aplicação do método se objetiva buscar nos aspectos históricos os fatores socioculturais, político-institucionais, econômicos, populacionais e locacionais que induziram o crescimento do núcleo urbano do Bairro Belém Novo. A periodização do estudo da evolução urbana, possibilitada pelo método, e o inter-relacionamento dos fatores que atuaram em cada uma das fases, conduzem as possíveis tendências futuras de crescimento do núcleo urbano em questão, contribuindo com o seu planejamento urbano.

**Palavras-chave:** Bairro Belém Novo; Porto Alegre; Evolução urbana; Expansão urbana; Crescimento urbano.

## **ABSTRACT**

This work has as its theme the urban evolution of Belém Novo Neighborhood, from the formation of its urban nucleus in the second half of the nineteenth century, to the present day and its future trends. The object of study is located in the Extreme-South Region of Porto Alegre - RS, on the shores of Lake Guaíba, being distant from the main axes of industrial and urban increase in the Metropolitan Region of Porto Alegre. It is questioned how the urban evolution of the neighborhood occurred within the process of metropolization of its city and what the trends of its increase will be and what functions it may assume in the future. The neighborhood is used as an object of reflection about the phenomenon of urbanization, aiming at the perception of how events happened in a city, in the region and in other regions can affect the urban evolution of a small urban nucleus. The object of study still allows us to understand the performance of urban increase in a differentiated scale, including the factors that act in the urban evolution of a city also in the scale of a neighborhood. The theoretical method of analysis used in this work is the same one used by Souza and Müller (2007) in the book "Porto Alegre e sua evolução urbana". Through the application of the method, the objective is to seek in the historical aspects the sociocultural, political-institutional, economic, population and locational factors that led to the increase of the urban nucleus of Belém Novo Neighborhood. The periodization of the study of the urban evolution, made possible by the method, and the interrelationship of the factors that acted in each of the phases, lead the possible future trends of increase of the urban nucleus in question, contributing to its urban planning.

**Keywords:** Belém Novo Neighborhood; Porto Alegre; Urban evolution; Urban expansion; Urban increase.

## LISTA DE SIGLAS

AEIS – Área Especial de Interesse Social

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

AIC – Área de Interesse Cultural

AOI – Área de Ocupação Intensiva

AUOE – Área Urbana de Ocupação Extensiva

AUOI – Área Urbana de Ocupação Intensiva

CPH – Centro de Pesquisas Históricas

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

DEM HAB – Departamento Municipal de Habitação

DMAE – Departamento Municipal de Águas e Esgotos

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

ETA – Estação de Tratamento de Água

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

GEDURB – Gabinete de Estudos e Documentação em Urbanismo

HDB – Hemeroteca Digital Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MCSHJC – Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

PDM – Planos de Desenvolvimento Municipal

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre



SIDUSCON-RS – Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul

SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SMC – Secretaria Municipal da Cultura

SPM – Secretaria de Planejamento Municipal

Trensub – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S. A.

UTF – Unidade Territorial Funcional

UTM – Unidade Territorial Mista

UTP – Unidade Territorial de Planejamento

UTR – Unidade Territorial Residencial

UTSE - Unidade Territorial Seccionada Extensiva

UTSI – Unidade Territorial Seccionada Intensiva

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
Evolução urbana: uma revisão bibliográfica .....	6
Método de análise .....	12
Estrutura do trabalho .....	15
<b>CAPÍTULO 1: BELÉM NOVO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS</b> .....	19
1.1 A formação histórica dos núcleos urbanos brasileiros .....	20
1.2 A formação de Porto Alegre e região.....	26
1.3 Belém Velho: a primeira Freguesia de Belém .....	39
<b>CAPÍTULO 2: A FORMAÇÃO DO NÚCLEO URBANO DE BELÉM NOVO (1867-1927) – 1ª FASE</b> .....	43
2.1 Fatores Locacionais e Político-Institucionais: a transferência de local da Freguesia de Belém .....	44
2.2 Fatores Socioculturais: A Igreja Matriz como centralizadora das sociabilidades .....	54
2.3 Fatores Econômicos: Belém Novo distante da área industrial de Porto Alegre e região .....	60
2.4 Acesso e análise da estrutura urbana .....	64
2.4.1 Evolução da estrutura urbana de Belém Novo na 1ª Fase .....	69
2.5 Modelo 1ª Fase .....	70
<b>CAPÍTULO 3: O BALNEÁRIO BELÉM NOVO (1927-1973) – 2ª FASE</b> .....	72
3.1 Fatores Locacionais e Socioculturais: Belém Novo, um balneário do Guaíba .....	73
3.2.1 O surgimento dos balneários na Europa e no Brasil .....	73
3.2.2 O Balneário Belém Novo.....	76

3.2 Fatores Econômicos e Político-Institucionais: o contexto regional .....	92
3.2.1 As divisões político-administrativas de Porto Alegre e o Distrito Belém Novo .....	96
3.2.2 Uma metodologia para o planejamento urbano aplicada a Belém Novo ...	97
3.3 Análise da estrutura urbana .....	102
3.3.1 O acesso e o sistema viário do Centro da cidade até Belém Novo .....	102
3.3.2 Loteamentos balneários: o crescimento da infraestrutura urbana de Belém Novo .....	100
3.3.3 A infraestrutura regional: o acesso às praias de mar e o direcionamento da expansão urbana e industrial de Porto Alegre.....	108
3.3.4 Evolução da estrutura urbana de Belém Novo na 2ª Fase .....	113
3.4 Modelo 2ª Fase .....	116

#### **CAPÍTULO 4: A CONSOLIDAÇÃO DO BAIRRO E AS RECENTES INSERÇÕES**

<b>(1973-dias atuais) – 3ª FASE .....</b>	<b>118</b>
4.1 Fatores Locacionais, Econômicos e Político-Institucionais: Belém Novo no contexto regional e municipal .....	119
4.1.1 A distância de Belém Novo do dinamismo da região metropolitana e os seus desdobramentos .....	119
4.1.2 A questão da Zona Rural em Porto Alegre.....	124
4.2 Fatores Populacionais: das sub-habitações aos condomínios residenciais fechados .....	129
4.2.1 As ocupações irregulares nas praias de Belém Novo .....	129
4.2.2 As discussões sobre os empreendimentos imobiliários recentes no bairro .....	133
4.3 Fatores Socioculturais: Belém Novo como parte da Orla do Guaíba .....	151
4.3.1 Uma breve compreensão acerca dos estudos, propostas e projetos para a Orla do Guaíba no período .....	151
4.3.2 Belém Novo como área de interesse cultural, paisagístico e	

ambiental nos planos diretores da cidade .....	155
4.3.3 Melhorias concretizadas, propostas e projetos para Belém Novo e seus espaços públicos.....	157
4.3.4 Tradições socioculturais do passado mantidas no presente .....	161
4.4 Análise da estrutura urbana.....	163
4.4.1 Evolução da estrutura urbana de Belém Novo na 3ª Fase .....	168
4.5 Modelo 3ª Fase .....	169
<b>CONCLUSÕES: TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO PARA O BAIRRO .....</b>	<b>171</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>177</b>
<b>REFERÊNCIAS DAS FIGURAS.....</b>	<b>185</b>

# INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a evolução urbana do Bairro Belém Novo da cidade de Porto Alegre – RS, desde a formação do seu núcleo urbano, na segunda metade do século XIX, até os dias atuais, e suas tendências futuras. Desde o princípio, o núcleo urbano do bairro, que se localiza a beira do lago Guaíba<sup>1</sup> e a cerca de 24km de distância do Centro da cidade (Figuras 1 e 2).



Figura 1 – Divisão municipal do Rio Grande do Sul e a localização destacada da capital Porto Alegre. Sem escala.

Fonte: ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL, com alterações da autora.

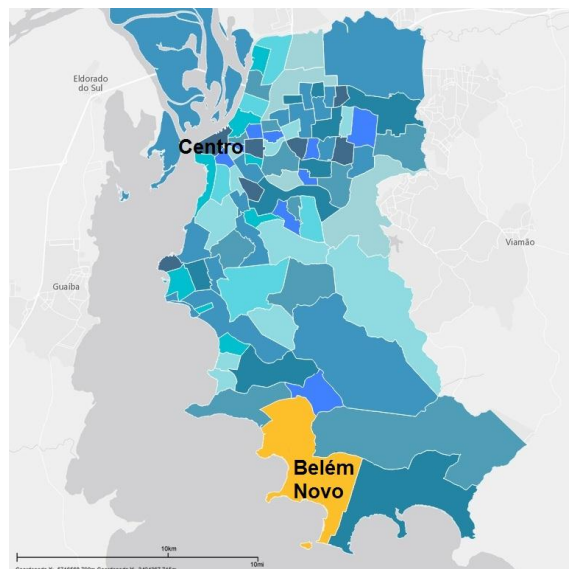


Figura 2 – Divisão dos bairros de Porto Alegre. Centro Histórico e Belém Novo em destaque. Sem escala.

Fonte: OBSERVA POA, com alterações da autora.

O bairro possui uma área de 28,49 km<sup>2</sup> e, atualmente, uma população de aproximadamente 14 mil habitantes<sup>2</sup>. Desde a sua fundação e ao longo de sua trajetória histórica, o bairro, longínquo do centro da cidade, revelou-se um espaço de vida condicionado ao lago que o banha, pois, o Guaíba garantiu, principalmente, um meio de acesso ao local nos seus primeiros anos, quando as estradas de rodagem na cidade eram extremamente precárias ou inexistentes. Além disso, o lago viabilizou atividades econômicas para os moradores e uma importante função de balneário que mais tarde entrou em decadência, mas que, até hoje, expressa fortes representações, discursivas e imagéticas, formando um imaginário social daquele período, junto a bairros da Zona Sul de Porto Alegre.

<sup>1</sup> O Guaíba banha toda a faixa oeste da cidade de Porto Alegre e é entendido neste trabalho enquanto lago, conforme definição de MENEGAT (2006).

<sup>2</sup> PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Censos.

O fato do Bairro Belém Novo estar situado na porção sul da capital determinou que o mesmo ficasse afastado do processo de expansão urbana e de crescimento de sua cidade e também da região. Desde o princípio, a expansão urbana e industrial, a partir do Centro da cidade direcionou-se para o norte, ultrapassando, inclusive, os limites da cidade e vindo a formar a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)<sup>3</sup> na década de 1970. Cabe ressaltar que expansão urbana refere-se às dinâmicas da cidade que resultam e justificam seu crescimento territorial urbano (VILLAÇA, 1998).

A trajetória histórica da RMPA demonstra que a sua estrutura urbana começou a configurar-se um século antes de sua institucionalização, com o início da construção de uma estrada de ferro na direção norte do território. De acordo com Singer (1974) ferrovia foi construída para beneficiar os municípios que estavam distantes do escoadouro Guaíba e que só tinham acesso a ele por seus afluentes. Na década de 1940, seria estruturada a BR-116 no mesmo sentido da ferrovia, consolidando o eixo. Dessa maneira, a expansão urbana da região acompanhou o seu acesso mais dinâmico (Figura 3), conforme apontam Souza e Müller (2007 [1997]). Na década de 1970, foi inaugurada a BR-290 (*Freeway*), eixo rodoviário que tem seu direcionamento para o leste da região ligando-se a BR-101 que permite igualmente acesso ao norte do país, não perpassando pela porção sul da RMPA.

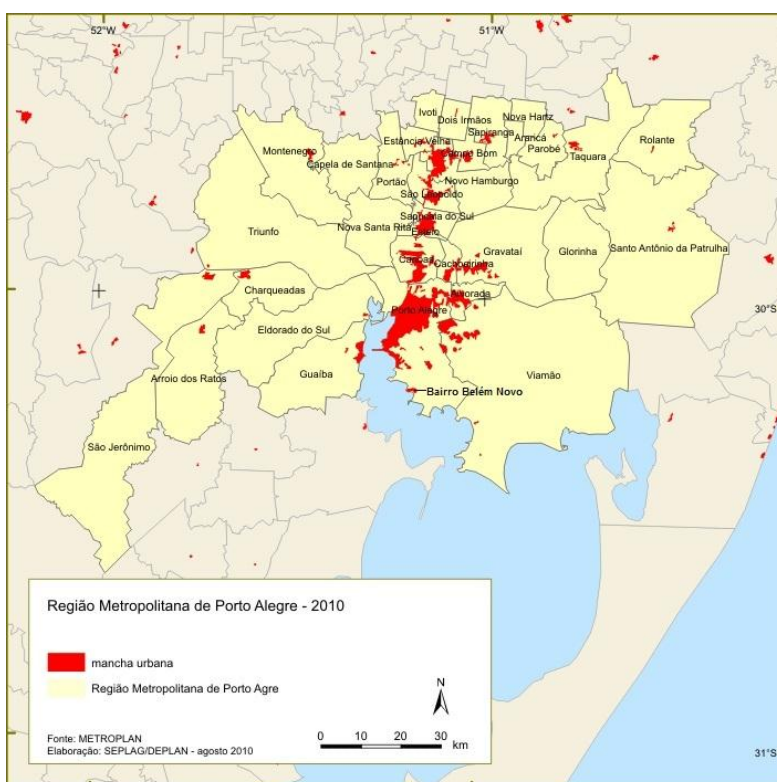


Figura 3 – RMPA em 2010 e a mancha urbana no direcionamento norte.  
Fonte: AGB URBANA.

<sup>3</sup> A RMPA foi institucionalizada em âmbito federal no ano de 1973 com 14 municípios. Desde o ano de 2013 a RMPA possui 34 municípios integrantes.



A força do direcionamento da expansão urbana da RMPA pode ser sentida também pelo município de Viamão<sup>4</sup>, que tem seu aglomerado urbano distante cerca de 25km<sup>5</sup> do núcleo urbano de Belém Novo, sendo o município mais próximo do bairro, portanto parte direta de sua região. Viamão não acompanhou o crescimento urbano e o desenvolvimento industrial na mesma medida que os municípios localizados no norte da RMPA por estar localizado a sudeste da capital, e pelo fato de não ser contíguo aos eixos mais dinâmicos da região - a BR-116 e a BR-290 (*Freeway*) (Figura 4). O núcleo urbano central de Viamão é um dos mais antigos do Estado e foi capital do Rio Grande do Sul do ano de 1763 a 1773, quando essa passou para Porto Alegre, demonstrando sua importância histórica para a formação urbana da região.

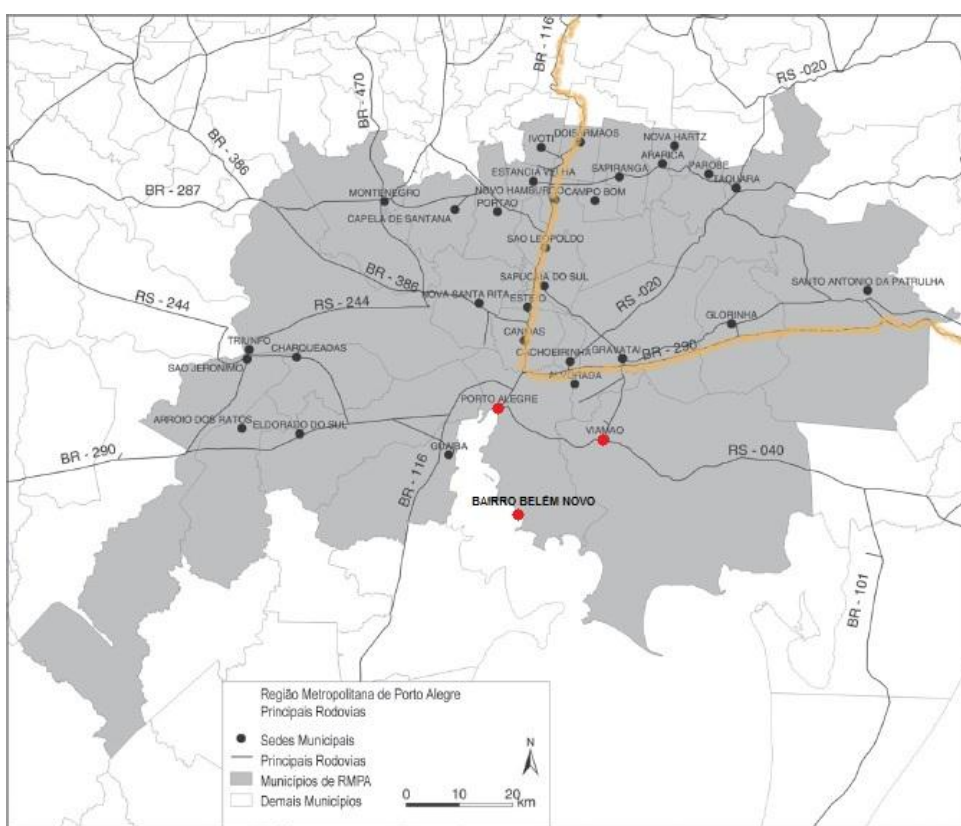


Figura 4 – Eixos de expansão urbana e industrial de Porto Alegre – BR-116 e BR-290.

Fonte: Secretaria de Coordenação e Planejamento, Metroplan, Daer, Jardim e Barcellos (2005), com alterações da autora.

A não integração do Bairro Belém Novo ao processo de crescimento urbano e industrial de Porto Alegre e da região devido à sua distância dos dois eixos/ acessos dinâmicos que se configuraram ao longo do século XIX e XX, o mantém retido e leva ao questionamento de como ocorreu a evolução urbana do seu núcleo urbano nesse processo.

<sup>4</sup> Viamão faz parte da RMPA desde a sua primeira formação. Até hoje é o maior município em extensão territorial da mesma.

<sup>5</sup> Viamão está distante cerca de 25km do Centro de Porto Alegre.

Ainda indaga-se sobre as tendências do seu crescimento para o futuro e quais funções ele poderá desenvolver dentro da cidade e região.

É necessário evidenciar que a escrita da história urbana do bairro, neste trabalho, não está empenhada em apresentar somente uma descrição do crescimento urbano e da evolução urbana, num movimento do passado para o presente, elencando as modificações físicas ocorridas no local. Há a intenção de utilizar o bairro como objeto de reflexão sobre o fenômeno da urbanização, na medida em que se examina como o processo de evolução urbana de uma cidade, de sua região e de outras regiões podem incidir na evolução urbana e no crescimento de um pequeno núcleo; sendo que, núcleo urbano, é entendido enquanto um “aglomerado urbano que apresenta um mínimo de atividades centrais, sejam religiosas, administrativas, políticas, sociais ou econômicas, ou seja, que tem vida própria, por menor que seja, organizada em torno de um centro polarizador” (VILLAÇA, 1998, p.52).

Por essas considerações, o estudo da evolução urbana do Bairro Belém Novo busca aprofundar a discussão do comportamento e do crescimento de bairros em relação direta à questão da acessibilidade e do direcionamento da expansão urbana. O objeto a ser analisado também permite realizar o acompanhamento do crescimento urbano em uma escala diferenciada, a partir da possibilidade de compreender que o processo de evolução urbana da cidade (em relação à sua região e outras regiões) se repete também na escala de um bairro (em relação à sua cidade, sua região e outras regiões), sendo que, no âmbito espacial de um bairro, é plausível avaliar melhor o comportamento das pessoas ao longo de toda a trajetória.

A análise da evolução urbana permite reconstituir o perfil do espaço urbano e as marcas no território estabelecendo uma periodização, que permite entender o contexto urbano em todas as suas fases e suas tendências futuras. O reconhecimento do percurso histórico torna-se fundamental enquanto ferramenta para o planejamento do desenvolvimento urbano, pois engloba a análise dos fatores de ordem sociocultural, populacional, econômica, político-institucional e locacional que atuam no crescimento das cidades. A tomada de decisões com embasamento também no estudo da evolução urbana, como uma forma de estudar a história da cidade e sua questão espacial, mostra a importância da multidisciplinaridade no âmbito do planejamento urbano e regional.

Baseado no que foi exposto, o objetivo geral deste trabalho se concentra em entender os fatores (socioculturais, político-institucionais, econômicos, populacionais e locais) que incidiram em cada uma das fases que configuram o processo da evolução urbana do núcleo urbano do Bairro Belém Novo.

Os objetivos específicos são:

- a) Analisar as relações e influências históricas estabelecidas entre o núcleo urbano do objeto de estudo e o processo de expansão urbana de Porto Alegre e sua região metropolitana;
- b) Entender a expressão físico-territorial do núcleo urbano do Bairro Belém Novo gerada em cada uma das fases.

Historicamente, há uma forte relação do bairro tanto com a Paróquia Nossa Senhora de Belém, enquanto equipamento central da configuração urbana do núcleo urbano, como com o lago Guaíba, que permitiu ao bairro estabelecer uma função de balneário entre as décadas de 1920 e 1970. Foram desenvolvidas no bairro atividades socioculturais, de veraneio, de fim de semana, de recreação, de lazer e a realização de festas religiosas, gerando no espaço urbano um insipiente turismo. Contudo, há algumas décadas, um somatório de problemas e mudanças retirou do bairro sua importante e destacada função, deixando em seus moradores saudosas recordações e uma lacuna no que diz respeito às suas tendências futuras de crescimento. Atualmente, o núcleo urbano ainda depende muito de regiões mais centrais da cidade para empregos, comércio e serviços e carece de reabilitação de seu espaço urbano, especialmente de sua orla.

Desse modo, considerando que ao longo de sua evolução urbana Belém Novo desenvolveu atividades de lazer, recreação, cultura, esta pesquisa levanta a hipótese de que o bairro pode retomar sua vocação histórica, tendo suas tendências de crescimento futuras ligadas ao setor do turismo.

O conceito de turismo aqui se refere não só a um deslocamento para algum lugar, mas a algo que depende da existência de investimentos públicos em infraestrutura urbana, beneficiando também os moradores, e do amparo por superestruturas jurídico-administrativas (secretarias). Dessa forma, com o planejamento dos recursos, o desenvolvimento de equipamentos e serviços ficaria a cargo da iniciativa privada (BARRETTO; BURGOS; FRENKEL, 2003; BARRETTO, 2003). Assim, são apontadas para o bairro as possibilidades de crescimento com o incremento de estabelecimentos de comércio, serviços, acomodações, feiras, eventos, entre outras, a partir da melhoria de sua infraestrutura urbana.

A hipótese levantada reforça a necessidade de uma abordagem histórica, pois conforme Souza (2015, p.48) “querer entender o presente, para se intervir na cidade, vai implicar em avaliar no passado todos os aspectos que envolvem as práticas sociais e o lugar, e compreender da história global (da cidade) à história fragmentada, a história dos lugares da cidade”.

## **Evolução urbana: uma revisão bibliográfica**

Para Randlel (1972) em “Evolución Urbanística” o estudo da evolução urbana possui inúmeros objetivos, dentre os mais importantes: o fato de proporcionar um entendimento apurado da realidade atual por meio dos acontecimentos vivenciados no passado; por explicar as mudanças ocorridas em um núcleo urbano ao longo do tempo e a possibilidade e viabilidade de novas propostas; por revelar tendências baseadas na análise evolutiva do núcleo urbano e que indicarão a provável direção pela qual ele irá seguir; por revelar inércias que podem ser a causa de interferência no crescimento ou desenvolvimento do núcleo; por indicar critérios de preservação das edificações históricas, pois nem todas as construções poderão ser mantidas no futuro; e por permitir reconhecer a instabilidade do entorno, visto que a cidade sofre contínuas transformações através das diferentes gerações o que torna necessária a adaptação para os novos tempos, fato que tende a ser cada vez mais evidenciado em razão da velocidade das mudanças ocorridas nas últimas décadas.

Diversos trabalhos foram realizados buscando entender a evolução urbana e a urbanização do país nas mais diversas escalas. Nesse sentido, destaca-se Reis Filho (1968) e seu livro “Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil”, onde estudou as formações urbanas brasileiras enquanto parte de uma estrutura dinâmica, ou seja, focou sua análise no processo de urbanização em escala nacional, buscando entender não só o centro urbano, mas a rede urbana brasileira. Através do trabalho de reconstituição histórica o autor contribuiu significativamente com o reconhecimento da evolução urbana do país.

Em seu estudo, Reis Filho (1968) destaca sobre o fato de a urbanização ser um processo social, que determinou o aparecimento das formações urbanas no Brasil. Dessa maneira, o desenvolvimento da urbanização:

[...] provoca o aparecimento e a transformação de núcleos, como consequência das interações humanas em que implica. Ocorre um processo de urbanização quando em uma sociedade existe uma divisão social do trabalho, em caráter permanente, de sorte que uma parcela ponderável da população deixa de se dedicar à produção de alimentos e passa a depender, para a sua subsistência, dos produtos do trabalho da outra parcela, aos quais tem acesso por meio de troca ou por apropriação direta (REIS FILHO, 1968, p.20).

O autor ainda contribui acerca da temática, afirmando que a urbanização é resultado da formação de uma “economia urbana”, o que acarreta em uma concentração de população em torno de atividades religiosas, educacionais, militares, entre outras, que incitam, com a formação de um mercado urbano, a instauração do processo de urbanização.

Marx (1991) em “Cidade no Brasil: Terra de Quem?” buscou reconstituir as expressões físicas do processo de urbanização brasileira, colocando a questão da terra como parte fundamental no desenho da cidade. O autor analisou a relação entre Estado e Igreja na formação dos núcleos urbanos e procurou entender a criação e as razões da criação de um ambiente urbano no Brasil. Desde suas primeiras ocupações, a presença da igreja no país configurou o nascimento de diversas povoações, principalmente em áreas litorâneas, quando era necessária a defesa do território, a ligação com a Colônia Portuguesa e quando o acesso terrestre entre os núcleos era muito difícil. Marx (1991) também analisa em seu trabalho, as formas contemporâneas de expansão de cidades: o loteamento, ou o que ele chama de patrimônio leigo, pois dispensa a capela ou igreja, centro polarizador da estrutura urbana dos colonizadores portugueses no país e detentora de poderes administrativos, políticos e socioculturais até o fim do século XIX. O loteamento, institucionalizado pela Lei de Terras de 1850<sup>6</sup>, não vingou de imediato, porém hoje redesenha o feitiço das cidades.

O autor ainda apresenta em suas considerações finais uma análise que ele chama “De cidade ao povir” destacando o processo de modernização, o adensamento e o crescimento em altura sofrido pelos centros urbanos brasileiros no século XX, os projetos de novas cidades no mesmo século (como Belo Horizonte e Goiânia), a criação de novas “urbanizações” traduzidas por empreendimentos imobiliários e, mais recentemente, o aparecimento da figura do condomínio horizontal. Seus questionamentos finais giram em torno das orientações necessárias à ocupação territorial, a rede urbana e as cidades em geral em uma relação à questão fundiária. Segundo Marx:

Há que se aprofundar o conhecimento da nossa evolução urbana e das razões subjacentes da nossa paisagem citadina. Temos de nos situar bem naquele trajeto e nesta moldura para alterá-los, se assim quisermos. Nem alheios, nem inebriados pelas ideias que se levantem e discutam, temos de formular as nossas, para nos inserirmos melhor no mundo de hoje. O processo de urbanização a que assistimos não é e nunca foi independente do mundial; tornou-se agora um dos mais vertiginosos do planeta. Há que conduzir, conceber e dignificar a vida e o ambiente em nosso povoado tranquilo, em nossa cidade média, em nossas conturbações, sem dúvida, das maiores existentes (MARX, 1991, p.135-136).

Em seu estudo Marx (1991) visa provocar o estudo da evolução dos diversos núcleos urbanos do país, buscando entender suas origens, o crescimento e as alterações ocorridas ao longo do tempo, lembrando novamente que, na maioria deles, o surgimento tem relações diretas entre o Estado e a Igreja. Esses estudos visam entender a expressão física-territorial

---

<sup>6</sup> Lei efetivada durante o Brasil Império, as terras devolutas passavam a ser adquiridas somente por meio da compra.

do presente, almejando orientações plausíveis para o futuro e para o fortalecimento desses núcleos.

Focando no Estado do Rio Grande do Sul, diversos estudos sobre a evolução urbana de cidades gaúchas já foram realizados. A evolução urbana da capital Porto Alegre foi analisada em um importante estudo, realizado por Souza e Müller (2007[1997]) através da aplicação de uma metodologia que propõe por meio de uma periodização, a análise do processo histórico pelo qual a capital atravessou inter-relacionando-a com sua região e outras regiões. A periodização proposta respeitou os critérios de análise relacionados a perda ou ganho de funções do núcleo urbano e também aos decréscimos ou acréscimos de sua população, conforme o pressuposto de Müller (1974). A busca dos aspectos históricos levou ao entendimento dos fatores fundamentais - políticos, econômicos, socioculturais, locais e populacionais - que induziram o seu crescimento, desde as primeiras ocupações do território, chegando, em última análise, ao processo já consolidado de metropolização e nas tendências para o futuro da cidade. Este estudo tinha como propósito servir como base para a definição de diretrizes que seriam assumidas na elaboração do 1º PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) no ano de 1979. As autoras destacam que “o estabelecimento de tendências do desenvolvimento urbano é importante porque sempre corresponde a uma orientação no processo do planejamento” (SOUZA e MÜLLER, 2007[1997], p.12). O estudo da evolução urbana de Porto Alegre foi dividido em cinco fases sendo a primeira fase, de 1680 a 1772, ocupação do território e formação do núcleo; segunda fase, de 1772 a 1820, o trigo na região; terceira fase, de 1820 a 1890, imigração; quarta fase, de 1890 a 1945, industrialização e quinta fase, de 1945 até 2007, metropolização.

Souza (2008) também realizou o estudo da evolução urbana de Viamão em “A evolução urbana de Viamão: de capela à cidade”, como parte de um livro elaborado por trabalhos de diversos autores sobre a memória e história do município. No seu artigo a autora abordou os antecedentes históricos e a ocupação de Viamão (1680-1763), seu papel como primeira capital do Estado durante 10 anos e os anos posteriores a esse fato quando tornou-se a Vila Setembrina (1763-1845), a passagem da categoria de vila para cidade (1845-1945) e as discussões atuais e suas tendências de crescimento para o futuro que estariam, sobretudo, ligadas ao turismo e lazer.

Outros autores também realizaram estudos de evolução urbana de cidades gaúchas. Schneider (2005) em “Rio Pardo: Evolução Urbana e Patrimônio Arquitetônico- Urbanístico” buscou ressaltar a importância da preservação do patrimônio cultural da cidade. O núcleo urbano de Rio Pardo foi formado pelos imigrantes açorianos às margens do Rio Jacuí entre



o final do século XVIII e início do século XIX e foi um dos primeiros municípios do Estado. A cidade passou por um período de estagnação econômica (1865-1945) que afetou seu desenvolvimento e seu crescimento urbano. Em parte, a estagnação foi causada pela ausência de indústrias em meio ao processo de industrialização o qual o Estado cruzava e pela perda de importância do transporte fluvial pelo Rio Jacuí, com a construção da ferrovia e de suas funções portuárias.

Wink (2000), em sua Dissertação de Mestrado intitulada “Santa Cruz do Sul e sua Evolução Urbana (1855-2000)” também realizou estudos nesse sentido. O núcleo urbano surgiu em meados do século XIX e foi conformado por imigrantes alemães e migrantes vindos de São Leopoldo. Além disso, no processo de colonização do Rio Grande do Sul, também utilizava o Rio Jacuí como principal meio de transporte de suas importações e exportações. Enquanto Rio Pardo passava por uma fase de estagnação<sup>7</sup>, Santa Cruz do Sul alcançava um progresso econômico em razão da consolidação da produção do fumo (entre 1878-1917) o que gerou sua integração com grandes mercados consumidores da época e seu crescimento em estrutura urbana. A cidade também experimentaria um período de industrialização (1917-1965) assumindo de vez sua função industrial com a fundação, principalmente, de diversas empresas do ramo fumageiro. A partir de 1965 tornou-se um polo regional – a capital do fumo – crescendo em população e expandindo sua estrutura urbana.

Os trabalhos de Souza e Müller (2007[1997]), Souza (2008), Schneider (2005), Wink (2000), entre outros, tem como centro de estudo uma cidade, utilizando suas inter-relações com a região e outras regiões para o entendimento da evolução urbana. No caso deste trabalho, um bairro é tomado como centro da análise, assim o mesmo será vinculado com os desdobramentos de sua cidade, de sua região e de outras regiões.

Estudos de bairros geralmente são focados no centro histórico, pois na maioria dos casos, esses locais possuem um valor intrínseco para a sociedade por ser o *locus* da formação urbana de uma cidade. No livro “O Centro da Cidade de Salvador”, Santos (2008 [1958]), estuda a evolução urbana do centro da capital da Bahia, visto que ele reflete o sentido e o ritmo da evolução histórica da região e da cidade, possui um sítio<sup>8</sup> de ocupação peculiar e, por fim, estabelece um embate entre a vida urbana do passado (de resistência) e as do dinamismo atual, ou seja, de transformação ou modernização. Para o autor, são esses elementos que merecem ser estudados, pois a luta entre essas duas forças terá como

---

<sup>7</sup> Wink (2000) analisou Rio Pardo enquanto parte da região de Santa Cruz do Sul.

<sup>8</sup> No caso de Salvador, o sítio onde se instala o núcleo urbano histórico possui um papel relevante, bem como em outros núcleos coloniais portugueses onde ocorre a diferenciação entre Cidade Baixa (porto) e Cidade Alta (onde vive a elite e onde encontra-se o comércio) (SANTOS, 1998 [1968]).

resultado a criação de uma nova paisagem, uma transformação ou a adaptação de uma antiga paisagem.

Na análise da evolução urbana, Santos (2008 [1958]) enfatiza que cada um dos períodos históricos corresponde às etapas do crescimento de um núcleo urbano, além disso, as funções ou atividades desenvolvidas nele são as principais responsáveis pela configuração urbana. No caso da cidade de Salvador, o autor aponta que até 1940, quando a economia nacional voltava-se para o sul do país, ocorreu uma quase total estagnação no crescimento da capital baiana ocasionando uma degradação do seu centro e de seu patrimônio arquitetônico, como igrejas, palacetes e casarões. Após aquela década, quando a cidade voltou a crescer em razão de um novo dinamismo, novos edifícios para novas funções foram construídos e foram substituindo parte do velho casario colonial, modificando a fisionomia do centro da cidade.

Fridman (2007) também realizou um estudo pontual sobre um bairro em seu livro “Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro”. Neste trabalho, a autora remonta a história de um bairro composto pela comunidade judaica que existiu nas proximidades da Praça Onze, do final do século XIX até meados da década de 1940, por meio de sua paisagem, relações sociais, econômicas e políticas. Foram utilizados periódicos, livros, documentos e entrevistas com a população para o entendimento daquele núcleo urbano que acabou por desaparecer. O estudo explana acerca do início da ocupação, a vida comunitária e cultural do bairro e finaliza arguindo sobre como as “cirurgias urbanas” ocorridas no Rio de Janeiro para a abertura de avenidas, “um capital imobiliário sedento por áreas de expansão” (FRIDMAN, 2007, p.101) e também a xenofobia e o forte nacionalismo levaram ao desaparecimento do bairro judeu.

Em cada período da história muitas edificações são construídas com diversas funções para atender a população e suas necessidades. Muitas delas se perderam no tempo, foram arrasadas pelo processo do desenvolvimento e da modernização, abandonadas ou destruídas por não se adequarem ou não servirem mais a uma nova fase, diluindo vestígios e identidades urbanas do passado. Em relação a isso, Randle (1972), enfatiza sobre o “ciclo biológico” pelo qual um núcleo urbano passa – nascer, crescer e em alguns casos até mesmo morrer – tendo uma trajetória marcada por períodos de apogeu e decadência que pode ser observada ao longo da história das cidades no mundo todo.

A partir disso, evidencia-se o processo das contínuas transformações que marcam a cidade, visto que ela nunca estará pronta e finalizada. Ao longo do tempo, as funções de um núcleo urbano se alteram, se mantêm, se solidificam ou deixam de existir e as construções,

estrutura ou equipamentos urbanos são referências fundamentais para a compreensão de sua evolução urbana. Segundo Celia Ferraz de Souza:

Desde os tempos mais remotos, as cidades sofrem adaptações e mudanças na sua estrutura física, seja porque em cada tempo cada sociedade apresenta suas próprias características estruturais, seja em função do seu próprio crescimento e desenvolvimento em um determinado período de sua história. Equipamentos vão sendo construídos, aumenta-se o número de moradias, abrem-se ruas, constroem-se pontes, ou ainda obras de infra-estrutura (água, esgoto, energia, etc.). Essas transformações marcam o processo da evolução urbana (SOUZA, 2008, p.107).

Nesse sentido, Razende (2016) em seu livro “Povoações abandonadas no Brasil” chama a atenção para a importância da identificação da função de núcleos urbanos para que não entrem processo de abandono ou desapareçam. No trabalho, o autor investiga oito povoações abandonadas nos últimos duzentos anos ao longo do território brasileiro. Fatalmente, a perda da atividade principal aliada à dificuldade de acesso a cada um dos povoados acarretou em um abandono completo por parte de sua população, restando, na maioria deles, apenas ruínas. Contudo, Razende (2016) destaca que as povoações poderiam ter “sobrevivido” se novas atividades econômicas tivessem sido propostas garantindo empregos à população residente. Em suas conclusões, o pesquisador assinala sobre como atividades turísticas, com base no interesse dos visitantes por suas histórias e suas ruínas, poderia estabelecer naqueles lugares uma nova função, reavivando-os.

No que tange o objeto deste trabalho, sua história já foi discutida por Cassius Cruz, Érico Fernandez e Rodrigo Gomes (2000) em “Memória dos Bairros: Belém Novo”. O estudo foi realizado pelo extinto Centro de Pesquisas Históricas (CPH) criado em 1989 e era parte da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre. O intuito era reconstituir a história dos bairros de Porto Alegre por meio do projeto “Memória dos Bairros” que utiliza a História Oral, com base em entrevistas com os moradores da comunidade, pra remontar a história de cada bairro da capital gaúcha.

Mary Vieira Pedroso (1991) também realiza um importante testemunho em relação à história do bairro no livro “Belém que eu vi”. A moradora relatou as memórias de sua infância e juventude passadas em Belém Novo entre as décadas de 1920 e 1940. Mary remonta o espaço urbano que se apresentava naqueles anos em um relato repleto de saudosismo e afeto, apresentando também ao leitor os costumes dos habitantes, as brincadeiras divididas com outras crianças e algumas personalidades que foram importantes para a constituição do lugar.

Conforme o exposto, estudos de evolução urbana e trabalhos historiográficos, realizados por meio de diferentes métodos, tornam-se ferramentas importantes para o auxílio do planejamento urbano.

## **Método de análise**

O método de análise aplicado neste trabalho está baseado em Souza e Müller (1997), no livro “Porto Alegre e sua Evolução Urbana”. O trabalho de pesquisa apresentado pelas autoras no livro foi realizado em razão da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, o 1º PDDU de Porto Alegre, entre os anos de 1977 e 1979. O objetivo do método é auxiliar na análise do inter-relacionamento dos fatores populacionais, econômicos, socioculturais, político-institucionais e locais que atuaram e atuam no crescimento de um núcleo urbano, através de uma periodização. Além disso, busca-se verificar as funções que um núcleo pode adquirir, ampliar ou perder, buscando prever tendências de crescimento para o futuro. Segundo Souza e Müller (2007 [1997]), nenhuma modificação em um núcleo urbano ocorre isoladamente, portanto, os fatos ocorridos em sua região e demais regiões em cada período de sua história são avaliados paralelamente. Segundo Souza e Müller,

A aplicação do modelo de crescimento urbano induz à divisão do período de crescimento em tantas fases quantas pareçam convenientes para uma cabal análise do processo de crescimento de determinada cidade. Para a divisão podem ser usados tanto seções características da curva representativa do crescimento demográfico, como períodos econômicos relevantes ou fatores políticos-institucionais de influência ou, ainda, fatores locais marcantes num período ou outro (SOUZA e MÜLLER, 2007 [1997], p.19).

Evidencia-se aqui que a presente pesquisa permitiu testar a flexibilidade do método e modelo teórico de análise, já que é aplicado em um bairro e não em uma cidade, ou seja, nesta adaptação o núcleo urbano do bairro é o centro do modelo teórico de análise e é correlacionado com os fatos ocorridos em Porto Alegre, na região e outras regiões (Figura 5).

## EVOLUÇÃO URBANA

Crescimento urbano:  
Processo num sistema

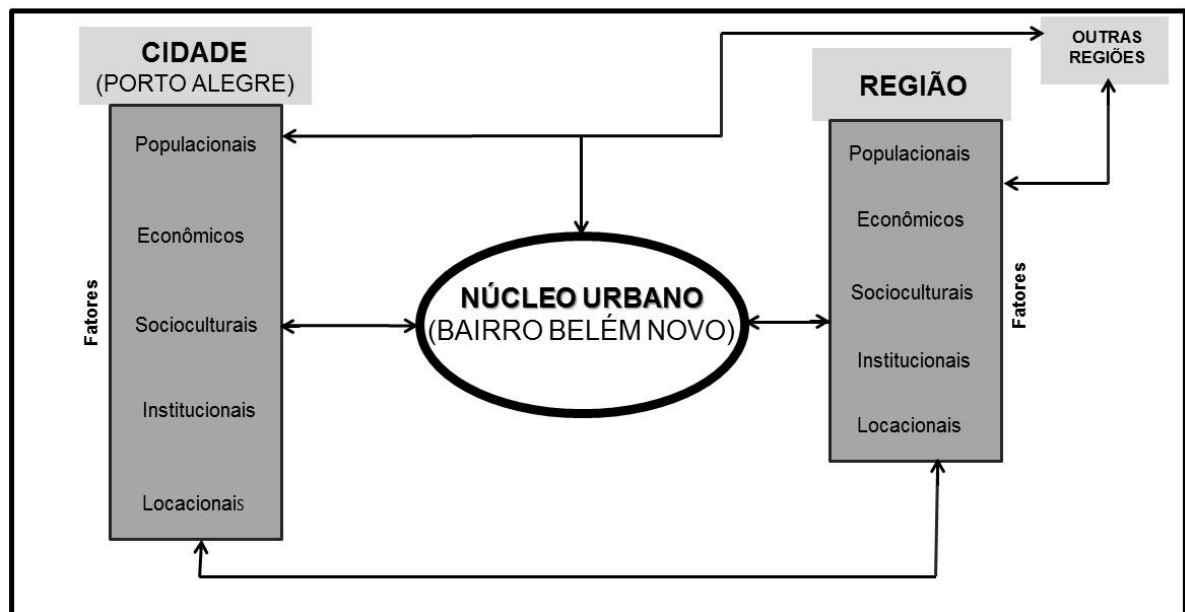


Figura 5 – Modelo teórico de análise: Evolução urbana e crescimento urbano.  
Fonte: Elaborado pela autora com base em Souza e Müller, 2007 [1997]).

Após a avaliação dos fatores, é necessário criar uma periodização, destacando as principais funções urbanas que caracterizam o núcleo, além de realizar uma análise, ao final de cada uma das fases, da estrutura urbana ou expressões físico-territoriais resultantes e uma relação dos principais equipamentos construídos. As expressões físico-territoriais, ou também chamadas estruturas urbanas, representam o conjunto das infraestruturas que configuram o espaço urbano. Alguns elementos de infraestrutura são estritamente necessários, como o esgoto cloacal, esgoto pluvial e a rede elétrica, todavia, destaca-se que “um dos componentes mais fundamentais da infraestrutura urbana é o sistema de transportes: ele assegura a coesão do espaço, a própria existência da aglomeração urbana” (DÉAK, 2001, p.199).

O que se procura evidenciar são as resultantes de um processo, portanto, mais de um fator poderá determinar a divisão das fases. Além disso, como uma forma de criar um mecanismo rápido de acesso para cada um dos fatores analisados nas diferentes fases, ao final de cada uma delas é apresentado um quadro-síntese ou modelo que correlaciona o núcleo urbano e à região, bem como a função assumida pelo bairro em cada uma de suas fases. Conforme o exemplo a seguir, o quadro-síntese será preenchido de acordo com cada uma das fases, alterando dados de população, fatores e o inter-relacionamento dos fatores (flechas) entre bairro, cidade, região e outras regiões (Figura 6).

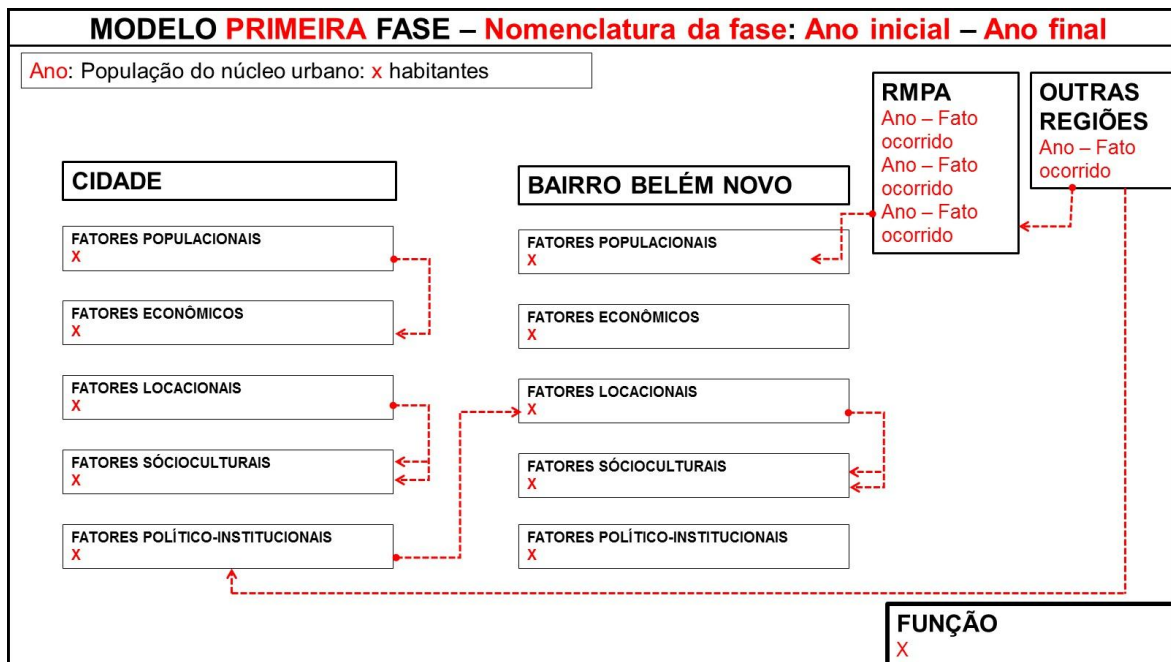


Figura 6 – Exemplo de quadro-síntese ou modelo apresentado ao final de cada uma das fases do bairro.  
Fonte: Elaborado pela autora com base em Souza e Müller (2007 [1997]).

Na aplicação do método de análise para o Bairro Belém Novo, foram propostas três fases para uma visão sistêmica de sua evolução urbana. A nomenclatura de cada uma das fases foi determinada conforme a principal função ou característica do núcleo urbano no determinado período de avaliação. Visando o entendimento da evolução urbana do bairro, o método de estudo se baseou na interpretação de fatos, projetos e informações coletados em documentos de arquivos e museus (fontes primárias), na bibliografia sobre o objeto e sobre a cidade, e também nas representações expressas em revistas e jornais.

Acerca das fontes, Luca (2015) salienta que, há algumas décadas, a veracidade dos fatos só era creditada a documentos. Os jornais “pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (LUCA, 2015, p.112). Dessa maneira, havia uma relutância em entender a história por meio da imprensa, todavia, a partir da década de 1970 o jornal passou a ser objeto de pesquisa histórica em diversos trabalhos. Seguindo esse viés, as revistas ilustradas e de variedades surgiram no país nos anos 1900 com a intenção de atingir todo tipo de público e apresentavam imagens e conteúdos diversificados, como acontecimentos sociais, momentos da vida urbana, tendências de moda, crônicas, entre outros. Luca destaca que as revistas seriam de suma importância como “fonte para a compreensão da paisagem urbana e das representações e idealizações sociais” (LUCA, 2015, p.123). Em razão da demanda da vida urbana, as publicidades e propagandas se vincularam aos jornais e revistas, tornando-se sua principal fonte de recursos.

Neste trabalho, foram utilizados como fonte os jornais *A Federação*<sup>9</sup>, *Correio do Povo*<sup>10</sup>, *A Reforma*<sup>11</sup>, *Diário de Notícias*<sup>12</sup>, *O Imparcial*<sup>13</sup> e *Z-Quatro*<sup>14</sup>, bem como a revista de variedades, *Revista do Globo*<sup>15</sup>.

Além de jornais, fontes primárias como atas e correspondências foram utilizadas para remontar a história de formação do bairro.

## **Estrutura do trabalho**

O trabalho se divide em quatro capítulos, apresentados a seguir:

### **1º Capítulo: Belém Novo: antecedentes históricos**

O capítulo inaugural do trabalho apresenta, primeiramente, de forma sintetizada, a formação dos núcleos urbanos brasileiros no país, desde as primeiras ocupações do território, abordando questões relativas ao tipo de sítio escolhido pelos colonizadores portugueses, o desenho urbano dos núcleos e a forte relação exercida pelo Estado e pela Igreja, que perdurou pelo menos até o século XIX.

---

<sup>9</sup> Este jornal circulou em Porto Alegre de 1884 até 1937. No início, era meio de divulgação do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e na década de 30 passou a órgão oficial do Partido Republicano Liberal, que substituiu o PRR. Em 1933, passou a ser utilizado como Diário Oficial do Estado. Em 1935, com o surgimento do novo Diário Oficial editado pelo governo, voltou a ser um jornal partidário. Em 1937, o jornal foi fechado, pois em ato do Estado Novo foram extintos os partidos políticos e suas publicações (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL). As edições estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>10</sup> Fundado em 1895 por Francisco Antônio Caldas Júnior. Em 1913, após seu falecimento, seu filho Breno Caldas assume o jornal. Por várias décadas tem sido um dos jornais de maior tiragem do sul do país e foi um dos pioneiros de caráter empresarial, sem vincular-se a grupos políticos. Após passar por dificuldades e falência o jornal paralisou em 1984 voltando a circular em 1986 sob nova direção (FRANCO, 1988). Exemplares disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito da Costa em Porto Alegre.

<sup>11</sup> Importante jornal político de Porto Alegre surgido em 1869 que defendia as posições do Partido Liberal. Deixou de circular em 1912. Exemplares disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito da Costa em Porto Alegre (FRANCO, 1988).

<sup>12</sup> Fundado em 1925, este jornal gaúcho funcionou até 1979. Sua trajetória é marcada pela divulgação da história política do RS e do país. Exemplares disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa em Porto Alegre e na Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>13</sup> Jornal que circulava no Bairro Belém Novo. O seu primeiro exemplar, de 1956, ainda tinha como nome “Jornalzinho de Belém Novo”. A segunda edição já possuía o nome de “O Imparcial”. Foram acessados 4 exemplares, todos de 1956 e disponíveis no site BELÉM NOVO – Uma beleza de bairro (BELÉM NOVO – Uma beleza de bairro).

<sup>14</sup> Jornal comunitário que circulava no Bairro Belém Novo na década de 1980. Foi acessada somente a primeira edição de 1983, disponível no site BELÉM NOVO – Uma beleza de bairro (BELÉM NOVO – Uma beleza de bairro).

<sup>15</sup> A Revista do Globo pertencia a Livraria do Globo de Porto Alegre e iniciou os trabalhos em 1929 com o subtítulo de “Periódico de Cultura e Vida Social”. Encerrou as atividades em 1967. Exemplares disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito da Costa e no Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho em Porto Alegre (DELFOS).

O capítulo aborda também a ocupação e constituição dos primeiros núcleos urbanos no Rio Grande do Sul, evidenciando os fatos que levaram a formação de Porto Alegre ainda no século XVIII, bem como de Viamão, surgida anteriormente a atual capital do Estado e que faz parte da região do Bairro Belém Novo. Aborda-se também os fatores que levaram a formação dos primeiros núcleos urbanos no direcionamento norte no território e que hoje, enquanto cidades, integram a RMPA. Ao final do capítulo é apresentado o início do processo de transferência de local da então Freguesia de Belém, anteriormente localizada no atual Bairro Belém Velho.

## **2º Capítulo: Fundação do núcleo urbano de Belém Novo (1867-1927) – 1ª FASE**

Neste capítulo é apresentada a primeira fase da evolução urbana do Bairro Belém Novo, quando ocorre a mudança da sede da Freguesia de Belém e a construção do novo núcleo urbano às margens do Lago Guaíba. Para a concretização da transferência foi elaborada uma planta urbanística pelos engenheiros da Intendência Municipal em 1876 onde foi localizado o porto, a igreja, o cemitério e os primeiros lotes, nas laterais da praça central, para o estabelecimento dos moradores que integrariam aquele novo povoado. A mudança da freguesia seria definitivamente efetivada após a realização da primeira missa na Igreja Nossa Senhora de Belém em 1880, tornando o novíssimo povoado, banhado pelo Guaíba, um lugar digno de uma visita aos finais de semana pelos moradores do centro da cidade, que o acessavam a freguesia por meio de vapores.

## **3º Capítulo: O Balneário Belém Novo (1927-1973) – 2ª FASE**

A utilização da área junto ao Guaíba como um balneário de águas fluviais em toda a Zona Sul da cidade durante o século XX, recaiu também sobre o núcleo urbano do então 7º Distrito Belém Novo, que cresceu em estrutura urbana na forma de dois loteamentos balneários para atender os porto-alegrenses que desejavam ter uma casa de veraneio ou mesmo mudar-se para aquele lugar tão aprazível. A publicidade dos loteamentos, as belezas naturais do local, os restaurantes e as festas ocorridas em Belém Novo eram evidenciadas em revistas e periódicos da cidade, principalmente entre a década de 1930 e 1960. Entretanto, ao final do período, a poluição do Guaíba e a inauguração da BR-290 (*Freeway*) direcionaram os porto-alegrenses para as praias do Atlântico, ocasionando uma perda da função balneária do bairro e uma dificuldade em adequar-se a uma nova atividade econômica, pois sua localização estava distante também do eixo de crescimento que se dava



ao norte de Porto Alegre e onde a atividade industrial desenvolvia-se amplamente no período.

#### **4º Capítulo: A consolidação do bairro e as recentes inserções (1973 – dias atuais) – 3ª FASE**

Nesta fase o núcleo urbano de Belém Novo praticamente não obtém crescimento em estrutura urbana. A problemática das ocupações e loteamentos irregulares chegou ao bairro nas primeiras décadas dessa fase como um reflexo da metropolização da cidade. O comércio e os serviços se ampliaram, todavia, a população residente no núcleo urbano não deixou de depender de outras zonas de Porto Alegre, principalmente para emprego e educação. No ano de 2006, é inaugurado no bairro um condomínio residencial fechado de grande porte, o maior em área da cidade, e, atualmente, é discutida a implantação de outro ainda maior. Apesar da precariedade da infraestrutura, os moradores mantêm suas relações com o espaço público do bairro e discussões a respeito da recuperação de sua orla como local de lazer estão em pauta, há alguns anos, junto aos órgãos públicos.

#### **Conclusões: Tendências de crescimento para o bairro**

Na conclusão do trabalho serão apresentadas considerações a respeito de toda a análise da evolução urbana do Bairro Belém Novo, invocando os questionamentos feitos ao início do trabalho e discutindo as tendências de crescimento para o bairro.



# CAPÍTULO 1:

---

## BELÉM NOVO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

*Este é o Guaíba. Calmo e sereno ou agitado e furibundo. Talvez as nossas pobres palavras nunca consigam traduzir exatamente o encanto aspecto. Por vezes, fica amarelo, quase cor de café com leite, e tranquilo, ao entardecer, azul-escuro ou negro impenetrável, lembra a velha frase tão decantada para exprimir massas líquidas dessa espécie: é o espelho imperturbável de águas mansas!*

*Mas é o rio que reflete a silhueta cada vez mais comprida da cidade. Suas águas indiscutivelmente não tem cor. Variam no infinito de todos os matizes que o céu e a terra lhes emprestam misteriosamente. Estende-se ou contrai-se dentro de seus limites, seu volume d'água porém parece ser sempre o mesmo. E assim, como se fora indiferente, arrasta os murmúrios da cidade águas abaixo, no silêncio da sua torrente ininterrupta. Quem sabe o que ele é?*

[...]

*Fato incontestável é que o rio que banha a nossa bela cidade sempre impressionou todos quanto o viram em qualquer tempo.*

(Porto Alegre crônicas da minha cidade, Ary Veiga Sanhudo, 1975 , p.22-24)

## 1.1 A formação histórica de núcleos urbanos brasileiros

A política de colonização do Brasil pelos portugueses só teve início a partir de 1530 com a vinda de Martim Afonso de Souza que tinha a missão de dar início à colonização por meio da criação de vilas e de uma economia local. Portando uma carta patente que lhe concedia, entre outras funções, poder para doar sesmarias às pessoas. De acordo com Abreu (2011 [1997]), o *sistema sesmarial* (divisão das terras em *sesmos* ou sextas partes), foi uma forma de apropriação territorial transposta para o Brasil com algumas adaptações e perdurou no país até 1822. A *lei das sesmarias* foi criada ainda em 1375 em Portugal e outorgava uma “obrigatoriedade de cultivo como condição de posse da terra e a expropriação da gleba ao proprietário que a deixasse inculta” (ABREU, 2001[1997], p.269).

Aplicado em terras conquistadas, o sistema português ainda exigia o pagamento do dízimo à Ordem de Cristo, ou seja, à Coroa, simbolizando toda a relação que existia entre Estado e Igreja nos processos de conquista e que só viria ser completamente rompida no final do século XIX. Ainda segundo Abreu (2001 [1997]), ao conceder sesmarias aos desbravadores da nova área conquistada, essas eram transferidas posteriormente para aos herdeiros dos sesmeiros. Nessa questão, o sistema diferenciava-se do de Portugal, onde a doação era apenas vitalícia. Por essa razão, o sistema de sesmarias, que só foi extinto às vésperas da Independência do país, é fundamental para o entendimento do período colonial e, como será visto mais adiante, da formação de Porto Alegre.

Em 1534, houve a instituição do sistema de capitâneas hereditárias que para Abreu (2001 [1997]) em nada mudou o espírito da *lei das sesmarias*. Para garantir a defesa das áreas conquistadas, a Coroa portuguesa dividiu o território a partir da costa até o limite do Tratado de Tordesilhas concedendo extensas áreas para capitães-donatários que distribuiriam terras para os sesmeiros. Dessa maneira, ao longo da região litorânea da Colônia foram criados os primeiros núcleos de povoamento como parte de uma política de controle do território. Apesar do fracasso dessa forma de administração territorial, núcleos urbanos consolidaram-se ao longo do primeiro século de colonização como São Vicente, fundada em 1532, povoado inaugurador da rede urbana brasileira, seguido por núcleos como Olinda, em 1537, Salvador, em 1549 e, mais tarde, o Rio de Janeiro, em 1565. Até o ano de 1650 seriam fundadas 31 vilas e 6 cidades na colônia portuguesa (REIS FILHO, 1988). Conforme Prado Jr. (2001 [1942]):

A par desses três grandes núcleos de povoamento – Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco – disseminaram-se ao longo do litoral alguns outros de segunda ordem, e em muitos em maior número, uma série de ínfimos estabelecimentos de vida mais ou menos vegetativa e sem horizonte, de expressão econômica e

demográfica quase nula. Todos eles, maiores médios, pequenos, ligam-se a condições particulares e locais da linha costeira; acidentes geográficos, sejam portos naturais ou simples abrigos, brechas que abrem acesso mais ou menos fácil para além da orla praiana ou quaisquer outros úteis ao homem e suas atividades [...] Cada qual dará origem a um pequeno ou minúsculo núcleo, compartimentado por áreas desertas que se estendem para todos os lados, olhando exclusivamente para o mar e isolado inteiramente, por via terrestre, dos seus vizinhos próximos (PRADO JR., 2001 [1942], p.41).

No contexto de localização dos primeiros assentamentos no país, segundo Marx (1980), esses eram definidos pelo acesso direto ao mar e pelos bons ancoradouros para a fixação de um porto, em razão da necessidade de ligação da Colônia com a metrópole lusitana e da garantia de defesa da área ocupada.

Nesse sentido, Prado Jr. (2001 [1942]) ressalta sobre o litoral brasileiro possuir poucos abrigos e terrenos alagadiços com a presença de manguezais; os poucos pontos que serviram como portos foram bem aproveitados pelos colonizadores que fundaram no local também os primeiros núcleos urbanos. Marx (1980, p.19) aponta que a escassez fez com que outros tipos de sítios também se tornassem foco para a fundação dos núcleos, “entre eles se destacam as desembocaduras dos rios, as enseadas, as ilhas e os arrecifes. Conformam abrigos naturais que logo mereceram a atenção e a referência dos navegantes”. No Rio Grande do Sul, Prado Jr. (2011 [1942]) destaca o Rio Jacuí e o Guaíba como rios com possibilidade de navegação<sup>16</sup>. A escolha da localização da nova Freguesia de Nossa Senhora Belém na margem do Guaíba, como será visto mais adiante neste trabalho, tinha origem da mesma necessidade – a acessibilidade pela água, quando as estradas eram escassas.

O interior do território brasileiro permaneceu sem ser desbravado de forma efetiva até o final do segundo século de colonização, ocorrendo somente após o início do bandeirismo e, posteriormente, com as explorações nas minas das Gerais. Desse modo, a urbanização acontecia quase que exclusivamente nas faixas litorâneas úmidas, férteis e quentes, exprimindo o caráter agrícola (e de monocultura) da Colônia em um primeiro momento, principalmente com a produção de açúcar, ciclo econômico que perdura até o fim do século XVII e que foi substituído pelo rápido ciclo mineiro, ambos sustentados pelo trabalho escravo que só foi abolido oficialmente em 1888 (PRADO JR., 2011 [1942]). Em suma, segundo Reis Filho (1968, p.92), “a Colônia funcionava sempre como uma retaguarda rural do mundo europeu e seus núcleos urbanos como instrumentos de ação política-administrativa” e a rede urbana crescia por extensão, de acordo com a ocupação das novas

---

<sup>16</sup> Caio Prado Jr. (2011 [1942]) em seu livro “Formação do Brasil Contemporâneo” considera o Guaíba um rio.

terras pelos proprietários rurais, não acarretando nos núcleos uma transformação qualitativa e nem uma dinâmica própria.

As condições físico-geográficas também foram determinantes para a formação inicial da rede de núcleos urbanos brasileiros, que ia conformando-se dispersamente e irregularmente em vários pontos da costa (PRADO JR., 2011 [1942]). As peculiaridades do sítio, como o seu relevo, eram cruciais para fundar e expandir um novo povoado, na medida em que os acidentes geográficos garantiam a proteção do mesmo e mantinham seu estado de salubridade, pois as águas da chuva escoavam os detritos para fora das áreas habitadas. Assim, para Reis Filho (1968), os núcleos mais antigos tinham preferência por sítios elevados. Ainda segundo o autor,

[...] praticamente todas as vilas e cidades fundadas antes de 1580 foram assentadas sobre colinas que facilitassem sua defesa pela altura e o controle das vias de acesso, principalmente as marítimas e fluviais. Variavam as alturas das colinas, mas os sítios eram praticamente iguais. Nos últimos anos do século XVII a preferência já recaía sobre sítios planos (REIS FILHO, 1968, p.126).

As diferenças de níveis acabaram por definir o traçado e separar, dentro da cidade brasileira, a chamada cidade alta, local de moradia em relevo mais elevado, da cidade baixa, onde se localizava o porto (MARX, 1980). A formação urbana de Porto Alegre ocorreria na crista da chamada península, hoje Centro Histórico da cidade. O porto, no Guaíba, estaria localizado na parte baixa.

O templo religioso detinha um papel de destaque implantado no ponto mais alto do sítio, em colinas ou escarpas e era considerado assim, para Marx (1980), um instrumento urbanizador: “em torno das capelas, capelas curadas, paróquias, sés, irmandades e conventos surgiram as maiores concentrações de vida e de privilégio das cidades. A morada, o negócio e, quando não a sede administrativa, gravitavam à sua sombra” (MARX, 1980, p.19). Consagrou-se, assim, a imagem dos centros urbanos coloniais: uma capela em local alto e central, circundada por um aglomerado de casas (Figura 7).

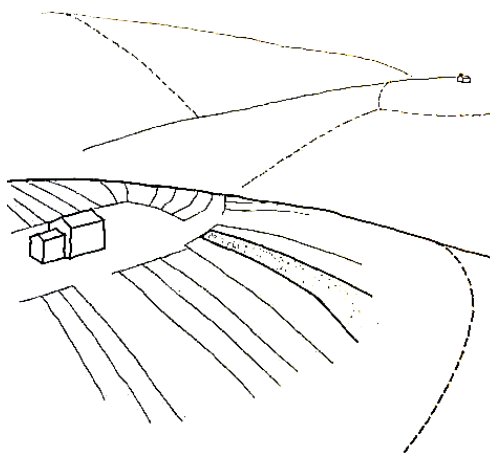


Figura 7 – Ilustração indicando a localização privilegiada da capela e a estruturação urbana no seu entorno.  
Fonte: Murillo Marx, 1991, p.43.

Acerca do traçado, Marx (1991) acredita que as determinações eclesiásticas impunham um desenho característico aos novos povoados na Colônia com a localização previamente indicada para a localização da igreja. Dessa maneira, para o autor, as recomendações enviadas pelo Direito Canônico português interferiram no desenho urbano desde os primeiros séculos de ocupação e o crescimento do tecido urbano estava incumbido ao patrimônio religioso. Para Reis Filho (1968), os núcleos menores e mais antigos tendiam a irregularidade de traçado adaptando-se ao sítio acidentado escolhido, como é o caso de Olinda. Entretanto, durante o segundo século de colonização, até mesmo nos menores centros, passou a ser adotado por engenheiros militares um traçado regular “tendendo ao xadrez”, em razão da opção por sítios planos que passou a ocorrer devido à diminuição de riscos de ataques internos. Um exemplo disso é Parati, no Rio de Janeiro, fundada em meados do século XVII, com um rigoroso plano xadrez.

Marx (1980) ressalta a importância da praça principal, oriundas geralmente dos adros das igrejas e implantada em frente ao templo religioso. Para o autor uma igreja e uma praça eram a regra geral das povoações do Brasil Colônia.

A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus frequentadores (MARX, 1980, p.50).

Reis Filho (1968), destaca igualmente a importância da praça como local de realização das principais atividades dos núcleos urbanos, ocorrendo nelas festas religiosas, cívicas e de recreação. Além disso, feiras e atividades de comércio eram realizadas nelas.

Em razão da ligação entre Igreja e Estado, os estágios hierárquicos pelos quais o núcleo urbano passava eram designados pela Igreja, por meio de ascensão de status. A área assistida por uma igreja ou paróquia era geralmente extensa e poderia abranger diversos arraiais. Isso ocorreria com a Freguesia de Viamão, que abrangia o antigo povoado de Belém (hoje Bairro Belém Velho de Porto Alegre) quando ainda não era uma freguesia.

Dentre os estágios hierárquicos estavam o arraial (do árabe *ar-rahya* rebanho, plebe, gente, súditos) ou povoado (do latim *populus*, povo), a vila (do latim *villa*, casa grande) e a cidade (do latim, *civitas*, originalmente condição ou direitos de cidadão). O arraial, de formação espontânea e sem ação do Estado, originava-se a partir do agrupamento de algumas famílias em residências. Após a construção de uma capela, que poderia ser visitada por um padre, passaria a ser assim uma capela-curada e, posteriormente, uma paróquia (MARX, 1991). A partir disso, o arraial tornava-se uma freguesia (do latim *filii ecclesiae*, filhos da igreja), ou seja, o local passava a ser a “[...] sede de uma igreja paroquial, e que servia também para a administração civil” (PRADO JR. (2011[1942], p.325). Marx ainda acrescenta à respeito das categorias que:

Refletindo o que mostravam as vilas e poucas cidades coloniais, a realidade dos pequenos povoados, dos arraiais e dos aldeamentos, mais próximos ou apartados das mesmas, era sucinta e clara: um modesto casario em torno de uma igrejainha, um terreiro por vezes relativamente vasto, poucas ruas ou ruelas e becos. Esta a mesma realidade da freguesia, como já se mencionou, naturalmente maior e mais densa como aglomeração, que já revelara bastante força para alcançar a sua categoria religiosa, e civil também, de paróquia, categoria oficial, de embrião institucional reconhecido (MARX, 1991, p.52).

A denominação freguesia ao qual um arraial almejava lhe conferiria um grau de importância perante os demais. Marx (1991) faz indagações a respeito de quais arraiais teriam merecido e alcançado tal nomenclatura, pois:

Não era somente o acesso garantido então à desejada e necessária assistência religiosa que se obtinha, mas também o reconhecimento da comunidade de fato e de direito perante a Igreja oficial, portanto perante o próprio Estado. Não era apenas o acesso ao batismo mais próximo, ao casamento mais fácil, ao amparo aos enfermos, aos sacramentos na morte, mas também a garantia do registro de nascimento, de matrimônio, de óbito, registro oficial, com todas as implicações jurídicas e sociais (MARX, 1991, p.18-19).

No caso da vila, ilustrada na (Figura 8) por Marx (1991), era criada por donatários de terras ou governadores, ou ainda, um arraial poderia ser elevado por eles a essa categoria. Após a fundação, era estipulada a localização da casa de câmara e cadeia, o pelourinho e também a área de rossio, que consistia em um patrimônio público, uma área comum e de



extensão da vila que servia como local de pastagem dos animais e recolhimento de lenha (MARX, 1980).

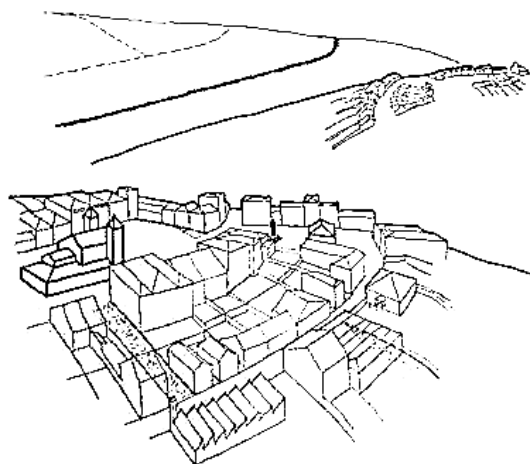


Figura 8 – O arraial torna-se vila e se adensa.  
Fonte: Murillo Marx, 1991, p.110.

Segundo Abreu (2014 [1997]), no caso das cidades, muito raras no período colonial, o ato de sua criação era exclusivo da Coroa portuguesa, assim os donatários não tinham direito de fundá-las. A diferença de vilas e cidades é de caráter jurisdicional e não hierárquico. É importante salientar que vilas e cidades só se multiplicaram no Brasil a partir do século XVIII e diferenciavam-se muito dos arraiais, pois a sede de um governo local estabelecia-se somente nelas. Segundo Flores (2009), a vila era a menor parcela administrativa e de distribuição de justiça e correspondia a um núcleo urbano com seu termo, uma câmara de vereadores e juizes, sendo dividida em freguesias com igrejas e capelas.

A terra onde se localizaria a Igreja era fruto de doação. Em contrapartida, atos como rezar uma missa para o doador e sua família em vida e mesmo após a morte, eram exigidos. Beneficiando-se das doações de terras, algumas famílias garantiam assim um chão, uma porção de terra para construção de suas casas, com a possibilidade de cultivar algo para si próprios ou para venda, além de contarem com o respaldo de uma capela. A repartição desses patrimônios fez surgir muitos arraiais, dos quais muitos alcançaram a categoria de freguesia e, em alguns casos, até mesmo de vila (MARX, 1991).

Mesmo com o fim do período colonial, segundo Fridman (2011, p.8) “a onda colonizadora implantada pela metrópole sobreviveu ao século XIX”, e diversas paróquias e freguesias surgiram ao longo dos anos 1800, criadas por meio de atos e leis de Presidentes de Província, visto que as municipalidades estavam a eles subordinadas desde a Lei de 1828. Abreu (2014 [1997]) salienta, igualmente, que os patrimônios religiosos não foram

exclusividade do período colonial e deram origem a diversos núcleos urbanos ainda no século XX, porém, a partir do século XIX os patrimônios leigos – glebas em loteamentos rurais criadas por indivíduos - passaram a ser mais comuns.

O lote surgiu ainda em meados do século XVIII, porém somente ao final do mesmo século que a prática de lotear se tornou corriqueira, devido ao fim da doação de terras. A apropriação da terra se dava pela compra e venda e não mais pela concessão do Estado, levando inclusive, mais tarde, em 1850, à criação da Lei de Terras, que apresentava novos critérios em relação à obtenção, detenção e comercialização de terras, finalizando assim o sistema *sesmarial* no Brasil. A partir desse momento, o proprietário garante o direito de parcelar ou vender partes de sua terra, ou seja, loteá-la (MARX, 1991).

## 1.2 A formação de Porto Alegre e região

De acordo com Pesavento (1985), o extremo-sul do Brasil obteve uma ocupação tardia por ter poucos atrativos econômicos e só iniciou um processo de povoamento após assumir uma função estratégica para a Coroa Portuguesa: a conservação da posse das terras do Prata. Em 1680, a Coroa Portuguesa fundou Colônia do Sacramento nas margens do Rio da Prata com o objetivo de fazer frente à Buenos Aires, localizada na margem oposta, e acabar com o monopólio comercial espanhol na área, buscando também recuperar-se do declínio em que o Império luso havia ingressado com o fim do Ciclo do Açúcar. Assim, era iniciada uma frente de ocupação ao longo do litoral no Rio Grande do Sul.

O Tratado de Tordesilhas, cuja linha imaginária tinha Laguna (fundada em 1688<sup>17</sup> pelos portugueses) como divisor das terras de Portugal e Espanha, não impediu os portugueses fossem estendendo os seus domínios até o estuário do Prata. Em fins do século XVII, o território rio-grandense ocupado pelos portugueses se limitava a uma faixa estreita de terra<sup>18</sup> entre Laguna e Colônia do Sacramento (1680) e a Coroa passou a incentivar o povoamento entre esses dois pontos. Lagunistas e paulistas deslocavam-se até o sul para capturar gado para abastecer a zona mineradora de Minas Gerais, novo polo

---

<sup>17</sup> Alguns autores defendem que a fundação de Laguna teria sido em 1676. Segundo Macedo (1968, p.34) “Domingos de Brito Peixoto (1676) tentava o estabelecimento de uma povoação nas proximidades daquela linha (Tratado de Tordesilhas) e, em 1688, segundo seu filho Francisco Peixoto, já ali possuía alguns currais, o que os animou a partirem de Santos com alguns casais, parentes e amigos para a fundação de Laguna [...]”.

<sup>18</sup> Somente com a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, tendo Portugal ficado com a região das Missões, no oeste do estado, e a Espanha com Colônia do Sacramento, foi estendido o domínio territorial luso no Rio Grande do Sul.

econômico do Brasil a partir de 1700. Esses fatores acarretaram no estabelecimento de uma economia interna na colônia e o início efetivo da ocupação desta parcela territorial do extremo-sul (PESAVENTO, 1985). Guiados pela rota Laguna-Sacramento, em 1719 os lagunistas e paulistas fixaram-se nos Campos de Viamão, que se limita ao norte pela serra e ao sul pela Lagoa dos Patos, em um local propício para a criação de gado, dotado de uma vegetação rasteira de gramíneas e com água abundante, bem como nos Campos de Tramandaí (PRADO JR., 2011 [1942]). Segundo Spalding (1967):

Representava, esse gado bovino e cavalariço, principalmente o bovino, a maior riqueza da época, verdadeiro ouro-ambulante que atrairia grande número de tropeiros, isto é: bandeirantes e preadores de índios, que, abandonando os antigos misteres dedicaram-se ao transporte de tropas para os mercados de Laguna e, sobretudo, de Sorocaba. E com isso, foram criando estradas, formando “estâncias” – os poucos necessários ao descanso – e fundando “povos” ao longo dessas vias de penetração. A maioria desses “povos” reunidos nas “estâncias” dos tropeiros transformaram-se em vilas e cidades, que se costuma denominar “cidades do gado”. Nessas condições estão Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Osório (antiga Conceição do Arroio) e, entre outros, Porto Alegre (SPALDING, 1967, p.15-16).

No Rio Grande do Sul, esses primeiros núcleos urbanos de povoamento surgidos no século XVIII, serviram como ponto de apoio para a penetração dos tropeiros no então Continente de São Pedro<sup>19</sup> (Figura 9, p.30). Na porção nordeste surgiram os núcleos de Santo Antônio da Patrulha, que iniciou uma povoação em 1725 e foi elevada à Capela Curada em 1760, Osório, que iniciou seu povoamento em 1732 e tornou-se Capela em 1742, Vacaria, que recebeu seus primeiros habitantes em 1735 e foi elevada à Capela em 1761 e Viamão, surgida em 1740 e que no ano seguinte já se tornou Capela Curada. Em 1737 foi fundada Rio Grande, garantindo a defesa e também a futura ocupação daquela parte do território, por meio da navegação na Barra do Rio Grande e na Lagoa dos Patos (SOUZA, 2000; SINGER, 1974).

---

<sup>19</sup> Outra frente de ocupação do Rio Grande do Sul se deu a oeste do território em fins do século XVI pelos Jesuítas que fundaram os 7 Povos das Missões, destruídos na Guerra Guaranítica (1750-1756).



Figura 9 – No mapa, o caminho dos portugueses: Laguna (SC), Viamão e Rio Grande na Província de Rio Grande de São Pedro e a região do Prata (Colônia de Sacramento).  
 Fonte: Celia Ferraz de Souza, 2000, p.19.

No chamado Campos de Viamão (Figura 10), estabeleceu-se um primeiro povoado em 1730 com uma pequena capela chamada “Nossa Senhora da Conceição de Santana”, construída sem licença eclesiástica, em um sítio elevado à maneira dos núcleos urbanos tradicionais portugueses, mais precisamente no local chamado de “Santana das Lombas” (SPALDING, 1967).



Figura 10 – “A Villa de Laguna e a Barra do Taramandi” (1734).  
 Fonte: Fábio Kühn, 2008, p.108.

No ano de 1740, o tropeiro Francisco Carvalho da Cunha, dono de terras vizinhas, doou uma porção das mesmas para o governo, para ser erguida uma nova capela, na chamada “Estância Grande de Viamão”. A “Capela Nossa Senhora da Conceição do Viamão” começou a ser construída em 1741 e em 1745 foi celebrada a primeira missa. No seu entorno e de sua praça estabeleceram-se edifícios de atividades burocráticas e administrativas e também o casario. Assim, o povoado interior, que viria a ser Viamão, distante de um porto e que propiciava uma conexão com Laguna (SC) somente por terra, começou a se configurar. Ali seria criado um ponto estratégico em um cruzamento de rotas, atuais RS-040 e RS-118 (SPALDING, 1963; ROCCA, 2008).

Povoado interior, distante do mar (Oceano Atlântico) cerca de 120 km e sem possibilidade de qualquer porto naquela costa, Viamão, por isso, somente tinha uma comunicação com o restante do Brasil, sobretudo Laguna, por terra. Havia, entretanto, a menos de 60 km da sede do povoado, a grande lagoa tectônica denominada “Guaybe” pelos indígenas, que recebia os rios Caí, Jacuí, Gravataí e Cururuai (Sinos), e se comunicava diretamente com o mar através da “Paranatinga” – Lagoa dos Patos. Assim, por entre montes – “via montes”, como registravam os espanhóis e portugueses, os caminhos para Viamão – os habitantes do novo povoado haviam chegado às margens do grande lago a cujas margens já desde 1732, pelo menos, Jerônimo de Ornelas se estabelecera com sua “estanca” de pouso, depois de ter descoberto o encantador recanto que pediria em sesmaria e povoaria particularmente. E o local passou a denominar-se Porto do Viamão, enquanto o lago tectônico passaria a ser Lagoa do Viamão (SPALDING, 1967, p.20).

Por volta de 1730, principiou-se um processo de distribuição de sesmarias e o estabelecimento de estâncias de gado na Província para induzir a criação de novos povoamentos e garantir a ocupação territorial, uma prática comum de colonização dos portugueses no país, como foi destacada na primeira parte do capítulo. As primeiras sesmarias concedidas foram nas regiões de Tramandaí, Capivari, Rincão do Gravataí e nos Campos de Viamão (FERREIRA FILHO apud SOUZA e MÜLLER, 1997 [2007]). Segundo aponta Rhoden (1999):

A ideia era sempre a de conquistar e conceder terras para sesmeiros ou incentivar a criação de vilas através de privilégios que eram dados àqueles que se dispusessem a morar nas ditas vilas. Na região platina por essa época, e mais particularmente no Rio Grande de São Pedro, essa prática foi novamente utilizada (RHODEN, 1999, p.140).

Dessa maneira, a formação atual de Porto Alegre, que à época era chamada de “Pôrto de Viamão”, é marcada pela concessão de três sesmarias para os estancieiros Jerônimo de Ornelas, Sebastião Francisco Chaves e Dionísio Mendes (Figura 11).

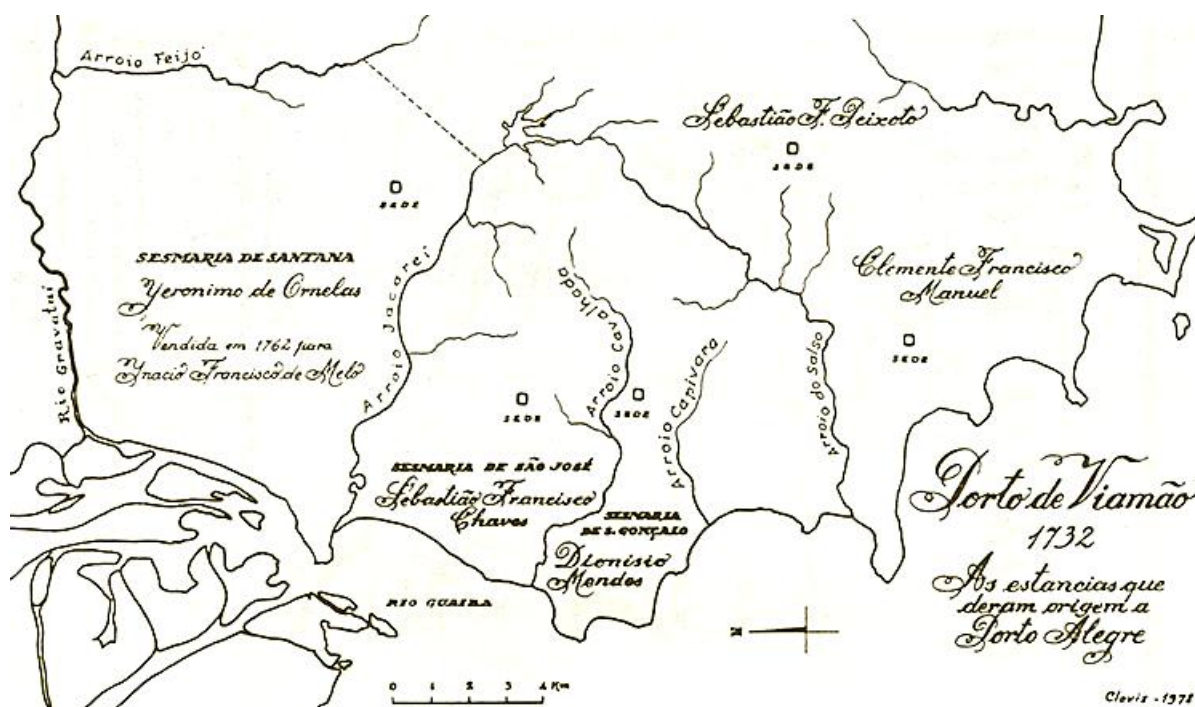


Figura 11 – Sesmarias concedidas no Porto de Viamão (hoje Porto Alegre).  
 Fonte: Sandra Pesavento, 1991, p.13.

A Sesmaria de Sant’Ana de Jerônimo de Ornelas<sup>20</sup> foi apenas uma legalização da posse, realizada em 1740, pois as terras eram ocupadas de antemão pelo tropeiro-bandeirante desde 1732 (PESAVENTO, 1985). A sesmaria era limitada pelo Arroio Jacaré, Rio Gravataí, pelo Arroio Feijó e pela Lagoa de Viamão (lago Guaíba). Antes da posse definitiva da sesmaria os agregados do estancieiro povoaram o sul da península (autal Centro Histórico) na altura da antiga foz do Arroio Dilúvio onde ergueram as primeiras casas do povoado e um ancoradouro que recebeu o nome de Porto D’ornelas (ou Porto do Dorneles). A sede da sesmaria de Ornelas, com sua residência e um povoado de mais ou menos 100 pessoas, estava localizada no “Morro Santana”<sup>21</sup> (SPALDING, 1967).

De acordo com Sérgio da Costa Franco (2013) em “Porto Alegre ano a ano: cronologia histórica: 1732-1950”, Sebastião Francisco Chaves recebeu a Sesmaria de São José em 1736, estando localizada entre o Arroio Jacaré (hoje Arroio Dilúvio), o Arroio Cavalhada e a Lagoa de Viamão (lago Guaíba). Teria fixado a sede nas proximidades da gruta da Glória (atual Bairro Cascata).

A porção que abrange a Sesmaria de São Gonçalo (ou Gonssalo) era ocupada desde 1735 por Dionísio Rodrigues Mendes. A sesmaria estava situada entre o Arroio

<sup>20</sup> O tropeiro paulista Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos inicialmente fazia parte da tropa de João de Magalhães, que se dedicava à caça do gado bravo no Estado (SPALDING, 1967).

<sup>21</sup> Atualmente corresponde à área ocupada pelo campus da UFRGS (Escola de Agronomia e Veterinária), próximo a Av. Bento Gonçalves.

Cavallhada seguindo, segundo mapa a seguir, e o atual Bairro Belém Novo<sup>22</sup>, e entre Viamão e a Lagoa de Viamão (lago Guaíba) (Figura 12).

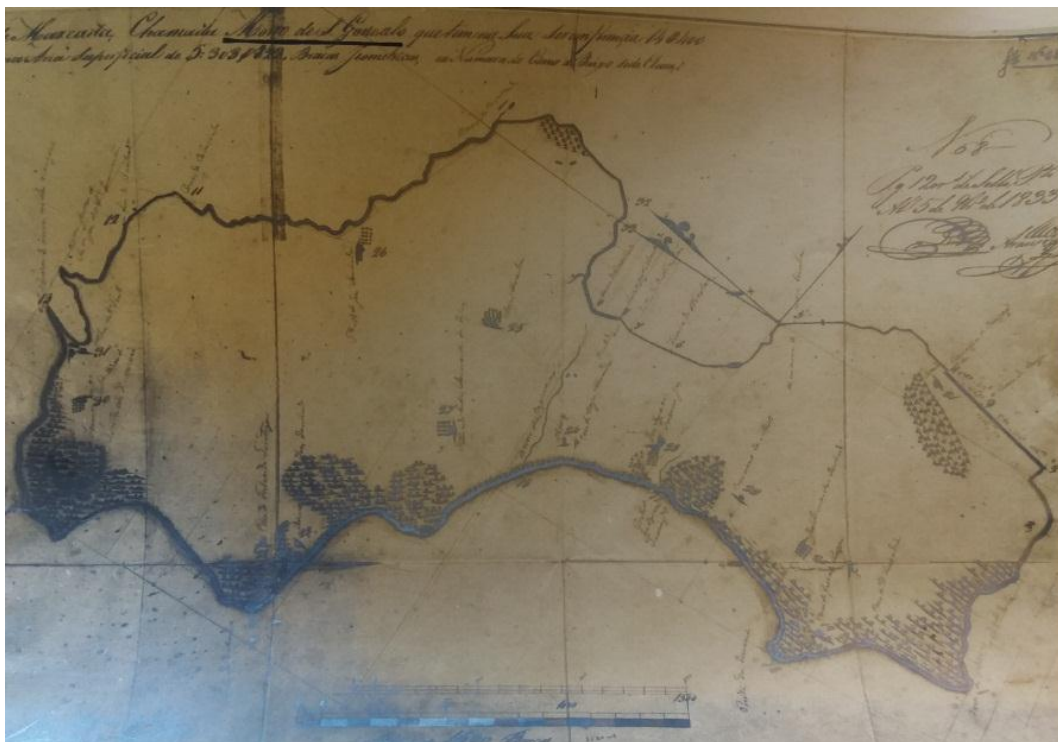


Figura 12 – Estância Morro de São Gonçalo de propriedade de Dionísio Rodrigues Mendes, em 1833.  
Fonte: Acervo do AMPAMV.

Segundo Toscano Paz; Fernandez; Krawczyk (1994), no “Morro de São Gonçalo”, por volta de 1745 foi erguida a residência do estancieiro, bem como a de seus agregados, nos limites da área que corresponde atualmente ao Bairro Belém Velho. No mesmo ano, um ancoradouro chamado “Pôrto do Dionísio” também seria fixado na sesmaria, porém muito distante da sede que se localizava no interior do território. O local do antigo porto seria posteriormente reconhecido como “Ponta do Dionísio”<sup>23</sup> (SPALDING, 1967). A posse da sesmaria só seria oficializada em 1801 por um dos filhos do sesmeiro, André Bernardes Rangel.

Em 1747 a Capela de Viamão passou à condição de Paróquia e o povoado foi elevado à “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão”, tornando-se responsável pelo registro dos nascimentos, batismos, casamentos, óbitos, etc. de toda a região, inclusive da população residente nos núcleos que se estruturavam na península da Sesmaria de Jerônimo de Ornelas (SOUZA, 2008).

<sup>22</sup> Corresponde atualmente à área ocupada pela Escola de Agronomia e Veterinária da UFRGS.

<sup>23</sup> Hoje Bairro Vila Assunção, localizam-se nele clubes de vela como o late Clube Guaíba e o Veleiros do Sul.



Após o Tratado de Madrid (1750) chegaram ao Pôrto de Viamão (Porto Alegre), nas terras de Jerônimo de Ornelas, casais açorianos que deveriam iniciar o povoamento das terras do interior da Província (região das Missões). Entretanto, os imigrantes acabaram fixando-se e fundando núcleos em Porto Alegre, Mostardas, Estreito, Osório, Santo Amaro, Taquari, Rio Pardo e Gravataí<sup>24</sup> (ao longo do Rio Jacuí), estabelecendo nesses locais a cultura do trigo e inaugurando uma nova economia no Rio Grande do Sul: a produção agrícola (SOUZA e MÜLLER, 1997 [2007]).

A chegada dos açorianos ao Rio Grande do Sul efetivou a colonização dessa parcela do território que até meados do século XVIII era constituído basicamente por guarnições militares que defendiam as fronteiras da colônia lusitana (PRADO JR., 2008 [1942]). Nos anos de 1752 e 1753 foram registrados os primeiros batismos dos filhos dos imigrantes na “Capela da Freguesia de Viamão”. A partir de 1763 começou a ser registrada no livro de batismos a expressão “Porto dos Casais”, substituindo “Pôrto de Viamão”, tendo sido a essa a provável data da construção da primeira capela pelos imigrantes em Porto Alegre (FRANCO, 2013). Assim, o “Porto dos Casais” (Porto Alegre), dentro da Sesmaria de Jerônimo de Ornelas, deixava de ser apenas um povoado de pescadores (SOUZA e MÜLLER, 1997 [2007]).

Em 1763, Viamão, ainda pouco desenvolvida, tornou-se a nova capital da Província de Rio Grande de São Pedro, em razão da invasão espanhola (1763-1777) à cidade de Rio Grande, que era até então a capital. O fator locacional e as boas condições de defesa do território fizeram com que a Freguesia de Viamão fosse sede do governo da Província detendo no período uma grande função política e religiosa.<sup>25</sup> (SOUZA, 2008).

Em 1767 foi construída uma nova igreja (atual Igreja Matriz) ao lado da capela, em traços de fortificação, sendo finalizada em 1770 (ROCCA, 2008) (Figura 13).

---

<sup>24</sup> FERREIRA FILHO apud SOUZA e MÜLLER, 2007 [1997].

<sup>25</sup> Esta data e sua elevação à Capital da Província marcam o fim da primeira fase da evolução urbana de Viamão e o início da segunda fase chamada “De Capital à Vila Setembrina” (1763-1845), conforme Souza (2008).





Figura 13 - Capela Nossa Senhora da Conceição do Viamão finalizada em 1770. Sem data.  
Fonte: VIAMÃO ANTIGO.

Entre os anos de 1760 e 1770 foi aberta uma estrada ligando Viamão a Porto Alegre. Em 1771 uma escola primária foi construída e, aos poucos, Viamão ia recebendo novos equipamentos (SOUZA, 2008).

No dia 26 de março de 1772<sup>26</sup>, “Porto dos Casais” foi desmembrado da Freguesia de Viamão, sendo denominada “Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais”. No mesmo ano, sessenta glebas foram cedidas para casais açorianos que já residiam no local, próximo ao Porto do Dornelles (FRANCO, 2013). Esse porto possuía boas condições de navegabilidade, águas profundas, proteção dos ventos de sudoeste e, mesmo não sendo marítimo, garantia proteção em caso de ataque à região. Tais fatores foram decisivos para o escoamento da produção do trigo, que dali iria até o porto de Rio Grande e posteriormente para o restante do país, contudo, estava distante da então capital Viamão. Nesse mesmo momento, Porto Alegre iniciava um processo de crescimento populacional alcançando seu primeiro milhar de habitantes e assumindo uma função portuária (SOUZA e MÜLLER, 2007[1997]; SOUZA, 2008).

Os fatores locacionais, econômicos e populacionais, levaram a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais a ser renomeada para “Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre” e a tornou-se a nova capital da Província no ano de 1773, tirando o posto da Freguesia de Viamão (SOUZA e MÜLLER, 2007 [1997]; SOUZA, 2008).

---

<sup>26</sup> Esta data e o fato de Porto Alegre no ano seguinte tornar-se Capital da Província marcam o fim de sua primeira fase, conforme Souza e Müller (2007 [1997]).

A estrutura urbana da nova capital descortinava-se na chamada “península” que era limitada por uma “muralha”<sup>27</sup>, e diversos equipamentos públicos eram construídos para atender as suas novas funções urbanas. Desde que se tornou capital, novos equipamentos destacam-se o Palácio do Governo (um em 1774 e um novo em 1784), a Intendência Municipal (1774), a Matriz de Nossa Senhora de Madre de Deus<sup>28</sup> (com obras iniciadas em 1779), a Casa da Junta (1790), as Praças Harmonia e da Quitanda (hoje Brigadeiro Sampaio e Alfândega) (1798), a Casa da Alfândega (1800) a Igreja Nossa Senhora das Dores (1807), além de escolas, correio, teatro, enfermaria, cemitério e duas fontes de água. Em 1810, Porto Alegre foi elevada à categoria de vila e uma década depois já contava com cerca de 12 mil habitantes<sup>29</sup> (SOUZA & MÜLLER, 2007[1997]).

Invertendo a circunstância anterior, em 1809, Viamão se tornou parte da vila de Porto Alegre, porém mesmo perdendo sua relevância política, desde que deixou de ser capital, a Freguesia de Viamão crescia no entorno de sua Capela e da praça principal (SOUZA, 2008) (Figura 14).

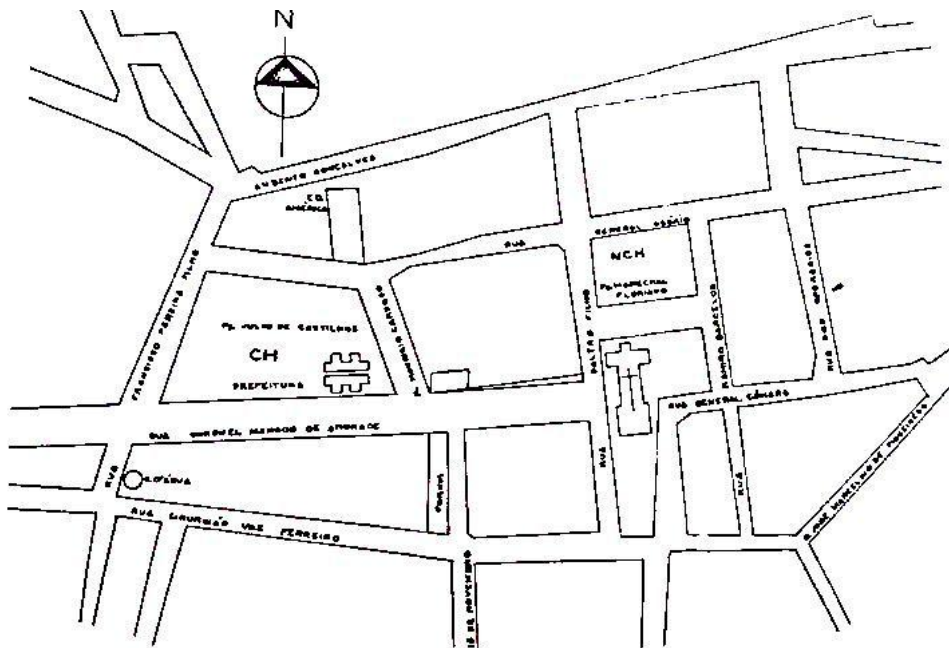


Figura 14 – Planta do centro de Viamão (início do século XIX).  
Fonte: Celia Ferraz de Souza, 2008, p.332.

<sup>27</sup> Ou paliçada: cerca feita com estacas de madeira apontadas e cravadas à terra. A muralha de Porto Alegre seguia o traçado das atuais ruas Pinto Bandeira, Annes Dias, João Pessoa e República (SOUZA e MÜLLER, 2007 [1997]).

<sup>28</sup> Posteriormente esta Igreja seria demolida e construída em seu lugar a Catedral Metropolitana de Porto Alegre, com obras iniciadas em 1920 e finalizada inteiramente somente em 1986.

<sup>29</sup> Em 1820 termina a segunda fase da evolução urbana de Porto Alegre e inicia-se a terceira fase chamada “Imigração: alemã e italiana” (1820-1890), conforme Souza e Müller (2007 [1997]).

Porto Alegre foi elevada à categoria de cidade em 1822 (Figura 15), entrando nessa mesma década em uma fase marcada pela forte imigração (1820-1890), primeiramente alemã (1824) e posteriormente italiana (1875), que perdurou por praticamente todo o século XIX. No mesmo período, seria consagrada a importância de seu porto para a exportação de produtos, fundamental para o crescimento da economia da cidade e de sua região (SOUZA e MÜLLER, 2007[1997]).

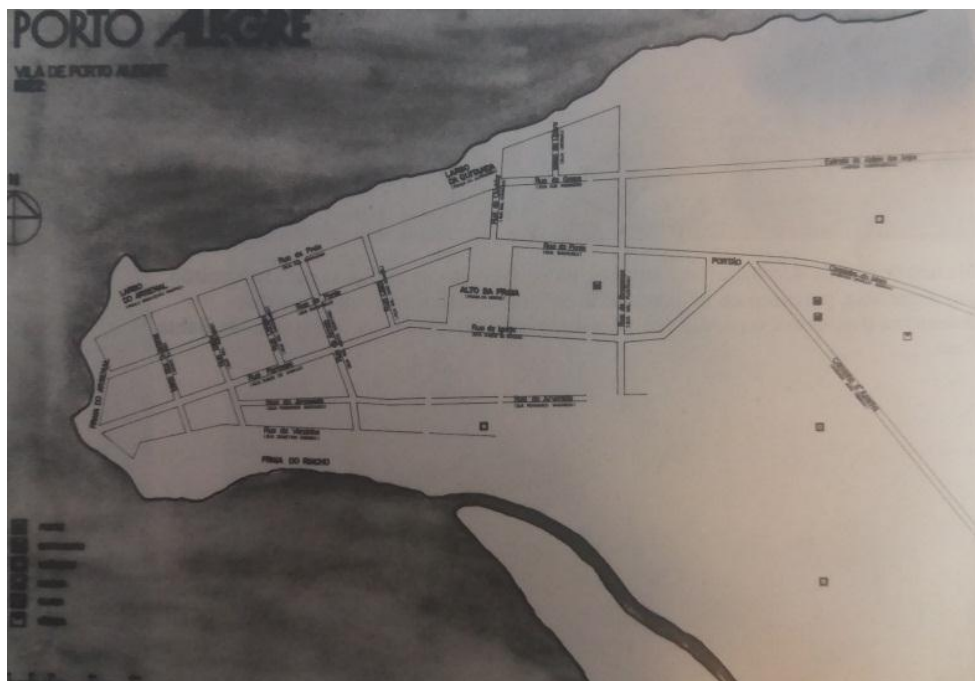


Figura 15 – Estrutura urbana de Porto Alegre em 1822.  
Fonte: Sandra Pesavento, 1991, p.19.

Os primeiros imigrantes alemães chegaram ao Rio Grande do Sul em 1824. Mais imigrantes desembarcariam nas décadas seguintes estabelecendo-se ao norte de Porto Alegre, na porção atual da cidade de São Leopoldo, em áreas até então desocupadas próximas do Rio dos Sinos e, posteriormente, do Rio Caí e na junção do Rio Jacuí e Taquari (Figura 16). A agricultura diversificada praticada pelos imigrantes, baseada na pequena propriedade e na mão-de-obra livre, foi fundamental para o crescimento de Porto Alegre e para a economia do estado, pois nesse período a cultura do trigo estava em decadência e causava uma estagnação econômica na região (SOUZA e MÜLLER, 2007 [1997]).

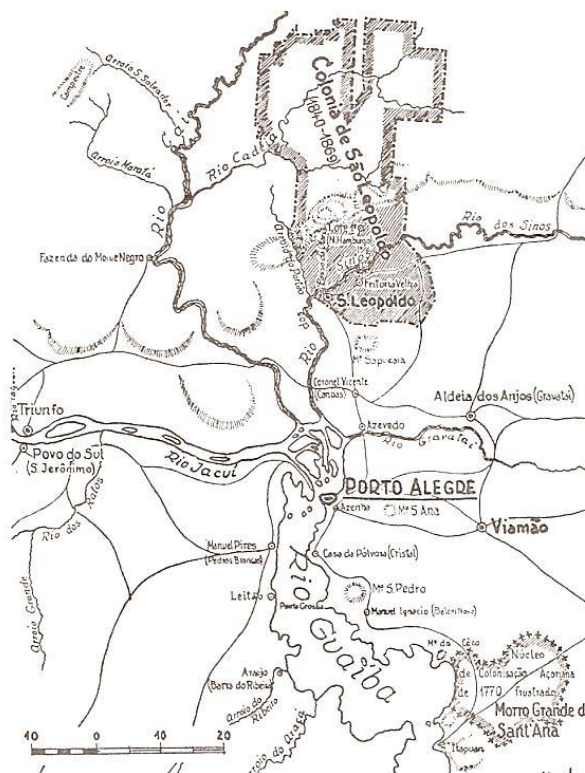


Figura 16 – Colônia de São Leopoldo ao norte de Porto Alegre.  
 Fonte: Sandra Pesavento, 1991, p.28.

O fato da eclosão da Guerra dos Farrapos em 1835 agravou ainda mais as dificuldades pelas quais a região passava. Como defesa dos ataques farroupilhas, Porto Alegre foi sitiada durante os 10 anos de conflito. Viamão fora ocupada pelos farrapos e passou a chamar-se Vila Setembrina, uma homenagem ao dia da revolução, 20 de setembro<sup>30</sup>. Durante a guerra, a colônia de São Leopoldo abasteceria Porto Alegre iniciando um processo de comercialização de seus produtos agrícolas. Contudo, esses produtos ainda não seriam exportados para fora da Província, pois o porto de Rio Grande ainda detinha a frente comercial, principalmente na exportação de produtos de origem animal, como o charque. Por essa razão, Porto Alegre teria um baixo crescimento demográfico entre 1820 e 1858 (SINGER, 1974). De acordo com Singer (1974, p.158), “mesmo assim é indubitável que a capital vai readquirindo a função comercial que detivera antes de 1820: a de servir de escoadouro para a produção das zonas central e norte do Rio Grande do Sul”.

O processo de imigração alemã que havia sido paralisado em 1829 recomeça em 1844 e novos núcleos coloniais começam a surgir nos vales dos rios Jacuí, Pardo, Taquari, Caí e Sinos, passando todos eles pelas mesmas fases pelas quais São Leopoldo havia

<sup>30</sup> O final da Guerra dos Farrapos marca o fim da segunda fase da evolução urbana de Viamão e inicia-se a terceira fase chamada “De Vila à Cidade” (1845-1945), conforme Souza, 2008.

passado: primeiro um processo de desmatamento e o desenvolvimento da agricultura de subsistência, em seguida uma expansão agrícola e comercialização de excedentes e por último a especialização agrícola (SINGER, 1974). Dessa maneira, é possível observar, que, desde o princípio, o eixo norte, na figura fundamental de São Leopoldo, mostrou possuir maior importância econômica dentro do processo de formação de toda a região, direcionando o crescimento e o desenvolvimento da mesma.

Nesse período, a navegação fluvial assume grande importância, sendo o único meio de transporte viável economicamente, e assim os rios afluentes do Guaíba começaram a servir para o escoamento da produção desde as colônias até o porto<sup>31</sup> da capital.

Aquela vocação portuária inicial, completando a função de coleta da produção regional que já se iniciara com o trigo, nesse momento, recebia um forte impulso, pois os rios, ao longo dos quais se instalou a nova economia, traziam naturalmente a produção e eram as vias (apesar das dificuldades de navegação) que em melhores condições respondiam às necessidades de intercâmbio. Estabeleceu-se, assim, sob comando do porto de Porto Alegre e de seus comerciantes, a coleta de produção, a sua exportação, bem como a importação dos bens requeridos pelas novas populações e a sua vida econômica e social (SOUZA e MÜLLER, 2007 [1997], p.55).

O processo de expansão urbana de Porto Alegre teve início somente após 1845, com o fim da Guerra dos Farrapos. Os arraiais (ou povoados) do Menino Deus, de Navegantes, de São Manoel, de São Miguel irrompiam desconectados da malha urbana existente e sob a forma de um agrupamento de casas no entorno de uma capela. Esses arraiais foram, respectivamente, os embriões dos hoje Bairros Menino Deus, Navegantes, Moinhos de Vento e Santana e não tardaram a desenvolverem-se e integrarem-se à estrutura urbana da cidade (SOUZA e MÜLLER, 2007 [1997]).

Os primeiros eixos de expansão com núcleos que cresciam distantes da península foram: o Caminho Novo até o Arraial Navegantes, o Caminho do Meio (atual Av. Osvaldo Aranha e Protásio Alves) até o Arraial São Manoel, a Estrada do Mato Grosso (Av. Bento Gonçalves) perpassando pelo Arraial São Miguel indo até Viamão. Por último, a Estrada da Cascata (Av. Oscar Pereira) que se dirigia até Belém Velho, um povoado distante da área central da cidade e do Guaíba, no Morro de São Gonçalo (SOUZA e MÜLLER, 2007) (Figura 17).

---

<sup>31</sup> Na verdade ainda tratava-se de um trapiche. O porto só seria construído em 1922.

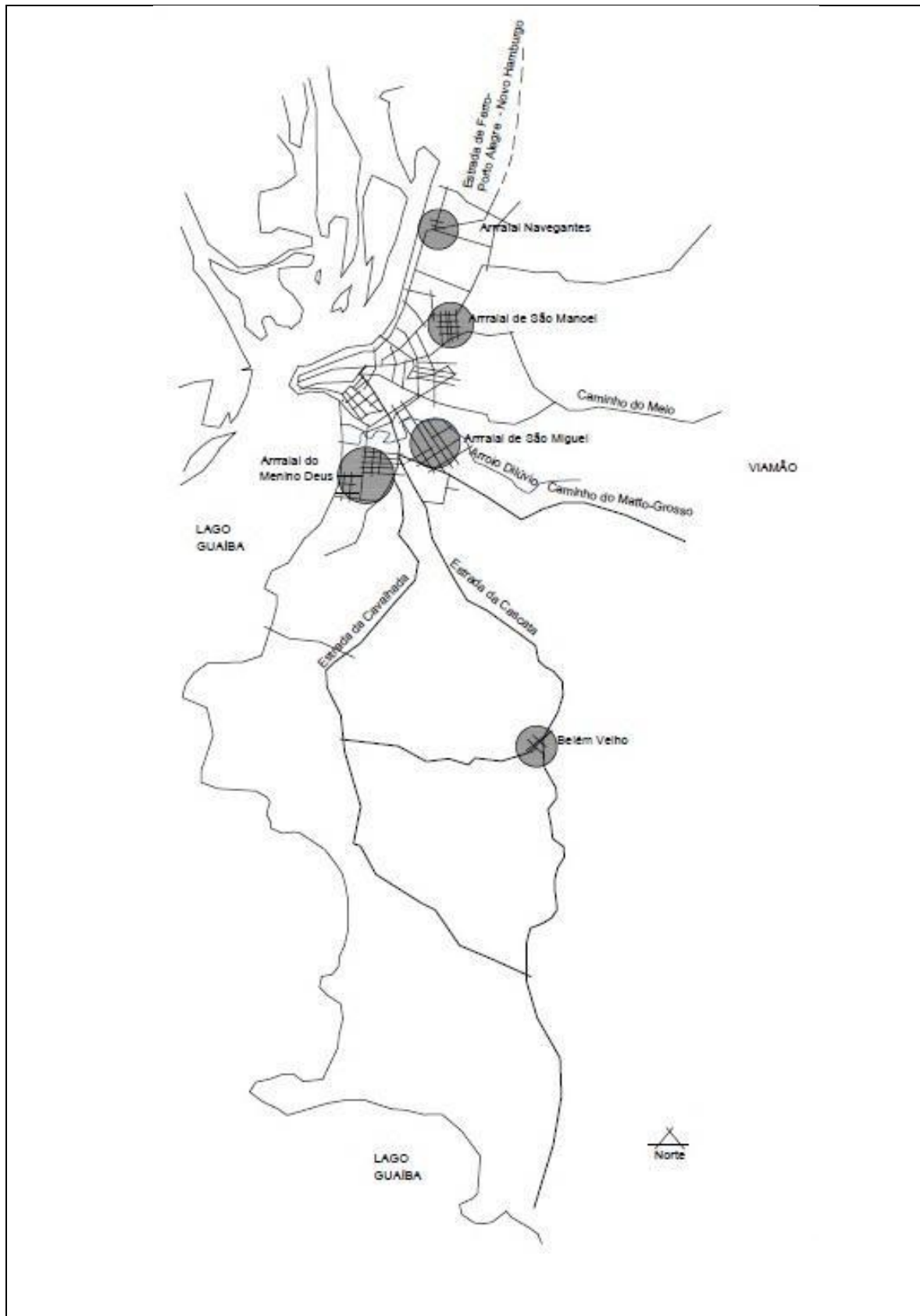


Figura 17 – Arraiais e estrutura urbana em Porto Alegre em meados do século XIX.  
Fonte: Elaborado pela autora com base em Celia Ferraz de Souza e Dóris Maria Müller, 2007 [1997].

### 1.3 Belém Velho: a primeira Freguesia de Belém

De acordo com Franco (1988) e Neis (1972, p.81), a atual área do núcleo urbano de Belém Velho era uma chácara pertencente a um dos primogênitos do sesmeiro Dionísio Rodrigues Mendes: Manoel Rodrigues Rangel e sua esposa Francisca Maria de Jesus. Após o falecimento de Francisca, em 1824, as terras foram arrematadas pelos filhos e genros de Florêncio Braz Lopez e outros fiéis de Nossa Senhora de Belém através de um leilão, sendo as terras cedidas para a construção de uma Capela, onde se formaria, a sua volta, uma povoação. Segundo Paz; Fernandez; Krawczyk (1994), a inauguração da Capela é datada de 2 de fevereiro de 1830 e no mesmo ano a Capela foi elevada à sede de Curato pelo Vigário Geral da Província, Antônio Vieira da Soledade, tendo como o primeiro cura o padre português Francisco José Pereira. Antes da Capela de Nossa Senhora de Belém (Velho). Somente a Capela Nossa Senhora da Madre de Deus, localizada na península, havia sido elevada à Curato. Porém, Belém Velho fazia parte da Freguesia de Viamão e por estar muito distante dela, os seus moradores solicitaram tal elevação. Nesse sentido Marx (1991) lembra que:

[...] não só o Estado, em diferentes épocas, tomou a iniciativa de estabelecer novos assentamentos, como também não o fez à revelia de uma atenção devida e propugnada para com a Igreja. Também a população estabeleceu e procurou oficializar novos povoados, não só acatando instrumentos normativos eclesiásticos, como utilizando-os para garantir e ampliar seu lugar ao sol (MARX, 1991, p.17).

Antes de eclodir a Revolução Farroupilha em 1835, uma nova e maior igreja começou a ser construída e, em junho do mesmo ano, os moradores solicitaram a elevação do Curato à categoria de Freguesia. Porém, isso ocorreria somente mais de uma década depois, na data de 6 de maio de 1846, através da Lei n.º 34, demora que pode ser explicada pelos 10 anos de conflito que marcaram o Rio Grande do Sul. Nesta data, a Freguesia de Belém (Figura 18, p.42) contava com cerca de 800 habitantes (livres)<sup>32</sup> e seu primeiro pároco foi o padre farroupilha Francisco das Chagas Martins Ávila e Souza (o Padre Chagas), que exerceu a função até 1853 na Paróquia de Nossa Senhora de Belém, que teria sido finalizada por volta de 1850 (FRANCO, 1988).

---

<sup>32</sup> Relatório do Presidente da Província Antônio Galvão, 5 de out. 1847, p.35.



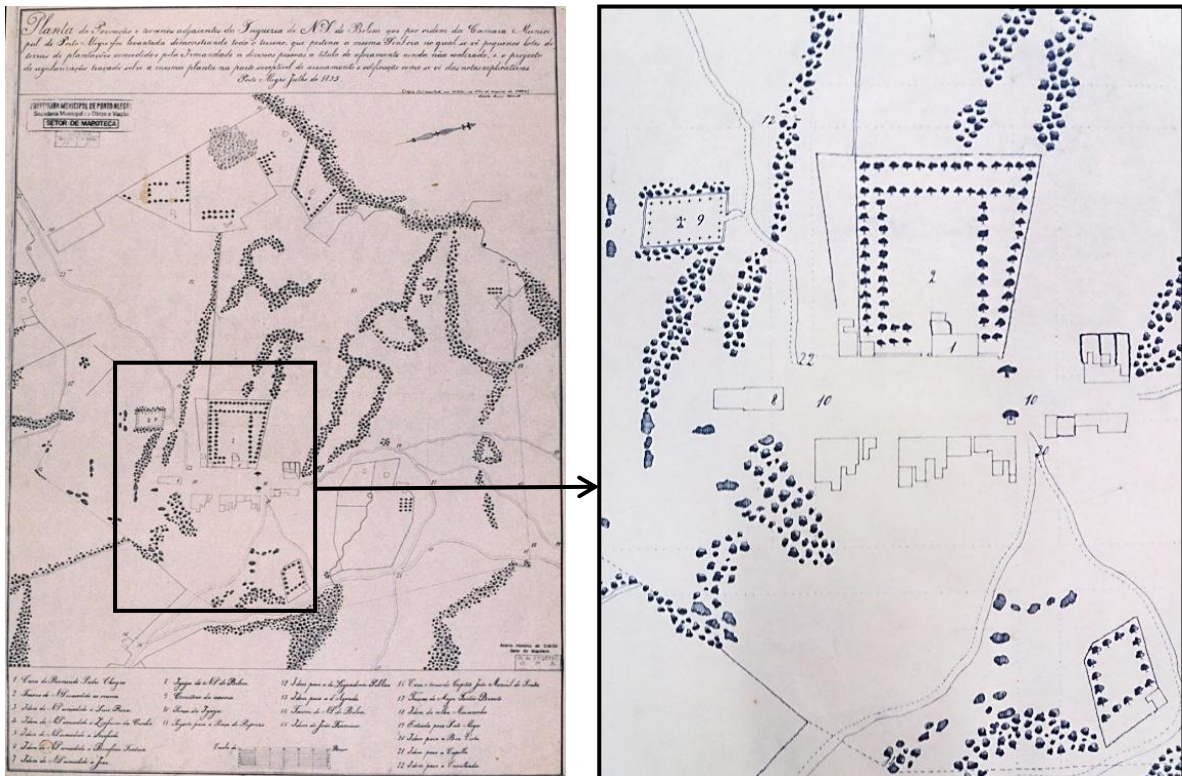


Figura 18 – Planta da povoação e terrenos adjacentes da Freguesia Nossa Senhora de Belém de 1855 e ao lado detalhe (zoom) do núcleo urbano da Freguesia na mesma planta. Legendas: (1) Casa do Padre Chagas (2) Terreno concedido ao mesmo, (8) Igreja Nossa Senhora de Belém, (9) Cemitério, (10) Praça da Igreja, (22) Estrada para a Cavalhada.  
 Fonte: Acervo do AMPAMV. CD-Rom1.

A partir de 1858 a igreja manteve-se sem vigário e, portanto, sem um administrador, fato que muitas vezes havia ocorrido desde a elevação do povoado à freguesia e que ocasionou um interesse por parte da administração pública de transferir a sede da freguesia para outro local. Soma-se a isso o desmoronamento da igreja em 1872, que já vinha sofrendo há duas décadas com problemas estruturais (NEIS, 1972, p.48; NEIS, 1973, p.61). Uma comissão organizada para uma possível reconstrução não a conseguiu de imediato, o que ocorreria somente em 1892 (Figura 19).





Figura 19 – “Capela Nossa Senhora de Belém” em Belém Velho.  
Fonte: Rubem Neis. As Igrejas de Belém Velho. Correio do Povo, 23 de jul. 1972, p.81. Acervo do MCSHJC.

Somente a capela-mór da igreja que desabou foi recuperada e transformada na capela atual do bairro. O ato da recuperação da nova Capela de Belém Novo aconteceu, entretanto, quando Belém Velho já havia perdido sua condição de Freguesia para Belém Novo, porém continuou a existir enquanto povoado, pois algumas famílias permaneceram residindo no local (PAZ; FERNANDEZ; KRAWCZYK, 1994).



## CAPÍTULO 2:

---

### A FORMAÇÃO DO NÚCLEO URBANO DE BELÉM NOVO (1867-1927) – 1ª FASE

*É bem possível que no início do século passado, quando se começou a construir o Farol do Itapuã, lá na boca da Lagoa dos Patos, aí nessa velha estrada do Passo do Lami, já existisse alguma vendola, tal como uma espécie de estalagem para os viajadores que demandavam o Farol. No entanto, isso nunca constituiu nem sequer um lugarejo. Era uma casa, um curral, algumas árvores e essa espetacular figueira rio-grandense, provavelmente avó da atual fícus que ainda hoje ensombra apreciável extensão de terra do antigo campo, ora transformado em praça de Belém Novo.*

*A paisagem não podia ser mais primitiva. E entre baixos campos e areias pardas, uma vegetação rala assinalava algum valo mais fundo, no imenso prado verde que se confinava nas bordas de suaves colinas e o estuário tranquilo do rio ao poente. Ao entardecer, então, as águas tingiam-se de púrpura até a chegada da cortina cinzenta da noite.*

*Podem imaginar como era lindo esse recanto distrital do município de Porto Alegre!  
E daí o seu interesse turístico!*

*(Ary Veiga Sanhudo, 1975, p.192-193)*

## 2.1 Fatores Locacionais e Político-Institucionais: a transferência de local da Freguesia de Belém

Conforme visto, o núcleo urbano de Belém Novo tem suas origens ligadas à transferência da Freguesia de Belém, antes localizada no Morro de São Gonçalo em Belém Velho. O movimento de transferência do local iniciou-se de fato em 1867. De imediato surge a figura de Inácio Antônio da Silva, natural de Viamão, morador de Belém Velho e que adquiriu, em 1865, as terras do chamado “Arado Velho” (Belém Novo), antes pertencentes a Joaquim Mariano Aranha (NEIS, 1973, p.61). De acordo com Cruz; Fernandez; Gomes (2000), Inácio seria um grande incentivador da mudança e doaria uma parte de suas terras para a construção do novo povoado (Figura 20).



Figura 20 – Imagem de Inácio Antônio da Silva, em reportagem sobre a fundação de Belém Novo realizada pelo Padre Rubem Neis.  
Fonte: NEIS. Rubem. Belém Novo em seus inícios. Correio do Povo, 11 fev. 1973, p. 63. Acervo do MCSHJC.

Entretanto, qual era o principal motivo para a transferência da freguesia? Como analisado nos “Antecedentes Históricos”, a economia que se formava em Porto Alegre e nos núcleos urbanos instalados nas margens dos afluentes do Guaíba dependia do transporte fluvial para a realização do intercâmbio comercial. Segundo Souza e Müller (2007 [1997]), a segunda metade do século XIX em Porto Alegre foi marcada pela implantação de novos meios de comunicação, principalmente pelas companhias de navegação que transportavam mercadorias e passageiros. Dessa maneira, o fator locacional é crucial para a transferência em questão, pois o novo assentamento se daria na

margem do lago Guaíba o que facilitaria a ligação do povoado com Porto Alegre e demais núcleos urbanos, enquanto que em Belém Velho havia uma dificuldade em alavancar uma economia por não possuir um porto e pelo difícil acesso por terra. Em que pese, a mudança foi uma decisão municipal, primeiramente estipulada pela Lei Provincial nº 616 de 12 de outubro de 1867, que dispõe que a sede da freguesia fosse transferida para a margem do Guaíba, em um local a escolher pela presidência, entre o Passo do Salso e do Lami.

Dessa forma, em 1868, a Câmara Municipal de Porto Alegre, com ordens do Presidente da Província Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello<sup>33</sup>, encaminhou uma comissão para estudar e precisar o local onde seria estabelecida a nova freguesia.

A lei n. 616 de 12 de outubro de 1867 transferiu a sede da freguesia de N.S. de Belém para a margem do rio Guayba, no lugar que fosse julgado mais conveniente pela presidência, entre o passo do Salso e o do Lamy, e pelo §18 do art. 2º dado orçamento vigente foi autorizada a mesma presidência a despende, pela verba – eventuais – até a quantia de 1:000.000 reis com a mudança da sede da mesma freguesia. Para esse fim nomeei uma comissão composta dos cidadãos José Manoel Corrêa, Luiz Belmiro da Silva Rosa e Jose Candido de Figueiredo. Em 1º de Fevereiro encarreguei ao engenheiro ajudante Dr. Antonio de Mascarenhas Telles de Freitas de escolher o lugar mais apropriado para ne'le ser situado a nova freguesia (MELLO, Francisco I. Homem de. 13 abr. 1868, p.12-13<sup>34</sup>).

De acordo com Weimer (2004), planos e ampliações de cidades existentes no Rio Grande do Sul eram realizados e acompanhados por engenheiros militares da Secretaria de Obras Públicas, assim Antônio Mascarenhas Teles de Freitas<sup>35</sup>, seria o encarregado de escolher o local da nova Freguesia de Belém.

---

<sup>33</sup> Ou Barão Homem de Mello. Foi Presidente da Província sulina de janeiro de 1867 a abril de 1868.

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/252263/2943>>

<sup>35</sup> Segundo pesquisas de Paulo Roberto Sautd Moreira (2014, p.103), “Antônio Mascarenhas Telles de Freitas atuou como coadjuvador Ajudante do Diretor do Arquivo Provincial desde a sua provisão de 06.03.1862 até o fechamento deste arquivo em 01.07.1864. Entre 1864 e 1865 foi fiscal da obra da muralha da cadeia civil de Porto Alegre.” Segundo Relatório do Presidente Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1867 (p.35), o então Presidente organizou a repartição de obras públicas, nomeando para chefe da mesma o engenheiro Francisco Nunes de Miranda e para ajudantes os engenheiros Antonio Eleuterio de Camargo e Antônio Mascarenhas Telles de Freitas. Os desenhistas nomeados eram Ramualdo de Abreo e Silva e José Candido Coelho de Souza. Porém, segundo o mesmo relatório, o engenheiro chefe pediu exoneração do cargo, assim a repartição ficou funcionando sob a direção dos engenheiros ajudantes. Ainda segundo Moreira, Antônio Mascarenhas Telles Freitas “entre fevereiro de 1867 e 1871 foi Engenheiro Ajudante das Obras Públicas provinciais, sendo nomeado Diretor Chefe do 4º Distrito por provisão de 15.07.1871. Em 10.05 do ano seguinte foi nomeado Diretor da Repartição de Obras Públicas e Chefe da 1º Seção. Entre 1872 (22.11) e 1873 foi Engenheiro Fiscal das Companhias de Gás e Bondes e entre 20.10.1874 e 1877 foi Engenheiro Ajudante do Diretor das Obras Públicas.”

Conforme determinado pelo Presidente da Província, após a visita realizada pelo Engenheiro ajudante Antônio Mascarenhas Telles de Freitas, o mesmo encaminhou ao Presidente da Província, em março de 1868, um ofício com suas observações. O ofício foi copiado no livro de correspondências da Câmara Municipal à pedido do então Presidente da Província. Na primeira parte do texto o engenheiro recomenda a exata localização da nova freguesia:

Repartição de Obras Públicas Provinciais em Porto Alegre, 3 de março de 1868. III.<sup>mo</sup> Ex.<sup>mo</sup> Sr.<sup>o</sup>. Em cumprimento a ordem de V. Ex.<sup>a</sup> de 1<sup>o</sup> de fevereiro findo, dirige-me a diversos lugares na margem esquerda do rio Guahyba – afim de escolher aquelle que mais apropriado estivesse para nelle ser situada a nossa Freguesia de Belém. O morro denominado Cuica, já a V. Ex.<sup>a</sup> ofertado para nele situar-se essa villa, de modo algum se presta pela sua grande inclinação para o rio. Encontrei dois outros lugares em igualdade de condição, no que dis respeito a porto para embarques e desembarques, mas um deles não tem boa estrada para esta Cidade; a vista pois da confrontação do maior número de vantagens que cada um deles oferecia, fixei-me num lugar denominado – morrinho – entre a Ponta do Fagundes e a ponta do arado velho onde foi a fazenda do fallecido Aranha. As vantagens deste lugar são: bom ancoradouro resguardado por recifes que se proliferam de uma ponta a outra, o que é uma garantia para a navegação, boa estrada de rodagem para a Cidade pela Cavalhada, e um terreno elevado, porém de pouca inclinação [...] (Correspondências Recebidas (1867-1868), Livro 31, 03 mar. 1868).

Por meio deste trecho é possível inferir novamente a importância, à época, dos acessos e dos meios de transporte, tanto fluvial como por terra, para o estabelecimento da nova freguesia. A preocupação com o melhor local para a instalação de um porto, com bom ancoradouro e desprovido de recifes para a navegação, e a escolha do lugar com melhor acesso terrestre para o centro da cidade são evidentes e demonstram o quanto o fator locacional foi decisivo para a transferência da freguesia. Além disso, o engenheiro responsável ainda recomenda a localização da povoação em terreno alto, no chamado “morrinho”, tendo como influência os tradicionais núcleos coloniais portugueses de implantação em colinas, como ocorreu no núcleo inicial (península) de Porto Alegre, e dando atenção principal a segurança e salubridade. Assim, por meio do mesmo ofício, também encaminha uma planta<sup>36</sup>, orientando a largura e a arborização das ruas e a dimensão da praça principal.

[...] A pois disso demarqueei o lugar, e nesta ocasião apresento a planta para o alinhamento das ruas e quadras. A praça principal tem cento e vinte metros (540 palmos) de largura sobre 190 metros de comprimento (855 palmos) as ruas que dão entrada para à Freguesia tem vinte e dois metros (99 palmos), e as outras desesete metros e sessenta centímetros. Tanto a praça como as duas ruas principais e a rua que margeia o rio, a qual tem vinte oito metros de largura devem ser arborizadas; a primeira fileiras de árvores deve distar sempre do alinhamento do cordão três metros e cinco decímetros (16 palmos) e a distância de cada árvores a outra da mesma fileira seis metros (27 palmos). Se a Câmara

---

<sup>36</sup> Não localizada.

Municipal prescrever que, no acto de dar-se o alinhamento para cada casa demarque-lhes também os lugares em que os moradores devem plantar as árvores, sem dispender, e irreversivelmente ficará a nossa freguesia toda arborizada [...] (Correspondências Recebidas (1867-1868), Livro 31, 03 mar. 1868).

Todavia, no “morrinho” já estava localizada a residência<sup>37</sup> e a atafona<sup>38</sup> de Ignácio Antônio da Silva, além disso, em local próximo ainda havia uma olaria<sup>39</sup>, também pertencente a Ignácio e que estava localizada onde engenheiro havia demarcado a praça principal.

[...] Para orientação da planta que apresento a V. Ex.a deve de ter em vista que a casa – A – do dono do sítio fica já na quina de uma rua projectada em tinta negra. Há no lugar dois edifícios que o referido dono pode mais para diante remover, com alguma indenização; a saber: uma atafona e a olaria, os iguais edifícios com a *quantia* de setecentos mil réis podem ser desmanchados e reconstruídos pouco distante: a atafona se acha em frente a casa demarcada na planta e a olaria na praça. A planta e o orçamento da Capela logo que estejam concluídos remeterei a V. Ex.a (Correspondências Recebidas (1867-1868), Livro 31, 03 mar. 1868).

O então Presidente da Província concordaria com o local escolhido pelo engenheiro, conforme a passagem:

Pelos exames á que procedeu o mesmo engenheiro, reconheceu elle ser preferível o lugar chamado – Morrinho, – entre a ponta do Fagundes – e a do Arado Velho, - onde foi a fazenda do falecido Aranha tendo já me apresentado a planta da freguesia, que em 6 de Março enviei á câmara da capital para dar-lhe execução (MELLO, Francisco I. Homem de. 13 abr. 1868, p.12-13, p.13<sup>40</sup>).

A comissão técnica encarregada pelo Presidente da Província também concordaria com a localização da nova freguesia, realizado apenas ressalvas acerca da praça principal:

A comissão encarregada por esta Municipalidade para dar parecer sobre o lugar escolhido pela Presidência da Província para o qual deve ser removida a sede da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, verificou que a par da excelente situação, ele oferece todas as comodidades precisas para uma povoação. - Quanto à praça, segundo a planta pela qual há de ser fundada a mesma povoação, a Comissão nota que estando ela delineada sobre o comprimento, vai de encontro ao disposto no artigo 4º do Código de Posturas, que exige uma quadra – dos perfeitos, sempre que o terreno permitir. – E como o terreno que se trata, com a demolição de um pequeno serrito ficará inteiramente nivelada, e por isso no caso de ser executado o que determina o referido artigo de Posturas, a Comissão é de parecer que se peça a autorização a Presidência da Província para ser alterada nesta parte a referida planta; e igualmente se peça a entrada – da quantia de um conto de réis consignada no §18 da Lei 648, de 29-11-1867, para assim ficar a Câmara habilitada a promover a mudança da referida

<sup>37</sup> Não há vestígios materiais. No local hoje está o prédio do antigo Hotel Cassino.

<sup>38</sup> Casa de moagem.

<sup>39</sup> Não há vestígios materiais. No local hoje está a Sociedade Polônia.

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/252263/2944>>.



povoação com a brevidade que desejam seus habitantes (Parecer da Comissão apud NEIS, 1973, p.61).

O processo entrou em estagnação e somente três anos depois, por meio da Lei n.º 764 de 04 de maio 1871, a sede da freguesia de Nossa Senhora de Belém foi transferida para a margem do Guaíba, no local a escolher. Apesar dos pareceres favoráveis tanto da Presidência quanto da comissão, Ignácio alegou que o novo arraial estabelecer-se-ia muito próximo de sua residência e atafona e assim propôs a doação de terras que não afetassem a sua fazenda, que era mantida principalmente por sua olaria, que exportava pelo Guaíba os produtos até o centro de Porto Alegre (CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000) (Figura 21).

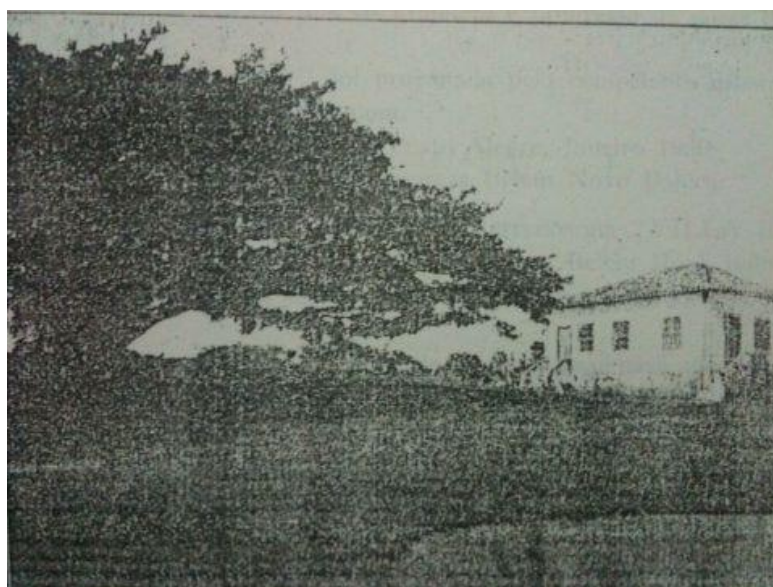


Figura 21 – Antiga casa de Ignácio Antônio da Silva no “morrinho”. Não restaram vestígios materiais da mesma. Fonte: Imagem fornecida por Jairo Vieira<sup>41</sup>. Autor desconhecido, sem data.

Ignácio Antônio da Silva, dentro da historiografia do bairro, é tido como uma figura central e decisiva para a formação da nova Freguesia de Belém por ter incentivado a mudança e doado terras para a efetivação da transferência. Fernandez (2004) levanta hipóteses acerca do “herói fundador” e seu “caráter filantrópico”. Segundo o pesquisador, no manifesto popular dos moradores de Belém Velho solicitando a transferência ao Presidente da Província em 1865, entende-se que com a doação de terras feitas por Ignácio para a nova freguesia, o poder público compraria outros terrenos seus. Como Ignácio já possuía residência, atafona e olaria em Belém Novo, o autor levanta também a hipótese de que com um núcleo urbano e uma melhor infraestrutura nas proximidades de sua fazenda, seus produtos seriam mais facilmente escoados. Fernandez ainda suscita

---

<sup>41</sup> Morador do Bairro Belém Novo.



uma terceira hipótese: de que Ignácio poderia almejar uma carreira política, pois foi vereador da Câmara Municipal à época <sup>42</sup>.

Somente em 1875 com a doação de dezesseis hectares ocorreu um acordo entre o poder público e Ignácio, conforme aponta Érico Pinheiro Fernandez (2004) em seu artigo “Zona Sul de Porto Alegre: pensar hoje o que será ontem”. Conforme Neis (1973, p.63), não sendo suficientes as terras doadas por Ignácio, algumas ainda foram adquiridas, em 1879, na volta do local onde se localizaria a igreja, para serem aforadas tendo a igreja como beneficiária, e assim conformar a povoação.

Tendo o cidadão Ignacio Antonio da Silva e sua mulher feito doação dos terrenos necessários para a construção da matriz, império, escola pública, casa de residência do parócho e cemitério desta nova povoação no Arado Velho, segundo declaração por elles assignada, determinei á directoria provincial, em officio de 26 de Junho [1876] último, que por parte da provincia, aceitasse a referida doação, fazendo-a representar, na forma da lei no acto da escriptura publica. Por acto de 3 de Julho designei o local para a trasferencia da séde, desta freguesia, cuja effectiva transferencia terá lugar, logo que, construída a igreja matriz, nella possão celebrar-se os actos divinos. Em 1 de Agosto nomeei uma comissão composta do referido doador, do Rev. vigario da freguezia Barnabé Corrêa da Camara e dos cidadãos Manoel Antonio Fagundes, João Baptista e Magalhães e Luiz Belmiro da Silva Rosa para se encarregarem de lançar os fundamentos da mesma igreja por donativos particulares que a mesma comissão obtiver, proseguindo nos trabalhos da edificação d’essa mesma igreja, conforme os meios que puder alcançar até que a provincia possa auxiliar essa obra com qualquer quantia que para esse fim a assembléa houver de decretar. Na mesma ocasião enviei a planta da povoação futura, bem como a da matriz, afim de que a comissão por ella reja-se na fundação da igreja (ARARIPE, Tristão Alencar, 05 fev. 1877, p.51<sup>43</sup>).

A planta referida na passagem pelo Presidente da Província, apresentada a seguir, trata-se de um levantamento e, ao que parece, uma proposta de desenho urbano para a nova freguesia, realizada pelo então Engenheiro da Câmara Manuel José Nunes D’azevedo<sup>44</sup> demandada pelo Conductor da Repartição de Obras Públicas João Propício Rodrigues da Silva<sup>45</sup> em 1876 (Figura 22 e 23).

---

<sup>42</sup> Ainda foi verificado pela autora deste trabalho que Ignácio possuía pelo menos dois “hiates”, um chamado *Dourado* (PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Polícia. Porto Alegre, 15 fev. 1883, p.25. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/252263/5125>>) e um outro chamado *Liberal*, que teria naufragado em 1888 (A Federação, 14 abr. 1888, p.1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/4371>>). Ignácio também foi presidente da seção eleitoral de Belém Novo em pelo menos 1891 (A Federação, 9 abr. 1891, p.3. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/6143>>) e 1893 (A Federação, 3 mar. 1893, p.3. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20188&pesq=>>).

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/252263/4163>>

<sup>44</sup> Segundo estudos de Daniela Marzola Fialho (2013) em seu artigo “As plantas de Porto Alegre de 1876 e 1888”, não existem muitas informações sobre Manuel José Nunes D’azevedo, mas sabe-se que o mesmo era agrimensor e foi contratado como substituto do Engenheiro da Câmara em 04 de



Figura 22 – “Planta da nova Freguesia de Belém levantada pelo Engenheiro Manoel José Nunes D’Azavedo demandada pelo Conductor da Repartição de Obras Públicas João Propício Rodrigues da Silva em 1876” feita em escala 1:2000.

Fonte: Acervo da Mapoteca do AHPAMV.

fevereiro de 1876, sendo nomeado em definitivo para o cargo logo em seguida, na data de 23 de março de 1876. Entre os mapas realizados por ele, estaria a Planta de Porto Alegre de 1876, a qual não existe mais fisicamente, restando apenas informações a seu respeito em documentos da Câmara de Vereadores da cidade. Além desse, produziu a *Planta topographica dos trabalhos executados pela Comissão exploradora do Alto Uruguay* em 1863 e mais duas plantas de parte da cidade de Porto Alegre, uma delas da Freguesia de Belém. Demitiu-se de seu cargo em 27 de julho de 1878.

<sup>45</sup> Segundo Paulo Roberto Sautd Moreira (2014, p.103), “o cadete João Propício Rodrigues da Silva teve título de agrimensor registrado na província desde 1857. Entre 1856 e 1861 foi Praticante de Desenho Extraordinário para serviço do arquivo provincial. (...) Por provisão de 16.01.1871 foi empossado como Conductor (Obras Públicas), onde ficou até 1889.”

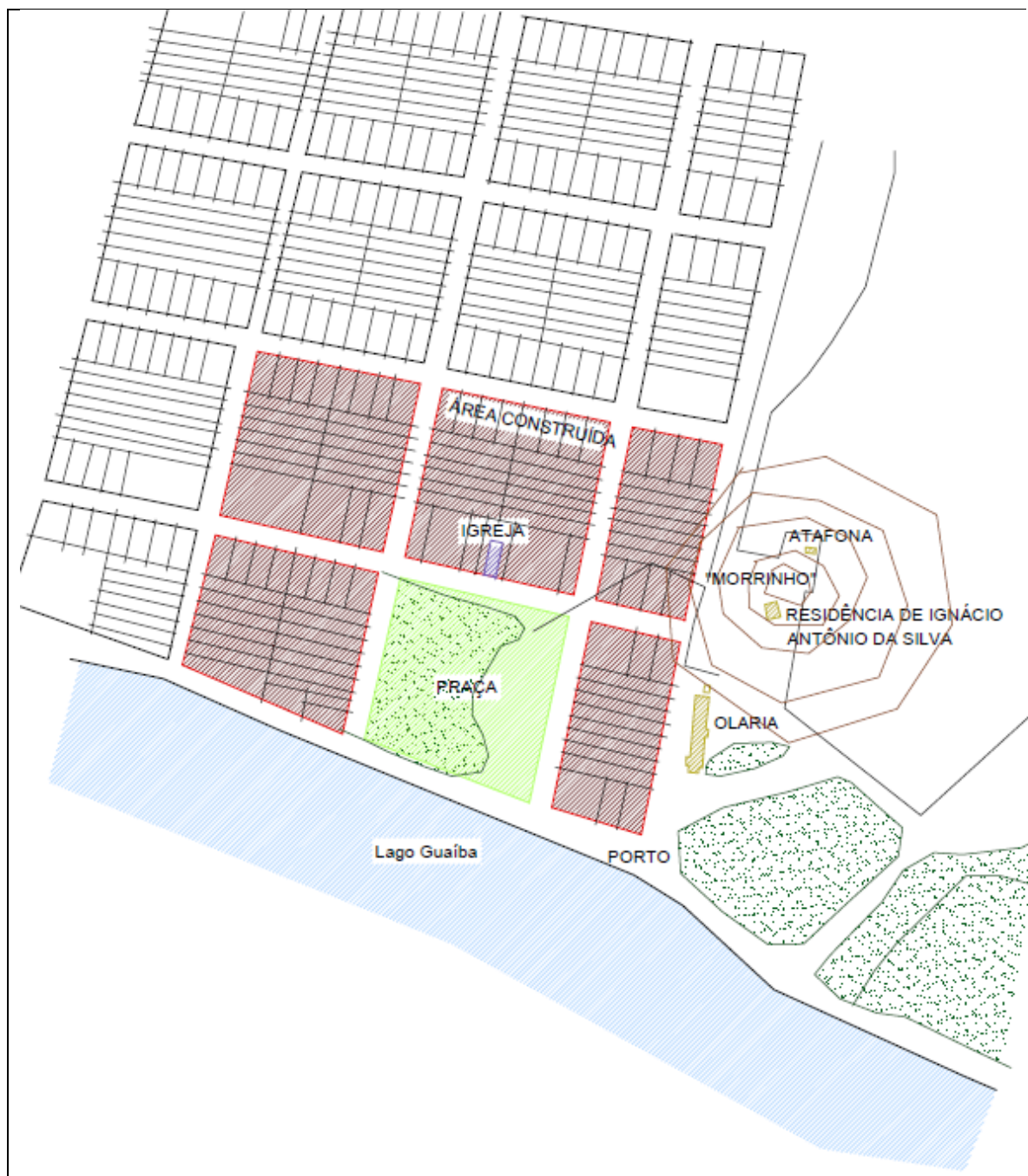


Figura 23 – Reprodução da Planta na nova Freguesia de Belém. As quadras e lotes demarcados são a porção de terras aforadas pela igreja, as demais quadras ilustradas não correspondem à realidade. Na planta ainda foram localizadas a olaria e a residência e atafona, no chamado “morrinho”, de Ignácio Antônio da Silva.  
Fonte: Elaborada pela autora com base na *Planta da nova Freguesia de Belém* de 1876.

Conforme a planta, a conformação da Freguesia de Belém (Figura 24) delineou-se de forma muito semelhante aos núcleos coloniais portugueses, pois a capela Nossa Senhora de Belém foi o marco inicial e possuía local de destaque, sendo o centro da vida religiosa e social do povoado, além de ser envolvida pelas casas das famílias que iriam ali residir. Segundo Marx (1991), desde o século XVIII, desenhos mais rigorosos em novas fundações de núcleos já eram observados principalmente no sul, norte e centro-oeste do



país. “Impressionam pela ortogonalidade de suas ruas, pela presença de uma praça central e por outros cuidados, como a orientação, a declividade para o escoamento das águas, a largura das vias e dos terrenos” (MARX, 1991, p.97).

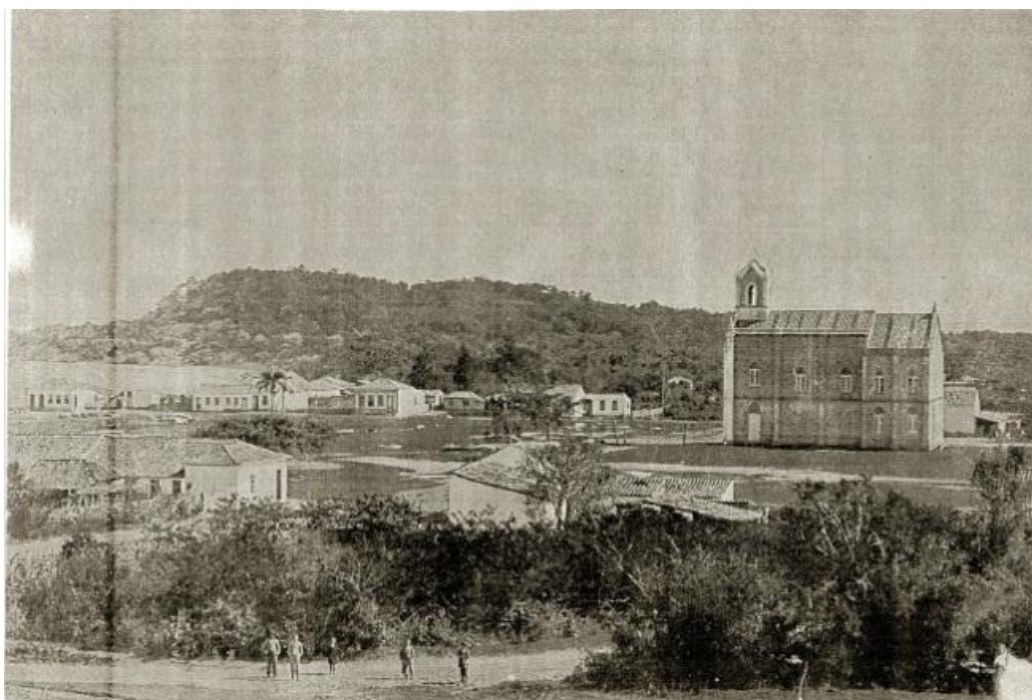


Figura 24 – Conformação inicial do Bairro Belém Novo e a Igreja Matriz em destaque. A fotografia foi tirada a partir do “morrinho”, primeiro local a ser pensado para a locação da freguesia.  
Fonte: BELÉM NOVO. Autor desconhecido, sem data.

Conforme Souza (2000), no caso do Rio Grande do Sul, a maioria das cidades gaúchas que surgiram durante a ocupação do território, que se deu a partir do século XVIII, possuem o traço o traço regular em quadrícula em comum. Mesmo os núcleos fundados para imigrantes que chegaram ao estado a partir do século XIX, oriundos de diferentes países europeus, como portugueses açorianos, alemães ou italianos, o traçado xadrez era unânime ainda que, por muitas vezes, precisasse defrontar uma topografia acidentada, como no caso das serras (Caxias do Sul, Farroupilha, Lajeado, etc). Cidades como Bagé, São Gabriel e Santa Maria<sup>46</sup>, eram fruto de um acampamento militar no qual um traçado xadrez era facilmente implantado locando nele os quartéis. Dessa maneira, tanto cidades localizadas na região norte, como cidades da região da campanha utilizavam majoritariamente o mesmo tipo de desenho.

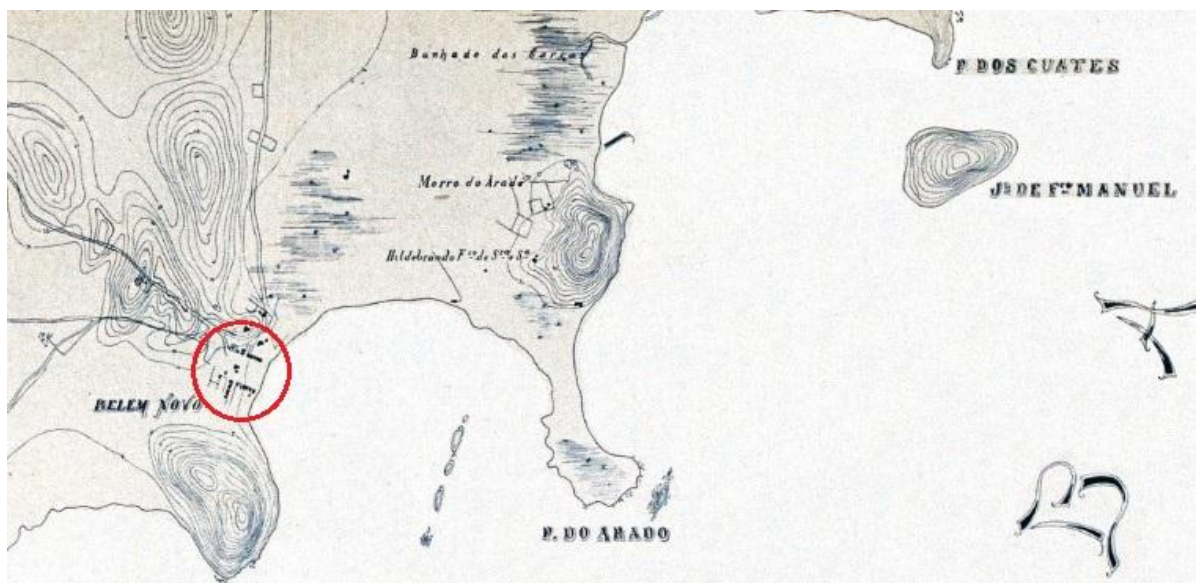
Em relação à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, manteve-se como o segundo distrito de Porto Alegre. Foi elevada à condição de vila e sede do

---

<sup>46</sup> Algumas das primeiras cidades a surgirem na porção sul do estado.

município, conforme a Lei Provincial n.º 1.247, de 11 de junho de 1880, emancipando-se<sup>47</sup> de Porto Alegre e fixando seus limites, entre eles parte da Freguesia de Belém. Em 1883 Viamão foi criada a Comarca de Viamão, compreendendo os municípios de Gravataí e Viamão (SOUZA, 2008; FORTES e WAGNER, 1963).

A Freguesia de Belém foi transferida definitivamente através do Ato s/n.º de 14 de fevereiro 1880, dentro de um período (final do século XIX, principalmente a partir de 1870) em que o país estava sendo atingido por ideias reformadoras, como as correntes do positivismo, liberalismo e cientificismo. Junto dessas correntes, baseadas, sobretudo, na *razão*, eram trazidos debates a respeito da união entre Estado e Igreja, assunto que já havia entrado em discussão muito antes, com o advento da Reforma Protestante no século XVI e da Revolução Francesa no século XVIII, por exemplo. Nessa última, a administração de hospitais, asilos, cemitérios, escolas, orfanatos, entre outras, realizada pela Igreja, já era reivindicada pelo Estado. No Brasil, mesmo em 1822, com a Independência, a união entre Estado e Igreja Católica foi mantida, bem como suas leis, costumes e a tradição portuguesa, pois essa união ainda era considerada indissolúvel para a organização política e social do país (SOUZA, M., 2013). Com a República, o país tornou-se um Estado laico, pelo Decreto nº 119-A, de 07/01/1890, separando de vez aquele binômio. Em 1890, a comarca de Porto Alegre foi dividida em distritos especiais, sendo o 3º as paróquias de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí e Belém do Guaíba. Já em 1892, por meio do Ato Municipal n.º 7, Porto Alegre foi dividida em seis distritos, sendo o 5º, Belém Novo, um distrito suburbano e não mais uma freguesia (FORTES e WAGNER, 1963) (Figura 25).



<sup>47</sup> Gravataí também se emancipou de Porto Alegre na mesma data.

Figura 25 – Parte da *Planta Topográfica e Ortográfica dos 4º e 5º Districtos do Município de Porto Alegre* (1896) com a localização dos primeiros assentamentos da nova “Freguesia de Belém” ou Belém Novo às margens do Guaíba.

Fonte: Acervo Digital do AHPAMV. CD-Rom1.

Ao final do período, por meio do Ato Municipal n.º 118 de 02 de janeiro 1915, Porto Alegre chegaria a dez distritos, cinco urbanos e os demais (6º Belém Novo, 7º Pedras Brancas, 8º Barra do Ribeiro, 9º Mariana Pimentel e 10º Ilhas Fronteiras), suburbanos. (FORTES e WAGNER, 1963) (Figura 26).



Figura 26 – Planta da cidade de Porto Alegre de 1916 com demarcação dos cinco primeiros distritos.  
Fonte: Acervo do GEDURB, PROPUR – UFRGS, com alterações da autora.

Também após a Proclamação da República, por Ato Municipal datado de 07 de fevereiro de 1895, Viamão foi dividido em três distritos: Lombas, Estiva e Itapuan. Em 1911 sua divisão administrativa seria constituída dos distritos de Viamão, Itapuan e Lombas. Em 1925, foi criado o distrito de Passo da Areia e anexado ao município de Viamão<sup>48</sup>.

## 2.2 Fatores Socioculturais: a Igreja Matriz como centralizadora das sociabilidades

De acordo com Neis (1973, p.47), em 1876 foi lançada a pedra fundamental da Igreja Matriz de Belém Novo, abençoada por meio de uma missa solene em 25 de setembro do mesmo ano. A construção propriamente dita começaria em fevereiro de 1877,

<sup>48</sup> CIDADES IBGE.

em duas etapas, tendo como Presidente da Comissão de Construção o próprio doador das terras, Ignácio Antônio da Silva. A primeira fase ocorreu entre fevereiro de 1877 e 1880 e a segunda de 1882 a 1885. Na primeira fase foram concluídas a capela-mor, as sacristias e o cemitério, bem como aponta o Relatório do Presidente da Província à época:

Por acto de 14 tambem de fevereiro [1878] findo, usando da faculdade concedida pela Lei n.764 de 4 de Maio de 1871 e tendo em vista o acto desta Presidencia de 3 de Julho de 1976, fiz effectiva transferencia da sede desta Freguezia para o local denominado – Arado Velho – onde se acham já concluídas a capella mór da nova Igreja matriz, sachristia e respectivo cemiterio, segundo declaram, em petição do alludido mez, diversas autoridades e a comissão encarregada destas obras (FLORES, Carlos Thompson, 15 abr. 1880, p. 51<sup>49</sup>).

Na segunda fase deu-se a construção do corpo da igreja e de sua torre, de seu reboco, a colocação do soalho e da porta principal. Em 1885, houve o fechamento da torre. Segundo Neis (1973, p.47), foi gasta uma quantia de 30 contos de réis, sendo que dessa quantia o governo da Província contribuiu com 27 contos de réis. O restante foram contribuições de particulares, como Inácio Antônio da Silva com o terreno e mais uma quantia, o Barão de São José do Norte, o Barão de Jaguarão, o Barão do Caí, o Barão de São Borja e mais uma modesta quantia doada pela população e doação em tijolos. A igreja foi construída por mão-de-obra particular e por escravos emprestados de particulares.

Ao final de sua primeira fase de construção, em 1880, foi marcada definitivamente a transferência da Freguesia de Nossa Senhora de Belém ou Freguesia de Belém do Guaybha para o Arado Velho. Em 10 de abril de 1880, foi marcada uma missa em Belém Velho e em seguida foi transferida para Belém Novo a Imagem de Nossa Senhora de Belém. No dia 11, foi realizada uma missa em Belém Novo, bem como uma festa com banda de música, orquestra e corridas de cavalhadas, estando a igreja, a praça e o trapiche iluminados e embandeirados. À noite ainda ocorreu uma queima de fogos de artifício. No dia seguinte foi realizada mais uma missa e novamente corridas de cavalhadas.

O evento foi divulgado no jornal A Reforma<sup>50</sup> (Figura 27) e convidava os moradores da área central da cidade para que participassem da comemoração, podendo chegar ao local por meio de vapores da Companhia Fluvial. Ao longo da semana que precedeu a festa, diversas chamadas foram publicadas no periódico que considerou a transferência da freguesia como algo “longamente almejado pelos belemnistas, que veem nesse acto uma

---

<sup>49</sup> Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/252263/4608>>

<sup>50</sup> Foram encontrados convites aos festejos nas edições do jornal A Reforma de 01 de abr. 1880, 09 de abr. 1880 e 10 de abr. 1880, no acervo do MSHJC.



nova era de prosperidade para aquela ubérrima parte do globo” (PASSERIO á vapor. A Reforma, p.3, 9 abr. 1880).

Antonio Marques de Carvalho. 9, 10 e 11.

### Passeio á vapor

Devido realizar-se, no dia 11 do corrente, os festejos pela trasladação da Imagem de N. S. de Belém e inauguração da futura povoação á margem do Guahyba, lugar denominado — Arado Velho —, o devoto cidadão Boaventura Marques da Silva, para maior brilhantismo dos festejos, tem fretado um dos melhores vapores que navegam o rio Jacuhy, para fazer um passeio com musica, no dia e lugar acima referidos, devendo partir deste porto ás 7 horas da manhã, regressando ás 6 da tarde.

O publico da capital, com a facilidade de transporte e promessa dos festejos, conforme o programma publicado, tem occasião de gosar um dia perfeitamente agradável, concorrendo tambem para abri hantar e acto da remoção da sede da velha freguezia de Belém, tão longamente almejado pelos belemnistas, que veem nesse acto uma nova era de prosperidade para aquella uberrima parte do globo

No lugar já referido, encontrarão diferentes casas de pasto que offerecem todas as commodidades.

A passagem, viagem re'onda, 3:000, e os bilhetes estão á disposição do publico na casa de Boaventura Marques da Silva, Caminho Novo e praça Conde d'Eu n. 9.

N. B.—No porto da freguezia ha um trapiche para embarque e desembarque dos pasageiros.

529—5—3

Os adv...  
Correio de...  
minondas...  
ra têm o...  
rua dos A...  
dem ahí s...  
ra os mist...  
fissão em...  
das 9 ás 3...  
N. 420—8—5

Alberto Ribe...  
as qualidades de...  
tes premeiados...  
Paga preco melh...  
Porto Alegre...  
N. 420—8—5

Joto I...  
ex juiz m...  
de Rio Pa...  
seu escri...  
de Santa...  
General C...  
ga-se de...  
lho conce

Figura 27 – Convite para os festejos em Belém Novo com ida em barcos à vapor.  
Fonte: Passeio á vapor. A Reforma, 9 abr. 1880, p.3. Acervo do MCSHJC.

No dia 13 de abril de 1880, foi emitida uma nota no mesmo periódico sobre como a festa do dia 11, na nova Freguesia de Belém, havia saído tal qual o planejado, saindo do porto localizado na península três vapores completamente lotados.

As festas religiosas se configuram desde os primeiros séculos de colonização no Brasil e se perpetuam até os dias atuais, constituindo-se de um verdadeiro patrimônio cultural. Segundo Jurkevics:

O espaço de sociabilidade, para a maior parte da população, se realizava fora do âmbito domiciliar, uma vez que os grandes momentos de interação social eram as festas religiosas. As práticas católicas eram marcadas por efusivas manifestações de fé visíveis nas missas com corais, nas procissões – caminho do devoto à Casa do Pai – repletas de alegorias e nas festas com músicas, danças, comidas, bebidas e fogos de artifício (JURKEVICS, 2005, p.74).

De acordo com a autora, as grandes distâncias separavam a população e somado a isso havia uma grande dificuldade em relação ao transporte, eram nos festejos religiosos



em freguesias, vilas e cidades que havia a reunião da população, como uma das únicas formas e momentos de divertimento e sociabilidade. Assim, as festas contavam com a participação dos moradores locais e dos arredores, principalmente para celebrar os santos protetores.

Em outras oportunidades, como foi verificado no jornal A Reforma de 9 de dezembro de 1880, eram feitas viagens à passeio até a Freguesia de Belém ou Arado Velho (Figura 28), demonstrando já uma vocação como local de lazer e recreação desde o ano de sua fundação oficial.



Figura 28 – Convite de passeio até a Freguesia de Belém ou Arado Velho.  
Fonte: Passeio ao Arado Velho. In: A Reforma, 09 dez. 1880, p. 3. Acervo do MCSHJC.

A nova Freguesia de Belém, foi por muitas vezes percebida pelos viajantes que, ao chegarem à península pelo Guaíba, podiam avistar o povoado do lago. Jakob Theodor Grimm, que veio para o Brasil em 1878 e fixou-se em São Leopoldo, publicou em 1882 uma biografia sobre o Rio Grande do Sul que ainda seria ampliada em 1891. Sobre Belém Novo escreveu:

No lado oriental do Guaíba, a cerca de 17 quilômetros (2,5 léguas) do sudeste de Porto Alegre, encontra-se a freguesia de Nossa Senhora de Belém. Do outeiro no qual a freguesia está situada pode-se desfrutar de uma vista maravilhosa sobre a área adjacente e a bacia do Guaíba. Os habitantes trabalhadores se dedicam, sobretudo, ao cultivo de plantas alimentícias (GRIMM apud NOAL FILHO e FRANCO, 2004, p.25).

Vittorio Buccelli, foi um viajante italiano que veio ao Rio Grande do Sul em 1904, à convite do Partido Republicano Riograndense (PRR) com a missão de apresentar um relatório (publicado em 1906) de sua estadia no Estado, buscou enaltecê-lo enquanto espaço imigratório notável para o crescimento econômico-social do imigrante europeu,

realizando assim uma propaganda para o partido. Buccelli referiu-se em seu relatório à Belém Novo como um “pitoresco povoado” (BUCCELLI, 2016 [1906], p.167), e também foi percebido pelo viajante enquanto navegava pelo Guaíba: “instantes depois, avistávamos à nossa direita o vilarejo de Belém Novo, do qual se destaca a igreja grande e branca como um gigante no meio de uma turba de anões” (2016 [1906], p.70). Buccelli é o autor de umas das mais antigas fotografias do povoado (Figura 29).

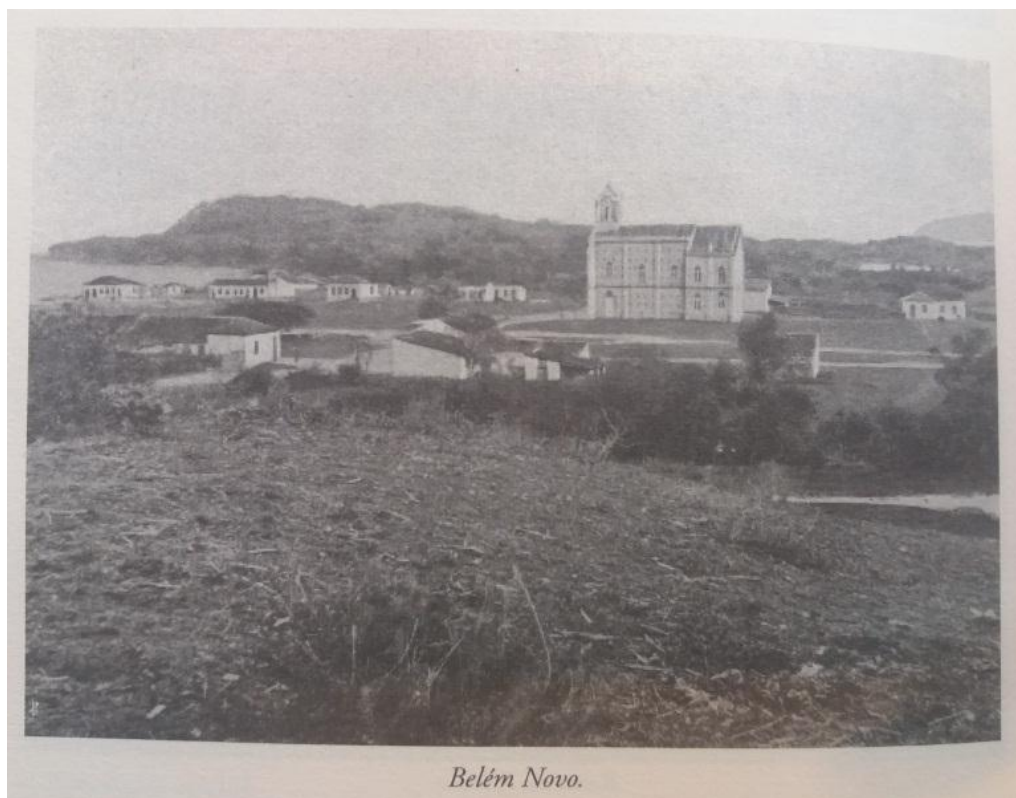


Figura 29 – Conformação inicial do Bairro Belém Novo e a Igreja Matriz em destaque.  
Fonte: Vittorio Buccelli, 2016, p.74.

A praça em frente à igreja ainda não existia quando da visita de Buccelli, tratava-se apenas de um campo (Figura 30). O aterro da então Praça de Belém Novo, que mais tarde passaria a chamar-se Praça Ignácio Antônio da Silva, começaria em fins do ano de 1907<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> A Federação, p.1, 24 dez. 1907. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/19775>>

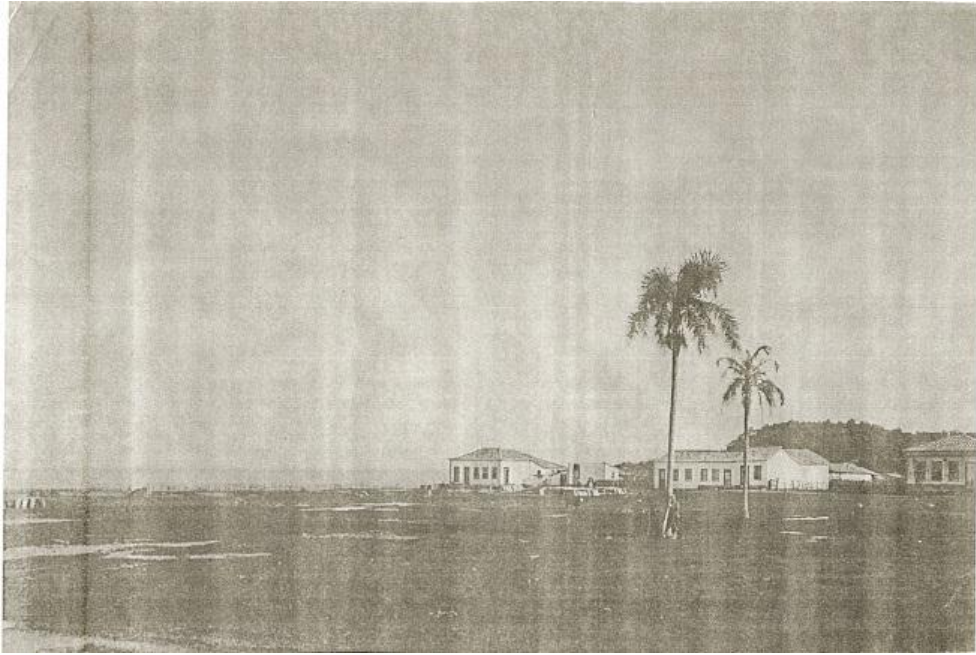


Figura 30 – Local onde seria, mais tarde, instalada a praça principal.  
Fonte: BELÉM NOVO. Autor desconhecido, sem data.

Pedroso (1991) retrata aspectos importantes acerca da paisagem do mesmo em seus primeiros anos. Sobre a praça, relembra:

Na Praça Principal que fica na frente da Igreja tinha um corredor de coqueiros e plátanos que ia até o trapiche. O resto era um enorme campo onde, à noite, bois, vacas e cavalos, depois de beberem água no rio, se agrupavam e dormiam, causando, às vezes, sustos e tropeços quando voltávamos de visita à casa da Vovó Chiquinha, em noites escuras (PEDROSO, 1991, p.12).

Ainda complementa em relação às atividades sociais e recreativas desenvolvidas na chamada praça à época:

Na frente da igreja, nesse campo que chamávamos de praça, na primavera e no verão as senhoritas, rapazes e crianças, brincavam de roda, chicote queimado e outras brincadeiras. As mães botavam as cadeiras na frente das casas e ficavam conversando enquanto brincávamos. Assim se vivia. Tão alegres e felizes (PEDROSO, 1991, p. 15).

Em relação à construção da praça principal, não foram encontradas referências sobre seu projeto e execução.

## **2.3 Fatores Econômicos: Belém Novo distante da área industrial de Porto Alegre e região**

Segundo Franco (1998), o final do século XIX é marcado pelo aparecimento das primeiras indústrias em Porto Alegre. Antes disso, apenas moinhos de vento em razão da produção do trigo constam na historiografia da cidade. O autor destaca que “como em todo o país, o escravismo freava o nascimento e a expansão da indústria, que só encontrou condições de estímulo a partir do desenvolvimento da colônia alemã de São Leopoldo” (FRANCO, 1988, p.219). Nas décadas de 1850 e 1860 a Câmara Municipal de Porto Alegre criava dificuldades para a implantação de indústrias de cola, sabão, velas, óleos vegetais e fumos, mesmo essas estando distante dos aglomerados urbanos. Destacou-se na segunda metade do século a indústria cervejeira, com a inauguração da primeira no ano de 1857, mais 21 ainda surgiriam até o final do século, além de fábricas fundição, de chapéus e produtos alimentares. Aliado a esse crescimento em indústria, Porto Alegre recebeu diversos equipamentos urbanos, entre eles a Nova Casa da Câmara em 1870 (posteriormente Tribunal de Justiça), Beneficência Portuguesa (1867), Instituto de Educação (1869) e o Hospital Psiquiátrico São Pedro (1879) (FRANCO, 1998).

Porto Alegre ainda recebeu em 1875 os primeiros imigrantes italianos, que se dirigiram para as áreas ainda não ocupadas pelos alemães, principalmente na região de Caxias do Sul, próximo ao Rio Caí, também em áreas localizadas ao norte, corroborando com o crescimento e o desenvolvimento no direcionamento norte que já era demarcado anteriormente pela imigração alemã (SOUZA e MÜLLER, 2007 [1997]). Na última década do século XIX, ocorreu um primeiro impulso industrial no Brasil, em razão da substituição do trabalho escravo pelo trabalhador livre (muitos deles imigrantes), por tarifas protecionistas e créditos.

A segunda metade do século XIX no Rio Grande do Sul também foi em grande parte marcada pelo início da construção de uma estrada de ferro que interligaria todo o estado. A linha férrea viria a estreitar ainda mais a ligação de Porto Alegre, enquanto centro do sistema ferroviário e detentora do escoamento dos produtos coloniais, com as cidades localizadas ao norte. Primeiramente foi inaugurado um trecho ligando Porto Alegre a São Leopoldo em 1874 e, posteriormente, a linha seria prolongada até Novo Hamburgo em 1876, Taquara em 1903, Carlos Barbosa em 1909, Caxias do Sul em 1910 e Canela em 1924 (Figura 31).



Figura 31– Estações ferroviárias no Rio Grande do Sul em 1940.  
 Fonte: ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS.

A partir da Proclamação da República, Porto Alegre iniciou seu processo de industrialização. Em 1907, a indústria gaúcha crescia em paridade de números em relação a São Paulo (SINGER, 1974). No ano de 1910, estava completa a ligação ferroviária entre o Rio Grande do Sul até a área Rio-São Paulo, colocando a indústria gaúcha em competição com o mercado nacional, porém, mesmo crescendo, não se compararia ao elevado crescimento industrial de São Paulo nas décadas seguintes. Entre 1900 e 1910 o crescimento da população de Porto Alegre atinge altos índices, explicado pela fase de hegemonia industrial que a capital passava dentro do Estado (SINGER, 1974).

No período, Viamão, ainda uma vila, apesar de não ser alcançado pela ferrovia também teve uma expansão de sua estrutura urbana e um crescimento na economia com indústrias de farinha de mandioca, olarias e serviços. Em 1880, são implantadas uma seção policial, armazéns, carroças d'água e uma agência dos Correios. Surgiriam também escolas, teatros, hotéis e clubes, que refletiam o seu crescimento (SOUZA, 2008). Entre os anos de 1910 e 1920, estreitaria suas relações com Porto Alegre e São Leopoldo, por meio da prestação de serviços, o que ocasionaria uma melhoria das rotas na região.

Entre 1897 e 1924, Porto Alegre seria administrada por José Montauray, recebendo no ano de 1914 seu primeiro plano urbanístico, chamado "Plano de Melhoramentos", elaborado pelo engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel. O plano, profundamente estudado por Souza (2010) orientou diversos projetos de reforma do Centro que foram executadas em administrações posteriores. Era um período de modernização – baseada no trinômio "circulação, higienização e embelezamento" -, de transformações físicas da



cidade e que buscava alcançar o progresso. Assim, o Estado, governado durante toda a República Velha (1889-1930) pelo PRR, e sob a lógica positivista, “incentivava o desenvolvimento industrial, técnico e científico no âmbito da cidade” (SOUZA, 2010, p.17).

Segundo Souza (2010, p.17) “o crescimento da cidade também exigia da parte do Município, novas construções, edifícios as repartições públicas, abertura de ruas e becos, conserto de vias pelas obras de instalação, pavimentação, etc” (Figura 32). Entre 1889 e 1910 a população da capital passou de 52 mil para 130 mil pessoas, crescimento populacional ocasionado pelo desenvolvimento econômico da região, em razão do comércio e da indústria. A partir do século XX, fábricas de metalurgia, fiação e tecelagem e móveis começaram a surgir, e em 1907 já haviam 126 fábricas na cidade (FRANCO, 1998).



Figura 32 – Planta da cidade de Porto Alegre de 1916. Autor: João Moreira Maciel.  
Fonte: Acervo Digital do IHGRGS, CD-Rom 1.

Escolas, faculdades, teatros, bibliotecas, cinemas, cafés, restaurantes, praças, entre outros, surgiam para atender a população que percorria o centro e os bairros mais próximos pelo sistema de bondes elétricos (SOUZA, 2010).



Figura 33 - Porto Alegre, Rua dos Andradas esquina com Rua Marechal Floriano, na década de 1910.  
Fonte: PRATI.

A modernização e renovação arquitetônica que se descortinavam na área central de Porto Alegre não chegaram a Belém Novo, porém, o povoado mantinha relações comerciais com o centro por meio do fornecimento de materiais de construção produzidos por suas olarias, que se encontravam também na zona sul da cidade. Neis (1973, p.47) aponta que durante a construção da igreja da Freguesia de Belém foram feitas muitas doações em tijolos, indicando que nos arredores de Belém Novo e também da Ponta Grossa havia diversas olarias. Um censo realizado em 1874, baseado em registros industriais de Porto Alegre, assinala que existiam 14 olarias na Ponta Grossa à época, incluindo algumas em Belém Novo, e remete a entender que na área havia uma economia baseada na exploração da argila, areia e areião. Além disso, a presença das olarias na região também seria um possível fator de atração de mão de obra que teriam contribuído para o crescimento populacional e econômico do povoado (PORTO ALEGRE, 1961; CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000).

Assim, na virada do século XIX, os tijolos e telhas eram enviados pelo Guaíba e pela estrada ao centro de uma Porto Alegre que crescia e se urbanizava. Segundo Fernandez (2004), tanto Belém Novo quanto Belém Velho, em razão do distanciamento geográfico do centro da capital,

[...] fundamentalmente se caracterizavam como fornecedores de produtos hortifrutigranjeiros e de animais de pequeno porte e, inclusive, em Belém Novo, de uma grande quantidade de peixes, além de – graças ao número de suas olarias – telhas e tijolos para abastecimento da própria comunidade e para Porto Alegre e seu conjunto (FERNANDEZ, 2004, p.260-261).

Segundo Cruz; Fernandez; Gomes (2000), a freguesia possuía diversas fazendolas e o excedente produzido nas mesmas era direcionado para a área central de Porto Alegre ou vendido na comunidade local.

## 2.4 Acesso e análise da estrutura urbana

No período a estrada do Mato Grosso (Avenida João Pessoa e Av. Bento Gonçalves) era um dos principais eixos da estrutura urbana de Porto Alegre, ligando o centro da cidade até Viamão. Em 1889, as condições da estrada eram precárias, ocorrendo inúmeros acidentes com os carros de boi que transitavam transportando os produtos vindos de Viamão. A passagem a seguir demonstra tal fato, além das relações econômicas estabelecidas entre Viamão e Belém Novo no período:

Temos ouvido muitas queixas sobre o estado deplorável em que se acha a estrada Matto-Grosso [...] Pela estrada de Matto-Grosso transitam innumeradas carretas que trazem a esta capital os produtos de Mostardas, Conceição do Arroio, villas de Gravatahy, St. Antonio e Viamão; enfim, é esta a estrada mais importante para esta capital. [...] Os fabricantes de farinha de mandioca, unico commercio de Viamão, estão lutando contra esses horrores, tendo muitos deles resolvido mandar vender a sua farinha na freguezia de Belém, por menor preço para não expôrem os seus carros e bois a tantos perigos (ESTRADA de Matto-Grosso. A Federação, p.2, 01 ago. 1889<sup>52</sup>).

A Estrada da Cavalhada (que hoje corresponde hoje às avenidas Carlos Barbosa, Teresópolis, Nonoai, Cavalhada) interligando-se a Estrada Belém Novo (hoje Avenida Juca Batista) era o principal acesso a Belém Novo, apesar da precariedade. Além disso, a Estrada da Cascata, hoje atual Av. Oscar Pereira, ligava a região central à Belém Velho e, a partir dali, chegaria até Belém Novo também pela Estrada Belém Novo. De acordo com Sanhudo (1975, p.193) “a rua Viamão, acanhada e irregular, ligava a estrada de Belém Novo ao lugarejo, conduzindo o movimento em direção à arenosa praia. Aquela rua, hoje, chama-se Cecílio Monza e a estrada, Juca Batista”, conforme o mapa a seguir (Figura 34).

---

<sup>52</sup> Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/10850>>



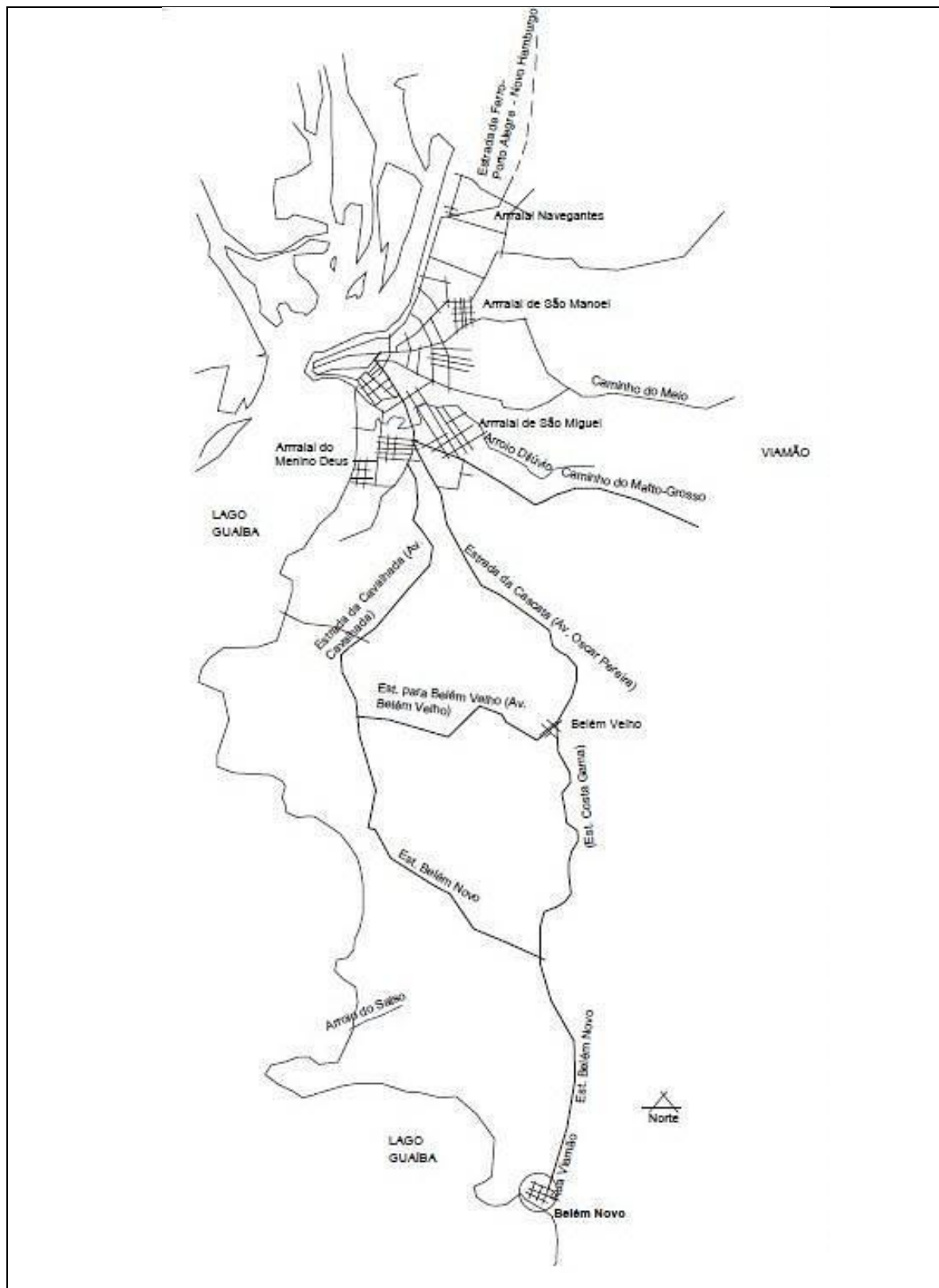


Figura 34 – Estrutura urbana principal em Porto Alegre e acessos ao Bairro Belém Novo em fins do século XIX.  
 Fonte: Elaborado pela autora com base em Celia Ferraz de Souza e Dóris Maria Müller, 2007 [1997].

As ruas da freguesia receberam nomenclaturas (Figura 35) de acordo com a proposição do próprio Ignácio Antônio da Silva, então Vereador da Câmara Municipal:

Sob proposta do Sr.<sup>o</sup> Vereador Ignácio da Silva, que fique aprovada a nomenclatura da nova freguesia de Belém, constante da planta<sup>53</sup> que foi apresentada, tendo as ruas que desembocam na praia, a 1ª denominação de Rua do Barão de S. José do Norte a 2ª Rua do Dr. Carlos Flôres, a 3ª Rua de Viamão, a 4ª Rua de Sant'anna, e as transversais a da praia Rua da Margem, e a que passa pela frente da Igreja, Rua Barão Homem de Mello, conservando todas as outras designações por que são hoje conhecidas (Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Livro 11, 24 abr. 1885, p.112).

A aprovação da nomenclatura das ruas também foi publicada no jornal A Federação (p.1, 25 abr. 1885)<sup>54</sup>.

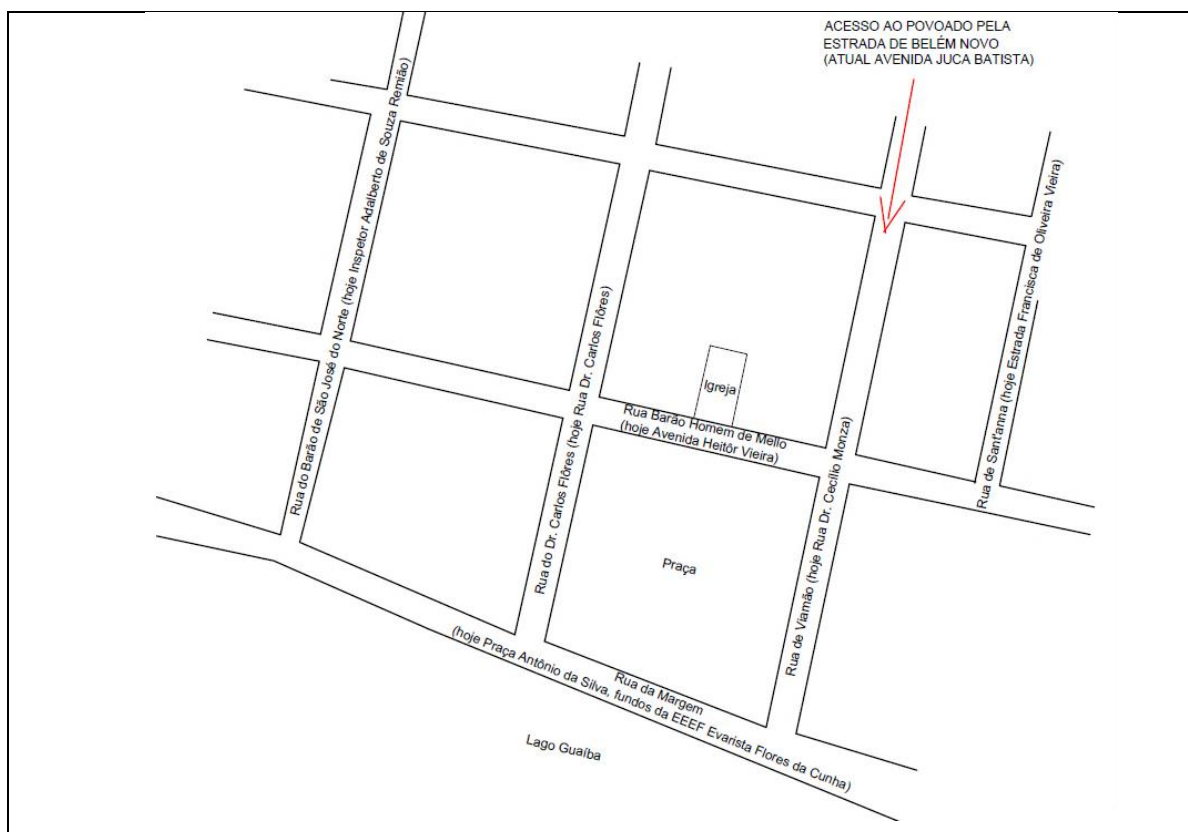


Figura 35 – Nomenclatura das ruas da Freguesia de Belém, conforme proposta do Vereador Ignácio Antônio da Silva em 1885.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Livro 11, 24 de abr. 1885, p.112 e na "Planta da nova Freguesia de Belém levantada pelo Engenheiro Manoel José Nunes D'Azavedo demandada pelo Conductor da Repartição de Obras Públicas João Propício Rodrigues da Silva em 1876". Acervo do AHPAMV.

Em relação ao acesso por meio do transporte fluvial, a partir de 1910, o Cais do Porto na península passou a ser foco principal do governo do Estado em termos de transportes, buscando uma interligação do território por meio de vias de rodagem, férreas e fluviais. Até aquele momento, o embarque e desembarque de mercadorias e passageiros

<sup>53</sup> Não localizada.

<sup>54</sup> Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/1415>>

era feito apenas por trapiches. O novo porto, que só foi concluído na década de 1920, foi fundamental para o intercâmbio comercial da capital das antigas colônias alemãs e italianas, excluindo Viamão da rota comercial.

A construção do novo porto de Porto Alegre, em 1924, conferiu-lhe uma importância maior que a do porto de Rio Grande, e a capital assumiu definitivamente sua função industrial. Entretanto o seu crescimento levou para fora do município na direção do acesso mais dinâmico, que era aquele que ligava então Porto Alegre à região norte do estado, como Novo Hamburgo e Caxias, além de conduzir também a São Paulo, cidade que assumia então o pólo econômico mais desenvolvido no país. A industrialização e a urbanização seguiram a Rodovia BR-101, através dos municípios que constituíram a então recém formada Região Metropolitana de Porto Alegre, excluindo Viamão, o maior dos municípios em área, por se localizar ao sul da capital, fora da rota desenvolvimentista (SOUZA, 2008, p.322).

No caso de Belém Novo, a construção de seu porto ou trapiche conforme a demarcação da planta de 1876, em 1892 ainda não havia sido concluída. O trapiche de Belém Novo estava localizado atrás da Sociedade Polônia e não deixou nenhum vestígio material ou fotográfico.

Há oito anos que a câmara municipal mandou construir um trapiche no porto da freguesia de Belém. Começada a obra e depois de feitas três quartas partes, tendo-se consumido a madeira que para lá mandou-se, foi suspensa a obra e suspensa ficou até hoje. Para obviar a inércia da câmara, alguns moradores mandaram construir á sua custa um insignificante trapiche de madeira de toda qualidade, com largura de um metro, para servir até a conclusão do outro: este simulacro de trapiche tem servido para se ir aos hiates que ali atracam; mas já está muito estragado, havendo, portanto, necessidade de ser construído o outro sem demora (A Federação, p.2, 22 set. 1892<sup>55</sup>).

Pedroso (1991) relembra em suas memórias dos anos 1910 e 1920 acerca do trapiche construído e sua importância fundamental para a comunicação com o restante da cidade.

Tinha um trapiche no rio em frente à praça, onde chegavam os barcos que traziam mercadorias e mantimentos para o comércio local ao mesmo tempo que levavam para outros lugares telhas e tijolos das muitas olarias que havia. O transporte era feito pelo rio porque a estrada era muito precária (PEDROSO, 1991, p.12).

Na virada do século XIX, o acesso à zona sul de Porto Alegre se tornou mais fácil com a construção de uma ferrovia às margens do Guaíba. Em 1900, a Ferrovia do Riacho que saía da Estação Riacho (antiga foz do Arroio Dilúvio) no centro de Porto Alegre foi construída até o arrabalde da Tristeza. Inicialmente, serviu somente para carregar “cubos” com materiais fecais a serem descartados fora da área central da cidade (na Ponta do

---

<sup>55</sup> Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/7849>>

Dionísio), porém acabou por transportar também passageiros. Assim, foi facilitado o acesso à Tristeza, que anteriormente se dava somente por Teresópolis e Azenha, interior do território, e não por caminhos às margens do Guaíba (Figura 36). A história desta ferrovia, remontada por Huyer (2015), revela que o ato de sua construção, ligando o centro à zona sul, impulsionou a urbanização dessa parcela mais longínqua da cidade.



Figura 36 – Primeiras estações da Ferrovia do Riacho que saía da Estação Riacho e chegava até a Estação Tristeza.

Fonte: Acervo Digital do IHGRGS, com alterações da autora.

Ainda de acordo com a pesquisa de Huyer (2015), a partir da primeira década do século XX, os moradores de Porto Alegre começaram a utilizar-se do arrabalde Tristeza como área de passeios e veraneio, inaugurando ali a função de balneário que marcaria a zona sul da cidade, até a segunda metade do mesmo século, como será visto no próximo capítulo.

Já na primeira década do século XX, podia ser observada a atração que os balneários exerciam sobre os moradores de Porto Alegre com melhor situação socioeconômica. A falta de higiene da cidade e a infraestrutura urbana que deixava a desejar impulsionavam a busca de férias em outros locais. Mas as praias de mar eram de acesso muito difícil, e um deslocamento para elas demandava vários dias. Restavam praticamente duas opções para veraneio: a vizinha cidade de Canoas, ao norte, com suas chácaras arborizadas, servida por transporte ferroviário e rodovia precária, ou a zona sul, agora servida pela Ferrovia do Riacho. Os porto-alegrenses que tinham condições passavam, alguns, o final de semana, outros, até meses na Tristeza e arredores (HUYER, 2015, p.43).

Na década de 1920, em razão da chegada da ferrovia, iniciaria o parcelamento do solo na Tristeza. A procura por imóveis no local fez com que as chácaras existentes fossem divididas em lotes. Também começaram a surgir no local equipamentos voltados a atividades socioculturais como cinemas e clubes e assim, carnavais, bailes e concursos de beleza nesses locais começaram a tornarem-se constantes no arrabalde (HUYER, 2015).

A estrada de ferro nunca chegou às proximidades de Belém Novo, contudo, com a chegada da estrada de rodagem na mesma época, da condição de freguesia rodeada por fazendolas, passaria também a ser parte importante do veraneio gaúcho nas praias do Guaíba.

### 2.4.1 Evolução da estrutura urbana de Belém Novo na 1ª Fase

A estrutura urbana de Belém Novo ao final da primeira fase de sua evolução urbana era composta pelas ruas projetadas pelos engenheiros da Secretaria de Obras Públicas, sem ser possuir sistema de tratamento de esgoto, abastecimento de água e iluminação pública. Até o final desta fase, o acesso ao local se dava pela então Estrada Belém Novo, futura Avenida Juca Batista.

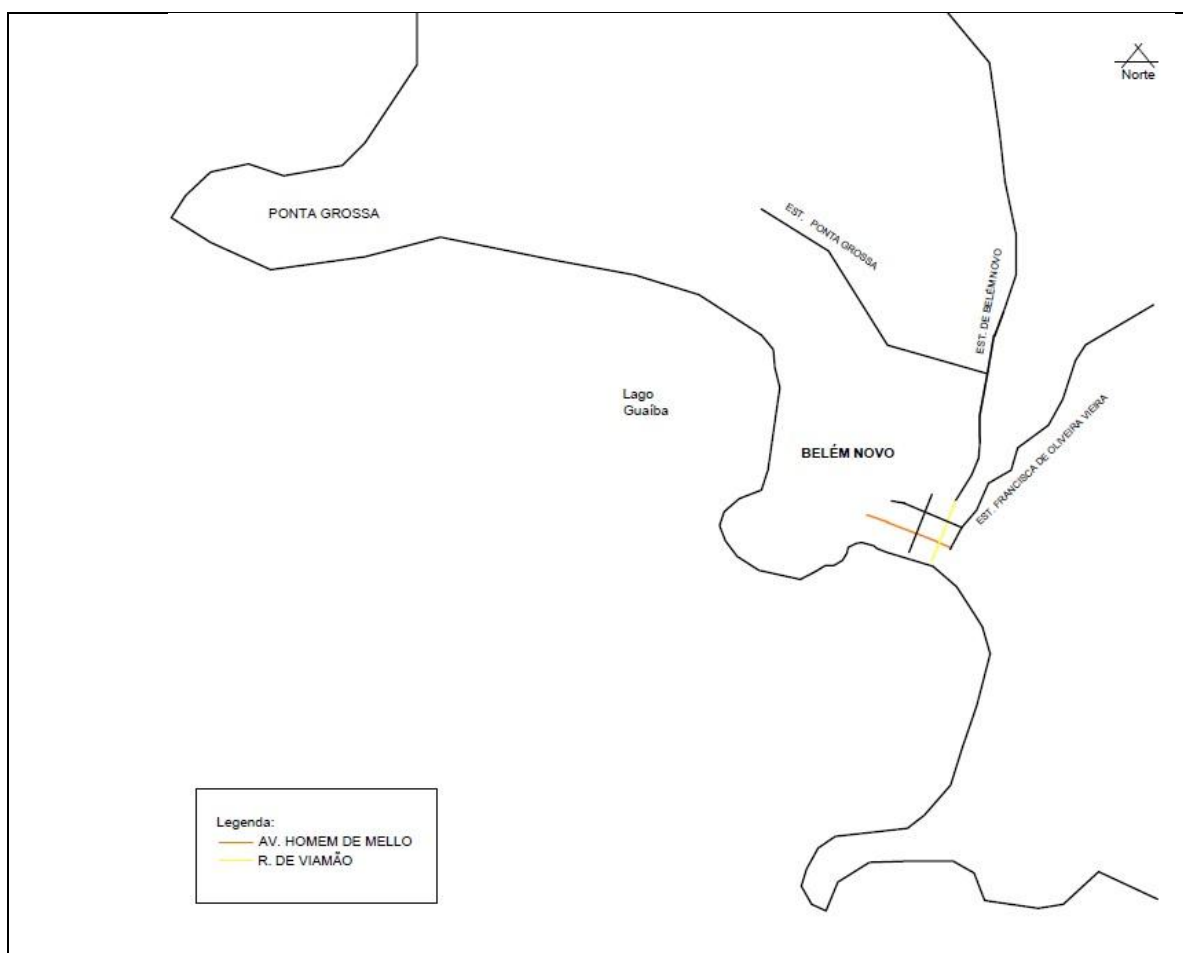


Figura 37 – Evolução da estrutura urbana de Belém Novo na 1ª Fase.  
Fonte: Elaborada pela autora.



## 2.5 Modelo 1ª Fase

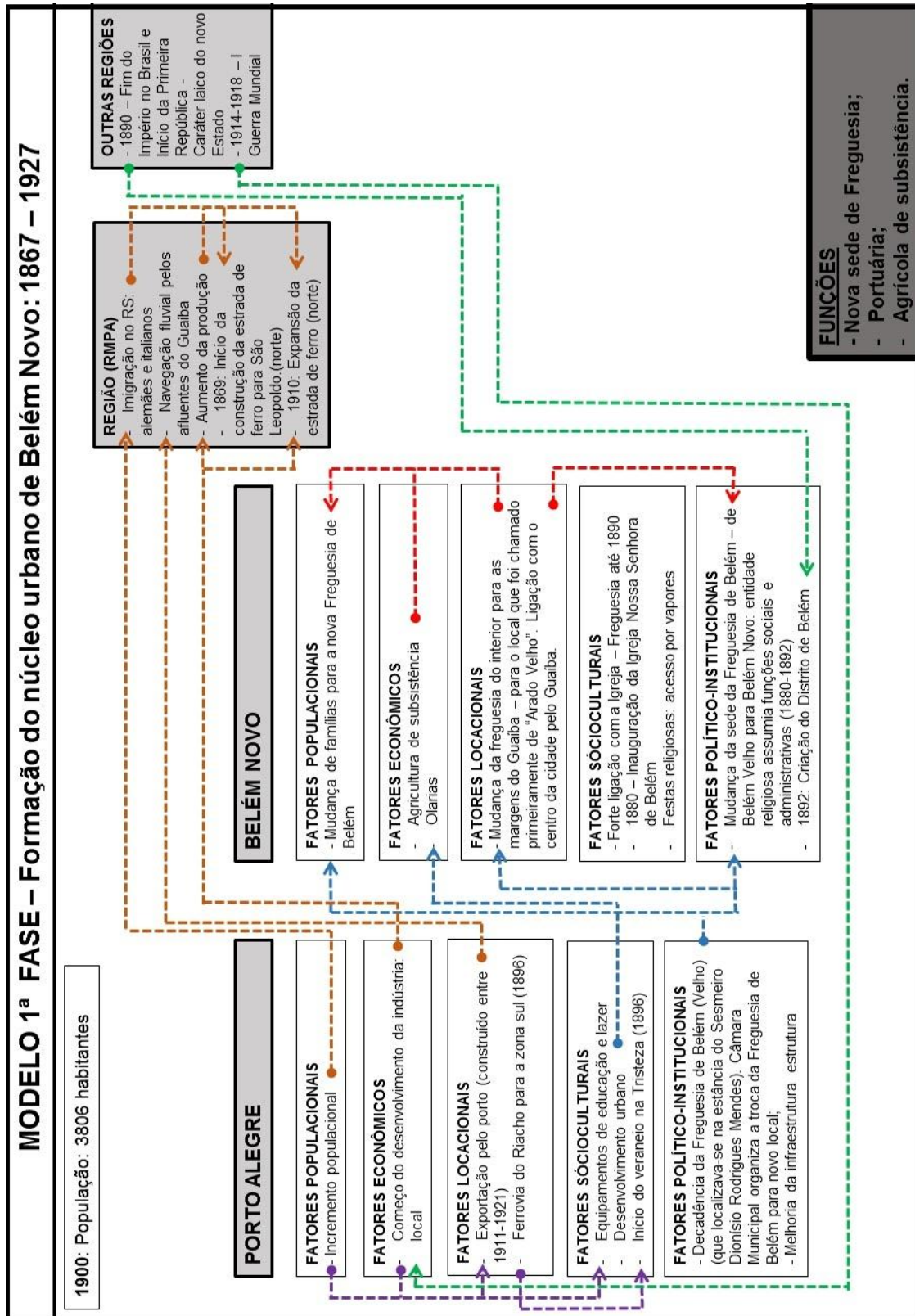


Figura 38 – Quadro-modelo da 1ª Fase da Evolução Urbana do Bairro Belém Novo.  
Fonte: Elaborada pela autora.



## CAPÍTULO 3:

---

### A FUNÇÃO DE BALNEÁRIO (1927 - 1973) – 2ª FASE

*Os nossos balneários são sempre agradáveis e convidativos. Pode-se dizer mesmo que a não ser o período de pleno inverno, com suas chuvas e os seus dias plúmbeos característicos, todo o resto do ano é sempre um prazer passear por essa região dos arrabaldes à beira-rio da nossa capital.*

[...]

*Eis então as praias. Em dias de verão, é realmente um prazer a visita a esses recantos balneários da cidade.*

[...]

*Aí está Belém Novo, do Leblon, da Copacabana e da Ponta da Cuíca, sem esquecer, bem entendido, a fabulosa e misteriosa praia do Veludo.*

*No inverno, às vezes fica ventoso e cinzento, mas, no verão, é realmente uma delícia usufruir-se dos encantos e da brisa fluvial que esse lugar nos proporciona...*

*É Belém, bem mais moço do que o outro Belém do morro [Belém Velho] e dono de maravilhosas e concorridas praias balneárias.*

*É um Belém diferente...*

*(Porto Alegre crônicas da minha cidade, Ary Veiga Sanhudo, 1975, p.190-194).*



## **3.1 Fatores Locacionais e Socioculturais: Belém Novo, um balneário do Guaíba**

### **3.1.1 O surgimento dos balneários na Europa e no Brasil**

O primeiro balneário (do latim *balnearis* – ato de banhar-se) teria surgido na Inglaterra, ainda em 1626. Entretanto, foi somente no século XVIII que diversos balneários marítimos começaram a surgir e se desenvolver na Europa, de acordo com Urry (1996). Os efeitos curativos da água, no ato não só de bebê-la, mas de banhar-se nela, era creditado pelos médicos naquele período, que prescreviam para as pessoas banhos de mar sob forma de imersão, e não para nadar ou recrear como atualmente. Assim, a praia era um local estritamente de busca de cura e não de prazer.<sup>56</sup>

Na virada do século XVIII para o XIX se inicia o chamado “movimento romântico” e junto a ele é percebida uma mudança de valores. Era percebido que a contemplação da paisagem, do litoral e da natureza provocava emoções e sensações e o contato com o mar passou a implicar também em um certo tipo de prazer. Nesse contexto, no século XIX os balneários começaram a se multiplicar na Inglaterra e exerciam uma forte atração sobre a classe trabalhadora, que dividia a rotina de trabalho com momentos de lazer em breves períodos longe da cidade industrializada (URRY, 1996).

Corbin (1989) comenta que em meados do século XIX a cena marítima irá propiciar o que ele chama de “sociabilidade de vilegiatura balnear” (1989, p.269), ou seja, temporadas de férias e repouso longe dos grandes centros urbanos aumentando a sociabilidade com amigos e familiares. Para o autor, Brighton, na Inglaterra, marca o nascimento da praia moderna, pois em 1841, recebeu em sua estação balneária multidões de banhistas.

Urry (1996) lembra que a ida até os locais balneários na Europa geralmente eram consideradas grandes sagas, pois eram necessários dias para chegar até eles. O transporte era geralmente feito por diligências em estradas extremamente precárias. Segundo o autor (1996, p.39), “uma pré-condição a mais para o crescimento do turismo de massa foi a grande melhoria dos meios de transporte”. As ferrovias obtiveram um papel importante nesse sentido, pois facilitou, principalmente, o transporte da classe trabalhadora.

---

<sup>56</sup> Os banhos curativos são reconhecidos desde o Império Romano (27 a.C – 476 d.C.) com o uso das chamadas “termas”.

No Brasil, Oliveira (1999) aponta que o banho de mar só tornou-se corriqueiro no início do século XX, transformando o valor das orlas marítimas e estimulando o surgimento de grandes empreendimentos imobiliários. As cidades litorâneas passaram a ser vistas com outros olhos, pois as atividades à beira-mar passaram a fazer parte da vida urbana, como no caso mais emblemático das praias do Rio de Janeiro. A instituição das férias de trabalho remuneradas nos anos 1930, parte das Leis Trabalhistas propostas pelo governo do Presidente Getúlio Vargas, intensificou a procura pelos balneários, porém ainda era restrito às pessoas que tinham condições financeiras de alugar ou comprar uma segunda residência.

A urbanização de lugares para o uso de banho de mar, no período de verão, adotou, no Brasil, o mesmo nome usado para denominar os edifícios destinados aos banhos, balneário, e embora se encontrem alguns “edifícios-balneários”, do século XIX, o termo difundiu-se para designar os lugares à beira-mar ou de rios, com infraestruturas básicas e moradias secundárias, próprias ou para aluguel, onde o banho é a principal atividade, dando origem também a expressão veraneio, a estadia temporária durante o verão em lugares costeiros e privilegiados para o banho de mar (OLIVEIRA, 1999, p.57).

Desde o princípio, as urbanizações balneárias brasileiras seguiram um modelo europeu existente desde o século XIX que era composto de um loteamento, de um hotel, acompanhado de um cassino, e de um restaurante. Diversos exemplos desse tipo de empreendimento são observados ao longo da costa marítima brasileira, como é o caso de Copacabana e seu glamoroso Hotel Copacabana Palace (inaugurado em 1923) que possuía um cassino até a década de 1940. A praia de Jurerê, em Santa Catarina, em 1960 igualmente recebeu um plano de urbanização composto por esses elementos, porém seu hotel nunca foi construído (OLIVEIRA, 1999). No Rio Grande do Sul, a praia de Atlântida<sup>57</sup> receberia um projeto de loteamento em 1952 projetado por Ubatuba de Farias, também com a presença de um Hotel-cassino, inaugurado no mesmo ano.

Nas primeiras décadas do século XX as praias de mar no Rio Grande do Sul não possuíam acesso fácil. Segundo estudos de Silva (1985), ir de Porto Alegre até a praia de Torres levava até dois dias e meio na década de 1910. Entre a capital e Conceição do Arroio (Osório) havia apenas uma estrada de 120 km de chão batido. Somente em 1938, com a inauguração da RS-030, ligando o Porto Alegre a Osório e Tramandaí, o acesso ao litoral norte foi melhorado, entretanto, era uma via também muito precária sendo em quase sua totalidade sem asfalto. Outra via que era utilizada para acesso ao litoral era a RS-040, passando por Viamão, também sem asfalto. Assim, a partir do final dos anos 1930, as praias

---

<sup>57</sup> O projeto de loteamento da praia de Atlântida foi estudado por Ana Luiza Valle Oliveira (2015) em sua Dissertação de Mestrado intitulada “As duas Atlântidas 1939 -1952: o veraneio moderno e a constituição dos balneários do litoral gaúcho”.

de mar gaúchas já recebiam alguns banhistas e balneários eram construídos para atender a demanda (Figuras 39 e 40).



Figuras 39 – Propaganda do Parque Balnear de Tramandaí para a temporada de veraneio de 1938. Fonte: Veraneio nas praias de mar. Revista do Globo, 27 de nov. de 1937, p. 54. Acervo do MCSHJC.



Figura 40 - Veranistas em Tramandaí em 1936. Fonte: Tramandaí. Revista do Globo, 31 de jan. 1936. Acervo AHPAMV.

Em Porto Alegre, como visto no capítulo anterior, a virada do século XIX para o XX era marcada pelo início da urbanização da zona sul, reforçada com a implantação da Ferrovia do Riacho que conectou o local com o centro da cidade. Notadamente, a função recreativa e de lazer pela possibilidade de banho nas águas do Guaíba atraía os porto-alegrenses principalmente nos meses mais quentes do ano.

A falta de higiene da cidade e a infraestrutura urbana que deixava a desejar impulsionavam a busca de férias em outros locais. Mas as praias de mar eram de acesso muito difícil, e um deslocamento para elas demandava vários dias. Restavam praticamente duas opções para veraneio: a vizinha cidade de Canoas, ao norte, com suas chácaras arborizadas, servida por transporte ferroviário e rodovia precária, ou a zona sul, agora servida pela Ferrovia do Riacho. Os porto-alegrenses que tinham condições passavam, alguns, o final de semana, outros, até meses na Tristeza e arredores (HUYER, 2015, p.43).

Na década de 1930, inicia-se a implantação na zona sul de Porto Alegre de diversos loteamentos balneários com influência nos preceitos de cidade-jardim, como o “Balneário Villa Conceição”, “Balneário Ipanema”, “Balneário Guahyba”, “Balneário Espírito Santo”, “Balneário Juca Baptista”, “Balneário Guarujá”, “Jardim Yacht Club”, “Balneário Vista Alegre” e “Villa Assunção”. As chamadas cidades-jardins foram teorizadas por Ebenezer Howard em 1898, onde em seu livro, *“Garden Cities of To-morrow”*, idealizou cidades com amplas áreas verdes e zoneamento de funções buscando a partir delas um casamento perfeito entre o campo e a cidade (PANZINI, 2013). Os negócios imobiliários desses loteamentos balneários eram realizados por um grupo de investidores que, após a aquisição do terreno,

contratavam e elaboravam um projeto de loteamento. Em seguida, a publicidade em revistas e jornais para a venda dos lotes era realizada, acompanhada da construção do mesmo, como o exemplo abaixo do Balneário Guahyba (Figuras 41, 42 e 43).

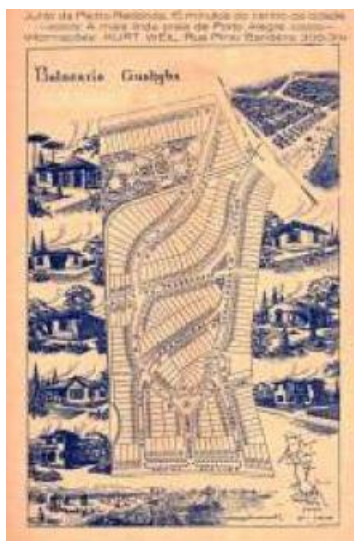


Figura 41 – Planta de loteamento do Balneário Guahyba.  
 Fonte: Boletim da Sociedade de Engenharia, n.º 1, set.1932. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Engenharia da UFRGS.



Figuras 42 – Publicidade do Balneário Guahyba.  
 Fonte: Boletim da Sociedade de Engenharia, n.º 1, set.1932. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Engenharia da UFRGS.



Figuras 43 – Publicidade do Balneário Guahyba em revista.  
 Fonte: Balneário Guahyba. Revista do Globo, jan. de 1932. Acervo do MCSHJC.

### 3.1.2 O Balneário Belém Novo

Antecipando a lógica balneária que se configuraria na zona sul da cidade, Belém Novo já em 1927 lança o seu primeiro empreendimento: a “Villa Balneária Nova Belém” (Figura 44), também chamada de “Balneário Nova Belém” ou ainda “Balneário Leblon”. O loteamento balneário foi construído no Morro da Cuíca, localizado à esquerda do núcleo urbano original e contornado pelas praias do Veludo e Leblon. O loteamento ainda abrangia uma porção localizada em uma área plana atrás do mesmo morro. No projeto, assinado pelo Engenheiro Civil Oscar Silva<sup>58</sup>, as novas vias conectavam-se com as existentes ao redor da igreja. No morro, aproveitou-se nas curvas de níveis para o desenho das vias. Uma ampla avenida – Av. Flores da Cunha - era projetada desde a parte mais baixa, atrás do morro, chegando até o seu topo, porém foi executada somente na parte plana. Na margem do Guaíba, contornando o morro, foi projetada a Avenida Beira-Rio onde, na altura da praia do

<sup>58</sup> Não foram encontradas informações a respeito do autor do projeto. Em jornais da época apenas consta que este fora 2º Conductor da Secretaria de Obras Públicas da Intendência.



Leblon, era demarcado um restaurante. O acesso para pedestres ao topo do morro foi previsto igualmente por meio de uma escadaria nas proximidades do restaurante.

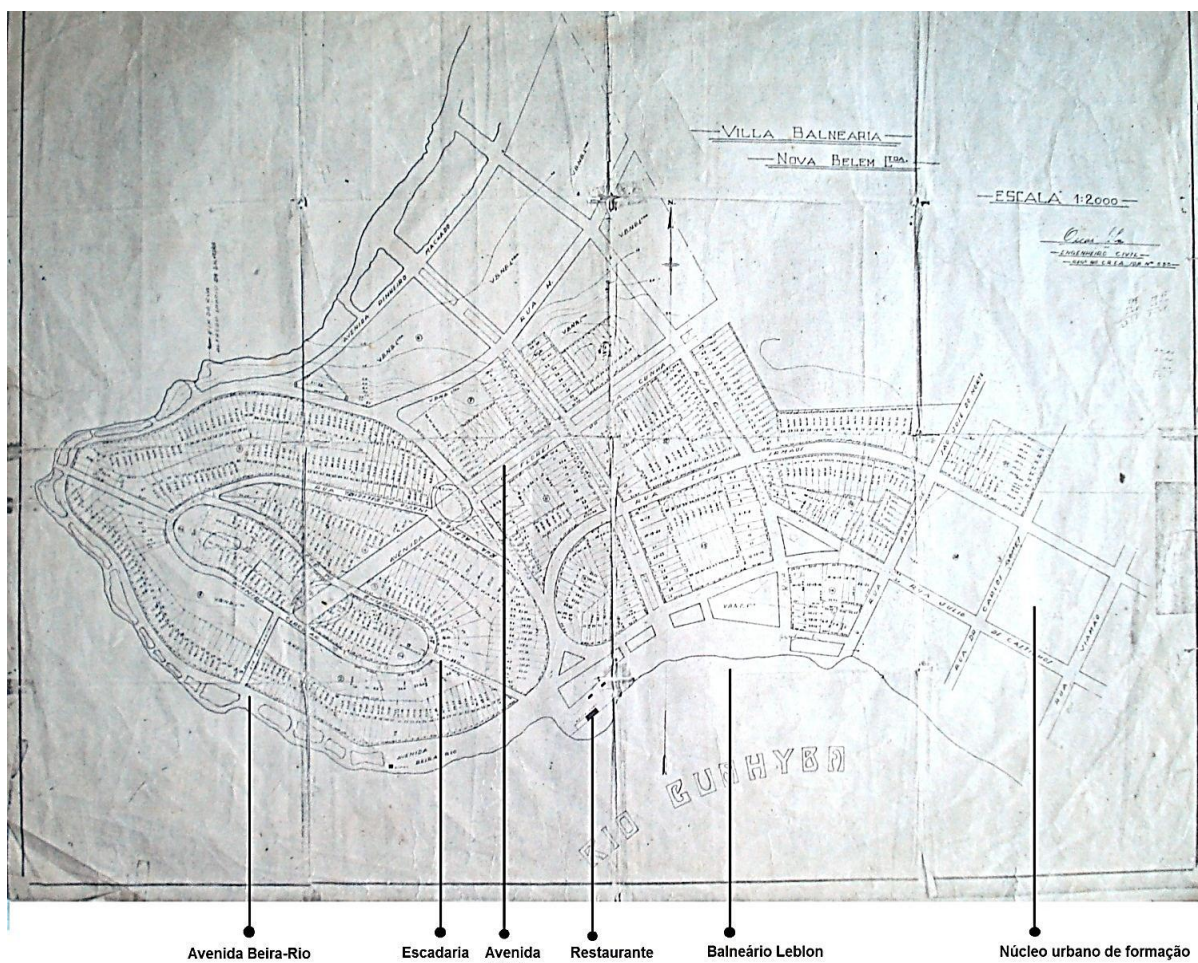


Figura 44 – Planta da “Villa Balnearia Nova Belém” projetada pelo Eng. Civil Oscar Silva, final da década de 1920. Sem escala.

Fonte: Acervo da Mapoteca do AHPAMV, com alterações da autora.

O empreendimento foi apresentado no jornal A Federação em 7 de março de 1931, em uma matéria intitulada “O embelezamento da cidade: O Balneário Nova Belém”. A matéria sobre o “Villa Balnearia Nova Belém” faz, inclusive, menção a sua forte inspiração nos empreendimentos que eram realizados na Europa e dos Estados Unidos naquele período - os bairros-jardins.

A margem do Rio Guahyba, nas bacias de Belém Novo e Ponta Grossa, aprazível subúrbio de Porto Alegre está sendo incitada a construção do “Balneário Nova Belém”. O porto, abrigado pelos rochedos e ilhas das bacias forma uma enseada admiravelmente defendida contra os vagalhões do rio e os detritos que ele conduz. A beira da praia num comprimento de 1200 metros, aproximadamente, eleva-se num pequeno morro que mede 45 metros de altura, de cujo o cimo se descortina um panorama magnífico, além de estar constantemente arejado pelos ventos. A sua superfície, de 45 hectares, é composta por bosques de frondosas figueiras. Ahí, serão construídos os parques públicos e o Hotel Balneário, para a organização do qual já está sendo formada uma empresa. O primitivo traçado da

Villa Balnear Nova Belém, representava uma construção modesta. Entretanto foi resolvido ampliá-lo, afim de dotar Porto Alegre de um elegante e majestoso balneário, moldado nos principaes e mais afamados estabelecimentos congêneres dos Estados Unidos e da Europa, com todas as garantias de hygiene pública, e a nossa população terá sem grandes dispendios e com rapidez de transporte, um excellent ponto de veraneio (O EMBELEZAMENTO da cidade: O Balneário Nova Belém. A Federação, p.4, 07 mar. 1931<sup>59</sup>).

Percebe-se que a imprensa divulgou o empreendimento de maneira enaltecida, visto que uma parte da estrutura e dos equipamentos que foram anunciados nunca foram construídos como as prometidas torres de salto, piscinas de natação, o aquário e até mesmo um estádio, que seria, segundo a matéria jornalística, um dos maiores do mundo. Ao que parece havia uma inclinação de transformar Belém Novo em um tipo de polo turístico dentro da capital.

O extraordinário projeto está sendo trabalhado por diversas turmas de homens que estão reunindo os elementos necessários às obras de construção dos caes balneários, porto de pesca, porto para os hiates de recreio e de regatas, piscinas de natação, kiosques, e edifícios públicos como sejam, toilettes, cabines, restaurantes e baar. Bem assim as construções especiaes para o serviço sanitário. O Hotel Balneário ficará situada à beira-rio, numa avenida que tem 1500 metros de extensão. Uma avenida central com 40 metros de largura, completamente ajardinada cortará o terreno para finalizar ao pé do morro, num artístico belvedere cujo acesso é facilitado por uma escadaria de degraus suavíssimos. Circundado as praias, numa avenida de 50 a 350 metros de largura e cerca de 1 km de extensão, toda ajardinada e semeada de bosques, com uma superfície de 40 hectares de terra, margea o caés dos pescadores, com mercados públicos que foram previstos não só para abastecer a Villa Balnear, como também para baratear a vida no local. Vae ser construído um grande stadium com uma superfície de 12 hectares, o qual será um dos maiores do mundo. Na praia, além de um cinema ao ar livre, será construído um aquarium, torres de saltos, piscinas de natação, etc. Existem lugares escolhidos para escolas, à disposição do Estado e do Município. O primeiro balneário será inaugurado no verão de 1932. As obras estão avaliadas em alguns milhares de contos de réis, e estarão definitivamente concluídas dentro de dois a três anos. Até o fim do corrente anno, estarão já concluídas os caés sanitários, os jardins públicos e as vias de comunicação (O EMBELEZAMENTO da cidade: O Balneário Nova Belém. A Federação, p.4, 07 mar. 1931).

Em 1932, a venda de terrenos, que pertenciam à “Sociedade Villa Balneária Nova Belém”, foi publicitada em revistas do mesmo modo que ocorreu com os loteamentos da zona sul (Figuras 45, 46 e 47). Os anúncios davam ênfase também à facilidade de acesso por estrada de rodagem, que se dava pela Estrada Belém Novo (hoje Avenida Juca Batista).

---

<sup>59</sup> Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/68643>>



Figura 45 - Publicidade de venda de terrenos no loteamento "Villa Balnear Nova Belém" ou "Balneário Leblon" na década de 1930.

Fonte: Visita a Villa Balnear "Nova Belém" em Belém Novo. Revista do Globo, fev. de 1932, s/p. Acervo do MCSHJC.



Figura 46 – Publicidade de venda de terrenos no loteamento "Villa Balnear Nova Belém" ou "Balneário Leblon" na década de 1930.

Fonte: Boletim da Sociedade de Engenharia, abr./jun. 1940, nº 32/33.



Figura 47 – Publicidade de venda de terrenos no loteamento "Villa Balnear Nova Belém" ou "Balneário Leblon" na década de 1930.

Fonte: Fuja do calor da cidade. Revista do Globo, 30 de jan. 1937, s/p. Acervo do MCSHJC.

Em março de 1936, a *Revista do Globo* publicaria uma matéria de página inteira sobre o empreendimento, chamado "Belém Novo Pitoresco – Balneário Leblon" chamando a atenção para as belíssimas residências ou "*bungalows*" já construídos no balneário que se estendia desde o Guaíba, passando pelo morro da Cuíca chegando a uma superfície plana (Figura 48).

Ao passo que a cidade enche-se de sobrados de seis, oito e mais andares, seus arredores se enfeitam com as mais poéticas construções, numa associação encantadora de arquitetura moderna com os nossos panoramas naturais. Belém Novo está numa situação admirável, o Guaíba envolve-o num abraço carinhoso. Uma vegetação luxuriante vestes as elevações do terreno. Há os contrastes mais admiráveis. Depois de um morro segue-se uma planície enorme. Ao lado do mato rumoreja a água. Sol e sombra sobre a região. E que belos crepúsculos...Neste ambiente de beleza natural surgem, do fundo, casas admiráveis, que são sorrisos para a estrada (BELÉM Novo Pitoresco – Balneário Leblon. Revista do Globo, p. s/nº , 22 mar. 1936).

23-12-1936 REVISTA DO GLOBO N.º 45

## BELEM NOVO PITORESCO

# BALNEARIO LEBLON

Porto Alegre cresce vertiginosamente. Estende-se por todos os lados, numa expansão admirável. Depois de

com jardins bem cuidados, em que as flores minúsculas dão ar de vida e de alegria ao folhagem verde. Toda essa variedade é preferida para construir suas residências de verão. A Soc. Vila Balnearia Nova Belém, proprietária das terras, apresenta depois

moçidade. É um dos lugares mais agradáveis da região. É a mesma primavera e o outono preferido para construir suas residências de verão. A Soc. Vila Balnearia Nova Belém, proprietária das terras, apresenta depois



Um modelo de casa, construído em um terreno plano. As obras de Sr. Armando Bastos e Sr. Bruno Nogueira Lima.

passado admirável de belém, um novo seção em uma planície enorme. Ao lado do grande rio, onde há muita recreação e água. Há jardins de mar, areia e montes sobre a região. E a natureza, seus arredores se que belas construções... colorem com os mais puros. Nesta ambiente de belém há cas e construções, que são naturais surgem, do fundo, de



Exemplo de veraneio de Sr. Carlos von der Pfordt.

Uma, onde se vive a calma e o descanso. É vendida, contribuído, para o aproveitamento de tão bela paisagem natural. Vão aqui nesta página algumas das belas residências de Belém Nova, algumas ainda em construção.



Exótica residência de Sr. J. Maria Terra Lopes.

cidade encantadora de sr. em admiráveis, que são verdadeiras modernas, com as suas para a estrada. São de bonitos passeios naturais. Não, uma festa para os Belém Nova está viva aí. Olhos, aquelas residências planejadas admiráveis, do Guaiíba. Inevitável, talvez, não os mais exóticos e nem abstratos, vagabundos desenhos, nos olhos. Uma vegetação luxuosa, mais variados estilos, todos



Reprodução, imaginação de residência de Sr. Pedro Motta, diretor da Soc. Vila Balnearia Nova Belém.

Figura 48 – Publicidade sobre o Balneário Leblon ou Villa Balneária Nova Belém.  
 Fonte: Belém Novo Pitoresco – Balneário Leblon. Revista do Globo, p. s/nº, 1936. Acervo do AHPAMV.

A ideia de salubridade e contato com a natureza, à maneira dos bairros-jardins difundidos internacionalmente, eram evidenciados nas publicidades da imprensa. Além das propagandas para venda dos terrenos, as praias e o veraneio no Guaíba foram representados no imaginário da sociedade de Porto Alegre principalmente por meio da *Revista do Globo*, que tinha publicação quinzenal a cargo da Livraria do Globo, funcionando de 1929 a 1967. Para a revista, as pessoas que frequentavam as praias do Guaíba eram consideradas de elite ou parte privilegiada da sociedade, da mesma maneira que a população que tinha acesso às praias de mar (PRESTES, 2015). Entre as décadas de 1930 e 1960, as praias do Guaíba foram representadas por revistas e também por periódicos como verdadeiros paraísos (Figura 49).

A gente vive a louvar a beleza das terras alheias e esquece que na nossa terra – bem perto de nós, há paisagens maravilhosas. Esta que aqui reproduzimos é da Villa Balnear Nova Belém, a dois passos do centro da capital. – Recanto ameno, fresco, salubre – ideal como locação para um “bungalow”, sossegado, livre de ruídos, de poeira...de foligem e de outros inconvenientes citadinos. Forçosamente, aquele paraíso de que a Bíblia fala, se era bom e bonito de verdade, devia ser assim, bem assim como a Villa Balnear Nova Belém. Aqui nesta, porém, há para todos os homens uma vantagem – podem comer todas as maçãs que quiserem (OS MAIS bellos recantos de Porto Alegre. Revista do Globo, p. s/nº, 1932).





Figura 49 – Publicidade sobre a Villa Balneária Nova Belém.

Fonte: Os mais bellos recantos de Porto Alegre. Revista do Globo, Ano IV, p. s/n<sup>o</sup>, 1932. Acervo AHPAMV.

Junto ao loteamento começaram a surgir os primeiros estabelecimentos de comércio, que seriam voltados principalmente para atender os veranistas. Dentre os bares e restaurantes, o Restaurante Leblon<sup>60</sup> (Figura 50 e 51), demarcado na planta de loteamento do Eng. Oscar Silva à beira-rio, foi, por muitas décadas, parte importante da vida social e cultural de Belém Novo, funcionando até o final dos anos 1970. O projeto do restaurante é do reconhecido engenheiro italiano Armando Boni (1886-1946), que se radicou em Porto Alegre em 1910 desenvolvendo importantes projetos<sup>61</sup> na cidade, principalmente entre as décadas de 1910-1930<sup>62</sup>.

<sup>60</sup> Também ficou conhecido como “Poletto”, nome de um dos proprietários, Almiro Poletto, que dirigiu o restaurante por cerca de 30 anos.

<sup>61</sup> Boni também foi responsável por projetos como a Concha Acústica do Auditório Araújo Vianna na Praça da Matriz (demolido), o Cemitério São Miguel e Almas, a sede da Livraria do Globo, a Casa Guido Corbetta e a Casa Boni.

<sup>62</sup> PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Viva o Centro.



Figura 50 - Restaurante Leblon projetado pelo Eng. Arq. Armando Boni, localizado na praia igualmente chamada Leblon.  
Fonte: Balneário Leblon. Revista do Globo, 30 jan. 1937. Acervo do MCSHJC.



Figura 51 – Interior do Restaurante Leblon.  
Fonte: Cassius Marcelus Cruz; Érico Fernandez; Rodrigo Gomes, 2000, p.80.

No que tange ao acesso à educação, no ano de 1934 foi fundado o Grupo Escolar Evarista Flores da Cunha<sup>63</sup> (nome dado em homenagem a mãe do então governador do estado General Flores da Cunha) com capacidade para 450 alunos (Figuras 52 e 53). O edifício da escola foi construído dentro da Praça Ignácio Antônio da Silva, em oposição à Igreja Nossa Senhora de Belém e na margem do Guaíba. Ainda seriam inauguradas a Escola de Ensino Fundamental Horto Madre Raffo (particular), com capacidade para 300 alunos, o Grupo Escolar Ponta Grossa, com capacidade para 100 alunos, e o Grupo Escolar Chapéu do Sol, com capacidade para 88 alunos, porém todas as escolas eram de Ensino Fundamental, de modo que os alunos de Ensino Médio precisavam se deslocar até as escolas do centro de Porto Alegre para dar continuidade aos estudos (PORTO ALEGRE, 1961). A construção de outras escolas, até o final desta fase, foi parte importante para o incremento populacional do distrito e muitos moradores do Lami e da zona sul estudavam em Belém Novo (CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000).

<sup>63</sup> Hoje Escola Estadual de Ensino Fundamental Evarista Flores da Cunha.



Figura 52 – Matéria sobre evento realizado no Grupo Escolar Evarista Flores da Cunha.  
 Fonte: “Dia das mães” no G. E. Evarista Flores da Cunha. O Imparcial. Ano 1. n. 2. 02 jun. 1956, p.1.  
 Acervo digital da página Belém Novo.



Figura 53 – Escola Estadual de Ensino Fundamental Evarista Flores da Cunha.  
 Fonte: Disponibilizada por Jairo Vieira. Autor desconhecido, sem data.

Não demoraria muito para surgir um segundo empreendimento aos mesmos moldes do Balneário Leblon. O “Belém Novo Balnear” tem seu projeto datado de 1929/1930 e assinado pelo Engenheiro Civil Carlos de Baumont (Charles de Baumont), um belga<sup>64</sup> que fora Chefe da Seção de Obras Públicas da Intendência Municipal<sup>65</sup> em pelo menos início da década de 1920. Também fora responsável pelo desenho do loteamento “Vila Jardim” na zona norte da cidade, no qual projetou áreas verdes internas com passagens para pedestres e residências isoladas no terreno dotadas de vegetação abundante. O projeto é amplamente marcado pela centralidade da praça e ruas e avenidas circulares à sua volta (MIRANDA, 2015).

O “Belém Novo Balnear” (Figura 54) foi implantado na lateral direita do núcleo urbano original, ocupando as antigas terras de Ignácio Antônio da Silva, que daria nome a avenida central e principal do projeto. O traçado remete as cidade-jardins, onde são propostos espaços verdes (praças), uma avenida central e ruas curvilíneas. Na faixa ao redor do projeto urbanístico de Baumont, ainda são apresentados modelos de fachadas de casas, comuns em plantas de projetos daquela época.

<sup>64</sup> De acordo com a família de Carlos de Baumont, contatada pela autora. A família não possui demais informações sobre o mesmo.

<sup>65</sup> Conforme apontam duas reportagens sobre obras no estado do jornal A Federação: de 10 jun. 1921. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/46364>>. Também em A Federação, 02 ago. 1921. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/46716>>.

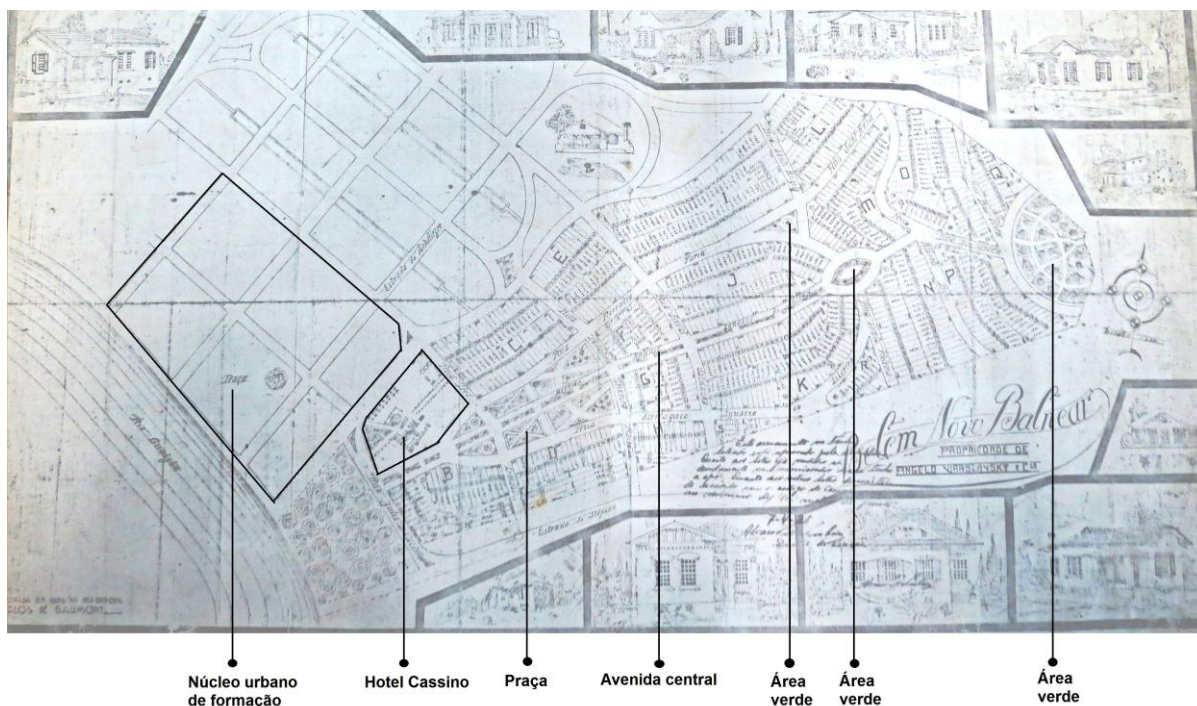


Figura 54 – “Belém Novo Balnear”, projetado por Carlos de Baumont em 1929/1930. Sem escala.  
 Fonte: Acervo da Mapoteca do AHPAMV.

O projeto foi empreendido por Ângelo Warczawsky e Cia<sup>66</sup>. De acordo com entrevistas realizadas em Cruz; Fernandez; Gomes (2000), Warczawsky era polonês e teria comprado as terras da fazenda de Odalírio Machado, cerca de 30 hectares, por ter se encantado com o local nas proximidades do Guaíba. No projeto, seguindo a lógica dos modelos balneários que eram construídos no litoral atlântico, um Hotel Cassino fora proposto no local da antiga residência de Ignácio Antônio da Silva, no “morrinho”.

O Hotel Cassino (Figuras 55 e 56) em 1937 estava em obras e foi descrito em uma matéria da imprensa: “[...] é de construção moderna e conta com 38 amplos quartos com ar direto, cozinhas espaçosas, vasto salão de refeições e um “hall” elegante, esplendidamente localizado. As instalações sanitárias do prédio são ótimas e o prédio será dotado de luz eléctrica própria e água encanada” (Diário de Notícias, p.3, 1937).

<sup>66</sup> A autora entrou em contato com familiares do empreendedor, porém não houve não retorno para fornecer plantas e documentos adicionais que estão em sua posse e/ou informações à respeito do projeto do balneário e do Hotel Cassino.





Figuras 55 – Projeto da fachada principal do Hotel Cassino.  
 Fonte: FACEBOOK SALVE HOTEL CASSINO.

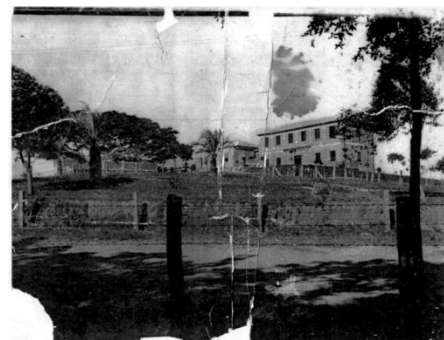


Figura 56 - Hotel Cassino no alto do  
 “morrinho”.  
 Fonte: Disponibilizada por Jairo Vieira.  
 Autor desconhecido, sem data.

Os loteamentos balneários e o Hotel Cassino representavam para os moradores de Belém Novo uma perspectiva de progresso, de inserção do distrito à vida metropolitana que se constituía a partir de 1945<sup>67</sup>, que tinha como centro uma capital que se modernizava, crescia em estrutura urbana e se industrializava. Ao mesmo tempo, o crescimento da urbanização no centro da cidade provocava na população a necessidade de buscar um refúgio de descanso, lazer e tranquilidade longe dali. Neste período, atendendo a essa demanda, Belém Novo já estava consolidado como local de veraneio, com seus dois loteamentos balneários, o Hotel Cassino, restaurantes e suas três praias de água doce - a Praia do Veludo, o Balneário Leblon e o Balneário Copacabana (Figura 57).

<sup>67</sup> A partir desta data inicia-se a quinta fase da evolução urbana de Porto Alegre, conforme Souza e Müller (2007 [1997]), chamada “Metropolização”.

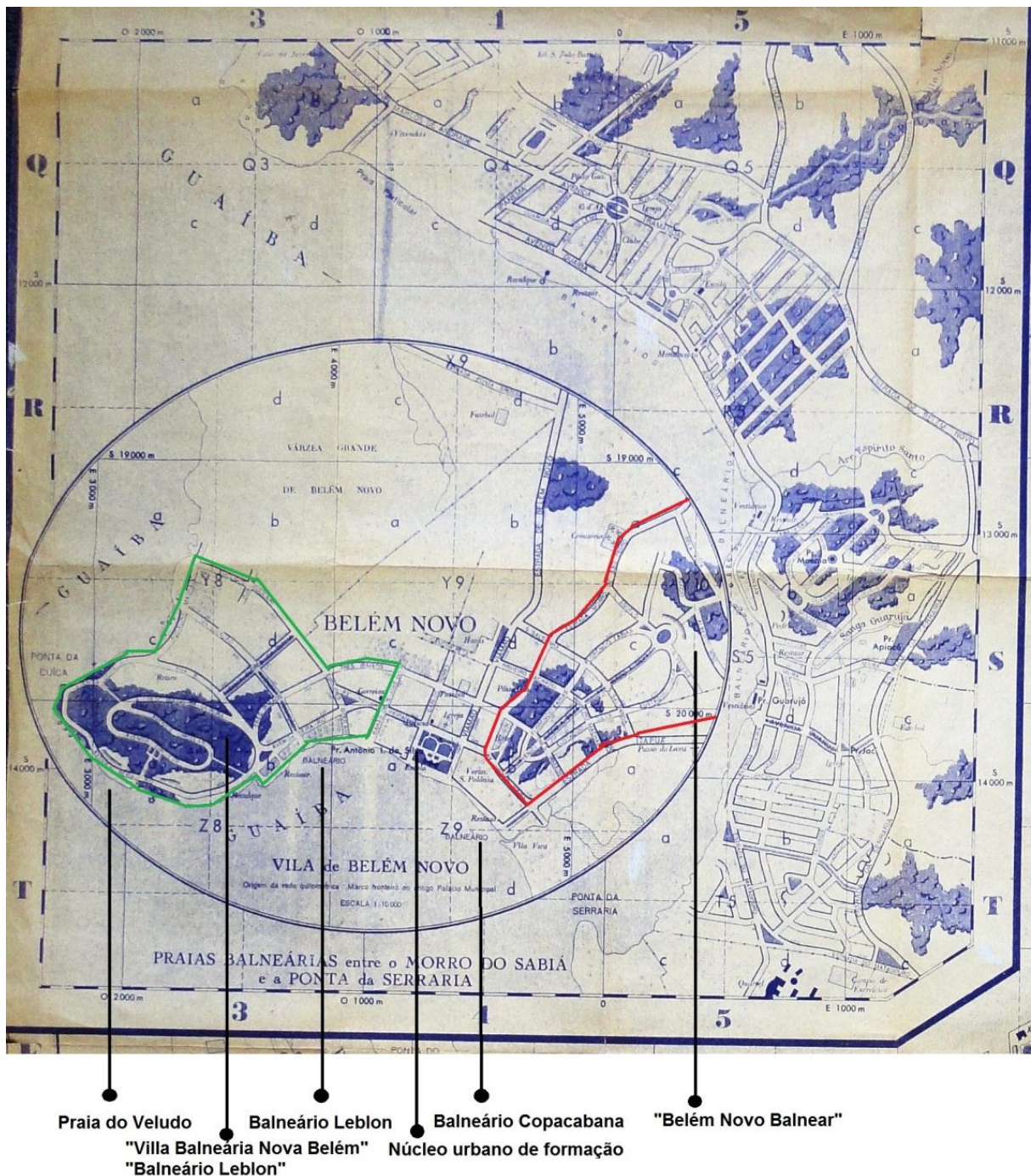


Figura 57 – Detalhe de Belém Novo na Carta Topográfica de Porto Alegre de 1954. Marcado em verde a Villa Balneária Nova Belém e em vermelho o Belém Novo Balnear.

Fonte: Acervo da Mapoteca do GEDURB, PROPUR/UFRGS, com alterações da autora.

A função de balneário fez com que a vida social e cultural de Belém Novo se ampliasse para além dos eventos religiosos que aconteciam em sua primeira fase e que continuaram e se ampliaram nesta mesma fase. As festas em homenagem à Nossa Senhora de Navegantes, com os pescadores levando a imagem da santa pelo lago, uniam-se as festas religiosas em homenagem a padroeira do bairro, Nossa Senhora de Belém (CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000). Além disso, o local contava com almoços e jantares



festivos (Figura 58), bailes, “*garden parties*”<sup>68</sup> (Figura 59), carnavais, jogos e campeonatos de futebol<sup>69</sup>, colônias de férias, peças teatrais, com o Restaurante Leblon e o Copacabana e até mesmo com dois cinemas, o Cine Arte e Cine Belgrano (Figura 60). A intensa vida social de Belém Novo ocupava seu espaço público e atraía a população da redondeza e do centro para hospedar-se nas casas de veraneio, no Hotel Cassino ou mesmo acampar em barracas na Praia do Veludo.



Figura 58 - Comemoração em frente ao Restaurante Leblon.  
Fonte: FACEBOOK BELÉM NOVO.



Figura 59 - Matéria sobre uma “*garden party*” que ocorreu em comemoração ao início das obras do Hotel Cassino em Belém Novo.  
Fonte: A vida encantadora das praias fluviais: no “Garden Party” em Belém Novo. Diário de Notícias, 3 jan. 1937, p.3. Acervo do MCSHJC.



Figura 60 - Edifício do Cine Belgrano.  
Fonte: Nicolas paradigma da perseverança. In: O Imparcial. n. 4. 30 jun. 1956, p.6. Acervo digital da página Belém Novo – Uma Beleza de Bairro.

Na década de 1960, verificou-se um abandono das praias de Belém Novo (Figura 61), perdendo gradativamente sua função de balneário, recreativa e de veraneio. A média de passageiros no transporte público pela Linha Belém Novo ou pela Linha Lami (que ligava o núcleo urbano ao centro da cidade) ainda que atingisse um aumento considerável nos meses de janeiro, fevereiro e março, já não transportava tantos passageiros como em anos anteriores. Havia um descaso com as áreas verdes, a diminuição de serviços e não havia qualquer tratamento das orlas das praias. Nesse momento, o Hotel Cassino já havia encerrado suas atividades e por algum tempo houve a intenção de transformá-lo em um hospital particular (PORTO ALEGRE, 1961).

<sup>68</sup> A “*garden party*” era um tipo de festa que surgiu nos anos 1930. No Rio de Janeiro, era realizada geralmente à tarde nos jardins de grandes mansões da Zona Sul e nas casas de campo de Petrópolis (CHATAIGNIER, 2010).

<sup>69</sup> O bairro contava com o Clube Grêmio Esportivo Belém Novo.

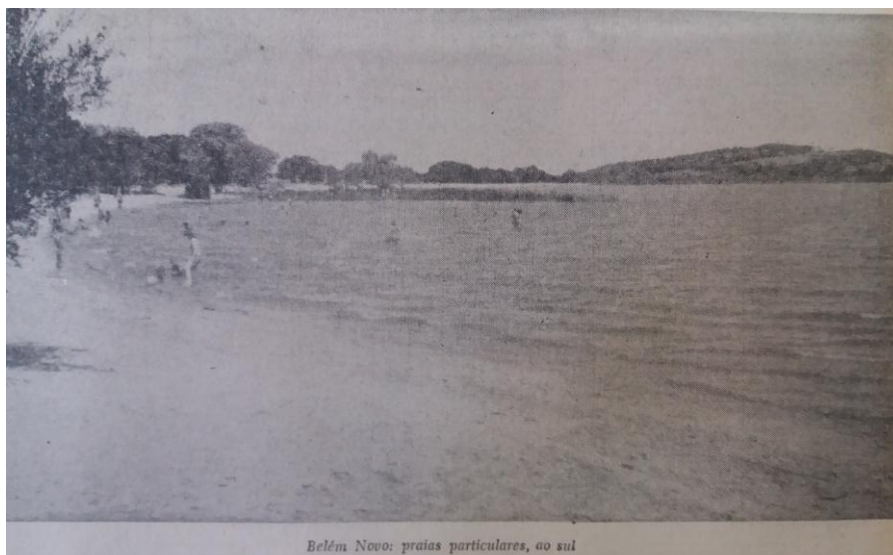


Figura 61 – Praia em Belém Novo, 1973.

Fonte: NEIS, Rubem. Belém Novo: dias de glória e de solidão. *Correio do Povo*, 25 fev. 1973, p.47. Acervo do MCSHJC.

No ano de 1967 seria publicada no jornal *Diário de Notícias* uma matéria chamada “Belém Nôvo: um balneário em agonia” (Figura 62) que denunciava todo o descaso com o local. Segundo a reportagem, por falta de fiscalização, a areia da Praia do Leblon era frequentemente retirada por caminhões e a margem da Praia do Veludo estava sendo ocupada pela população como local de moradia clandestina. Os trapiches construídos nas praias e os mobiliários, como mesas e bancos, que atendiam os veranistas à beira das mesmas, estavam em deterioração por falta de manutenção por parte da prefeitura. Também não havia mais qualquer cuidado com a limpeza das praias fluviais que estavam sendo tomadas pelos juncos<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Plantas que crescem, em geral, em terrenos alagadiços.





Figura 62 – Matéria veiculada sobre as dificuldades enfrentadas no balneário Belém Novo.  
 Fonte: Belém Nôvo: um balneário em agonia. Diário de Notícias, 26 mar. 1967, 4º Cad., p.8. Acervo da HDB.

A estrutura urbana, que será mais bem analisada em seguida, era precária e não acompanhou o crescimento do núcleo, contribuindo igualmente para o esvaziamento da população turística do balneário. Em 1960, só havia asfalto na rua em frente à igreja e na rua de acesso ao núcleo, Rua Cecílio Monza, e também era apontada na reportagem como um problema a ser resolvido.

Belém Novo tem pouquíssimas ruas e calçadas. Não há nenhuma consideração para os moradores que embelezam o bairro, com suas residências modernas e bonitas. As próprias ruas foram construídas por firmas particulares, através de loteamentos. Assim, no verão enfrenta-se o tormento do pó, e no inverno o sacrifício da lama. Atualmente, a Prefeitura está calçando as ruas ao redor do Grupo Escolar (BELÉM Novo: um balneário em agonia. Diário de Notícias, p.8, 26 mar. 1967<sup>71</sup>).

A rede de água ainda não abrangia todo o bairro, inclusive não havia chegado, em 1960, ao loteamento *Belém Novo Balnear*, e o esgoto era um problema extremo, conforme a matéria.

Existe um outro problema, ainda muito mais grave. É que a prefeitura inventou que as águas servidas tinham de desaguar justamente na praia. Ora, vejam só: uma praia de intenso movimento onde desemboca o esgoto! O resultado é óbvio, o rio fica numa total falta de condições de higiene, espantando os banhistas (BELÉM Novo: um balneário em agonia. Diário de Notícias, p.8, 26 mar. 1967).

<sup>71</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/093726\\_04/44901](http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/44901)

A poluição generalizada do Guaíba seria verificada a partir da década de 1970, conforme apontou a “Comissão Parlamentar para o estudo da poluição e defesa do meio ambiente”<sup>72</sup>, formada em 1972 pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, sob a presidência do então Deputado Hugo Mardini. As causas estavam associadas à industrialização nas margens do lago e dos seus afluentes (o Rio dos Sinos e o Rio Gravataí foram constatados como os em pior estado), a falta de saneamento na cidade de Porto Alegre e em toda a região, a agricultura e os despejos urbanos. As conclusões da Comissão apontavam que os esgotos domésticos e industriais eram uma ameaça ao abastecimento de água em um futuro próximo e que “o Guaíba em muitas regiões ultrapassa o padrão normal, com um índice de poluição muito superior ao que as recomendações da OMS<sup>73</sup> toleram” e ainda destacava que “um banho no Guaíba pode abrir caminho para dezenas de doenças, provocadas pela ingestão da água ou pelo simples contato”<sup>74</sup>. Apesar das recomendações, a população ainda utilizava o lago para banhos (Figura 63).



Figura 63 – Fotografia de crianças no Guaíba em jornal de 1973 com a indagação: “Quem sabe se a gente procurar mais um pouco encontra a poluição... Ela não pode ser só cheiro, não. Todo mundo diz que o Guaíba está poluído... vai ver que daqui a pouco aparece essa tal de poluição, não é?”.

Fonte: Férias são férias, em qualquer lugar. Correio do Povo, 4 fev. 1973, p.28. Acervo do MCSHJC.

<sup>72</sup> RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Poluição e desenvolvimento. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1972. O relatório apontava que: “existe poluição hídrica por matérias oleosas, derrames acidentais, ocasionais ou deliberado por petroleiros e navios de cabotagem; existe poluição por matéria orgânica em decomposição, causando aspecto e cheiro ostensivo aos sentidos, matando peixes e outros organismos aquáticos; existe poluição por agentes tóxicos específicos, desde metais até sintéticos complexos, como substâncias de combate às pragas da agricultura; existe poluição de fábrica de sapatos, curtumes, indústrias siderúrgicas, que fornecem uma quota diária de despejos industriais, cujos níveis entretanto se desconhecem.” (p.559-560).

<sup>73</sup> Organização Mundial da Saúde.

<sup>74</sup> Op.cit., p.560.

O caso das indústrias de celulose também foi especificado pela falta de planejamento e lançamento dos detritos na água e no ar. Isso se deve principalmente ao episódio da instalação da indústria norueguesa Borregaard na cidade de Guaíba, em 1972, na margem oposta do Bairro Ipanema de Porto Alegre. Logo que iniciaram as atividades, a mesma passou a lançar resíduos poluidores no lago e emitir um mau cheiro muito forte que podia ser sentido em Porto Alegre, inclusive em Belém Novo (CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000). Sem demora, iniciou-se um forte apelo popular pela solução do problema que seria traduzido em um movimento para o fechamento da fábrica encabeçado por ambientalistas<sup>75</sup>, políticos locais e pela imprensa. Um dos maiores incentivadores do fechamento foi Breno Caldas, proprietário do jornal Correio do Povo e de outros veículos de comunicação, que noticiava constantemente ataques contra a Borregaard<sup>76</sup>. O apoio do empresário à causa foi ligado ao fato de que o mesmo possuía um haras em Belém Novo, na Fazenda do Arado, e o forte odor estaria prejudicando seus cavalos e seus negócios (PEREIRA, 2014).

Somado aos problemas de poluição do Guaíba e os problemas de estrutura do núcleo urbano, no final da década de 1960 as estradas para as praias do litoral atlântico gaúcho obtiveram uma melhoria substancial, atraindo ainda mais a população turística. Isso se deve ao início do asfaltamento da RS-040 (antiga RS-1) (Figura 64), que liga Porto Alegre às praias de Balneário Pinhal e Cidreira, e a construção da BR-290 (*Freeway*) inaugurada em 1973 que, por seu porte e estrutura, passou a dominar o acesso às praias de águas salgadas (Figura 65).



Figura 64 – Anúncio de asfaltamento da RS-040 até Cidreira.  
 Fonte: Há promessas de um bom veraneio. Diário de Notícias, 24 nov. 1968, 4º Cad., p.5. Acervo da HDB.



Figura 65 - Inauguração da Freeway (BR-290).  
 Fonte: PORTO IMAGENS. “Freeway”, a esperada. I Folha da Tarde, 24 set. 1973, capa.

<sup>75</sup> A AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural) e José Antônio Lutzenberger foram protagonistas do episódio.

<sup>76</sup> A empresa hoje se chama CMPC Celulose Rio-grandense e faz reciclagem dos resíduos sólidos.

## 3.2 Fatores Econômicos e Político-Institucionais: o contexto regional

Em âmbito nacional, o início desta fase é marcado politicamente pela instauração da República Nova em 1930, e que se estenderia até 1937, sob governo do Presidente Getúlio Vargas<sup>77</sup>. Nesse período, a indústria começaria a se impor como forma de acumulação e nortearia o desenvolvimento do país, colapsando a estrutura do poder oligárquico cafeeiro e o modelo agroexportador que marcou a República Velha (1889-1930) (PESAVENTO, 1985). Em Porto Alegre, entre os anos 1920-1940, a indústria não cresceria da mesma maneira que em seu período inicial (1890-1910), entretanto, a partir da inauguração do Cais do Porto (1922) sua função comercial foi acentuada<sup>78</sup> (SINGER, 1974).

Após a instauração do Estado Novo (1937-1945) por Getúlio Vargas<sup>79</sup>, não houve mudanças na estrutura econômica do Rio Grande do Sul. Nos anos 1940, desapareceriam as charqueadas e meios mais modernos de transformação da carne, principal produto exportado pelo estado, seriam empregados. Em relação à agricultura, eram surtidos os efeitos de um sistema agrícola ultrapassado, competindo de maneira desvantajosa com outros centros, além da crise do minifúndio colonial (PESAVENTO, 1985).

[...] o completo cercamento dos campos e a introdução de alguma tecnologia nos métodos criatórios foi fazendo com que houvesse menor necessidade de braços para a criação. Acentuou-se, com isso, o processo do êxodo rural que já se manifestava desde os anos trinta. Uma vez fora do latifúndio, este trabalhador buscava as cidades. Todavia, constituía-se uma mão de obra que era jogada no mercado de trabalho sem ter especialização nenhuma, pois suas habilidades na vida campeira nada valiam para a vida urbana (PESAVENTO, 1985, p.116).

Em 1940, 25% das indústrias do estado se concentravam em Porto Alegre e a cidade não conseguia absorver toda a mão de obra advinda do campo, ocasionando o surgimento de vilas nas suas periferias (PESAVENTO, 1985). Em 1939, Canoas, localizado na divisa com Porto Alegre, emancipou-se devido ao seu intenso crescimento urbano e Viamão foi elevada à categoria de cidade em 1938 pelo Decreto 7.199. Nas zonas coloniais, o êxodo também era verificado, todavia, essa população não se transferiu apenas para áreas urbanas, mas também emigraram para Santa Catarina e Paraná, locais com disponibilidade de terras (PESAVENTO, 1985).

---

<sup>77</sup> No período da Ditadura Vargas ocorreu o fechamento de órgãos legislativos.

<sup>78</sup> O ano de 1890 marca o início da fase "Industrialização" na evolução urbana de Porto Alegre, conforme Souza e Müller (2007 [1997]). Essa fase se estende até 1945.

<sup>79</sup> Getúlio Vargas governou o país de 1930 a 1945 em um período que ficou conhecido como Era Vargas.

Nas décadas de 1920, 1930 e 1940, Porto Alegre passaria por importantes administrações que deram seguimento na melhoria da estrutura urbana da cidade iniciada por Montauray. No governo de Alberto Bins (1928-1937) vários loteamentos seriam construídos crescendo a cidade em estrutura urbana. No governo de Loureiro da Silva (1937-1943), com o advento do Estado Novo, obtiveram-se recursos por meio de empréstimos externos que deram respaldo para a execução de diversas obras de remodelação da cidade (SOUZA e MÜLLER, 2007 [1997]).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e paralelamente com o fim do Estado Novo, houve uma melhoria da infraestrutura rodoviária no Brasil e a modernização e a industrialização foram incentivadas buscando diminuir o número de importações. Ao longo das décadas de 1940 e 1950, diversos planos de desenvolvimento foram criados pelo governo federal como o plano SALTE<sup>80</sup>, Plano de Metas<sup>81</sup> e o Plano Trienal<sup>82</sup> (SOUZA, 2008).

No início da década de 1960, Porto Alegre ainda liderava o processo de industrialização no Rio Grande do Sul, mantendo um forte crescimento populacional. Ao longo da década de 1960 eram verificados também problemas relacionados à mecanização da agricultura e ao setor agropecuário em todo o Estado gerando um êxodo rural que contribuiu com o inchamento populacional de Porto Alegre e das cidades que gravitavam ao seu redor (SOUZA, 2008; SOUZA e MÜLLER, 2007 [1997]). Segundo Santos (2013 [1993]).

Esse período duraria até fins dos anos 1960. O golpe de Estado de 1964 todavia aparece como um marco, pois foi o movimento militar que criou as condições de uma rápida integração do país a um movimento de internacionalização que apareceria como irresistível, em escala mundial. A economia se desenvolve, seja para atender a um mercado consumidor em célebre expansão, seja para responder a uma demanda exterior. O país se torna grande exportador, tanto de produtos agrícolas não tradicionais (soja, cítricos), parcialmente beneficiados antes de se dirigirem ao estrangeiro, como de produtos industrializados. [...] A população aumenta, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito servem de impulsão à expansão industrial (SANTOS, 2013 [1993], p.39).

A complexidade promovida pelo crescimento urbano de Porto Alegre levou o poder público a regular a ocupação do solo, criando em 1954 a Lei de Loteamentos e, logo em seguida, em 1959, a capital seria pioneira no país lançando seu Plano Diretor. Nas décadas de 1950 e 1960, áreas de sub-habitação originadas pelo alto preço dos terrenos em Porto Alegre, aumentou excessivamente a expansão urbana para a periferia (SOUZA, 2008). Assim, as cidades polarizadas por Porto Alegre cresceram ao longo do Vale do Rio dos

---

<sup>80</sup> Proposto no governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

<sup>81</sup> Proposto no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

<sup>82</sup> Proposto pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado no governo de João Goulart (1961-1964).

Sinos com a implantação de indústrias, moradias para a população de baixa renda e criando novas áreas residenciais. As dinâmicas urbanas ultrapassaram os limites do município, confundindo-se com os outros e criando o que se chama conurbação, uma mancha urbana única, gerando com isso inúmeros problemas (ALMEIDA e SOUZA, 2014). Áreas próximas a capital seriam emancipadas, como Sapucaia do Sul em 1961 e Cachoeirinha em 1966.

Viamão, na década de 1950, em razão dos altos índices de implantação de loteamentos, tornou-se uma “cidade-dormitório” e apresentava uma economia basicamente terciária e de poucas indústrias (SOUZA, 2008). O 3º Distrito Passo do Feijó de Viamão, localizado ao norte da cidade, também cresceu com base em loteamentos e emancipou-se formando Alvorada, em 1965.

Em 1964 ocorreu a instauração da Ditadura Militar, assinalando uma centralização política e econômica e a consolidação das tendências de modernização e industrialização agrícolas no país (SOUZA, 2008). Na década de 1960 a população de Porto Alegre seria de 626 mil habitantes, fechando o período, em 1970, com 885 mil. Porém, “nessa época, Porto Alegre já não era um todo fechado em si” (SOUZA e MÜLLER, 2007 [1997], p.101) e já na década de 1960 era verificado que parte de seus problemas não poderiam ser resolvidos sem medidas conjuntas com os municípios vizinhos.

No Brasil, a institucionalização do Planejamento Urbano Integrado inicia-se na década de 1960 por meio da ideia da busca do desenvolvimento. Não bastava mais fazer apenas o plano físico, um plano diretor baseado nos estudos de urbanismo, era necessário ampliar o olhar para as diversas áreas do conhecimento e para a cidade como um todo. Tornava-se indispensável reconhecer as demandas sociais, econômicas, culturais e políticas para realizar um plano e, sobretudo, reconhecer a região e outras regiões para se compreender a dinâmica do sistema urbano como um todo, com suas trocas, demandas e ofertas. Era o tempo do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, Urbano ou Local (ALMEIDA e SOUZA, 2014).

O lema era planejar para desenvolver. Assim, as cidades e regiões, de acordo com essas novas ideias que começavam a tomar força, precisavam sofrer um outro tipo de planejamento, não só físico, mas um planejamento integrado, dos vários setores da administração, nas suas três esferas, federal, estadual e municipal e não só urbano, mas também, regional (ALMEIDA e SOUZA, 2014).

Maricato (1987) avalia que o país passou por um grande crescimento econômico entre 1968 e 1973, com a instalação de diversas empresas internacionais de bens duráveis, entretanto seria seguida de uma forte recessão que culminaria na década de 1980 com altas taxas de desemprego. O índice de crescimento populacional urbano chegou a 68% na

década de 1960, transformando, em poucas décadas, um país de população rural em um de maioria urbana.

A expansão urbana associada a um processo de metropolização foi observada em diversas capitais brasileiras, inclusive em Porto Alegre. Fizeram parte dos territórios metropolitanos as cidades que cresceram polarizadas pelas capitais e que criaram uma dinâmica própria.

De acordo com Francisconi (1972), a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) teve seus primeiros estudos ainda na década de 1950 e 1960. No ano de 1967, a Prefeitura de Porto Alegre e a SMOV (Secretaria Municipal de Obras e Viação) delimitou pela primeira vez a RMPA com uma lista com 12 municípios, publicando-a em 1968. A segunda delimitação, em 1968, foi feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com 16 municípios. A terceira, e definitiva, em 1968, foi elaborada pela SOP (Secretaria de Obras Públicas) e pelo governo estadual, com 14 municípios<sup>83</sup>.

No plano federal, somente em 1973 a RMPA seria institucionalizada, com a Lei Complementar n.º14, que regulamenta as regiões metropolitanas em âmbito federal (ALMEIDA e SOUZA, 2014).

Nos anos 1960, o extremo-sul da capital, deslocado fisicamente do direcionamento do crescimento e desenvolvimento pela qual toda a região passava, não era foco de planejamento por meio dos governos municipais. Conforme estudo de Cornelia Eckert e Magda Viana (2006), a partir desta década houve um aumento na procura de Belém Novo como local de moradia a baixo custo. Seriam observadas invasões ao longo das estradas de terra do distrito, bem como o surgimento de loteamentos populares. Diversas famílias ocupariam as margens do Guaíba formando vilas nas praias do Veludo, Leblon, Copacabana, atrás da Praça Principal, e em outros locais mais distantes da área central de Belém Novo. Eram na maioria famílias vindas de outros bairros ou municípios do interior e colônias de pescadores artesanais do próprio local.

---

<sup>83</sup> Os 14 municípios da primeira formação eram: Porto Alegre, como centro metropolitano, e os municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão.



### 3.2.1 As divisões político-administrativas de Porto Alegre e o Distrito Belém Novo

Conforme o Ato Municipal n.º 115 de 15 de dezembro de 1927, foram retificados os limites da capital e a mesma foi dividida em zonas e oito distritos. Em razão desse ato, Belém Novo permaneceu de 1927 até 1937 como o 7º Distrito de Porto Alegre. Ainda no ano de 1932, Porto Alegre e seus distritos foram limitados pelas chamadas zonas urbana, suburbana e rural (Figura 66). Belém Novo ficou inserido na zona rural da cidade que iniciava na altura de Ipanema.

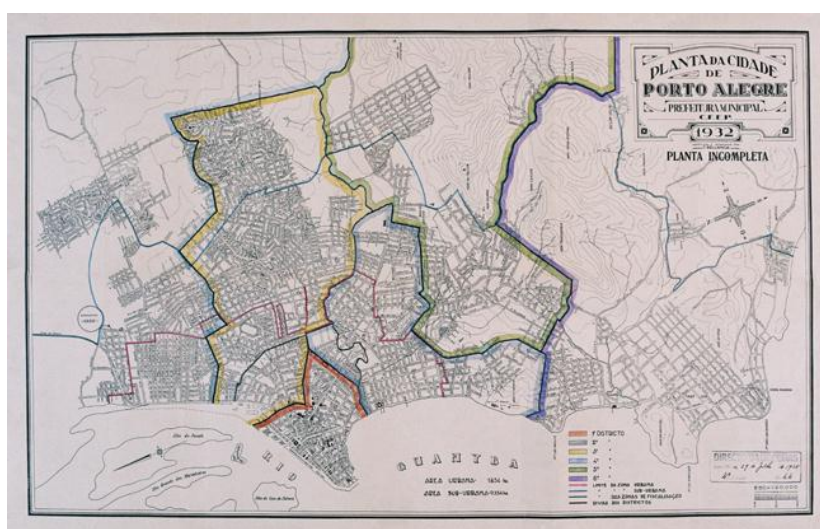


Figura 66 – Planta da Cidade de Porto Alegre de 1932 com os limites das zonas urbana, suburbana e rural da cidade e seus distritos. Francisco Ballanca. O 7º Distrito Belém Novo não consta na planta, porém estava dentro da zona rural.

Fonte: Acervo digital do AHPAMV. CD-Rom 1.

Durante a administração de Loureiro da Silva, pelo Ato Municipal n.º 53 de 29 de dezembro de 1937 Porto Alegre foi novamente dividida ficando com apenas três distritos: o 1º Porto Alegre (sede) (compreendeu em um só o 1º, 2º, 3º, 4º, 5º distritos da cidade), o 2º Belém Novo (compreendendo o 6º e 7º) e o 3º Ilhas (Pintada) (que era o 8º distrito). No ano seguinte, pelo Decreto n.º 7.199 de 31 de março de 1938, a sede de Belém Novo foi elevada à categoria de vila do município e permaneceria nessa condição até 1991, quando se tornaria um bairro. Em 1939, as seis zonas de Porto Alegre (sede) são estabelecidas: 1ª Centro, 2ª Azenha, 3ª Floresta, 4ª São João, 5ª Glória e 6ª Tristeza e em 1944 passam a ser denominadas subdistritos (FORTES e WAGNER, 1963).

O Plano Diretor de Porto Alegre de 1959 foi promulgado pela Lei 2046, de 30 de dezembro de 1959 e após revisões do zoneamento de usos, foi aprovado e entrou em vigor pela Lei n.º 2330 de 29 de dezembro de 1961, sendo o primeiro plano legal instituído da

cidade. Para os autores do plano, que teve como coordenador o Eng. Civil e urbanista Edvaldo Pereira Paiva, o zoneamento de usos do solo, de índices de aproveitamento, de taxas de ocupação, de alturas eram as peças chaves para o planejamento urbano. De início, o plano abrangeu somente a sua parte mais habitada, não abrangendo toda a área do município. A atenção era dada para a zona urbana e grande parte da zona suburbana e ao longo dos anos novas extensões (A, B, C) foram integrando o mesmo. Em 1975, a extensão D, que se estendia até as divisas municipais de Viamão e Alvorada, normatizou a zona sul que foi considerada uma “zona de expansão urbana” da cidade, entretanto, apesar de aprovada, teve sua implantação sustada (NYGAARD, 2005) (Figura 67). Assim, não houve extensão do plano de 1959 para o Distrito Belém Novo e ele só seria incluído no 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 1979.

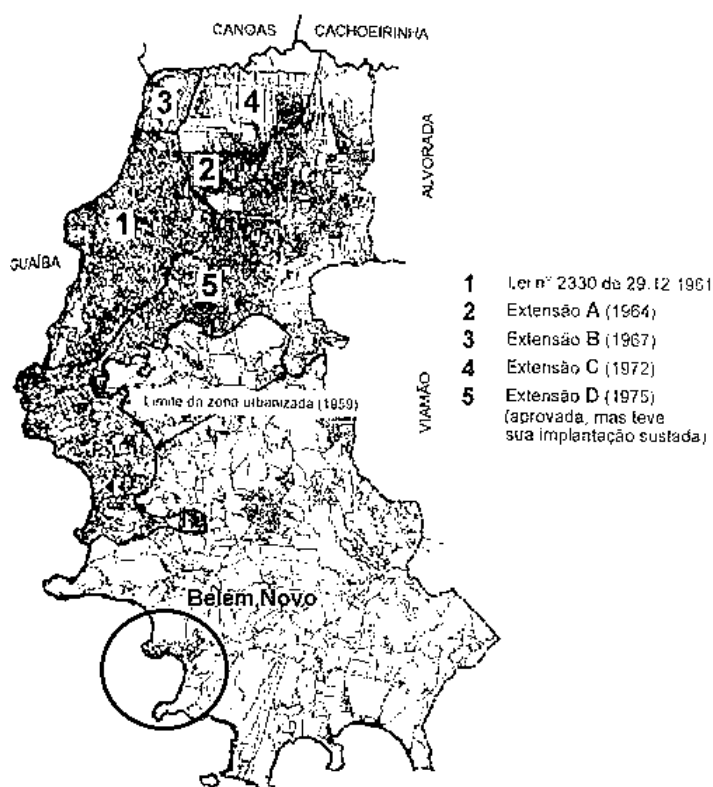


Figura 67 – Extensões do Plano Diretor de 1959. O Distrito Belém Novo não foi compreendido nas extensões.  
 Fonte: Paul Dieter Nygaard, 2005, p.185, com alterações da autora.

### 3.2.2 Uma metodologia para o planejamento urbano aplicada a Belém Novo

Em julho de 1961, a Seção de Estudos Econômicos e Pesquisas da Divisão de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre publicou um estudo, chefiado pelo Arquiteto Jorge Neves, que visava o colhimento de dados que pudessem orientar o planejamento urbano de uma área por meio da aplicação de um método de análise. Apesar

de seu território não ter sido abrangido pelo Plano Diretor de 1959, a área escolhida para a aplicação do método foi o núcleo urbano do Distrito Belém Novo. Segundo o estudo:

Um dos problemas mais sérios que enfrenta o Urbanismo e o Planejamento em geral é a falta de dados sobre uma determinada área de estudo. Esta dificuldade não é oriunda apenas da precariedade da estrutura dos órgãos públicos da Administração – que, normalmente, não dispõem de setores especializados de estudos de pesquisas, capazes de orientar a cúpula administrativa e os gabinetes técnicos de planejamento; mas da própria mentalidade burocrática e isolacionista vigente no ambiente das repartições públicas (PORTO ALEGRE, 1961, p.2).

O trabalho da prefeitura buscou focar sua análise em um núcleo urbano que fosse envolvido por uma área com características rurais e assim Belém Novo foi o local escolhido para a realização do mesmo. Além disso, de acordo com análise pré-concebidas pelos técnicos, “ressente-se a área de estudo de uma zona comercial e industrial expressiva, fato este que caracteriza o desenvolvimento do Município” (PORTO ALEGRE, 1961, p.2), estando Belém Novo em desalinho em relação aos rumos que tomavam a economia de Porto Alegre no início da década de 1960.

O núcleo dá a expressão de cidade interiorana que definha. Não apresenta melhoramentos dignos de nota e a praça carece daquele aspecto rejuvenescido das pequenas cidades que se industrializam. Não é o caso de Belém Novo. Belém Novo cresce e seus problemas vão crescendo junto. O número de famílias que para lá se transferem, o fazem lá contingência de uma situação econômica geral. Por outro lado não encontram lá o seu problema resolvido, pois, o encarecimento do transporte é uma ameaça constante. Podemos dizer que individualmente encontram soluções mais adequadas quanto ao abastecimento (proximidades de pequenas granjas, tambos e locais de pesca); entretanto, esta vantagem é relativa, pois, é muito frequente a escassez de certos produtos locais pelos compromissos dos produtores com o grande centro, repetindo-se o que acontece nas cidades pequenas do interior cujos produtos são absorvidos pelo centro maior de consumo (PORTO ALEGRE, 1961. p.43-44).

Após a delimitação da área de estudo (Figura 68), o estudo realizou um levantamento dos aspectos físicos (localização geográfica, estudos do solo, clima, topografia, hidrografia, densidade e migrações e recursos naturais), aspectos socioeconômicos (tendências da atividade humana, estudo da agrupação humana, dependência administrativa, características sanitárias, utilização do solo, localização das áreas cultivadas e devolutas, características do cultivo, valor do solo, localização das áreas industriais e tendências, localização das áreas comerciais) e aspectos urbanos ou serviços (sistema viário existente, rede escolar, suprimento de água, serviço de assistência e socorro, serviço de segurança pública, rede de distribuição de energia elétrica). A análise dos aspectos citados foi baseada nas necessidades consideradas essenciais e imediatas para o planejamento urbano da área.



Figura 68 – Índice fotogramétrico da área urbana e de estudo de Belém Novo.  
Fonte: PORTO ALEGRE, 1961, p.9.

Os dados do relatório mostram que na época do levantamento a vila (chamada também como bairro pelo estudo) possuía 99 propriedades rurais e, entre elas, as que possuíam entre 10 e 40 hectares eram as que representavam a maior produção de hortifrutigranjeiros e fruticultura enquanto atividades mistas junto à suinocultura (que era realizada em péssimas condições sanitárias). As propriedades com mais de 40 hectares apresentavam-se em abandono, pois anteriormente eram ocupadas pela cultura do arroz, que entrara em decadência em toda a região. Segundo o estudo, “estas áreas tem a tendências de serem “urbanizadas” através de loteamentos, tipicamente, “urbano” com terrenos de 10 por 30 metros” (PORTO ALEGRE, 1961, p.47).

A fruticultura e a horticultura não se destinavam ao Mercado Público de Porto Alegre, mas sim aos mercadinhos e fruteiras do centro da cidade e dentre os principais produtos estavam a uva e o pêssego. Outra atividade levantada foi a leiteira, contando o local com 9 tambos de leite, entretanto, já era observada uma redução considerável na quantidade de litros de leite entre 1959 e 1960, indicando o declínio da atividade que era realizada com bastante precariedade. A atividade pesqueira fora amplamente empregada no local nas primeiras décadas da fase balneária e continuava a ser realizada por agrupamentos de pescadores que se concentravam principalmente em barracões nas margens do Guaíba à leste da praça principal e na praia do Veludo (Morro da Cuíca). Todavia, já era sentido o

desaparecimento da fauna do lago, dificultando a comercialização dos peixes. No que tange a agricultura, era verificado um empobrecimento generalizado do solo e a área rural demonstrava uma ocupação por agrupamentos humanos. Segundo análise dos técnicos para a área de estudo,

A propriedade rural tem uma tendência a sub-dividir-se cada vez mais, transformando-se em minifúndio, que não é funcional como produtor. Essas propriedades vão ficando tão pequenas que já não podem operar com lucros ou mesmo servir como fonte de sustento para uma família. Também não comporta a aquisição e manutenção de máquinas agrícolas, nem melhoramento de qualquer espécie. Enfim, estão em via de tornar-se tão improdutivas como qualquer terreno baldio situado no centro da cidade (PORTO ALEGRE, 1961, p.56).

O relatório ainda apontou, baseado em entrevistas com os produtores locais, o interesse dos mesmos em utilizar-se de suas propriedades para fins imobiliários, em razão das dificuldades econômicas encontradas para produção:

As entrevistas com os agricultores da região revelam um descontentamento quanto à deficiente assistência técnica e financeira. É unânime a afirmativa entre os agricultores de que os negócios de “apartamentos” são mais lucrativos que a lavoura. Estando muitos proprietários a abandonar a sua atividade, se continua a ameaça de alta de tarifas, alta na maquinaria agrícola e outras restrições econômicas (PORTO ALEGRE, 1961, p.56-57).

Em relação aos estabelecimentos de comércio, acontecia de maneira prioritária no núcleo urbano, sendo caracterizado pelos estabelecimentos varejistas de gêneros alimentícios. Havia 44 estabelecimentos desse tipo no distrito, sendo 37 ligados à alimentação. No geral, eram principalmente bares, ofertados em virtude da função balneária do local, muitos funcionando somente nos meses de verão (Figura 69).



Figura 69 – Publicidades de estabelecimentos comerciais, na maioria bares, de Belém Novo em jornal local: ano de 1956.

Fonte: O Imparcial, 2 jun. 1956, n.2, p.3. Acervo digital da página Belém Novo.

Foi constatado também que não havia relação de dependência entre a área rural e o núcleo urbano, de acordo com o estudo, de modo que o núcleo não possuía “vida própria” e não era abastecido pela sua área rural.

É um comércio sem expressão, onde dominam os bares. Não existe um mercado ou estabelecimento dedicado, exclusivamente, à venda de frutas e verduras. As feiras-livres, instaladas aos domingos pela manhã é que apresentam uma maior variedade de sortimento. A maioria dos moradores faz seu abastecimento em Porto Alegre. Existe somente uma pequena padaria, o que é insuficiente. A carne e o leite são obtidos na própria redondeza (PORTO ALEGRE, 1961, p.49).

Ao final deste período, Belém Novo perdia sua função balneária, a produção agrícola e os seus estabelecimentos comerciais eram inexpressivos e, ao mesmo tempo, o local não se encaixava ao setor industrial que se desenvolvia no direcionamento norte de Porto Alegre, conformando novos municípios que integrariam a sua região metropolitana. Nesse sentido, os técnicos chamaram a atenção para a abundante presença de granito da região, que se prestaria para a exploração industrial, porém naquele momento só era aproveitado para a confecção de paralelepípedos e moirões de cercas. Em relação à presença de olarias no local, verificadas em grande número na primeira fase de sua evolução urbana, eram identificadas apenas duas nesta fase e em condições precárias de produção, destinada exclusivamente para o centro de Porto Alegre. A argila também foi apontada como uma possibilidade industrial, necessitando de um planejamento específico para que não ocorresse uma deterioração física da área. Ainda destacava-se que, a insuficiente produção agrícola decorria de recursos mal aproveitados, entretanto, segundo os técnicos, poderia haver condições para o desenvolvimento se houvesse um planejamento para a área urbana e rural.

Em suas últimas páginas, o estudo aborda a questão do turismo, concluindo que “a área de Belém representa, em termos paisagísticos, um dos melhores locais do município que até agora não foi explorado. Consequentemente há uma deficiência no setor recreativo e no esporte em geral” (PORTO ALEGRE, 1961, p.65).

A precariedade do transporte público também estava associada ao não desenvolvimento do núcleo urbano em todos os aspectos e “inclusive por inutilizar áreas de recreação próximas à praia, pelo inadequado estacionamento e circulação” (p.66). Na década de 1960, existiam três linhas de transporte público que davam acesso do centro da cidade ao núcleo urbano de Belém Novo (cerca de 27km de distância), as linhas Lami,



Chapéu do Sol e Belém Novo, que estavam a cargo da Viação Belém Novo Ltda.<sup>84</sup>, primeira garagem para ônibus urbano de Porto Alegre, inaugurada em 1962<sup>85</sup>. O número de passageiros crescia consideravelmente em janeiro, fevereiro e março, estabilizando-se fora do verão (PORTO ALEGRE, 1961).

### **3.3 Análise da estrutura urbana**

#### **3.3.1 O acesso e o sistema viário do Centro da cidade até Belém Novo**

Como visto na primeira fase, a Freguesia de Belém foi transferida para a margem do Guaíba em razão, principalmente, da melhor conexão com o centro da cidade por meio do transporte fluvial. Até fins da década de 1930, em razão da dificuldade de acesso por meio terrestre, sua estrutura urbana permaneceu praticamente intacta, com a vida urbana gravitando ao redor da Igreja Nossa Senhora de Belém e da praça central, mantendo ao redor do núcleo urbano características basicamente agrárias.

Em relação à expansão urbana de Porto Alegre, a inserção tardia e ainda esparsa da zona sul em relação ao contexto central da mesma e de suas regiões norte e nordeste por meio dos loteamentos era observada. Enquanto a zona norte era ocupada por fábricas e loteamentos operários em razão do crescimento do setor industrial desde 1890, a zona sul era visada enquanto área para descanso e lazer a partir da mesma década, mas com mais força após a virada do século. A zona sul urbanizava-se e era acessada pela Ferrovia do Riacho, conforme foi destacado no capítulo anterior. Até 1941, os trilhos percorriam próximos aos balneários Vila Conceição, Pedra Redonda, Vila Nova, Balneário Ipanema, Balneário Guaíba e Balneário Guarujá (HUYER, 2015) (Figura 70).

---

<sup>84</sup> Atualmente, a sede da Viação Belém Novo Ltda. localiza-se na Av. Beira-Rio, 175, no Bairro Belém Novo, e atende e interliga os bairros da porção sul de Porto Alegre - Cristal, Tristeza, Ipanema, Hípica, Cavalhada, Vila Nova, Belém Velho, Belém Novo, Campo Novo, Chapéu do Sol e Lami.

<sup>85</sup> VIAÇÃO BELÉM NOVO.



Figura 70 – Loteamentos balneários na zona sul de Porto Alegre que poderiam ser acessados pela Ferrovia do Riacho. A Serraria era o último ponto da ferrovia, porém nela só havia o Matadouro Modelo.  
 Fonte: Elaborada pela autora sobre a *Planta da Cidade de Porto Alegre* de 1937, com base em Huyer, 2015.

Apesar da ferrovia nunca ter chegado a Belém Novo, o local também recebeu seus loteamentos balneários e sua população turística, como visto. Na década de 1930, no governo estadual do General Flores da Cunha e com Alberto Bins à frente da Prefeitura da capital, foram construídos 12km de estrada de rodagem que facilitaram o acesso a Belém Novo e ajudaram no desenvolvimento, dentro do contexto da zona sul, da sua função balneária. A estrada ligava o local desde o centro, na Praça Argentina, passando pela Avenida João Pessoa – Rua da República – Rua João Alfredo – Avenida Getúlio Vargas – Rua José de Alencar – Avenida Padre Cacique – Avenida Guaíba – Rua Taquari – Avenida Onze de Setembro (atual Avenida Wenceslau Escobar) - Rua Coronel Marcos até a Estrada de Belém Novo (Av. Juca Batista). O acesso também se dava pela Avenida Teresópolis – Avenida Nonoai – Estrada Cavalhada até a Estrada de Belém Novo (Av. Juca Batista) (SOUZA & MÜLLER, 2007 [1997]) (Figura 71).

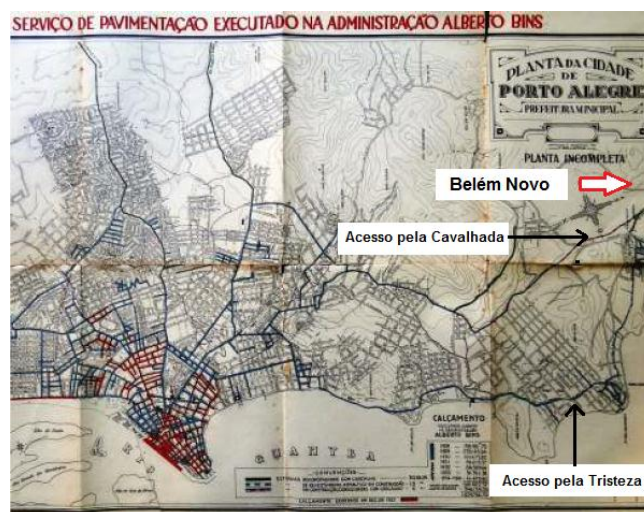


Figura 71 – Plano de Pavimentação executado no governo municipal de Alberto Bins (1928-1937). Sem escala.  
 Fonte: Acervo do AHPAMV, CD-Rom 1, com alterações da autora.

### 3.3.2 Loteamentos balneários: o crescimento da infraestrutura urbana de Belém Novo

O primeiro loteamento balneário, “Villa Balneária Belém Novo” ou “Balneário Leblon” foi aprovado de acordo com o Decreto n.º 108 de 10 de setembro de 1927 que dava regulamentação para a abertura de vias de comunicação, aprovado na gestão do Intendente da Prefeitura de Porto Alegre Octavio Rocha. O então 7º Distrito Belém Novo estava inserido no perímetro rural da cidade e, portanto, conforme o decreto, não era necessário asfaltamento de suas novas vias.

Entre o perímetro suburbano e o rural, as vias de comunicação deverão satisfazer às seguintes condições: 1º Leito preparado com cascalho, na largura de 6 metros, conforme instrução da Diretoria Geral de Obras e Viação; 2º Valetas para o escoamento das águas pluviais; 3º Construção das obras d’arte necessárias ao escoamento das águas pluviais e correntes (Porto Alegre, Decreto nº 108, 10 set. 1927).

O loteamento (Figura 72) previa lotes com dimensões variadas (frente mínima de 10m e profundidade mínima de 50m) e propôs duas praças na beira do Guaíba. Na década de 1960, a rede de água alcançava praticamente todo o loteamento e mais o núcleo urbano original, devido a instalação de um Reservatório de Água Bruta no alto do Morro da Cuíca. O reservatório captava a água do Guaíba e levava até um outro reservatório no Morro do Leblon, porém, a qualidade da água era muito ruim. A rede elétrica não atingia somente a parte elevada do mesmo morro (PORTO ALEGRE, 1961).

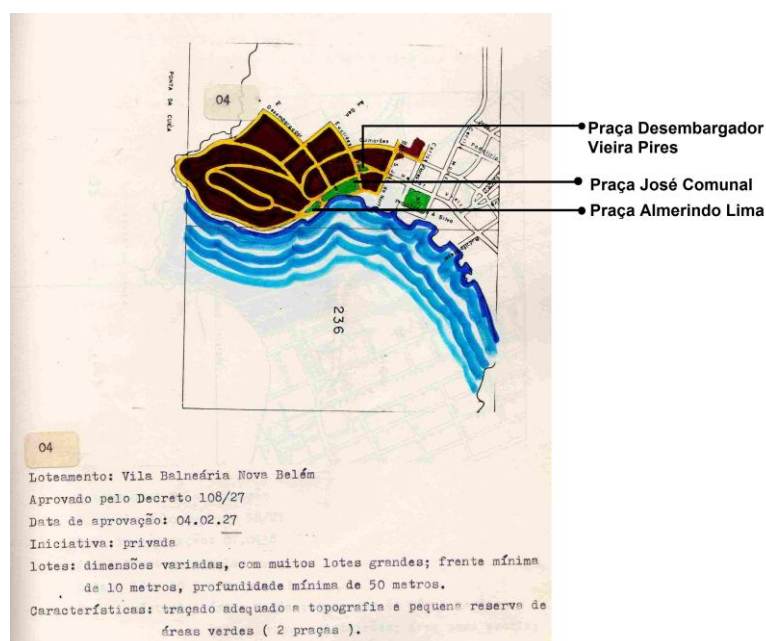


Figura 72 – Loteamento “Villa Balneária Belém Novo” e demarcação de suas vias e áreas verdes. Sem escala.

Todas as vias deste loteamento foram pavimentadas em areião, somente um trecho da Av. Beira-Rio foi asfaltado, até a altura das duas praças. No período, estavam asfaltadas também a Av. Juca Batista, que dava acesso ao núcleo urbano, a Av. Dr. Cecílio Monza que ligava a Av. Juca Batista a Av. Heitor Vieira, via onde localiza-se a Igreja Nossa Senhora de Belém e a praça principal e que encontrava-se igualmente asfaltada (Figura 73).

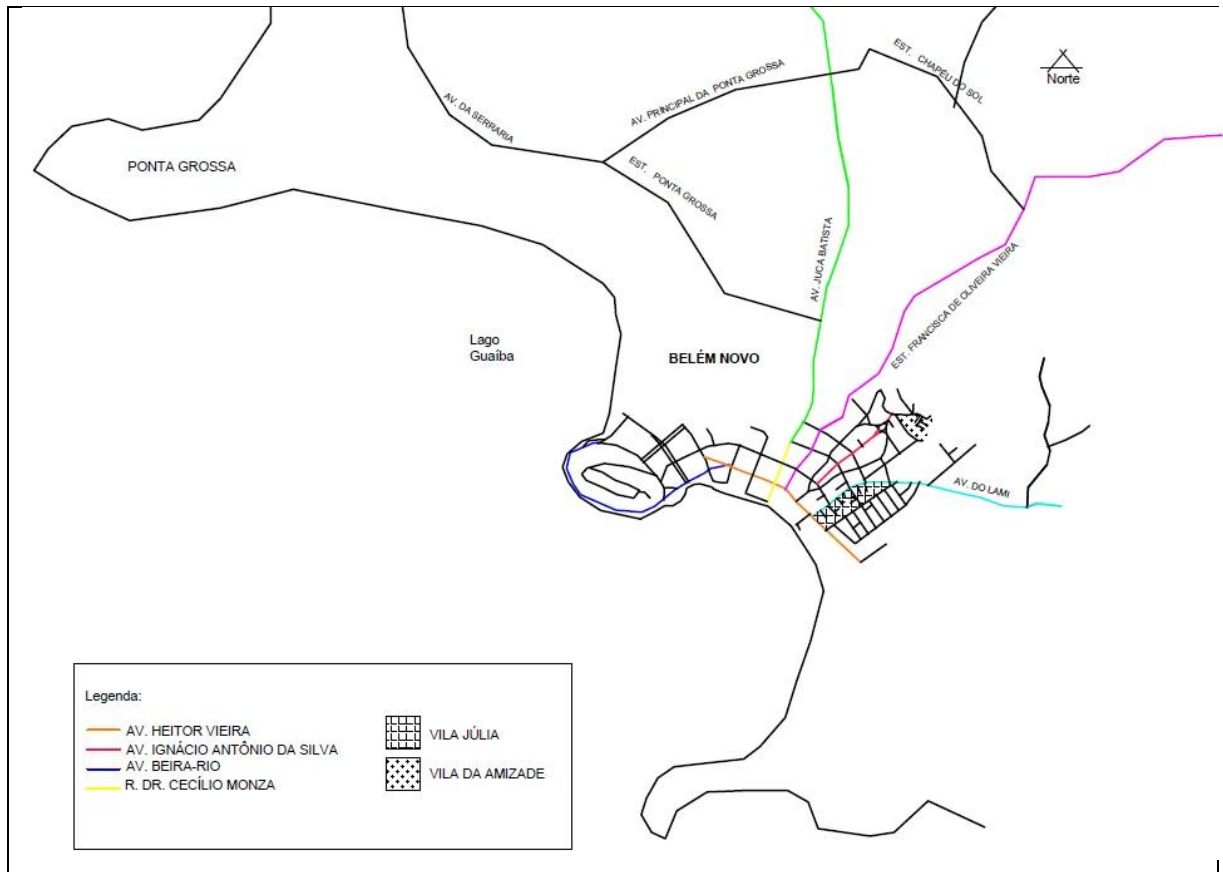


Figura 73 – Vias pavimentadas do Distrito Belém Novo na década de 1960. Sem escala.  
Fonte: Elaborado pela autora com base em PORTO ALEGRE, 1961, p. s/nº.

Na década de 1960, a principal avenida do bairro, Av. Heitor Vieira, encontrava-se asfaltada e dispoñdo de iluminação pública (Figura 74).





Figura 74 – Avenida Heitor Vieira.  
Fonte: Acervo do AHPAMV.

O loteamento “Belém Novo Balnear” foi igualmente pavimentado em areião. Foram propostas algumas áreas verdes, porém algumas delas acabaram por ser loteadas com o passar dos anos (Figura 75). No início da década de 1960 a rede elétrica atingia praticamente todo o loteamento, diferente da rede de água e esgoto que praticamente inexistia nele. No mesmo período encontrava-se em obras uma Estação de Tratamento de Água (ETA) e um outro reservatório dentro do loteamento para solucionar o problema de abastecimento (PORTO ALEGRE, 1961).

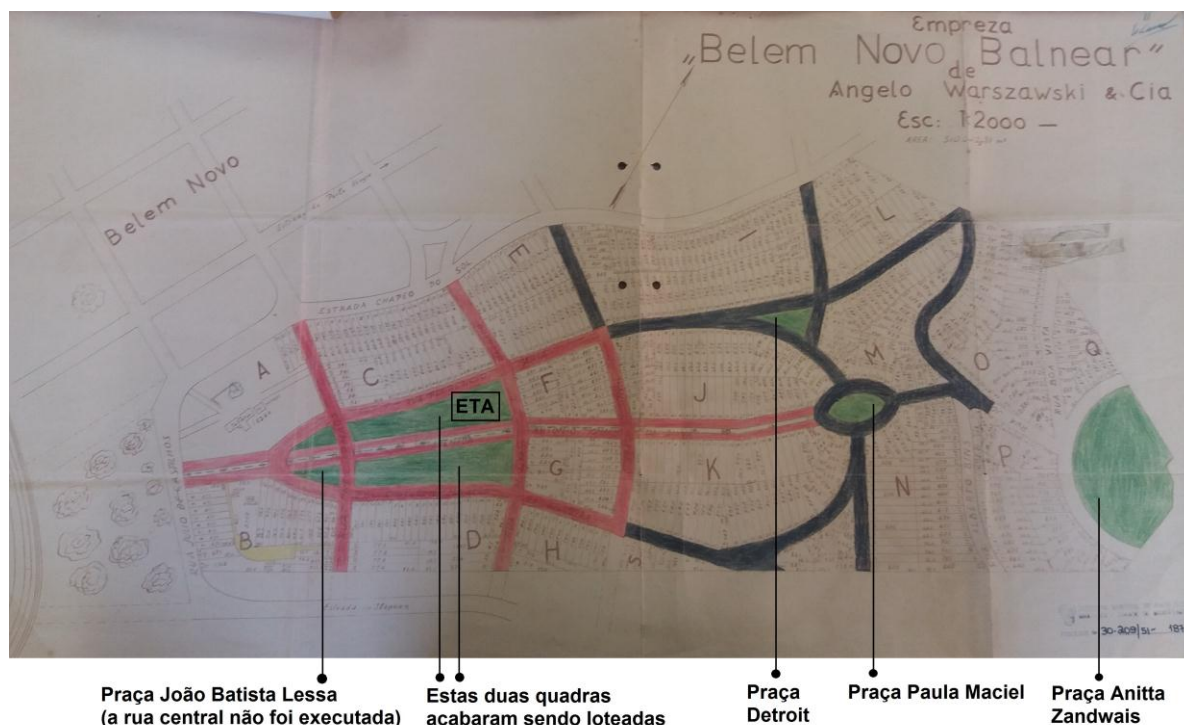


Figura 75 – Planta do loteamento “Belém Novo Balnear” aprovada pela Prefeitura Municipal. Demarcação das vias e das áreas verdes. Não há legenda das cores utilizadas no projeto. Sem escala.  
Fonte: Acervo da Mapoteca do AHPAMV, com alterações da autora.

No total, 63% (504 residências) de toda a área urbana do núcleo estava abastecida por água e 90% das casas possuíam energia elétrica, entretanto a iluminação pública ainda era deficiente (PORTO ALEGRE, 1961).

As primeiras áreas a serem ocupadas nestes dois loteamentos balneários foram as que costeiam o Guaíba, na volta do Morro da Cuíca, e na parte plana da “Villa Balneária Belém Novo”, ainda nos anos 1930. Na mesma década, seriam ocupadas áreas localizadas à leste da praça principal e da Av. Juca Batista. Na década de 1940, começaria a ocupação na faixa norte e noroeste do loteamento “Belém Novo Balnear” nas proximidades da Est. Francisca de Oliveira Vieira e também em trechos lindeiros a Av. Juca Batista. O Morro da Cuíca, o restante do loteamento “Belém Novo Balnear” e mais terrenos adjacentes a Av. Juca Batista, Est. Francisca de Oliveira Vieira (onde foi construído o Cemitério Belém Novo) e Av. do Lami seriam ocupados somente a partir da década de 1950 e mostrava-se como uma tendência de área de ocupação (PORTO ALEGRE, 1961). O processo de ocupação pode ser observado na Figura 76, a seguir.

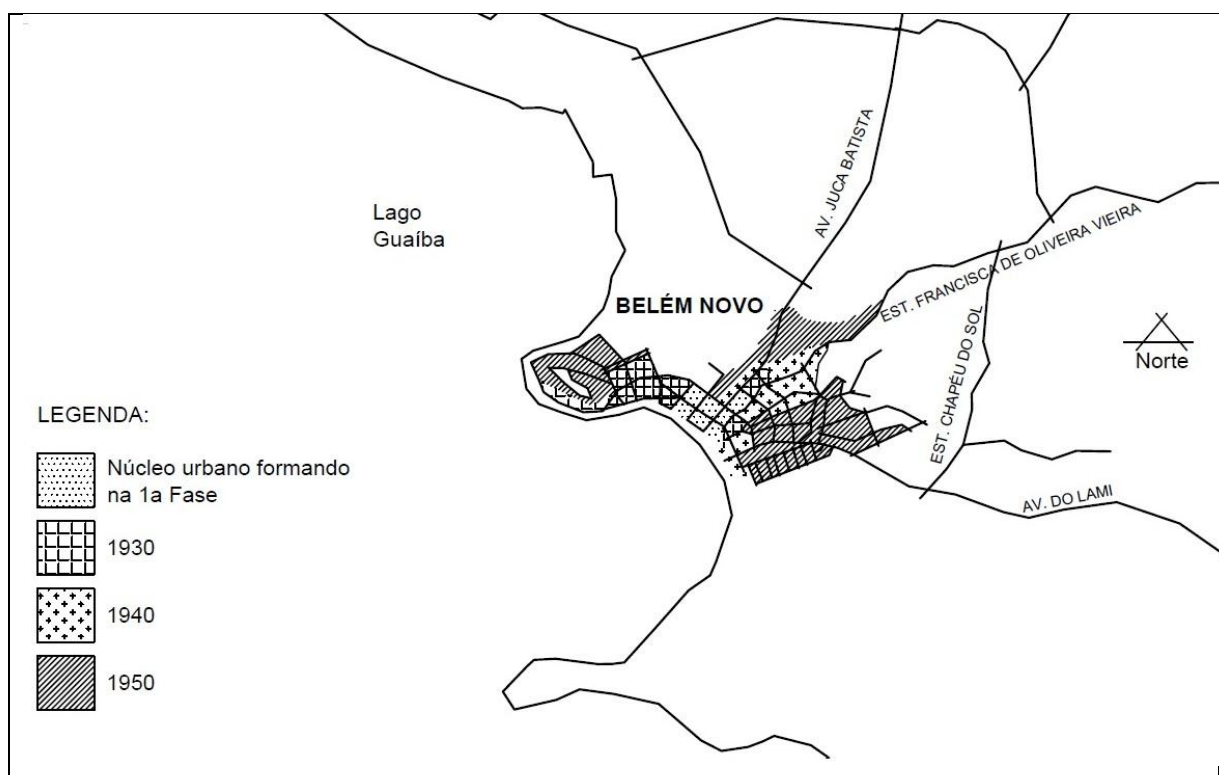


Figura 76 – Evolução das áreas ocupadas do Distrito Belém Novo. Sem escala.  
Fonte: Elaborado pela autora com base no mapa de Desenvolvimento do Núcleo de Belém Novo. PORTO ALEGRE, 1961, p. s/nº.

Conforme o estudo da Prefeitura de 1961, as residências e equipamentos de comércio do núcleo urbano original, praticamente todos em alvenaria, estavam em sua maioria em regular e em mau estado (Figura 77). Nas áreas novas de ocupação, dentro dos



dois loteamentos balneários, predominavam as construções em madeira, que também eram precárias. De certo modo, as construções retratavam o descaso e o fim do período áureo como balneário (PORTO ALEGRE, 1961) (Figura 78).



Figura 77 – Residências em 1960.  
Fonte: Acervo do AHPAMV.



Figura 78 – Residências em 1960.  
Fonte: Acervo do AHPAMV.

### **3.3.3 A infraestrutura da região: o acesso às praias de mar e o direcionamento da expansão urbana e industrial de Porto Alegre**

Até a década de 1930, as estradas no Rio Grande do Sul permaneciam extremamente precárias. A necessidade de melhoria da infraestrutura rodoviária criaria, no ano de 1937, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), uma autarquia estadual que seria responsável pela gestão do transporte rodoviário no Rio Grande do Sul.

Em julho de 1938 um esquema de melhoria da estrada ERS-030 (RS-030), que possui cerca de 120km e liga o centro de Porto Alegre a Osório e Tramandaí passando por Gravataí, Glorinha e Santo Antônio da Patrulha, foi noticiado no Boletim da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Em dezembro do mesmo ano ocorreu a inauguração da estrada. De acordo com o desenho, os 12 primeiros quilômetros, entre Porto Alegre e o Rio Gravataí seriam asfaltados, deste ponto em diante até Gravataí o trecho seria feito em concreto. De Gravataí a Osório a estrada seria “macadamizada” e, por fim, os 22km entre Osório e Tramandaí feitos em saibro (Figura 79). Dessa maneira, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, o acesso mais fácil para o litoral norte gaúcho se dava por essa estrada.

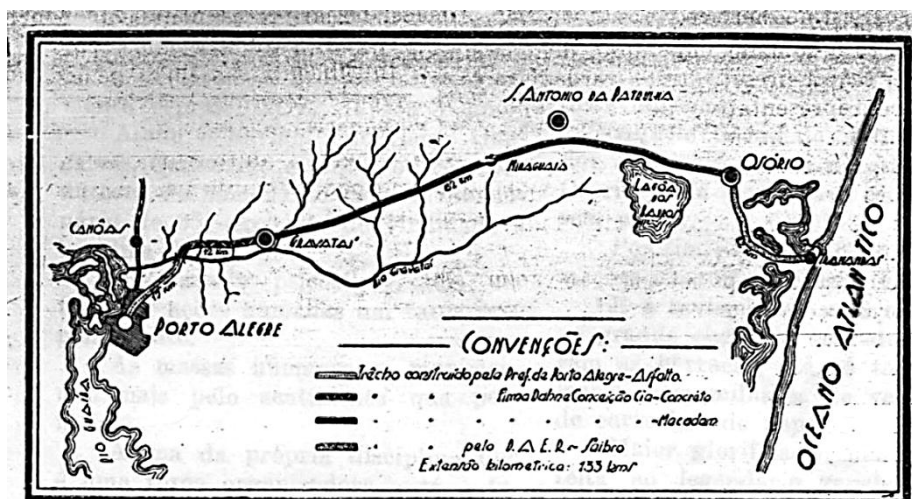


Figura 79 – Mapa da estrada ERS-030, ligando Porto Alegre a Tramandaí e inaugurada em 1938. Fonte: Boletim da Sociedade de Engenharia, julho de 1938. Acervo da Escola de Engenharia da UFRGS.

Outro caminho que já realizava a ligação da capital com o litoral norte é a RS-040, que tem acesso pela Avenida Bento Gonçalves ou pela Avenida Protásio Alves. A estrada cruza pela área urbanizada de Viamão e dirige-se até Balneário Pinhal e Cidreira, no entanto o seu asfaltamento iniciou somente no final da década de 1960 e até o início das obras o acesso por ela era dificultoso como apontava o periódico *Diário de Notícias*:

Para chegar a Cidreira, Pinhal e outros balneários da zona, sempre é necessário engolir um pouco de poeira na estrada. Agora, 20 quilômetros da ligação Viamão-Cidreira estão asfaltados. Que a obra não pare por aí, são os votos sinceros dos cidreirenses e seus vizinhos (KUCK, Cláudio. *Diário de Notícias*, p. 6, 19 fev. 1967<sup>86</sup>).

No que diz respeito aos acessos construídos em função das indústrias da região, no ano de 1941, foi inaugurada a BR-2 (atual BR-116) entre Porto Alegre e Caxias do Sul no mesmo direcionamento norte já traçado pela ferrovia construída desde o século XIX que interligava Porto Alegre às colônias de imigração alemãs e italianas que se formaram na serra gaúcha (Figura 80). A construção dessa estrada reforçou e impulsionou a expansão urbana para o direcionamento norte, ligando o RS e a RMPA ao restante da Região Sul e a Região Sudeste e Região Nordeste do país.

<sup>86</sup> Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/093726\\_04/44250](http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/44250)>

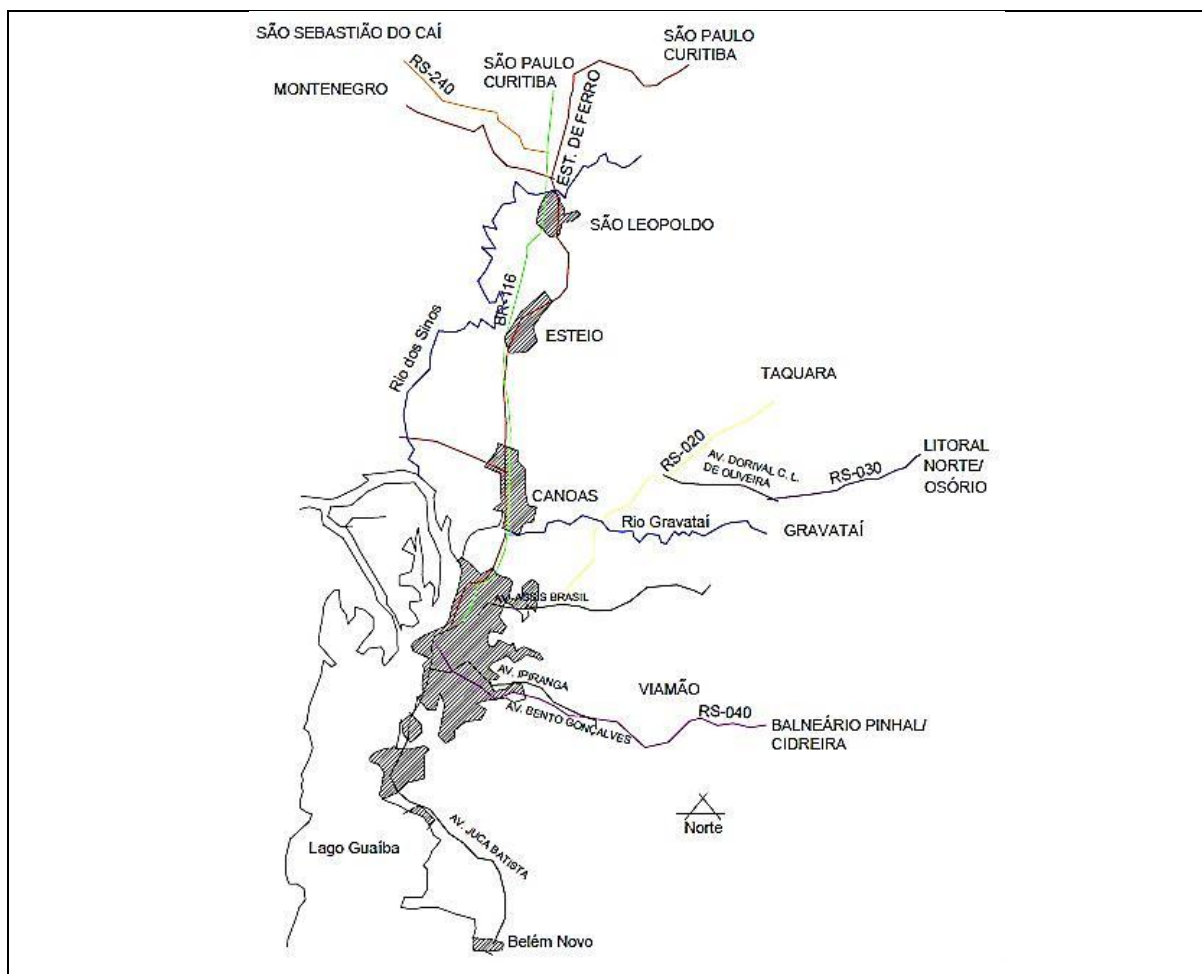


Figura 80 – Mapa esquemático com a estrada de ferro e os principais eixos rodoviários na década de 1940.  
 Fonte: Elaborado pela autora com base em Flávio Villaça, 1998, p.111.

Nesse sentido, Santos (2013 [1993]) acentua que desde o final da Segunda Guerra Mundial iniciou-se um período de integração do território brasileiro com a interligação das estradas de ferro, que existiam desde a segunda metade do século XIX, e a construção de estradas de rodagem que conectaram as regiões do país em um importante programa de investimentos em infraestrutura. Em 1960, foram construídas estradas de rodagem de primeira ordem e um número substancial de autopistas. No Rio Grande do Sul, era evidenciada uma preocupação com o isolamento em relação ao restante do território brasileiro, com o desafogamento do trânsito da BR-116 e também com a necessidade de melhoria do acesso às praias do litoral norte gaúcho. Para solucionar o problema, era esperada a conclusão da BR-101 no Estado, rodovia federal que ligaria todo o país na altura do litoral atlântico. A construção de rodovias necessárias à conexão do Rio Grande do Sul com os outros estados brasileiros seria alvo constante de matérias jornalísticas na segunda metade da década de 1960.

Logo após as enchentes do agosto-setembro do ano passado, falou-se muito na BR-101 (ex-59) e de sua conclusão, para evitar um possível novo isolamento

rodoviário do RGS e o resto do país. A administração estadual e a administração pública, todos se movimentaram nesse sentido. Passada a onda, tudo foi esquecido (pelo menos pelo DNER [Departamento Nacional de Estradas de Rodagem]) e apenas 17 quilômetros serão asfaltados este ano. Não se deve esquecer igualmente, que a BR-101, além de ligar o RGS a Santa Catarina, serve de acesso a Torres, um dos balneários brasileiros com maiores possibilidades turísticas, que, entretanto, atualmente apresenta-se do ponto de vista do turismo inacessível. A conclusão da BR-101, não só no RGS, mas também em Santa Catarina, aliviaria o tráfego pela BR-116, além de ser outro ponto de ligação com o Norte, a abrir igualmente amplas possibilidades turísticas em Torres (TURISMO agora é realidade. Diário de Notícias, p.8, 31 mar. 1966<sup>87</sup>).

Na década de 1960, a RS-030 era tida como antiquada, perigosa e já não comportava o alto fluxo veicular. Assim, paralela a RS-030, era prometida e muito esperada a construção de um trecho da BR-290 ou *Freeway*, com cerca de 100km completamente asfaltados, que solucionaria o acesso da capital a Osório, ponto onde se conectaria a BR-101 e assim também ao resto do país. De acordo com o *Diário de Notícias*:

A estrada [RS-030] é muito antiga e estrangulada em velhas pontes, provocando engarrafamentos e por vezes desastres. O DAER não investe muito nesta estrada, porque já existe projeto de outra nova, com quatro pistas ligando Porto Alegre a Osório [BR-290] conseqüentemente, com suas praias. Isto pela BR-101. O projeto é ótimo, mas precisa sair do papel e entrar em ação, pois o tráfego para as praias aumenta anualmente, inclusive com turistas de outros Estados e países vizinhos, não comportando a atual rodovia o tráfego intenso. E a estrada pela importância merece investimento vultoso. Lógico que a conclusão da BR-101, aumenta e muito as possibilidades turísticas das praias gaúchas, que tem de tudo para agradar, necessitando, porém, de acesso mais fácil (KUCK, Cláudio. Diário de Notícias, p.6, 19 fev. 1967<sup>88</sup>).

Em 1968, o trecho da BR-101 que ligava Osório a Torres foi concluído, mas o acesso de Porto Alegre até Osório continuava sendo pela RS-030. Segundo o mesmo periódico, a estrada estadual, ao menos, encontrava-se em melhores condições.

A estrada que liga Gravataí até Osório está muito boa. Inclusive o DAER a está recuperando em pontos onde ela se encontra mais irregular, como nas proximidades de Glorinha e Passo da Taquara. Todavia, de Osório até Tramandaí, a rodovia encontra-se bastante irregular, necessitando de muitos reparos. Quanto à BR-101, de Osório até a entrada de Torres, nem se fala. Uma estrada excelente, sem problema algum (HÁ Promessas de um bom veraneio. Diário de Notícias, p.5, 24 de nov. 1968<sup>89</sup>).

Em 26 de setembro de 1973, foi inaugurada a BR-290 *Freeway* como parte do programa de investimentos em obras rodoviárias em um período caracterizado como “milagre econômico” do governo do General Médici. No ato de sua inauguração, a estrada

---

<sup>87</sup> Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/093726\\_04/44901](http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/44901)>

<sup>88</sup> Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/093726\\_04/44250](http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/44250)>

<sup>89</sup> Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/093726\\_04/54579](http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/54579)>

era dotada de duas faixas de rolamento em cada sentido, separadas por um canteiro central e era muito esperada para facilitar o acesso (Figura 81).



Figura 81 – Publicidade dos postos Ipiranga presentes nos “caminhos do SuperVeraneio73”, BR-290 e BR-101.  
Fonte: Correio do Povo, 6 de fev. 1973, p.13. Acervo do MCSHJC.

Desse modo, ao longo do século XX, esboçaram-se eixos rodoviários importantes a partir da capital do Estado, contudo, nenhum perpassando o extremo-sul de Porto Alegre ou o Distrito Belém Novo (Figura 82).

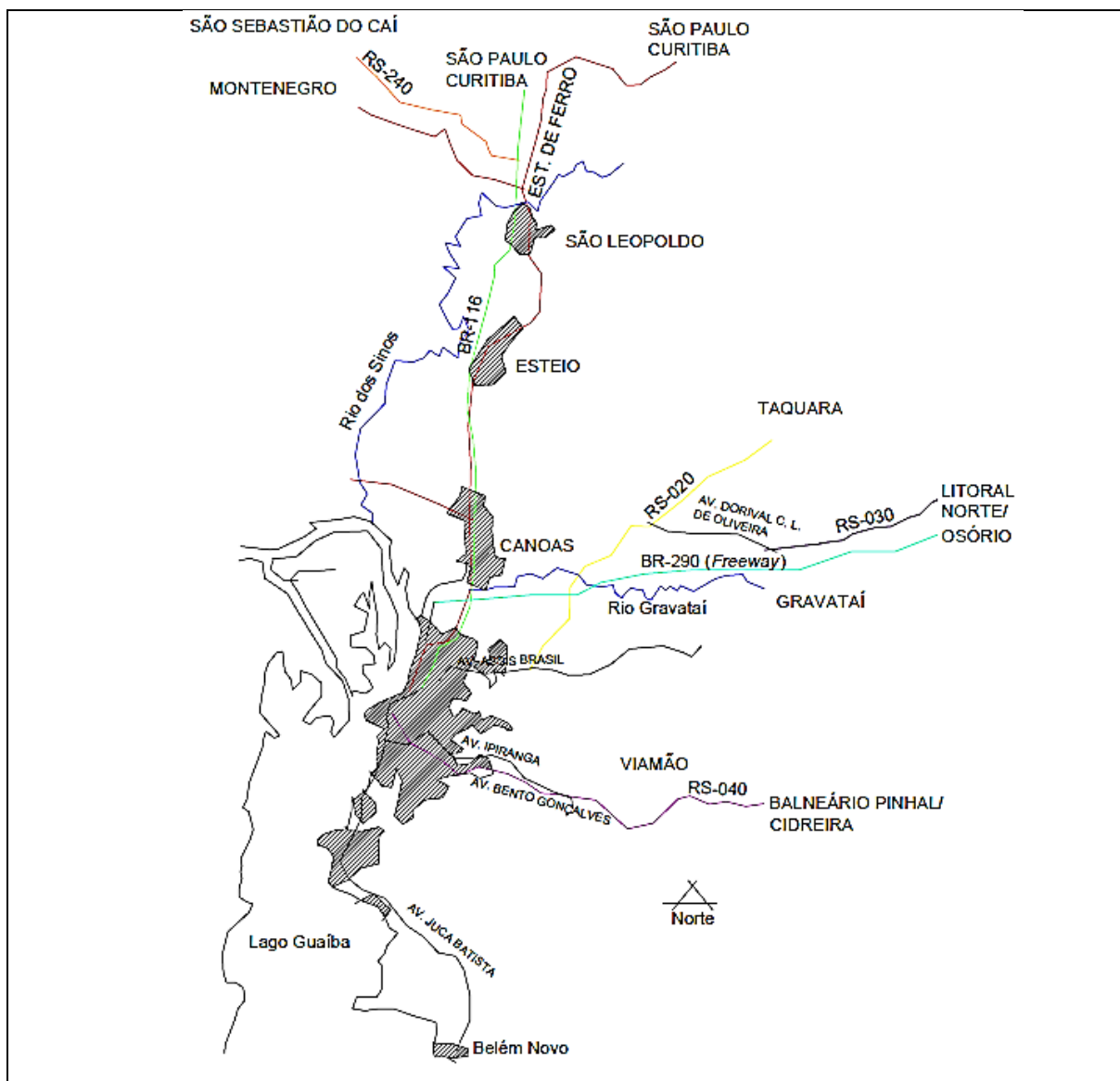


Figura 82 – Mapa esquemático dos principais eixos rodoviários da RMPA na década de 1970.  
 Fonte: Elaborado pela autora com base em Flávio Villaça, 1998, p.111.

A construção da Freeway, que veio a solucionar em definitivo o acesso às praias do litoral norte gaúcho, foi um dos fatores que condenou o balneário Belém Novo, bem como outras praias da zona sul da cidade, ao abandono quase que completo como local de veraneio.

### 3.3.4 Evolução da estrutura urbana de Belém Novo 2ª fase

Nesta fase, a estrutura urbana de Belém Novo se ampliou para além de seu núcleo urbano de formação. Como visto, isso foi ocasionado pela construção de dois loteamentos



balneários, um à esquerda e outro à direita desse núcleo construído na fase anterior (Figura 83). O asfaltamento da Av. Juca Batista ocasionou a melhoria do acesso ao local, que, no final do período ainda possuía poucas ruas asfaltadas e sistemas de água, esgoto e iluminação que não atingiam toda a população residente.

Foi verificado ainda o surgimento das primeiras ocupações que caracterizam hoje as chamadas Vila Júlia e Vila da Amizade, nas extremidades do loteamento Belém Novo Balnear.

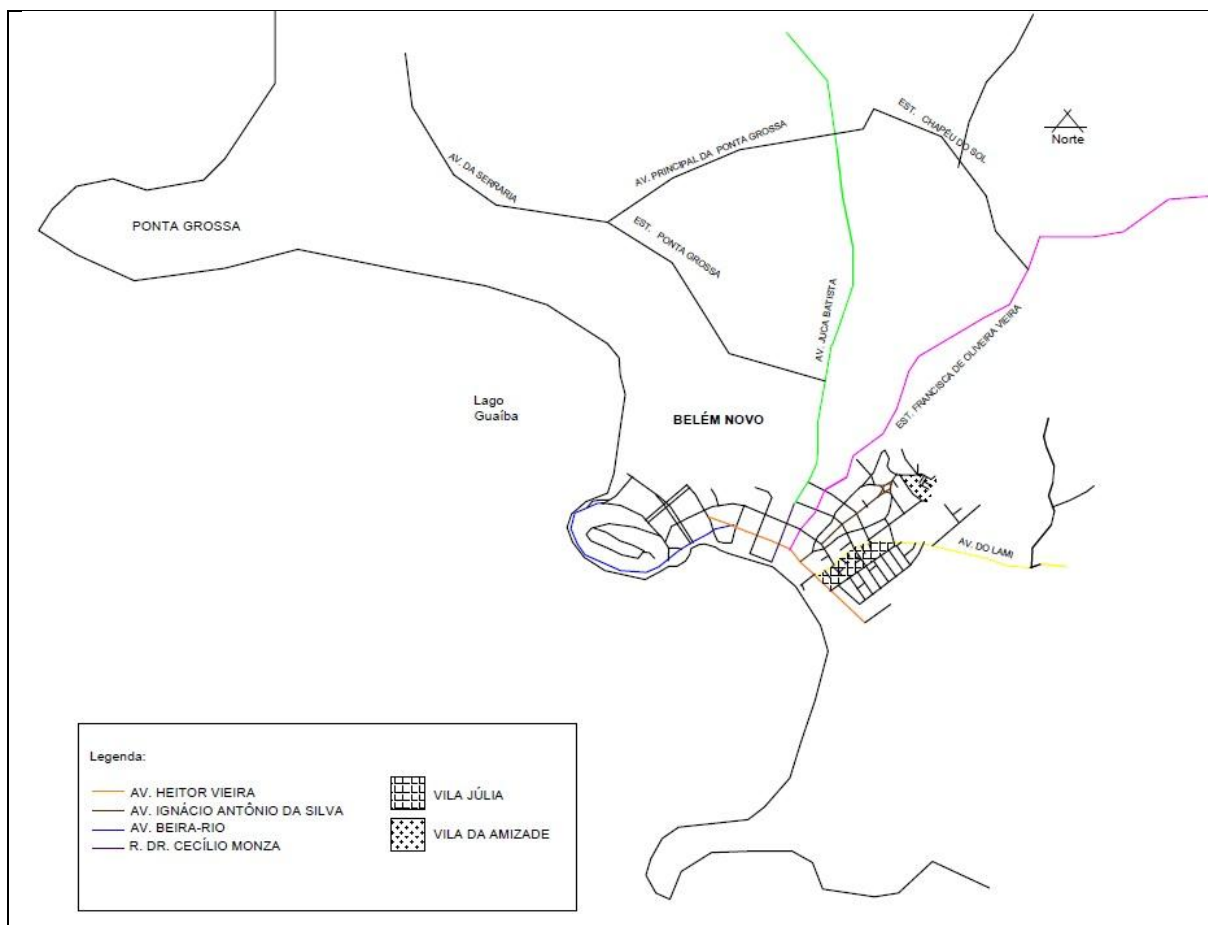


Figura 83 – Evolução da estrutura urbana de Belém Novo ao final da 2ª Fase de sua evolução urbana.  
Fonte: Elaborado pela autora com base em PORTO ALEGRE, 1961, sem página.

Em relação aos equipamentos urbanos, estes foram ampliados e foram importantes para a população que antes se deslocavam para outros locais para ter acesso a educação básica, por exemplo.

Tabela 1: Equipamentos urbanos principais no período.

<b>Equipamentos urbanos principais no período</b>
<p><b>Infraestrutura:</b></p> <p>Loteamento “Villa Balneária Nova Belém” ou “Balneário Leblon”</p> <p>Loteamento “Belém Novo Balnear”</p> <p>Reservatório de Água Bruta – Morro da Cuíca</p> <p>Estação de Tratamento de Água (ETA Belém Novo)</p> <p>Rede elétrica</p>
<p><b>Escolares:</b></p> <p>Grupo Escolar Evarista Flores da Cunha – fundada em 1934 (hoje Escola Estadual de Ensino Fundamental Evarista Flores da Cunha)</p> <p>Grupo Escolar do Chapéu do Sol – fundado em 1942 (hoje Escola Estadual de Ensino Fundamental Pedro Américo)</p> <p>Colégio Madre Raffo – fundada em 1958 (hoje Escola de Ensino Fundamental Horto Madre Raffo)</p> <p>Ginásio Estadual do Belém Novo – fundada em 1964 (hoje Escola Estadual Dr. Glicério Alves)</p>
<p><b>Áreas verdes e de lazer:</b></p> <p>Praça Almerindo Lima</p> <p>Praça Anita Zandwais</p> <p>Praça Detroit</p> <p>Praça Inácio Antônio da Silva</p> <p>Praça Inácio Martins da Silva</p> <p>Praça João Batista Lessa</p> <p>Praça José Comunal</p> <p>Praça Paula Maciel de Oliveira</p>
<p><b>Transporte urbano:</b></p> <p>Viação Belém Novo Ltda. (1962).</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.4 Modelo 2ª Fase

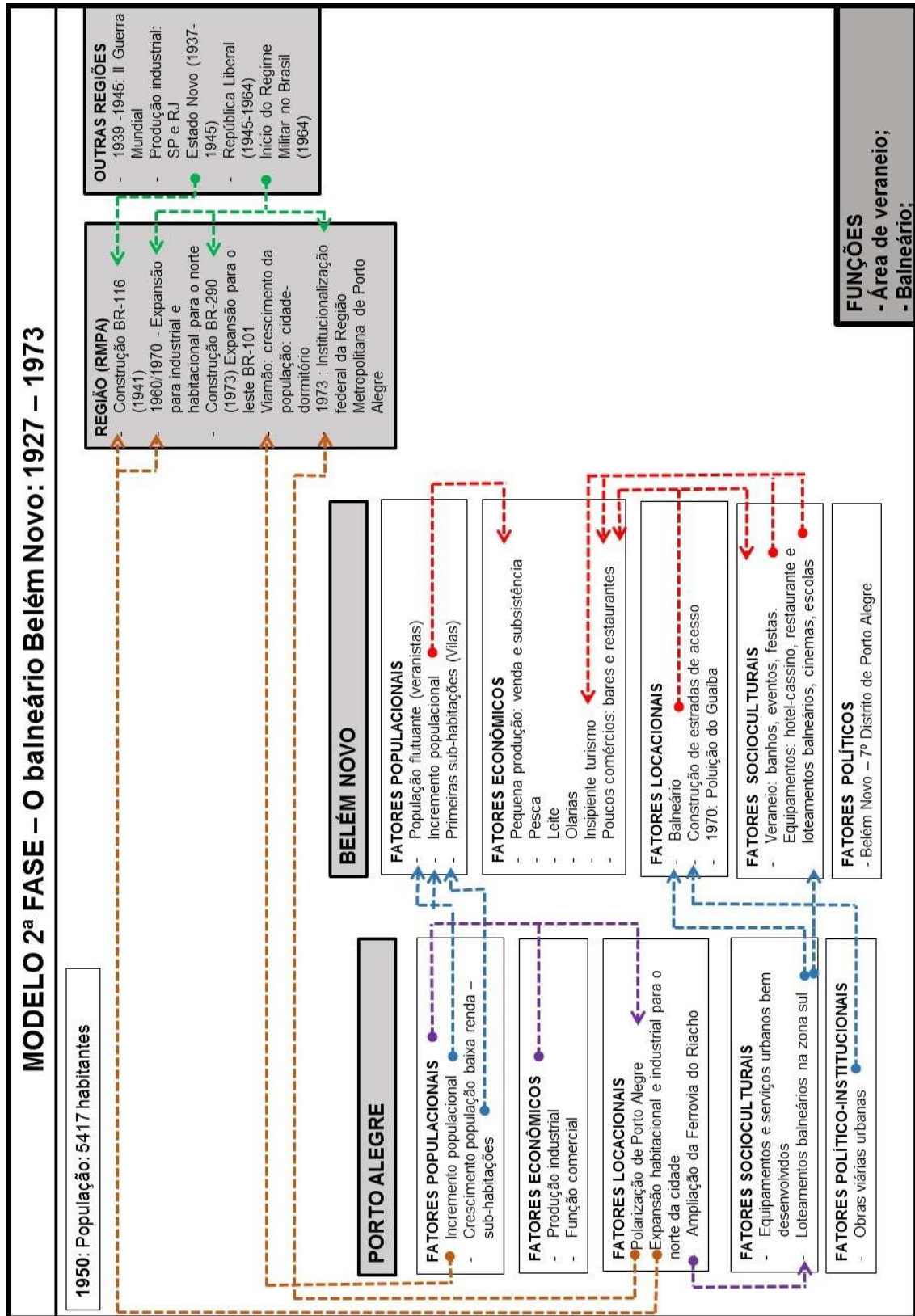


Figura 84 – Quadro-modelo da 2ª Fase da Evolução Urbana do Bairro Belém Novo.

Fonte: Elaborada pela autora.



## CAPÍTULO 4:

---

### A CONSOLIDAÇÃO DO BAIRRO E AS RECENTES INSERÇÕES (1973 – dias atuais) – 3ª FASE

*As cidades, como já disse na outra crônica, não se constituem somente de pedras, ruas e casas. Elas formam na sua aparência e principalmente na sua vivência algo que transcende a própria vida dos seus elementos físicos. Qualquer coisa assim, como que, emanando da sua aparência material, a envolve e dá-lhe uma real e verdadeira personalidade.*

[...]

*Mas, de fato, o que é essa personalidade? Esse algo que transcende as pedras, as ruas e as casas duma cidade. É a alma popular! Alma popular representada em tudo. Bem além dos elementos físicos e com estes também, forjam a alma da cidade. Alma que vive e vai, do detalhe da arquitetura, do contorno das suas vias públicas até aos mais singelos nomes dos seus velhos ou modernos logradouros públicos. Estas são as manifestações pelas quais o povo duma cidade através do tempo vem gravando sua personalidade. Se o tempo, é verdade, destrói elementos materiais, o povo, por outra hora, a intuitiva alma popular, por uma dessas circunstâncias aparentemente inexplicáveis, persiste em conservar os velhos e tradicionais nomes que a cidade invocou na sua mais tenra e afastada infância.*

*(Porto Alegre crônicas da minha cidade, Ary Veiga Sanhudo, 1975, p.245).*

## **4.1 Fatores Locacionais, Econômicos e Político-Institucionais: Belém Novo no contexto regional e municipal**

### **4.1.1 A distância de Belém Novo do dinamismo da região metropolitana e os seus desdobramentos**

A perda gradual da função de balneário nos anos 1960 e 1970 marcou a entrada de Belém Novo em um período alicerçado por diversos problemas de ordem econômica, social, ambiental e de infraestrutura (CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000). Conforme apontado, a ligação do bairro com o Guaíba - que permitiu a transferência da freguesia no primeiro período e proporcionou longos anos como local de veraneio para os porto-alegrenses no seu segundo período -, foi fundamental para o seu estabelecimento e crescimento urbano. Entretanto, o processo de poluição do lago levou a perda de bases econômicas promissoras (pesca e local de balneário) e praticamente estancou o seu crescimento. Aliado a isso, estando distante fisicamente do dinamismo da região metropolitana, a integração do extremo-sul da capital ao crescimento industrial da mesma tornou-se inviável.

No âmbito municipal, houve um afastamento e um descaso em relação aos problemas pelos quais a população do Distrito Belém Novo enfrentava, durante e ainda mais após a perda de sua função balneária. Por essa razão, na década de 1980 os moradores articularam um processo emancipatório como um possível meio de retomar suas atividades recreativas e turísticas perdidas anos antes. Para eles, os problemas encontrados no local, e que barravam as atividades de viés turístico, eram relacionados, sobretudo, à falta de esgoto sanitário e pavimentação das ruas (CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000). Todavia, a emancipação dividia opiniões e alguns moradores eram estritamente contra, existindo inclusive uma “Comissão Contra a Emancipação”<sup>90</sup> formada por moradores de Belém Novo, do Lami e de Itapuã.

Um caso de emancipação semelhante ocorreu com Alvorada, antigo 3º Distrito Passo do Feijó de Viamão que, limítrofe a BR-290, cresceu em habitantes e em número de loteamentos e, por meio de um movimento da própria população, emancipou-se em 1965<sup>91</sup>. Contudo, diferente de Alvorada, o Distrito de Belém Novo não passava por processo de

---

<sup>90</sup> Conforme consta no acervo digital da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

<sup>91</sup> A população do 4º Distrito Passo do Sabão e do 8º Distrito Viamópolis de Viamão também movimentam um processo de emancipação desde a década de 1960, iniciado juntamente com o do 3º Distrito Passo do Feijó (Alvorada). Esses distritos estão localizados na divisa com Porto Alegre e são cortados pela Avenida Bento Gonçalves e RS-040 e cresceram quase que majoritariamente na direção da divisa (SANTA ISABEL).



crescimento no período. Existiam poucos estabelecimentos, havendo ainda uma dependência do centro da cidade. Não possuía uma base econômica consolidada e estava fisicamente distante do sistema rodoviário principal da RMPA (BR-116 e BR-290) para que pudesse integrar-se e crescer industrialmente de alguma maneira. Por fim, o processo emancipatório de Belém Novo foi barrado pelo Governo Estadual, por não atender a requisitos institucionais, com o apoio de parte da população, que entendia as condições de dificuldade em que se encontrava o distrito (CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000).

Nesse sentido, um jornalzinho produzido do bairro chamado *Z-Quatro* (homenagem à atividade pesqueira desenvolvida no local - Zona de Pesca n. 4), apontava em sua primeira publicação uma leitura das dificuldades e da realidade econômica do local:

Nas proximidades do bairro não há indústrias; quanto a agricultura, as chácaras vizinhas dedicam-se basicamente a culturas hortifrutigranjeiras, que são comercializadas diretamente no centro de POA; assim como a pesca que é do tipo extrativista e também é comercializada no centro. Portanto, a atividade principal do bairro é o comércio dos produtos que vem do centro e a prestação de serviços (SILVA, Paulo Peixoto. *Z-Quatro*, p. s/nº, set. 1983).

O jornalzinho buscava ressaltar “[...] as características que cercam Belém Novo, como os movimentos pendulares migratórios diários, sua sociedade fechada em laços de amizade, sua história e sua gente” (*Z-Quatro*, p. s/nº, 1983). Sendo assim, foram abordados os problemas que atingiam a maioria dos moradores: sua população quase que em sua totalidade empregada no centro da cidade e as dificuldades do transporte público.

Da população economicamente ativa, 95% é empregada no centro da cidade, conseqüentemente fazem diariamente migrações pendulares de ônibus que levam em média 2h 20min para fazer o percurso bairro-centro e vice-versa, sem contar o tempo perdido esperando ônibus. Diante desta situação e dos problemas que ela envolve surgem alternativas, entre elas temos as reuniões do grupo comunitário como forma de encaminhar reivindicações como por exemplo, melhoria dos transportes de massa, etc. (SILVA, Paulo Peixoto. *Z-Quatro*, p. s/nº, set. 1983).

No período, a solução para os problemas de transporte público de massa, concentrou-se somente na parte mais dinâmica da região metropolitana. No ano de 1985, foram inaugurados os primeiros 27 km do Trensurb, trem de superfície que liga, atualmente, Porto Alegre a Novo Hamburgo (eixo norte-sul), no mesmo leito da antiga ferrovia que conectava os mesmos locais. O projeto era idealizado desde 1976 pelo GEIPOT (Grupo Executivo de Integração das Políticas de Transportes, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes), que via nele a possibilidade de redução do fluxo veicular da BR-116 e um meio de atender a população dos municípios do direcionamento norte, sendo uma alternativa ao transporte público. Dessa maneira, a construção do Trensurb seguia a “lógica da expansão urbana” que ainda era forte na direção norte (SOUZA e MÜLLER,

2007[1997]). Nesse aspecto, o eixo rodoviário leste da região metropolitana (municípios de Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí), onde vivia a maior parte da população com renda familiar mais baixa, não foi favorecida pelo Trensurb, bem como os moradores de Belém Novo e de outros bairros periféricos de Porto Alegre. De acordo com Maria Soares de Almeida (1993):

[...] o modelo territorial decorrente se caracterizou, por um lado, por uma periferia cada vez mais expandida, reforçando a segregação espacial da população. Por outro, privilegiou as áreas com implantação de transporte de massa, com reforço dos eixos onde não estava e não pode estar concentrada a população de mais baixa renda (ALMEIDA, 1993, p.332).

O afastamento de Belém Novo e outros bairros da Região Sul e Extremo-Sul da capital gaúcha do dinamismo da região metropolitana, estruturado pelos eixos principais e pelos transportes de massa, condicionou-os a uma dificuldade no desenvolvimento de atividades ligadas ao setor industrial. Tal dificuldade pode ser exemplificada com o caso do Parque Industrial da Restinga (PIR), estruturado no ano de 1995 no Bairro Restinga, na Região Extremo-Sul (Figura 85). Atualmente, o parque é gerenciado pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic) em uma área de 10,4 hectares. A implantação do parque fazia parte do programa *Cresce Porto Alegre*, um dos 21 programas estratégicos da Prefeitura Municipal que visava gerar oportunidades de negócios, atraindo investimentos, como parte de uma Estratégia de Promoção Econômica da capital<sup>92</sup>. Além do parque, foram inaugurados o Hospital da Restinga (2014) e uma sede do Instituto Federal de Educação (IFE) (2012) para atender a população dos bairros do Extremo-Sul.

---

<sup>92</sup> PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Programa Cresce Porto Alegre atrai investimentos e gera oportunidades.

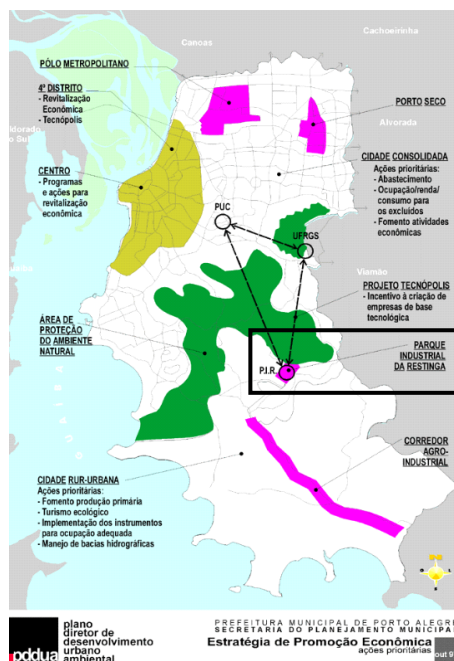


Figura 85 - Estratégia de Promoção Econômica do PDDUA, com a localização do Parque Industrial da Restinga (PIR).

Fonte: PDDUA, Mapa 4, Figura 6, 1999, com alterações da autora.

O parque industrial tem como meta estabelecer um crescimento industrial e econômico na região por meio da instalação de pequenas e médias empresas, confirmando as dificuldades de desenvolvimento fora dos eixos mais dinâmicos. Fazem parte do parque empresas de móveis, fertilizantes, produtos farmacêuticos, materiais para construção civil, entre outros. No entanto, após mais de duas décadas de sua inauguração, o parque ainda é deficiente em infraestrutura, possuindo problemas de iluminação, segurança, conexão com internet, sinalização, além de haver diversos lotes em situação de abandono que acabam sendo invadidos, demonstrando o descaso do governo municipal com o local. Apesar da tentativa, o parque ainda hoje não alavancou como polo industrial na região (SILVEIRA, 2015).

A porção Extremo-Sul da cidade, afastada do desenvolvimento industrial, passa por processo semelhante ao que ocorreu com o município de Viamão. Historicamente, desde a criação da lei de loteamentos (1954) e o primeiro Plano Diretor de Porto Alegre (1959), foi promovida uma valorização do solo urbano na capital que expandiu as áreas de subabitação para as periferias e para os municípios vizinhos, inclusive em Viamão, onde, na década de 1950, o número de loteamentos cresceu demasiadamente. O município, sem oferta de empregos industriais, tornou-se um local em que sua população o usufrui somente como local para habitação, não tendo convívio com a cidade propriamente dita, dependendo para o lazer, trabalho e estudo, em grande parte de Porto Alegre (SOUZA, 2008). Viamão tornou-se uma “cidade-dormitório”. Vale observar que esse termo propagou-se a partir dos

anos 1990 como uma tendência nacional, visto que houve uma expulsão de camadas da população, com menor poder aquisitivo, no momento de adquirirem moradia nas áreas centrais (OJIMA et. al., 2007). Da mesma forma, para muitos moradores dos bairros do Extremo-Sul, esses também são apenas “bairros-dormitórios”.

Nos últimos anos, a Prefeitura de Viamão tem buscado livrar a cidade do estereótipo de “cidade-dormitório”, investindo, por exemplo, no Distrito Industrial do Cocão, que existe desde 1990, mas que apenas a partir de 2013 consolidou-se e tem conseguido alavancar-se com a chegada de novas empresas. Nesse mesmo viés, está prevista a criação do Distrito Industrial Alvorada-Viamão, que será localizado na RS-118, e, no ano de 2016, começou a operar no município o Parque Eólico Pontal (PREFEITURA DE VIAMÃO, 2014).

Todavia, a participação histórica de Viamão na formação do Estado, os seus sítios de lazer e o ambiente natural muito preservado em áreas do município, também são foco de investimento da Prefeitura Municipal e o viés turístico encontra-se como uma forte tendência para o crescimento da economia do município (SOUZA, 2008). No centro histórico da cidade a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1773), e, ao sul do território, no Distrito de Itapuã, os casarões do período colonial, o Farol de Itapuã (1860) e o Hospital Colônia Itapuã (1940) contam parte da história da cidade. Também ao sul do território, às margens do Guaíba, encontra-se a Vila de Itapuã e o Parque Estadual de Itapuã (Figura 86). O local atrai portoalegrenses e população da região em geral para a realização de atividades recreativas, contemplativas e como local de banho, pois, nesse trecho, a Praia das Pombas e a Praia da Pedreira encontram-se balneáveis. O acesso ao parque é feito por meio da compra de ingresso antecipado, porque o número de visitantes por dia é limitado. A vila conta com pousadas e restaurantes para atender os visitantes. A orla das praias não possui nenhum tratamento paisagístico ou arquitetônico, apenas um trapiche de madeira. Os diversos sítios de lazer espalhados em diversos pontos do território também se destacam dentro das possibilidades turísticas de Viamão (PREFEITURA DE VIAMÃO, 2014).



Figura 86 – Parque Itapuã e o antigo Farol de Itapuã, às margens do lago Guaíba.  
Fonte: GLOBO.

Assim como o município de Viamão, Belém Novo por sua localização dentro da região acaba sendo conduzido ao desenvolvimento de atividades econômicas que são potencializadas por seus aspectos históricos e paisagísticos. A sua posição fora dos eixos mais dinâmicos da região metropolitana demonstra, assim como o Parque Industrial da Restinga, uma dificuldade de crescimento no que se refere a esse setor.

#### 4.1.2 A questão da Zona Rural em Porto Alegre

A existência ou não de uma Zona Rural em Porto Alegre tem sido, nas últimas décadas, alvo de grandes discussões e polêmicas entre a população e o governo municipal. O 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) identificou a *Zona Urbana* cidade, dividindo-a em *Área Urbana de Ocupação Intensiva* (AUOI), que ocupava praticamente toda área norte, noroeste e centro do território, e *Área Urbana de Ocupação Extensiva* (AUOE), que agregava áreas centrais e a sudoeste. Por outro lado, também foi demarcada a *Zona Rural* da cidade, que abrangia áreas a leste e sudeste do território, demarcada por *Unidades Territoriais Seccionais Rurais* (UTSR), onde atividades agrícolas e de pecuária eram predominantes, visando a produção de hortifrutigranjeiros e preservação e recuperação da vegetação. Nas áreas consideradas rurais seria permitida somente a construção de habitações unifamiliares.

O núcleo urbano autônomo de Belém Novo, como é identificado no plano, estava inserido em área urbana intensiva, sendo uma *Unidade Territorial Seccionada Intensiva*<sup>93</sup> (a UTSI 91), o que significava ser uma unidade prioritária para fins de urbanização (Art. 34, Lei Complementar nº 43, 1979). Dentro dessa unidade intensiva, ainda subdividiam-se outras unidades, das quais foram identificadas em Belém Novo *Unidades Territoriais Residenciais* (UTR), áreas predominantemente residenciais, *Unidades Territoriais Mistas* (UTM), áreas mistas já configuradas como residenciais, de comércio e serviços, e *Unidades Territoriais Funcionais* (UTF), ligadas ao lazer, turismo e recreação<sup>94</sup>.

As áreas adjacentes ao núcleo autônomo de Belém Novo foram consideradas áreas urbanas extensivas, leia-se, “[...] de urbanização rarefeita; onde será dada predominância à conservação do patrimônio ambiental municipal, através de proteção ecológica e paisagística, em especial quanto à elevação, orla fluvial, flora e demais fatores biofísicos

---

<sup>93</sup> Foram considerados UTSI também os núcleos autônomos Belém Velho (UTSI 55) e Ponta Grossa (UTSI 83).

<sup>94</sup> Não foram identificadas em Belém Novo *Unidades Territoriais Comerciais e de Serviços* (UTCS) e *Unidades Territoriais Industriais* (UTI), categorias que também fazem parte das UTSI do 1º PDDU.

condicionantes” (Art. 35, Lei Complementar nº 43, 1979, p.52). Nessas áreas, eram demarcadas *Unidades Territoriais Seccionais Extensivas* (UTSE), onde haveria contenção da urbanização e só seriam permitidos prédios de habitação unifamiliar (Art. 122, Lei Complementar nº 43, 1979). Ainda foram demarcadas também no entorno do núcleo urbano áreas chamadas *Unidades Territoriais de Planejamento* (UTP), que determinava o tipo de uso e equipamentos para o local, tendo Belém Novo a UTP 01, que permitia somente habitações unifamiliares, e UTP 05, que permitia habitações unifamiliares, comércio varejista e serviços profissionais, técnicos, de lazer e comunitários. Áreas funcionais com potencial de reserva ecológica, parques naturais, áreas com potencial de lazer e potencial rural também foram identificadas no entorno imediato do núcleo urbano (Anexo 7, Lei Complementar nº 43, 1979), conforme imagem abaixo (Figura 87):

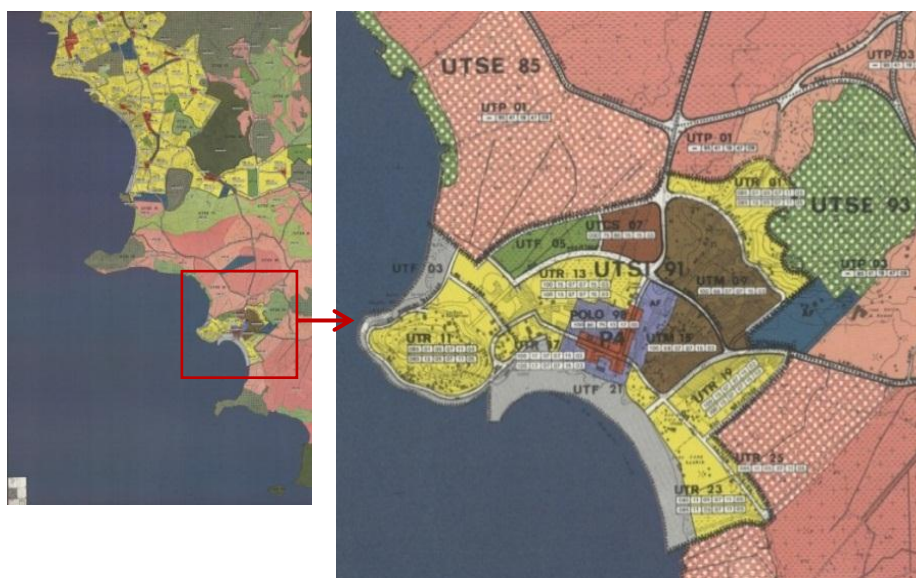


Figura 87 – Divisão Territorial e Uso do Solo no 1º PDDU da porção sudoeste da capital. No zoom, o núcleo autônomo de Belém Novo e seu entorno imediato com a demarcação das unidades territoriais identificadas pelo 1º PDDU e legenda geral do mesmo mapa.

Fonte: 1º PDDU, 1979, Anexo 3-4, com alterações da autora.

Nos anos 1990, no entretanto da aprovação de um novo Plano Diretor para Porto Alegre, Belém Novo tornou-se oficialmente um bairro da capital, a partir da Lei nº 6893 de 12 de setembro de 1991. No ano de 1999, o PDDUA foi aprovado e passava agora a possuir um caráter estratégico e de gestão e não mais normativo como o plano de 1979. A extinção da Zona Rural da cidade foi uma mudança significativa do novo plano, a partir dele todo o território da cidade era considerado “urbano legal”. Em 2010, o plano foi alterado e recebeu dispositivos, figuras e anexos pela Lei Complementar nº 646.

O todo urbano foi dividido em duas grandes áreas: *Área de Ocupação Intensiva* (AOI), que tem fins de urbanização conciliados com a proteção do patrimônio ambiental, e *Área de Ocupação Rarefeita* (AOR), onde há baixa densificação e prioriza-se a preservação dos



elementos naturais, porém, admitem-se ainda usos habitacionais, de lazer, turísticos e o desenvolvimento da produção primária (Art. 27, Lei Complementar nº 434, 1999). Com base nessa divisão, no atual plano, o núcleo urbano do Bairro Belém Novo é tido como um núcleo isolado na malha urbana contínua e é considerado uma área intensiva<sup>95</sup>. O restante do seu território, com baixa densificação e existência de produção primária, configura-se como uma área rarefeita em termos de ocupação. As duas áreas da cidade ainda foram divididas em nove Macrozonas, levando em consideração as peculiaridades de cada porção do território como os seus aspectos sociais, econômicos, paisagísticos e ambientais. Belém Novo está incluso na Macrozona 8 (Figura 88), nomeada *Cidade Rururbana*, área onde são identificadas atividades tanto urbanas quanto rurais, somando-se ainda atividades habitacionais e recreativas, em um ambiente natural ainda preservado.

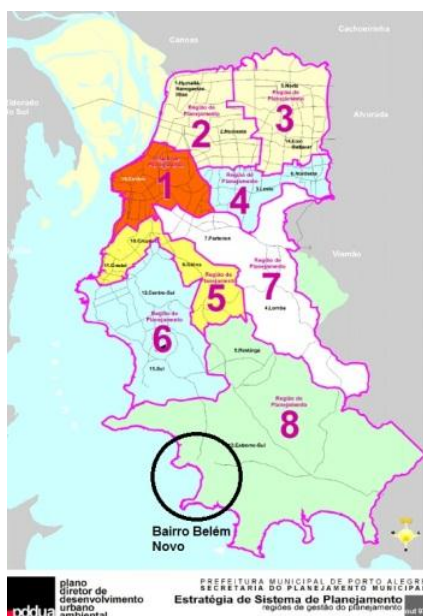


Figura 88 – “Estratégia de Sistema de Planejamento - Regiões de Gestão do Planejamento” e localização do Bairro Belém Novo na Macrozona 8.

Fonte: PDDUA, 1999, Mapa 7, Figura 9, com alterações da autora.

Na fase elaboração do PDDUA-1999, foi verificado que a *Cidade Rururbana*, além ter seu estado natural bastante preservado, ainda integrava atividades rurais, pequenas indústrias relacionadas à construção civil e extração de minerais. Além disso, os técnicos avaliaram o aumento significativo de loteamentos clandestinos ou irregulares nos anos 1980 e 1990, principalmente em terrenos adjacentes as estradas principais da Macrozona 8 que foram atendidos em parte com infraestrutura urbana pela Prefeitura Municipal (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2014).

<sup>95</sup> Também são consideradas AOI, os núcleos isolados de Belém Velho, Lami, Ilha da Pintada, Lageado, Boa Vista, Extrema e Jardim Floresta ( Art.27, §1º, Lei Complementar nº 434, 1999).

A avaliação destes fatos levou a conclusão de que haviam duas áreas distintas dentro da *Cidade Rururbana* que eram cortadas pelo Bairro Restinga. A superior possuía maior diversificação de atividades, sítios de lazer e maior índice populacional, e tinha como centro o Bairro Belém Velho, além de bairros como Ponta Grossa, Campo Novo, Lomba do Pinheiro e parte da Restinga e recebeu o nome de *Área de Desenvolvimento Diversificado*. Enquanto na parte mais ao sul, composta pelos bairros Belém Novo, Lami, Lageado, Chapéu do Sol e parte da Restinga, eram desenvolvidas basicamente atividades rurais e os índices populacionais eram reduzidos. Por sua inclinação econômica voltada para a atividade rural, essa área foi chamada *Área de Produção Primária*. A área considerada rarefeita em termos de urbanização no novo plano manteve como núcleos intensivos Belém Novo e Belém Velho, que foram identificados ainda no 1º PDDU como núcleos autônomos, sendo acrescido o núcleo intensivo do Lami (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2014) (Figura 89).

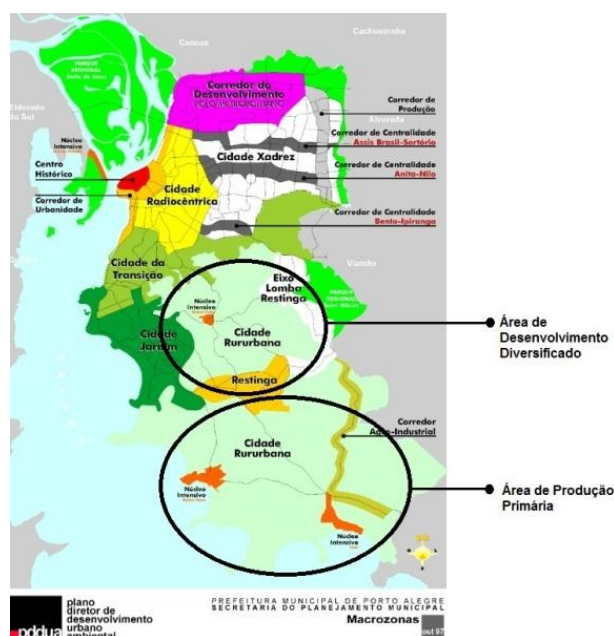


Figura 89 – Macrozonas e demarcação da Área de Desenvolvimento Diversificado e Área de Produção Primária dentro da Cidade Rururbana.

Fonte: PDDUA, 1999, Mapa 8, Figura 10, com alterações da autora.

Dentre os principais argumentos para a extinção da Zona Rural de Porto Alegre no plano de 1999, estava o crescimento da ocupação urbana informal na área, mesmo com a contenção estabelecida pelo 1º PDDU. Além disso, existiam divergências como, por exemplo, a aprovação da implantação de sítios de lazer na Zona Rural, sendo que é uma atividade considerada urbana; dessa forma, o novo plano acreditava na necessidade da complementariedade entre o urbano e o rural. Outro ponto importante era que os técnicos consideravam que a gestão do território sem integrar-se ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) facilitaria a administração dos problemas

relacionados à ocupação do solo e prestação de serviços públicos pela Prefeitura Municipal (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2014). Para governo municipal, o PDDUA buscou resguardar áreas significativas para o desenvolvimento da produção primária no Extremo-Sul da capital mesmo sem a existência legal de uma Zona Rural (Figura 90).

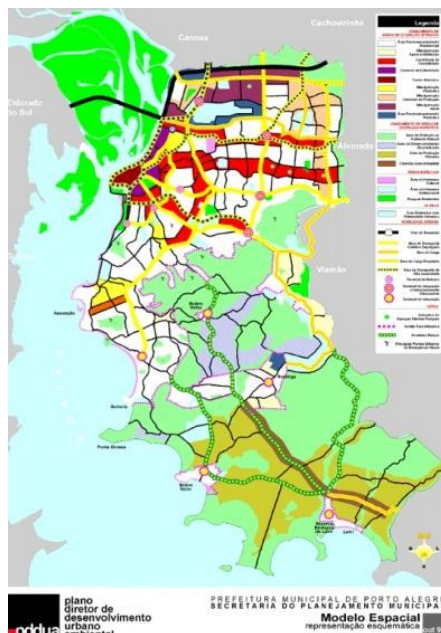
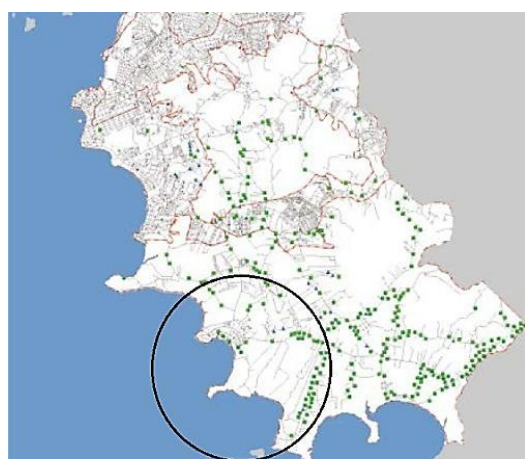


Figura 90 – Zoneamento de uso parcial do PDDUA. A mancha em amarelo no Extremo-Sul da cidade corresponde a Área de Produção Primária, a mancha verde clara corresponde as Áreas de Proteção ao Ambiente Natural e as áreas em branco são Áreas Predominantemente Residenciais.  
Fonte: PDDUA, 1999, Mapa 9, Figura 11, com alterações da autora.

As novas legislações, políticas de habitação social e empreendimentos aprovados ao longo dos anos 2000, repercutiram amplamente no planejamento territorial da *Cidade Rururbana*. São elencados pela Prefeitura Municipal como referências dessas mudanças após o PDDUA de 1999, o Estatuto da Cidade (2001), a 1ª Conferência de Avaliação do PDDUA (2003), o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) (2011), o Mapeamento da Produção Rural de Porto Alegre (2009), o Programa Minha Casa Minha Vida (2010), a aprovação de novos núcleos intensivos na área rarefeita (Lageado, Boa Vista, Extrema e Jardim Floresta) pelo próprio PDDUA, a publicação das Bases do Plano Estratégico da Zona Sul (2010), a Legislação que define o Sistema Municipal de Unidades de Conservação Ecológicas (2011), a identificação dos Corredores Ecológicos (2011), o Plano Diretor de Drenagem Urbana (2012), novos empreendimentos na área rarefeita (2012) e o Novo Código Florestal (2012) (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2014).

Não será aprofundado e discutido o papel de cada uma das políticas, programas e planos citados, porém, destaca-se a importância, entre todos eles: (1) o reconhecimento pelo Plano Municipal de Habitação de Interesse Social das Áreas Especiais de Interesse

Social (AEIS) já existentes da Área de Ocupação Rarefeita para fins de regularização fundiária, (2) a aprovação de empreendimentos como condomínios residenciais fechados e loteamentos do Programa Minha Casa Minha Vida e (3) o crescimento do número de produtores rurais (Figura 91) que, com o crescimento também das ocupações habitacionais na mesma região (Figura 92), tiveram o desenvolvimento agrícola comprometido (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2014).



- Produtores EMATER
- Produtores CEASA



- 38 AEIS
- 80 AEIS I
- 81 AEIS II
- 82 AEIS III
- 96 AEIS PARQUE NATURAL
- ÁREAS RAREFEITAS
- ÁREAS INTENSIVAS
- REUNIÃO ZONA SUL PONTO.SHP
- REUNIÃO ZONA SUL LINHA.SHP
- REUNIÃO ZONA SUL POLY.SHP
- PROCESSOS CAADHA POLY.SHP

Figura 91 – Produtores rurais em Porto Alegre (2009).  
 Fonte: Porto Alegre. Secretaria Municipal de Urbanismo. Supervisão de Desenvolvimento Urbano, 2010, p. 41.

Figura 92 – Loteamentos e condomínios localizados na Área de Ocupação Rarefeita.  
 Fonte: Porto Alegre. Secretaria Municipal de Urbanismo. Supervisão de Desenvolvimento Urbano, 2010, p. 49.

## 4.2 Fatores Populacionais: das sub-habitações aos condomínios residenciais fechados

### 4.2.1 As ocupações irregulares nas praias de Belém Novo

O crescimento demográfico dos municípios da região metropolitana na segunda metade do século XX, em função do êxodo rural e do desenvolvimento da indústria, trouxe em paralelo à problemática da moradia da classe trabalhadora na cidade, chegando, inclusive, ao então Distrito Belém Novo da capital. Ao longo dos anos 1970 e 1980, surgiram

diversas invasões por parte da população mais pobre em áreas periféricas da cidade e da região. Sobre essa questão, Almeida frisa que:

As classes sociais de maior poder aquisitivo tem, por um lado, a flexibilidade da escolha do melhor local para o seu assentamento e maior mobilidade espacial, restando às classes de mais baixa renda os assentamentos nas terras mais baratas, ou o imperativo de se localizarem fora do mercado da terra, provocando o fenômeno das "invasões" (ALMEIDA, 1993, p.324).

No mesmo sentido, Panizzi (1993) acentua que em razão da grave crise econômica que assolou o país na década de 1980, diversas vilas e conjuntos habitacionais irregulares surgiram a partir de invasões, como saída imediata para a falta de moradia da população nas grandes cidades brasileiras. De acordo com a mesma autora:

A formação das áreas urbanas de invasão se fundamentou, durante muitos anos, em processos de ocupação individual. Muitas famílias que não tinham lugar onde morar, premiadas pelo preço elevado dos aluguéis ou vindas de outras localidades, se estabeleceram em áreas vazias da metrópole. Esta instalação tinha um caráter provisório, uma vez que as mesmas pensavam em permanecer nesta condição somente o tempo necessário para a sua consolidação em um emprego e, assim poder assumir um aluguel ou até comprar uma casa (PANIZZI, 1993, p. 358).

Panizzi ainda destaca que:

As invasões de terras vão constituir um forte movimento coletivo e organizado, a partir da segunda metade dos anos 70. A crise da legitimidade do regime militar, com o fim do "milagre econômico brasileiro" (1974), teve como reflexos a multiplicação das reivindicações populares e a luta pela volta ao estado de direito. Tem início um forte debate sobre a questão dos direitos humanos e entre eles, sobre o "direito à moradia". Neste contexto, aumenta o número de invasões coletivas de áreas urbanas em todo o país, formam-se "vilas irregulares" na área metropolitana de Porto Alegre. Estas invasões coletivas originaram uma modalidade nova de acesso à terra (PANIZZI, 1993, p.359).

As vilas ou loteamentos irregulares seriam verificados em diversos municípios da região metropolitana. Em Belém Novo, essas invasões já eram observadas desde os anos 1960, porém se estenderam e se agravaram nos anos 1970 e 1980 (CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000).

Os núcleos de sub-habitação mais antigos de Belém Novo, que surgiram ainda na década de 1960, estavam localizados na beira do Guaíba. De acordo com o perfil socioeconômico dos moradores levantado pelo DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação), para posterior agenciamento e execução de um projeto de reassentamento, eram três núcleos naquele local: a "Vila Veludo" ou "Volta do Veludo", a "Vila Copacabana" (incluindo a ocupação atrás da Praça Inácio Antônio da Silva) e a "Vila Leblon". O



levantamento de 1998 aponta que os habitantes dessas vilas em sua maioria estavam desempregados e tiravam seu sustento de pequenos e variados serviços autônomos como pedreiro, jardineiro, etc. O abastecimento de água e energia elétrica era feito de forma clandestina para os barracos o que gerava riscos. O esgoto sanitário era descartado diretamente nas areias do Guaíba (VIANA e ECKERT, 2006; DEMHAB apud CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000).

Nos anos 1980 surgiram novas ocupações clandestinas que se concentravam nas estradas de acesso ao núcleo urbano de Belém Novo, reconhecidas nominalmente como “Nossa Senhora de Belém” e “Vila E”. Conforme o levantamento essas duas vilas apresentavam água encanada e rede elétrica, porém não contavam com serviço de esgoto (CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000).

No Censo do IBGE realizado em 1980 não foi realizada a contagem da população em Belém Novo, que ainda era um distrito. Em 1991, após tornar-se bairro, participou do Censo tendo uma contagem de 11.054 habitantes<sup>96</sup>. Segundo levantamento do DEMHAB, em 1998, cerca de 3.000 pessoas residiam irregularmente nas praias do bairro (DEMHAB apud CRUZ, FERNANDEZ; GOMES, 2000). No final do ano 1999, parte dessa população começou a ser transferida (Figura 93) para o loteamento Chapéu do Sol, executado pelo DEMHAB, como parte do *Projeto Guaíba Vive*. Em 2011, pela Lei nº 11058, foi criado o Bairro Chapéu do Sol, área antes pertencente a Belém Novo, na qual o loteamento ficou inserido.



Figura 93 - Processo de remoção das famílias que habitavam as praias de Belém Novo para o Chapéu do Sol. Fonte: Demhab remove famílias para a urbanização. Correio do Povo, 28 de nov. 1999, p.9. Acervo digital do jornal Correio do Povo.

O loteamento para onde foi removida a população foi construído em numa área delimitada pela Av. Juca Batista e Estrada Chapéu do Sol (Figura 94). Apesar dos diversos

---

<sup>96</sup> PPREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Censos.



problemas de infraestrutura e demora para receber equipamentos urbanos necessários, atualmente está consolidado e conta com escola pública (Escola Municipal de Ensino Fundamental Chapéu do Sol), posto de saúde, igrejas, estabelecimentos de comércio e serviços. Segundo Viana e Eckert (2006), entre as preocupações dos antigos habitantes das vilas ribeirinhas de Belém Novo ao mudarem para o loteamento, foi o reassentamento, no mesmo loteamento, de pessoas vindas de vilas de outras partes da cidade com características violentas e ligadas ao tráfico de drogas.



Figura 94 - Condomínio Chapéu do Sol e sua localização fora dos limites do Bairro Belém Novo hoje.  
Fonte: GOOGLE MAPS, com alterações da autora.

De acordo com noticiário da época<sup>97</sup>, o loteamento popular (Figura 95) viria a solucionar o problema de moradia desta parte da cidade e com a remoção seria permitida a execução de um projeto de urbanização da orla das praias de Belém Novo pela SMAM (Secretaria Municipal do Meio Ambiente).

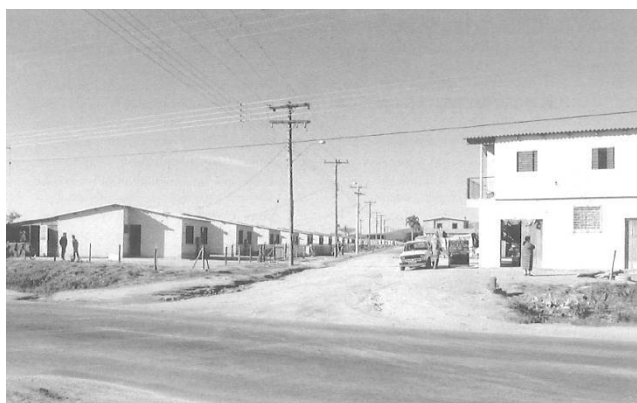


Figura 95 – Loteamento Chapéu do Sol.  
Fonte: Cassius Marcellus Cruz, Érico Fernandez; Rodrigo Gomes, 2000, p.153.

<sup>97</sup> Demhab remove famílias para a urbanização. idem.

Era assim lançado um olhar do governo municipal para o bairro, há muito esperado por seus moradores, trazendo esperanças de que, com o projeto, pudesse haver um retorno do turismo no local, um movimento de sua economia e a integração desta parcela da cidade com a região.

#### **4.2.2 As discussões sobre os empreendimentos imobiliários recentes no bairro**

Nos anos 2000, começou a ser implantado no bairro um condomínio horizontal fechado de grande porte nas proximidades do núcleo urbano de Belém Novo, porém sem afetá-lo. O Condomínio Terraville Belém Novo Golf Club é um empreendimento de alto padrão e foi construído para atrair moradores de classe média e alta da cidade. Esse tipo de empreendimento imobiliário anteriormente não existia no bairro, que é um dos mais distantes do centro da cidade, e, ainda hoje, é o maior condomínio horizontal fechado da capital gaúcha.

De acordo com Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) em seu livro “Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo”, os condomínios horizontais fechados se assemelham a loteamentos no que se refere à repartição dos terrenos em lotes, porém, diferenciam-se deles porque suas ruas, espaços verdes, infraestrutura e equipamentos são de uso e responsabilidade dos moradores do condomínio, ou seja, são propriedade privada. Fundamentalmente, o que caracteriza o condomínio fechado é o mesmo ser circundado por muros<sup>98</sup> e possuir controle de segurança para o acesso. Esses empreendimentos apresentam-se como uma forma contemporânea de morar atendendo camadas da população que se sentem, sobretudo, inseguras no meio urbano.

O tipo horizontal no Brasil consiste em uma série de residências construídas pelos próprios proprietários seguindo regulamentações estipuladas pelos incorporadores do empreendimento. Além disso, englobam uma quantidade de equipamentos e espaços de uso comuns que suprem algumas das suas necessidades externas, todavia a maioria deles não deixa de depender da cidade. A origem dos condomínios fechados brasileiros está ligada a ideia de CIDs (*common interest developments* ou incorporações de interesses comuns) e aos subúrbios americanos. Porém, nos EUA uma minoria dos empreendimentos realizados é murado e controlado por segurança de acesso (CALDEIRA, 2008).

---

<sup>98</sup> Os “muros” podem ser construídos em alvenaria ou placas de concreto, não possibilitando nenhuma permeabilidade visual com as áreas externas, ou podem constituir-se de gradis (paliteiro) de concreto ou gradis metálicos, permitindo permeabilidade visual.

lára Regina Castello (2008) em “Bairros, loteamentos e condomínios: elementos para o projeto de novos territórios habitacionais” inferiu em sua investigação que os “condomínios por unidades autônomas” ou condomínios horizontais fechados são assumidos como a forma preferencial de moradia da população de Porto Alegre, independente da classe social ou da renda das famílias. Segundo a autora:

Essa constatação, aparentemente, está ligada a um número de razões, fatores e valores, que o mercado reconhece e explora, entre os quais podem ser listados: estratégias pontuais de densificação sem mudança das características tipológicas de uma área; marquetização das vantagens de vida em condomínio; efeito das comunidades condominiais; custo relativamente mais baixo das unidades habitacionais (CASTELLO, 2008, p.173).

Os condomínios horizontais fechados começaram a surgir na Zona Sul de Porto Alegre a partir da década de 1970 sendo implantados em grandes glebas e com lotes individuais, como exemplo, o Parque Residencial Knorr, no Bairro Cavalhada, e o Condomínio Jardim do Sol (Figura 96), no Bairro Ipanema. Após a aprovação do 1º PDDU-1979, os condomínios em áreas de ocupação intensiva foram limitados à área máxima de 22.500m<sup>2</sup>. Dessa forma, a partir dos anos 2000, começou a se tornar comum nesta zona da cidade a implantação de condomínios horizontais fechados menores, ofertados para a classe média, que aproveitam ao máximo o terreno. Dentre as diversas tipologias utilizadas pelos incorporadores, a de uma única via central que dá acesso a residências geminadas ou em fita é uma delas, como é o caso do Condomínio Vivendas do Porto (Figura 97), no Bairro Cavalhada, que abriga 36 residências em apenas 2500m<sup>2</sup> (CASTELLO, 2008).



Figura 96 – Condomínio Jardim do Sol na Zona Sul de Porto Alegre.  
Fonte: GOOGLE EARTH, 2017, com alterações da autora.

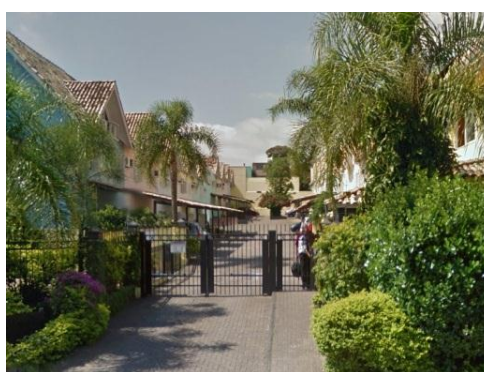


Figura 97 – Condomínio Vivendas do Porto na Zona Sul de Porto Alegre.  
Fonte: GOOGLE EARTH, 2017.

Sobre a legislação municipal atual que regulamenta e diferencia loteamentos e condomínios horizontais fechados em Porto Alegre, Mirian Regina Koch (2008) aponta que:

[...] o loteamento é regulamentado pela Lei Federal nº 6.766/79 (que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano), modificada parcialmente pela Lei Federal nº 9.785/99, e representa a divisão do solo em lotes, com aberturas de vias e logradouros públicos, estando implícito, nessa legislação, que 35% da área do loteamento será de domínio público. Ou seja, a acessibilidade não pode ser estrita a seus moradores, o que torna o termo “loteamento fechado” incorreto. O condomínio, por sua vez, não é contemplado pela legislação federal, que não prevê nenhum tipo de limitação física para tais empreendimentos. Em Porto Alegre, o mesmo fica sujeito à legislação urbana municipal (PDDUA-1999), onde, basicamente, são regulados o tamanho dos empreendimentos (limitando-os em 22.500m<sup>2</sup> em zonas consolidadas e sem restrição em áreas periféricas) e alguns aspectos relacionados ao seu interior, como tamanho dos lotes, quantidade mínima de área livre e densidade (KOCH, 2008, p.105).

Para o PDDUA a limitação de área dos condomínios horizontais fechados “[...] é necessária para que a cidade não fique bloqueada por construções que, por serem de uso privado, acabam impedindo o livre acesso das pessoas” (Lei Comentada, Art. 156, Lei Complementar nº 434, 1999). Em resumo, segundo o plano, os condomínios horizontais fechados podem ser construídos em qualquer lugar de Porto Alegre, mas estão sujeitos a diferentes regras para as diferentes áreas – intensivas ou rarefeitas.

No caso da *Área de Ocupação Rarefeita* não existem limites de metragem justamente por ser uma área rarefeita em termos de ocupação, sendo possível concentrar nessa área os empreendimentos de grande porte ou com área maior que 40.000m<sup>2</sup> (KOCH, 2008). De acordo com o PDDUA:

Na Área de Ocupação Rarefeita podem ser feitos loteamentos ou fracionamentos, mas há uma série de restrições quanto a edificações, especialmente porque ali existem muitos elementos naturais a preservar. Nela os condomínios maiores são uma boa solução, porque um número menor de pessoas ocupa uma grande área. Além disto, os custos com a iluminação e drenagem, dentre outros, bem como de manutenção em geral, ficam por conta dos proprietários (Lei Comentada, Art. 157. Lei Complementar nº 434, 1999).

Os condomínios residenciais horizontais fechados de grande porte em Porto Alegre são poucos, o maior em área é o Terraville em Belém Novo, que ocupa uma área de 143 ha (1.430.000m<sup>2</sup>), abriga 463 residências unifamiliares e tem uma estrutura interna composta por 11 praças, bosque, lagos, piscina externa e térmica, academia, campos de golfe, campos de futebol, quadras de tênis, playground infantil, restaurante, cafeteria, escola de línguas e estética<sup>99</sup>, entre outros. Possui dois acessos controlados por segurança ambos localizados na Av. Juca Batista e está inserido entre essa via e a Estrada Francisca de Oliveira Vieira (Figura 98), não afetando o núcleo urbano do Bairro Belém Novo, que fora resguardado mesmo após a sua implantação.

---

<sup>99</sup> TERRAVILLE.

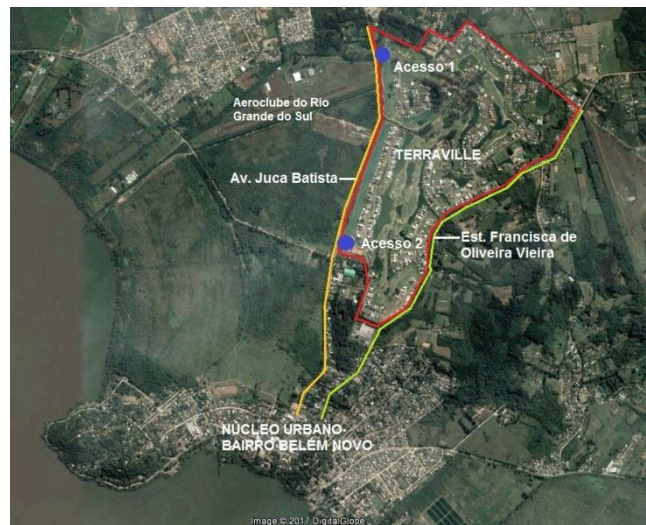


Figura 98 – Localização do Terraville em relação ao núcleo urbano do Bairro Belém Novo e seus acessos pela Av. Juca Batista.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2017, com alterações da autora.

O empreendimento inicialmente chamado “Projeto Mc Terra Lima – Condomínio por unidades autônomas”, proposto pela Terra Lima Construtora e Incorporadora Ltda., escolheu o local de implantação em razão de algumas das preexistências, como as instalações de um antigo *Spa* existente na área (que seria aproveitado como clube) e o campo de golfe *Belém Novo Golf Club*, que estava em fase de execução<sup>100</sup>. Os propósitos do empreendimento, de acordo com o seu Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), eram:

- Dotar a cidade de um espaço esportivo, capaz de atrair competições internacionais e possibilitar a prática e aprendizado do golfe em custos compatíveis com a realidade socioeconômica da população alvo;
- Criar uma alternativa de moradia urbana com espaços livres e aberta ao exterior;
- Promover a reorganização da paisagem possibilitando a conservação e renovação de cobertura vegetal, a manutenção do balanço hídrico, constituindo refúgio e suporte alimentar para a fauna nativa (Condomínio por unidades autônomas. Estudo de Viabilidade Urbanística, 1998, p.2).

Dessa forma, pretendia-se criar um espaço para uma “parcela da população” que desejava morar em casas com “liberdade e segurança”, oferecendo alternativas relacionadas a habitação e ao esporte e lazer, principalmente através da prática de golfe. Dessa maneira, por um lado, a área residencial do condomínio em meio à natureza ofereceria uma alternativa diferenciada dentro da cidade, cada vez mais verticalizada e violenta, onde os moradores poderiam inclusive trabalhar em suas casas, com as facilidades das novas tecnologias. Por outro lado, as áreas de campos de golfe do condomínio facilitariam a disseminação do esporte na cidade, antes praticado somente pela elite, mas

<sup>100</sup> O empreendimento foi construído ao lado do loteamento Chapéu do Sol e da Vila Teletubbies.



que já vinha estendendo-se em outros países para todas as classes sociais, segundo o estudo (Condomínio por unidades autônomas. Estudo de Viabilidade Urbanística, 1998).

A área escolhida para a implantação do empreendimento está inserida na zona urbana e em Área de Ocupação Extensiva (UTSE 88 e UTSE 93) da cidade, lembrando que o mesmo foi aprovado ainda de acordo com regulamentações do 1º PDDU. Preliminarmente, o estudo propôs dividir a área de 141ha em 11 diferentes condomínios ou vilas residenciais que ocupariam 46ha e teriam 450 unidades no total, porém tudo deveria ser executado como um único empreendimento. Foi assim dividido, pois o 1º PDDU autorizava no máximo 50 unidades autônomas por condomínio (de 10ha cada, sendo 5ha privativos e 5ha condominiais). Dessa maneira, a área total do empreendimento viabilizaria englobar até 14 vilas (de 10ha cada, totalizando 140ha, 70ha privativos e 70ha condominiais). Ao final dos trâmites, o empreendimento foi acrescido de área e totalizou 180ha com 650 lotes divididos em 13 vilas residenciais em meio a áreas verdes, clube e campos de golfe (Figura 99 e 100).



Figura 99 – Master Plan inicial do Condomínio Terraville Belém Novo Golf Club no EVU de 1998.  
Fonte: Condomínio por unidades autônomas. Estudo de Viabilidade Urbanística, 1998. Acervo da Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier da SMAM.



Figura 100 – Vista aérea do Terraville, ao fundo o núcleo urbano do Bairro Belém Novo e o lago Guaíba.  
Fonte: ARQ PADÃO.

No que tange seus aspectos ambientais, o estudo de viabilidade concluiu que a cobertura vegetal nativa de alto porte e vegetações de banhado estavam presentes em poucas áreas do terreno, sendo a maior parte constituída de campos nativos oriundos da antiga prática agrícola (Figura 101). O projeto paisagístico propôs a utilização da vegetação e das diversas árvores nativas existentes e ainda realização de um reflorestamento no local. O estudo ainda previa a execução de diversos lagos que seriam implantados a partir do



redirecionamento de alguns cursos hídricos que já haviam sido modificados no passado, em virtude da exploração agrícola do local (Figura 102).

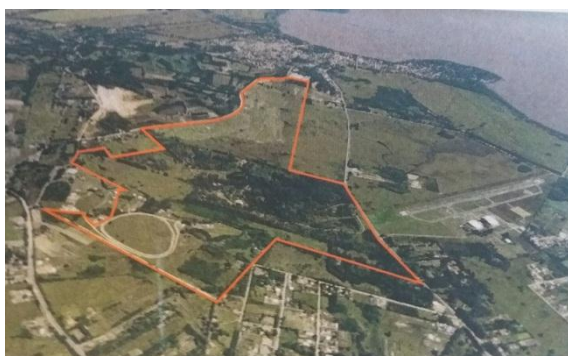


Figura 101 – Demarcação inicial da área de implantação do Condomínio Terraville. Ao fundo, o núcleo urbano do Bairro Belém Novo e o Guaíba.  
Fonte: Condomínio por unidades autônomas de Belém Novo. Estudo de Impacto Ambiental: estudo. 1998, p. s/nº. Acervo da Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier da SMAM.



Figura 102 – Vista aérea do Terraville, ao fundo o núcleo urbano do Bairro Belém Novo e o lago Guaíba.  
Fonte: CANAL DO IMÓVEL.

Em relação à inserção do empreendimento no bairro, o estudo considerou, à época, o local estagnado em termos de crescimento populacional e econômico, após ter passado por importante período como área de veraneio e lazer da cidade. Além disso, apontou a problemática das diversas ocupações irregulares e a carência de empregos no local. O investimento privado com a construção do condomínio no bairro considerava que seriam gerados ali empregos e tributação de impostos para o governo municipal, além de proporcionar integração do bairro à cidade e auxiliar a impulsionar o turismo no local. Também era defendida a ideia e o tipo de empreendimento e ocupação do solo ajudaria na proteção dos recursos naturais. De acordo com o estudo:

Para um bairro como Belém Novo, que construiu nos últimos anos uma média de 1200,00m<sup>2</sup> /ano, este projeto representará a retomada do crescimento. Esta dinamização dar-se-á seja pelo aumento da oferta de postos de trabalho diretos, desde a construção até a operacionalização e manutenção do mesmo quando se prevê a geração de 750 empregos seja indiretos pelo incremento dos negócios locais com a entrada no bairro de aproximadamente 450 famílias com um certo poder aquisitivo e com a presença dos associados no clube (Condomínio por unidades autônomas. Estudo de Viabilidade Urbanística, 1998, p.6).

O Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)<sup>101</sup>, realizado em 1998, considerou como impactos positivos a alteração do balanço hídrico da

<sup>101</sup> Realizado pela empresa Alternativas Ambientais Consultoria e Planejamento.

sub-bacia do Arroio Guabiroba<sup>102</sup>, alteração da vegetação exótica (com o aumento do replantio de nativas), alteração da vegetação nativa, redução da comunidade de répteis, dinamização da economia no setor de serviços, geração de empregos dentro do bairro no setor de serviços (eram previstas 20 vagas para o Clube de Campo Belém Novo, 400 vagas nas residências e 30 vagas no condomínio) e incremento da atividade turística por novas áreas desportivas (Clube de Golfe)<sup>103</sup> (Condomínio por unidades autônomas de Belém Novo. Estudo de Impacto Ambiental, 1998).

Como impactos negativos (em níveis baixos, médios e altos) foram apontados a impermeabilização do solo, poluição do solo, poluição do ar, alteração da qualidade da água pelas vilas do entorno, alteração da qualidade da água por agroquímicos, perda da cobertura vegetal, modificação do padrão de distribuição das formações vegetais, alteração do habitat de aves, alteração da população de anfíbios, percepção da perda do Pradinho<sup>104</sup>, ruídos do Aeroclube, incremento do trânsito na Av. Juca Batista e, destaca-se aqui, a justificativa acerca do impacto negativo da percepção do cercamento perimetral (muros), um dos temas mais discutidos acerca da tipologia em geral (Condomínio por unidades autônomas de Belém Novo. Estudo de Impacto Ambiental, 1998).

O cercamento torna visível as diferenças sociais entre os moradores do condomínio e da região e esconde ou divulga o Clube de Golfe. Um dos propósitos do projeto é oferecer uma moradia diferenciada às pessoas que buscam junto as suas casas um convívio direto com a natureza, combinado a prática esportiva, resguardando a privacidade e garantindo a segurança dos moradores. Estes dois últimos requisitos para serem exigem que haja o cercamento da área, impedindo o acesso de não moradores aos espaços de circulação e lazer internos. Por outro lado, cercamento se constitui uma característica da arquitetura de projetos de condomínio, já assimilada pela população. Porém existem cercamentos diferenciados (Condomínio por unidades autônomas de Belém Novo. Estudo de Impacto Ambiental, 1998, p.24).

Neste quesito, o condomínio utilizou-se de gradis para o cercamento ao longo da Av. Juca Batista (Figura 103) e pilares de concreto ao longo do cercamento na Estrada Francisca de Oliveira Vieira (Figura 104), tentando reduzir o impacto visual.

---

<sup>102</sup> Que passa pela área do condomínio e escoar para o Guaíba.

<sup>103</sup> Não foram encontradas pesquisas referentes aos reais impactos positivos que foram gerados durante e após a implantação do condomínio em relação ao núcleo urbano de Belém Novo e o quanto as famílias moradoras do condomínio se utilizam, desde então, do bairro para comércio, serviços e lazer.

<sup>104</sup> Área de lazer que foi adquirida pelos empreendedores do Terraville.



Figura 103 – Cercamento do Terraville por gradil ao longo da Av. Juca Batista.  
Fonte: Pessoal da autora, 2016.



Figura 104 – Cercamento do Terraville por gradil ao longo da Est. Francisca de Oliveira Vieira.  
Fonte: Pessoal da autora, 2016.

Foram sugeridas medidas necessárias para reduzir os impactos negativos, como respeito a fragmentos florestais nas áreas de implantação do campo de golfe, a execução de lagos para resolver problemas de áreas alagadiças, o saneamento de vilas do entorno pelos órgãos municipais juntamente com o empreendedor, tratamentos interno das águas por meio do projeto paisagístico dos lagos e outras medidas referentes à etapa de obras (Figuras 105 e 106).



Figura 105 – Lagoas, campo de golfe e fragmentos florestais.  
Fonte: CLIC RBS.



Figura 106 – Lagoas propostas pelo projeto paisagístico.  
Fonte: VIVA BEM ZONA SUL.

Segundo pesquisa de Fagundes (2011, p.77) baseada nos dados do SINDUSCON-RS, entre 1999-2010 o Bairro Belém Novo teve a segunda maior oferta de imóveis residenciais novos entre todos os bairros de Porto Alegre, perdendo apenas para o Bairro Cavahada. No mesmo período, o Bairro Belém Novo, seguido pelo Bairro Petrópolis, ofertou o maior número de imóveis com as maiores faixas de valor (acima de 430 CUB), ofertas concentradas entre os anos 2000-2006, impostas pela atuação do mercado imobiliário na forma do condomínio fechado Terraville construído nesse período. No Censo de 2015 e

2016 do SINDUSCON-RS, o Bairro Belém Novo não aparece nem entre os 10 bairros com maiores ofertas de imóveis novos, liderada em ambos pelo Bairro Petrópolis<sup>105</sup>.

Atualmente, no ato de venda dos lotes ou imóveis do Terraville, as diversas imobiliárias da cidade publicitam o mesmo como um “condomínio exclusivo”<sup>106</sup>, dotado de incomparável infraestrutura no país, e taxam suas residências como “mansões de luxo”. As faixas de valores dos lotes, conforme *site* de venda de imóveis<sup>107</sup>, variam de 160 mil a 450 mil reais e as residências variam de cerca de 950mil a 9,5 milhões. Acerca dos campos de golfe, o Belém Novo Golf Club é considerado um dos melhores campos do país e recebe diversos campeonatos<sup>108</sup>.

No que se refere ao ganho ou perda de população por conta da implantação do condomínio, no ano 2000, quando o empreendimento ainda não existia, o IBGE realizou um Censo e foram contabilizados 13.787 habitantes no Bairro Belém Novo e um total de 4030 domicílios<sup>109</sup>. Um novo Censo realizado em 2010<sup>110</sup>, com o condomínio já consolidado, apontou uma população de 13.277 habitantes, o que aponta uma diminuição da população do bairro, mesmo com a implantação do empreendimento. A diminuição poderia ser justificada pela remoção das pessoas que habitavam as praias de Belém Novo para áreas fora dos limites do bairro, já que 589 famílias seriam removidas para o Loteamento Chapéu do Sol ao longo dos anos 2000 (VIANA e ECKERT, 2006).

No ano de 2013, um novo condomínio horizontal fechado com área ainda maior entrou em fase de avaliação junto aos órgãos municipais e, caso aprovado, deverá ocupar as terras da antiga Fazenda Arado Velho, localizada ao sul do núcleo urbano do Bairro Belém Novo. Anteriormente, o local pertenceu a Breno Caldas que as adquiriu ainda em 1937 para implantação de um haras, atualmente desativado, próximo a Ponta do Arado Velho e das margens do Guaíba. A área de 4.263.895,36m<sup>2</sup> hoje pertence à sociedade empresarial Arado Empreendimentos Imobiliários Ltda. e o empreendimento proposto recebeu o nome fantasia de Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado (Figura 131). Os acessos para propostos para o condomínio se dariam pela Av. Heitor Vieira e pela Av. do Lami (Figura 107).

---

<sup>105</sup> SINDUSCON-RS.

<sup>106</sup> FOXTER IMOBILIÁRIA.

<sup>107</sup> ZAP IMÓVEIS.

<sup>108</sup> JORNAL DO GOLFE.

<sup>109</sup> PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Censos.

<sup>110</sup> PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Censos.



Figura 107 – Localização do Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado e sua proposta inicial.  
Fonte: Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume I, 2013, p. 15.  
Acervo da Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier da SMAM.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental – Empreendimento Urbanístico Fazenda do Arado Velho (2013)<sup>111</sup>, será um condomínio de grande porte, em sua maior parte constituído de unidades habitacionais, prevendo também atividades de comércio, serviços, áreas institucionais e uma área de proteção ao ambiente natural. Foram percebidas, de antemão, que há necessidade de concentrar o projeto em área considerada urbana e próxima aos eixos viários existentes, interligação com infraestrutura existente, melhoria do acesso ao local, não ocupação de áreas consideradas unidades de conservação e evitar áreas de risco. Além dessas constatações citadas, uma das principais discussões que recaem sobre a execução deste projeto é a necessidade de aterro de mais de 200ha para que a área construída esteja acima da cota mínima de alagamento considerada para área inundáveis de Porto Alegre (3,23m) (Figura 108).

---

<sup>111</sup> Realizado pela empresa Profill em dois volumes.



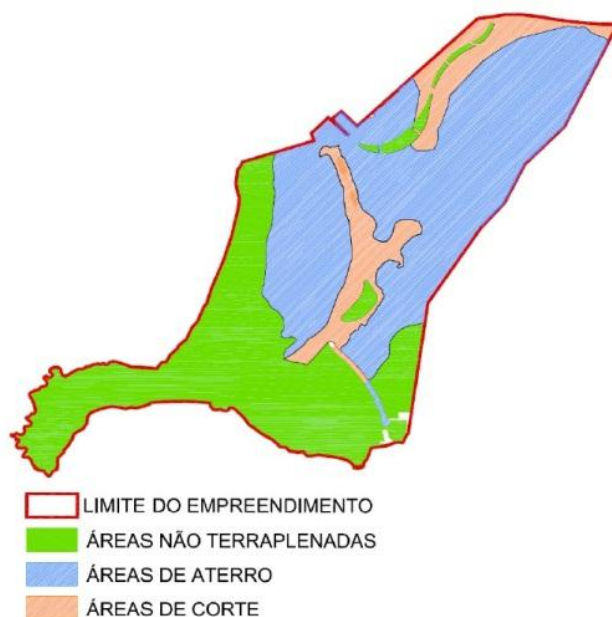


Figura 108 – Demarcação das áreas que não serão terraplanadas, áreas de aterro e áreas de corte para execução do Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado.  
 Fonte: Estudo de Impacto Ambiental. Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado, 2013, p.380. Acervo da Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier da SMAM.

O projeto para a área prevê ocupação por cinco lotes de uso residencial, onde estão previstas 2128 unidades autônomas, com equipamentos como clube, piscinas, quadras esportivas e áreas verdes, uma área institucional que será doada para a instalação de equipamentos públicos, um polo tecnológico para implantação de indústrias de baixo impacto ambiental e um parque municipal, uma área de preservação e lotes para uso turístico e de hotelaria, 134 lotes comerciais, além de praças, parque e sistema viário (Figura 109) (Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume I). A população estimada para habitar o novo condomínio é de cerca de 8 mil pessoas de classe média e alta (Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume II, Anexo 7, 2013).





Figura 109 – Demarcação das áreas residenciais, institucionais, de preservação do ambiente natural, comercial, industrial (polo tecnológico) e acessos ao condomínio.

Fonte: Estudo de Impacto Ambiental. Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado, 2013, p.492. Acervo da Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier da SMAM.

Em relação ao ambiente natural, os técnicos identificaram o local enquanto uma paisagem campestre dotada de campos, área de banhado, maricazal, mata nativa, mancha de exóticas e pomar (Figura 110). O local também apresenta espécies da fauna comuns em campos e áreas de banhado e espécies que se adaptariam a um ambiente urbanizado. No entanto, foram registradas a presença da espécie bugio-ruivo e um exemplar de gato-maracajá, consideradas, na ordem, em ameaça de extinção e vulnerável no Estado (Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume I, 2013). A presença de flora e fauna muito características nesta porção do território de Porto Alegre é alvo de amplas discussões acerca da implantação do condomínio no local.



Figura 110 – Área de preservação do ambiente natural, conforme PDDUA, da Fazenda Arado Velho.  
Fonte: JORNALISMO AMBIENTAL.

Os técnicos que realizaram o EIA (2013) do empreendimento com base no PDDUA-1999, defendem que:

A área objeto do empreendimento não apresenta restrições de ordem legal, urbanística e técnica. As restrições específicas para a ocupação de parte da área, tanto no Plano Diretor como na legislação ambiental, serão contempladas pelo projeto urbanístico e, possivelmente, serão objeto de lei específica visando a redefinição dos limites da Área de APAN entre outros. Não foi identificada norma que restrinja a ocupação da gleba, desde que atendidas todas as regras pertinentes à preservação legal (áreas de preservação permanente e exemplares de espécies protegidas). Considerando-se o exposto, conclui-se que a área apresenta condições de receber projeto de parcelamento do solo, desde que seja aprovada e licenciada pelos órgãos competentes e incorpore as diretrizes e condicionantes ambientais definidas durante o processo de licenciamento ambiental (Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume I, 2013, p.5).

Conforme o PDDUA-1999, o futuro empreendimento estaria inserido em quase sua totalidade em *Área de Ocupação Rarefeita (AOR)*, ficando uma pequena parcela em *Área de Ocupação Intensiva (AOI)*. Porém, os limites do condomínio em área rarefeita abrangem *Áreas de Produção Primária* (onde são permitidas atividades relacionadas ao lazer e ao turismo, vinculadas à produção primária e extrativa e indústrias vinculadas à produção rural por propriedade) e *Áreas de Proteção ao Ambiente Natural (APAN)* (onde são permitidas habitação, atividades relacionadas ao lazer e ao turismo, atividades educacionais e científicas relacionadas à proteção da fauna, da flora e da paisagem e atividades educacionais e científicas). Ainda em relação área de proteção ao ambiente natural, o plano regula que são limitados os números de glebas particulares e, quando a área for considerada de importância, poderá tornar-se pública e parques serem implantados nos locais (Lei Complementar 434, Art. 89, 1999) (Figura 111).



Figura 111 – Zoneamento urbanístico conforme PDDUA-1999.

Fonte: Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume II, Anexo 7, 2013, p. s/nº.

Para viabilizar o empreendimento que não se integra ao que o PDDUA regula, a empresa responsável pelo projeto de urbanização, a Fork Projetos, fez uma nova proposta de parcelamento para o terreno, conforme o seu Memorial Justificado presente nos anexos dos estudos de impacto. De acordo com os projetistas, o parcelamento tem como objetivos “[...] promover o crescimento urbano da região, através de novas conexões viárias, promovendo a ocupação urbana de baixa densidade, estabelecendo novos núcleos de comércio/serviços e considerando os potenciais de ocupação para cada área” (Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume II, Anexo 7, 2013, s.p.).

Para tanto, foram propostas alterações no zoneamento da área e nas limitações estabelecidas pelo PDDUA, o que modificaria o regime urbanístico do local atual. A primeira alteração seria a descaracterização da *Área de Produção Primária*, pois, segundo o memorial:

[...] constatou-se através de dados analíticos que o Bairro Belém Novo possui apenas 0,6% da população vinculada ao setor primário como pecuária, agricultura e pesca. O novo zoneamento propõe a alteração para zona de uso ADD 1 (Área de Desenvolvimento Diversificado) permitindo atividades mais diversificadas, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região (Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume II, Anexo 7, 2013, s.p.).

A *Área de Proteção ao Ambiente Natural* sofreria uma redução de área na proximidade do acesso pela Av. Heitor Vieira e, em razão da instalação de hotelaria e residências dentro da área protegida, foi proposto uma elevação na quota ideal. Fora dela, haveria uma redução da quota ideal incentivando uma ocupação residencial baixa, conforme ocorre no restante da região. Ainda seriam implantadas novas *Áreas de Ocupação Intensiva* para instalação de estabelecimentos de comércio, serviços, residências e um parque municipal que seria instalado num antigo núcleo da Fazenda do Arado. Conforme o estudo com base no Plano Diretor seria permitido para toda a área 1181 economias<sup>112</sup>, mas com as mudanças propostas pela empresa poderiam ser implantadas 505 economias na *Áreas de Ocupação Intensiva* e 1768 na *Área de Ocupação Rarefeita* (Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume II, Anexo 7, 2013) (Figuras 112 e 113).

---

<sup>112</sup> Conforme o Anexo 6 do PDDUA-1999, os Índices de Aproveitamento máximo por terreno na Área de Produção Primária e na Área de Proteção ao Ambiente Natural são de 0,1 e a Quota Ideal (Q.I.) é de 20.000m<sup>2</sup> e 5.000m<sup>2</sup> respectivamente.



Figura 112 – Novo zoneamento urbanístico para a área do Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado proposto pela Fork Projetos Arquitetura e Urbanismo. Fonte: Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume I, 2013, p.440.



Figura 113 – Novo zoneamento urbanístico com quotas ideais e número de economias por área do Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado proposto pela Fork Projetos Arquitetura e Urbanismo. Fonte: Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume II, 2013, p. s/nº.

As antigas instalações da fazenda de Breno Caldas também foram foco de estudos para a implantação do condomínio. No local são reconhecidos 6 núcleos que possuíam diferentes funções e atividades econômicas: a Leitaria, a Granja de arroz, o Haras, a Marina, a Sede e um Sítio Arqueológico<sup>113</sup>. As construções mais importantes desses núcleos seriam alvo de preservação por sua importância arquitetônica para a cidade e cultural para o bairro, pois, segundo o estudo levantado, apesar dos habitantes de Belém Novo não possuírem ligação estreita com a fazenda e suas instalações, a mesma faz parte do imaginário e da história do local. O objetivo seria também “repotencializar a veia turística de Belém Novo, tornando-o novamente uma região de conagraçamento social e cultural” (Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume II, 2013, p.21).

Do ponto de vista da arquitetura, os empreendedores perceberam potencial de qualificação que a preservação dos núcleos produtivos da Fazenda do Arado traria ao projeto. Mesmo sem qualidades arquitetônicas notáveis, os Núcleos contribuem para a formação de uma “ambiência” única, em que a arquitetura e a história do local se conjugam. Serão preservadas a Mangueira e a Casa da Ordenha do Núcleo A – “Leitaria”; a Residência do Caseiro do Núcleo B – “Granja de Arroz”; todos os prédios do Núcleo C – “Haras”, com exceção de uma das cocheiras; o Estaleiro e a Residência do Caseiro do Núcleo D – “Marina” e as três edificações principais Núcleo E – “Sede”: a Casa principal, a Casa de Hóspedes e a Casa de Bonecas (Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume I, 2013, p.358).

Dessa forma, praticamente todos os prédios do levantamento seriam mantidos e abrigariam novas funções e, para o núcleo Sede, composto pela antiga residência da família

<sup>113</sup> Há na Ponta do Arado a presença de sítios arqueológicos de culturas indígenas Guaranis datados da era Pré-Colonial.

Caldas (Figura 114), uma Casa de Hóspedes e uma Casa de Bonecas, todo o conjunto em estilo neocolonial, é proposta a instalação de um hotel.



Figura 114 – Antiga residência da família Caldas na Fazenda do Arado.  
Fonte: Pessoal da autora, 2015.

No Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)<sup>114</sup> foram levantadas propostas, medidas mitigadoras e compensatórias em relação a possível implantação do condomínio na área. Entre os diversos impactos negativos, destaca-se aqui a movimentação de terra e necessidade de material de empréstimo e bota-fora, os processos erosivos e assoreamentos, o aumento do volume de escoamento superficial, a supressão e fragmentação vegetal, a perda de espécies com especial interesse de preservação, a perda e fragmentação de habitats, o deslocamento/afugentamento da fauna terrestre, o aumento da mortalidade de fauna, degradação das áreas verdes devido à atividade hoteleira, redução das estruturas rurais. Entre os impactos positivos destacam-se o aumento da oferta de serviços relacionados ao polo tecnológico, o aumento da oferta de serviços relacionados à hotelaria, o aumento da oferta de serviços relacionados ao comércio e serviços, dentre eles o turismo, a melhoria ETE Belém Novo, a remoção das construções que descaracterizam o conjunto e restauro das demais e a identificação, proteção e valorização de bens arqueológicos (sítio arqueológico). A densificação e alteração da dinâmica da região foi considerada um impacto positivo e, por outro lado, negativo. Positivo, pois contribui para o crescimento da zona sul, melhorando as vias de acesso ao bairro e mantendo a baixa ocupação populacional. Negativo, pois barraria o crescimento urbano em direção ao Lami (Relatório de Impacto Ambiental, Volume I, 2013).

---

<sup>114</sup> Igualmente realizado pela empresa Profill.



Para o EIA (2013), o fato da não construção do empreendimento, não impedirá que área seja ocupada ou por loteamentos populares ou irregulares que agravarão os impactos ambientais ou por empreendimentos do mesmo tipo proposto, já que o plano diretor atual permite ocupação residencial de baixa densidade. Segundo os técnicos, o Extremo-Sul da cidade vem recebendo diversos condomínios fechados de diversas dimensões o que caracteriza uma transformação da zona, antes de caráter rural, ao longo do tempo (Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume I, 2013).

A série de impactos ambientais negativos que a instalação do empreendimento geraria no local, dissipou diversos movimentos contra a sua execução. O movimento “Preserva Belém Novo/Preserva Arado”<sup>115</sup> e o “Coletivo Ambiente Crítico” encabeçam a luta pela preservação da Fazenda do Arado, sobretudo, por sua importância ambiental em amplos sentidos, mas, principalmente, por abrigar diversas espécies de fauna e flora, por ser uma bacia de inundação do Guaíba e por conter o sítio arqueológico indígena Guarani. Além disso, por possuir, conforme o plano diretor, uma área para fins de produção primária, as tradições rurais deveriam ser mantidas no local. Desde a divulgação da possibilidade de construção do empreendimento, diversos debates junto à sociedade, principalmente junto aos moradores de Belém Novo, tem sido realizados (Figura 115). O grupo “Preserva Belém Novo/Preserva Arado” propõe, por meio de abaixo assinados junto à comunidade, a criação de uma unidade de preservação e conservação na Fazenda Arado Velho. A ideia é permitir o acesso da população a fazenda oferecendo atividades de educação, pesquisa, turismo ecológico e lazer<sup>116</sup>.



Figura 115 – Folders de divulgação de debate realizado no próprio bairro sobre o empreendimento na Fazenda Arado Velho promovido pelo Preserva Belém Novo e pelo Coletivo Ambiente Crítico.  
Fonte: Preserva Belém Novo/Coletivo Ambiente Crítico, 2016. Acervo da autora.

<sup>115</sup> Contam com diversos apoiadores, entre eles, a AGAPAN, a ONG Amigos da Terra Brasil e outros movimentos ambientalistas reconhecidos no Estado e Porto Alegre.

<sup>116</sup> PRESERVA ARADO.



Nesse sentido, o ano de 2015 é marcado pela aprovação de leis complementares ao PDDUA no que tange o Extremo-Sul de Porto Alegre. Por meio da Lei Complementar 715/15 foi aprovado o retorno da Zona Rural compreendendo parte da Macrozona 8 (cerca de 4mil ha, sendo que no antigo PDDUA-1999 eram 17mil ha), onde estão concentradas as Áreas de Produção Primária. A justificativa do projeto seria a viabilização de licenciamentos ambientais por órgãos governamentais e linhas de crédito para atividades de produção primária<sup>117</sup>.

No entanto, no mesmo ano, foi aprovado um Projeto de Lei, o PLCE 005/15, pela Câmara Municipal de Porto Alegre à pedido do Prefeito José Fortunati<sup>118</sup> com objetivo regulamentar o ordenamento urbano para a ocupação da área do empreendimento na Fazenda Arado Velho, após análise dos estudos de impacto ambiental e de viabilidade do empreendimento. A aprovação da lei retiraria parte do território considerado Zona Rural. Em novembro, seria aprovada a Lei Complementar 780/15 alterando os limites da Macrozona 8 e o regime urbanístico da área da fazenda, aceitando assim as proposições feitas pelos empreendedores e apresentadas no EIA/RIMA. Não houve audiência pública para as mudanças instauradas pela lei, apenas uma audiência pública em janeiro de 2014 acerca do EIA. Os movimentos ambientalistas também acreditam que houve fraude no EIA apresentado pelos empreendedores, distorcendo dados e referências.

A Lei Complementar 780/15 impôs contrapartidas para a empresa responsável pelo empreendimento a serem realizadas na Macrozona 8:

- I - Estudo de viabilidade, projeto arquitetônico, projeto básico e projeto executivo para a construção de um centro do meio ambiente, com a finalidade de impulsionar estudos nas áreas de mudanças climáticas e alternativas energéticas, recursos hídricos, desenvolvimento da agricultura sustentável e esportes náuticos para atletas de alto rendimento.
- II – projeto executivo e construção de um trapiche flutuante em frente ao antigo restaurante Poletto, localizado na Av. Beira Rio, Bairro Belém Novo.
- III – projeto executivo de revitalização do antigo restaurante Poletto, localizado na Av. Beira Rio, Bairro Belém Novo.
- IV – projeto executivo e construção de espaço multiuso ecológico, lindeiro ao restaurante Poletto franqueada sua utilização pela comunidade.
- V – revitalização da área de interesse culturas AIC – HARAS onde deverá ser contemplado museu indígena e da língua gaúcha, aberto à visita pública. (Lei Complementar 480/15, p.13).

---

<sup>117</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

<sup>118</sup> José Fortunati foi prefeito de Porto Alegre entre 2010 e 2016 pelo PDT.

Em abril de 2017, O Ministério Público do Rio Grande do Sul<sup>119</sup> suspendeu liminarmente a eficácia da Lei Complementar 780/2015, após apuração da existência de prejuízos ambientais que seriam causados pela implantação do empreendimento na Fazenda do Arado. O MP entendeu que houve modificação no plano diretor para viabilizar a implantação do condomínio sem audiência pública e declarou ilegal todo o processo legislativo ocorrido, suspendendo seus efeitos<sup>120</sup>. Sendo assim, até o presente momento a execução do empreendimento não foi aprovada pelos órgãos municipais.

### **4.3 Fatores Socioculturais: Belém Novo como parte da Orla do Guaíba**

#### **4.3.1 Uma breve compreensão acerca dos estudos, propostas e projetos para a Orla do Guaíba no período**

De uma maneira geral, no que se refere às orlas, Silvio Soares Macedo (2012) em “Paisagismo Brasileiro na Virada do Século – 1990-2010”, relembra que as mesmas surgiram no Brasil no século XX, tendo como referência inicial e padrão de tratamento a Avenida Atlântica em Copacabana (1970), no Rio de Janeiro. O autor destaca que:

O que se cria e recria é o conceito de passeio ao longo de um corpo d'água, pelo qual é possível o andar e a prática de esportes. O tamanho da calçada e do passeio varia de acordo com a disponibilidade local, de largas faixas ajardinadas e pavimentadas até estreitos caminhos, por vezes com características muito rústicas. Nestes espaços ao longo da calçada, é comum a disposição de quiosques de alimentação, esculturas, postos de salvamento, equipamentos esportivos, envolvidos por jardins ora muito elaborados, ora bastante simples (MACEDO, 2012, p. 207).

Nesse mesmo aspecto, em margens de rios, lagoas e represas o processo de tratamento arquitetônico e paisagístico também ocorre e incita ao uso de faixas ribeirinhas. Nestes casos, nem sempre a utilização das águas é prioridade, como acontece na grande maioria das áreas banhadas pelo oceano, mas é intensa a apropriação das orlas ribeirinhas enquanto espaços recreativos e de contemplação. Dessa maneira, no Brasil, a orla marítima ou ribeirinha oferece diversas formas de lazer e, em razão da mudança de hábito das populações ao longo do tempo, que se apropriam das orlas para encontros sociais em

---

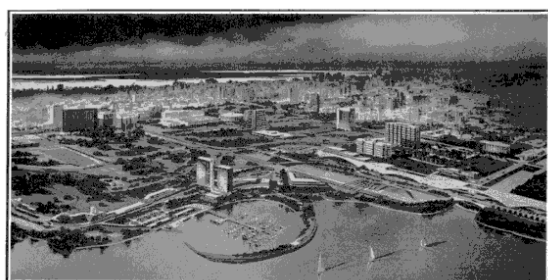
<sup>119</sup> A julgadora do processo é a juíza Nadja Mara Zanella, da 10ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre.

<sup>120</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL.

quiosques, feiras e principalmente, para a prática de esportes, que acaba por tornar este, muitas vezes, o espaço público mais procurado de uma cidade (MACEDO, 2012).

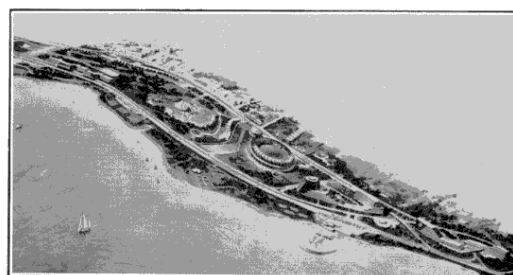
No ano de 1987, a Prefeitura Municipal, no governo de Alceu Collares, contratou o Arquiteto Jorge Decken Debiagi para realizar um estudo de viabilidade urbanística da orla do Guaíba desde a ponta do Gasômetro ou da Cadeia até a Ponta do Melo (Estaleiro Só). Para o governo municipal, o projeto tinha objetivo solucionar o problema do abandono da área, que vinha sendo invadida por subabitações, além do entendimento de o local possuir forte potencial turístico para a cidade, conforme analisa Suertegaray et. al. (1988).

O projeto (Figuras 116 e 117) propunha a urbanização através da privatização do espaço público constituído pela orla, Parque Harmonia e Parque Marinha do Brasil, áreas provenientes de aterros. Foram propostos para os 6km de extensão: um shopping center, um hotel, um centro de convenções, uma escola superior, um sambódromo, edifícios comerciais e residenciais de 5 a 7 pavimentos, uma marina pública, estacionamentos, uma avenida beira-rio e outras vias, ainda eram previstos bares, restaurantes, escola pública, áreas para estacionamento, marina pública, hotel internacional, centro de convenções, etc, tudo isso a partir de iniciativa privada. O projeto ainda garantia uma recuperação da balneabilidade das águas do lago (SUERTEGARAY et. al., 1988).



PROJETO PRAIA DO GUAIBA  
Início - Na Volta do Gasômetro

Figura 116 – Imagem do Projeto Praia do Guaíba nas proximidades do Gasômetro.  
Fonte: PORTO IMAGENS.



PROJETO PRAIA DO GUAIBA  
A parte que se estende até o Estaleiro Só

Figura 117 - Imagem do Projeto Praia do Guaíba nas proximidades do Estaleiro Só.  
Fonte: PORTO IMAGENS.

Suertegaray et. al. (1988) aponta em seu estudo, feito à época, os problemas que a cidade enfrentaria com a construção dos empreendimentos no aterro, que já sofria com problemas de drenagem de águas pluviais e que com a “urbanização”, compactação e impermeabilização do solo acarretaria em mais problemas dessa ordem pela menor infiltração de água. Um desequilíbrio climático em Porto Alegre, em função das edificações em altura na orla, também foi assinalado. Além disso, não foi creditado que o empreendimento que teria alta concentração de poluentes pudesse recuperar de alguma

forma as águas do lago. Sob protestos da população e de ambientalistas o projeto não foi levado adiante.

No ano de 1989, inicia-se o *Projeto Guaíba Vive*, promovido pela Prefeitura Municipal no sentido de recuperar o lago Guaíba. O programa contava com quatro subprogramas: o de *Saneamento Ambiental*, com a implantação de sistemas de esgotos, tratamento do lixo, bem como a recuperação dos arroios, áreas de drenagem e monitoramento das águas do Guaíba; de *Educação Ambiental*, que buscava conscientizar a população acerca da preservação do meio ambiente; de *Urbanismo e Paisagismo*, com o desenvolvimento de projetos urbanos e paisagísticos para a orla do Guaíba buscando proporcionar o contato da população com o lago; e o subprograma *Turismo Ecológico*, que visava incentivar o turismo ecológico nos ecossistemas do lago, buscando também a conscientização ecológica da população.

A partir de 1999, diversos estudos relativos à recuperação de toda a extensão da orla do Guaíba passaram a serem desenvolvidos pela Secretaria do Planejamento Municipal (SPM)<sup>121</sup>. No ano de 1999, foi formado o *Grupo de Trabalho da Orla* (G.T. ORLA), uma instância de trabalho que envolvia diversas secretarias e coordenado pela SPM. O primeiro estudo, em 2003, foi denominado *Diretrizes para a Orla do Guaíba*, dividindo conforme características específicas os 70km de extensão da orla (desde a ponta do Gasômetro (norte) até a Praia do Lami (no extremo-sul)) em 19 setores<sup>122</sup>.

No ano de 2006, complementando o estudo anterior, foi publicado o segundo estudo: *Relatório Orla: Condições Atuais, Possibilidades e Instrumentos para a Qualificação e o Resgate da Orla de Porto Alegre*. Nesse trabalho, a Secretaria do Planejamento Municipal e o G.T. ORLA buscavam o “resgate das articulações físicas e funcionais entre o território da cidade e as águas do lago Guaíba” (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2006, p.6). O foco do trabalho foi para os setores 5, 6, 7 e 8 – da ponta do Gasômetro até a Ponta do Dionísio – propondo uma qualificação urbana dessa faixa. Nesse momento, Belém Novo ainda não fora contemplado no processo de revitalização. A proposta deste estudo faz parte do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA-1999), que identificou as “Áreas de Revitalização” na cidade, sendo elas: o Centro Histórico, as Ilhas do Delta do Jacuí, a Orla do Guaíba e a Praia de Belas (aterro). No caso da Orla do Guaíba, o PDDUA aponta que “[...] deverá ser objeto de planos e projetos específicos a fim de integrar a cidade com o seu lago através da valorização da paisagem e visuais urbanas, exploração do potencial

---

<sup>121</sup> PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Qualificação Urbana da Orla.

<sup>122</sup> Idem.

turístico e de lazer e o livre acesso da população” (Título IV, Subseção IV, Art. 83, § 3º, Lei Complementar nº 434, 1999).

Os objetivos e as intervenções necessárias para a revitalização e qualificação da orla, conforme o *Relatório Orla*<sup>123</sup> (2006, p.37) eram: (1) intensificar as conexões entre o tecido urbano e as águas do lago (através de um sistema de acessos, percursos e espaços de lazer composto por estacionamentos, passeios convencionais, passeios palafitados; deques palafitados, píers, passagens de nível e helipontos); (2) unificar centralidades existentes (com a integração de usos e atividades, construção de ciclovias e VLT (Aeromóvel), um sistema de percursos internos, além da construção de elementos básicos de urbanização como infraestrutura, pavimentação, iluminação pública, mobiliário urbano e sistemas de sinalização); (3) qualificar a paisagem urbana (com a realização de um tratamento paisagístico unificado para a totalidade do conjunto de espaços do recorte estabelecido e a instalação de equipamentos de animação pública).

O terceiro estudo, *Diretrizes de Desenho Urbano para a Orla Central*, foi concluído em 2010. Nele foram elaboradas alternativas de lazer e esportes por meio da instalação de equipamentos públicos e privados em um trecho que se estende da ponta do Gasômetro até o Sport Club Internacional (Figuras 118 e 119). No ano de 2012, o escritório do Arquiteto e Urbanista curitibano Jaime Lerner foi contratado pela Prefeitura Municipal para a realização do projeto de intervenção e paisagismo desse trecho da orla do Guaíba (cerca de 7km) que está atualmente em obras. Segundo apresentação do projeto no site do arquiteto, a orla fica definida pelo nível do calçadão e pela área de esportes, lazer e comércio entre o calçadão e o passeio. Também é definida por uma área entre o passeio e o Guaíba onde haverá uma área contemplativa repleta de vegetação nativa (JAIME LERNER. ORLA DO GUAÍBA).



Figura 118 – Projeto “Parque Orla do Guaíba”, do Arquiteto e Urbanista Jaime Lerner.  
Fonte: ARCOWEB.



Figura 119 – Imagem 3D do mesmo projeto.  
Fonte: JAIME LERNER.

<sup>123</sup> PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2006.

### 4.3.2 Belém Novo como área de interesse cultural, paisagístico e ambiental nos planos diretores da cidade

Os planos diretores realizados para Porto Alegre – 1º PDDU-1979 e PDDUA-1999 - continham em seus textos proposições no que tange o desenvolvimento e o planejamento do núcleo urbano de Belém Novo.

De acordo com o 1º PDDU<sup>124</sup>, aprovado pela Lei Complementar nº 43 de 1979, a cidade possuía *Áreas Funcionais* (AF), que necessitavam de regime urbanístico especial com base em suas peculiaridades. Essas áreas dividiam-se em *Áreas de Interesse Público, Urbanístico* ou *Ambiental*. As de *Áreas de Interesse Ambiental* ainda dividiam-se em *Áreas de Preservação Permanente* e *Áreas de Interesse Paisagístico e Cultural*, sendo essa última a que Belém Novo se encaixava, por suas paisagens, reservas ecológicas, bens de valor histórico, manifestações culturais, entre outras características (Seção IV, Subseção III, Art. 66, Lei Complementar nº43, 1979).

Faziam parte das *Áreas de Interesse Paisagístico e Cultural, Áreas Funcionais de Preservação Cultural e de Proteção à Paisagem Urbana*, tendo sido identificadas somente duas delas na cidade. A primeira era a área central da cidade, tendo no total 29 diferentes *Áreas Funcionais*, e a segunda área identificada era o Núcleo Autônomo Belém Novo (Figura 120), com somente uma *Área Funcional*, o próprio núcleo histórico de formação urbana. Dentro dessa área, ainda foi demarcado um *Polo e corredor de comércio e serviços* (P4), local onde seria induzido o crescimento urbano por meio de planos e programas que levariam a uma maior ocupação objetivando o desenvolvimento urbano local (Figura). A imagem abaixo, além de demarcar com hachura a *Área Funcional* e o corredor de comércio do bairro, ainda apresenta a demarcação de ruas e avenida projetadas (que nunca foram construídas) e um lançamento de projeto paisagístico para a orla, em frente ao núcleo urbano histórico, ao que parece com muretas e acessos de pedestres à praia (também nunca executado).

---

<sup>124</sup> PORTO ALEGRE, 1980.



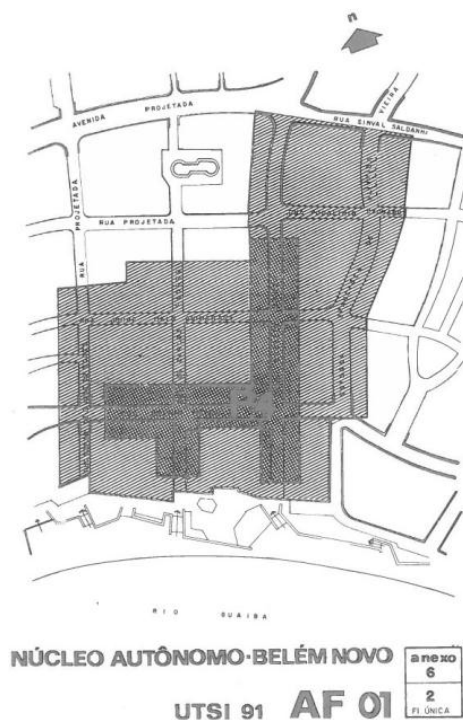


Figura 120 – Núcleo urbano histórico de formação de Belém Novo. A parte hachurada mais ampla e clara corresponde a *Área Funcional de Preservação Cultural e de Proteção à Paisagem Urbana*. A parte hachurada mais escura foi considerada no plano um *Polo e corredor de comércio e serviços (P4)*.  
 Fonte: 1º PDDU, 1979, Anexo 6, p. s/nº.

Conforme os Art. 70 e 71 (Lei Complementar nº 43, 1979, p.57), as *Áreas de Interesse Paisagístico e Cultural* eram consideradas áreas propícias para o lazer, recreação e turismo (inclusive fazem parte das *Áreas de Interesse* as águas desses territórios) e deveriam ser aproveitadas para tal fim, assegurando a preservação e valorização do seu patrimônio natural e cultural. A realização de planos e projetos específicos de desenvolvimento, com o estabelecimento de normas de uso e ocupação do solo e orientação de recursos para áreas com potencialidade recreativas e turísticas promoveriam assim “[...] a cultura, através da promoção, preservação, restauração, recuperação e valorização do patrimônio ambiental urbano e de seus valores culturais intrínsecos” (Art. 76, Inciso I, Lei Complementar nº 43, 1979, p.58).

No ano de 1999, entrou em vigor o PDDUA que passou ainda por diversas revisões ao longo de uma década que foram introduzidas a partir da Lei Complementar nº 646 de 2010. As já identificadas *Áreas de Interesse Paisagístico e Cultural* do 1º PDDU foram mantidas no PDDUA, porém passaram a ser denominadas *Áreas de Interesse Cultural* (AIC). As áreas culturais são traduzidas pelo novo plano como “áreas que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural que deve ser preservado a fim de evitar a perda ou o desaparecimento das características que lhes conferem peculiaridade” e as mesmas poderiam passar por reavaliação com possíveis mudanças de limites, regimes urbanísticos

ou até mesmo serem suprimidas (Art. 92, Lei Complementar nº 434, 1999). As áreas e bens que constituiriam o Patrimônio Cultural da cidade seriam identificados pelo seu “valor histórico, a excepcionalidade, os valores de representatividade, de referência, arquitetônico, simbólico, práticas culturais, tradições e heranças, levando ainda em consideração as relações físicas e culturais com o entorno e a necessidade de manutenção de ambientação peculiar” (Art. 92, § 4º, Lei Complementar nº 434, 1999).

No PDDUA-1999 foram demarcadas três *Áreas de Interesse Cultural* no Bairro Belém Novo. A área correspondente a sua orla e o núcleo histórico já eram *Áreas Funcionais* no 1º PDDU e passaram a serem *Áreas de Interesse Cultural* no PDDUA. Foram acrescentadas ainda o Morro da Cuíca e uma faixa interna do núcleo urbano, tornando praticamente toda a faixa urbanizada próxima ao Guaíba como sendo de interesse cultural (Figuras 121, 122 e 123).

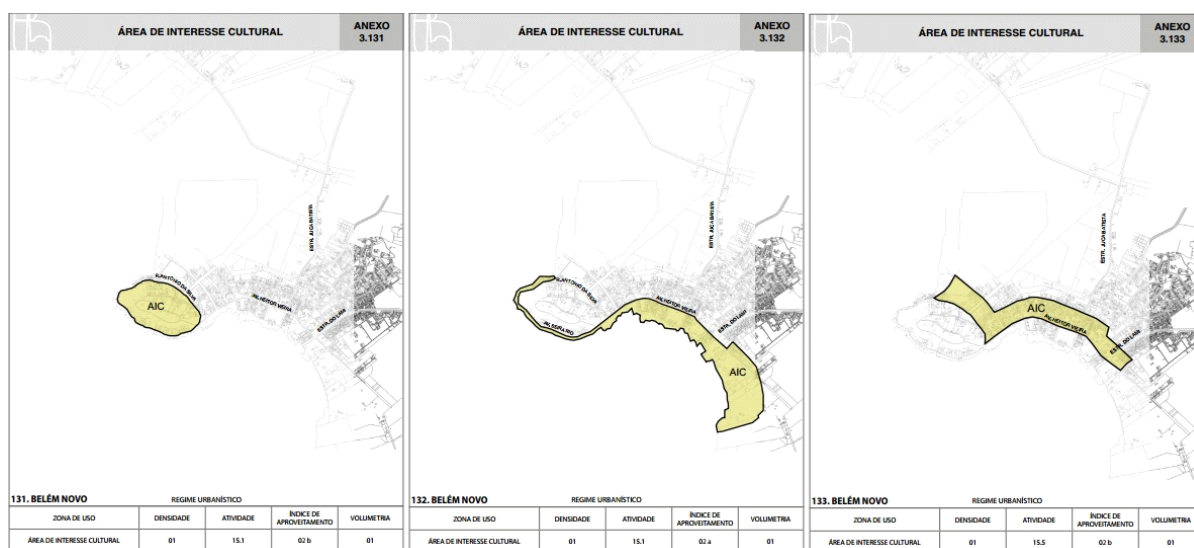


Figura 121 – Área de Interesse Cultural - Morro da Cuíca.  
Fonte: PDDUA, 1999, Anexo 3.131, p. 369.

Figura 122 – Área de Interesse Cultural – Orla.  
Fonte: PDDUA, 1999, Anexo 3.132, p. 370.

Figura 123 – Área de Interesse Cultural no centro do núcleo urbano.  
Fonte: PDDUA, 1999, Anexo 3.133, p. 371.

Vale ressaltar que, anteriormente, conforme o Decreto 14.530/2004, a Área Especial de Interesse Cultural no Bairro Belém Novo contemplava, inclusive, toda a orla da Fazenda do Arado. Entretanto, com a revisão do Plano Diretor em 1999 este trecho foi excluído.

### 4.3.3 Melhorias concretizadas, propostas e projetos para Belém Novo e seus espaços públicos

No ano de 1998, como parte do *Programa Guaíba Vive*, já eram anunciadas no jornal *Correio do Povo* propostas de recuperação da orla de Belém Novo. Essas propostas eram divulgadas ao mesmo tempo em que a remoção das famílias que habitavam as praias do bairro começavam a ser removidas para o Loteamento Chapéu do Sol. Para a orla desocupada, era prevista a construção de uma ciclovia na volta do Morro da Cuíca e um monumento à bicicleta, um dos principais meios de locomoção utilizados no bairro. Conforme a matéria, o estudo da construção era coordenado pela Arquiteta e Urbanista Isabel Davolli, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM). O noticiário anunciava que:

As pessoas que preferirem contemplar natureza enquanto caminham poderão percorrer uma distância de 3,7 quilômetros pelas margens do Guaíba passando por estruturas edificadas sobre a água com madeiras de eucaliptos e de itaúba e por calçadões compostos por pedras – basalto ou granito – que vão formar desenhos geométricos no solo. O projeto está orçado em R\$ 2,5 milhões e será executado pela Smov. O Dmae também tem um projeto para recuperar a canalização da região e construir uma estação de bombeamento de esgoto junto à praça José Comunal, que servirá também de mirante, mantendo a ideia de integrar a cidade e o Guaíba.

Os pescadores terão um local especial para guardar os seus equipamentos. Haverá um trapiche e um bangalô para que os integrantes da associação guardem os apetrechos usados na pesca, além de um galpão para o conserto de barcos. A estrutura será montada junto ao antigo camping do Veludo. As pessoas que praticam esportes náuticos também contarão com uma plataforma para atracar e uma rampa de barcos junto ao restaurante Poletto, que será preservado na praça Almerindo Lima. Churrasqueiras e quiosques serão instalados nas praças. Haverá espaço também para estacionamento de veículos e bicicletas (VIANNA, Daniella. Belém Novo terá ciclovia na orla. *Correio do Povo*, 28 de nov. 1998, p.9).

Dentro do que foi prometido, foi executado um galpão para os pescadores, algumas churrasqueiras na Praia do Leblon, uma plataforma/trapiche junto ao antigo Restaurante Leblon (que à época ainda funcionava) e uma Estação de Tratamento de Esgoto na Av. Heitor Vieira, que tinha como principal meta garantir a despoluição das praias do bairro.

A SMAM também foi encarregada de realizar, em 1999, um projeto de levantamento e de recuperação das estruturas da Praça Inácio Antônio da Silva (Figuras 124 e 125) que ficou a cargo da Arquiteta e Urbanista Renata Salvadori Rizzotto<sup>125</sup>.

---

<sup>125</sup> A arquiteta também foi responsável pelo projeto de revitalização da Praça Conde de Porto Alegre (2007), da Praça Otávio Rocha (2007) e da Praça da Alfândega (2011) no centro da capital.

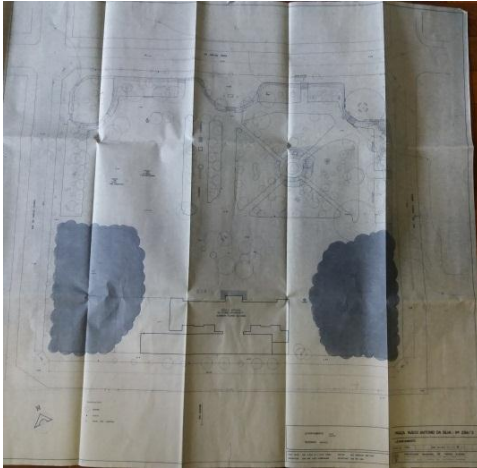


Figura 124 - Planta baixa de levantamento da Praça Inácio Antônio da Silva (1998).  
Fonte: Acervo da SMAM.

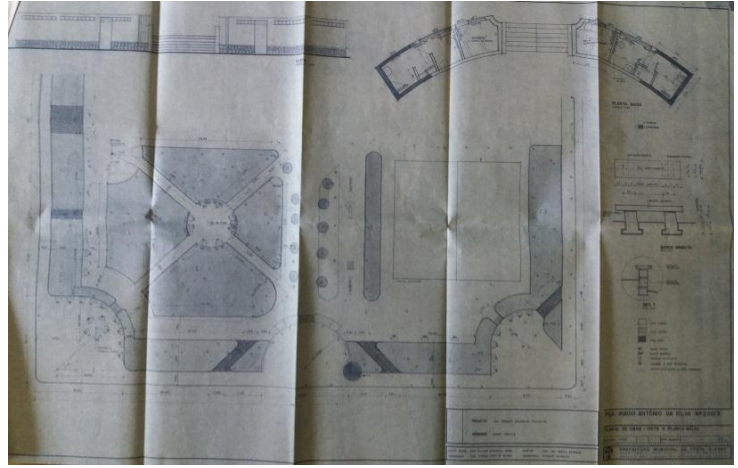


Figura 125 - Planta de obra – Vista e Planta Baixa – da Praça Inácio Antônio da Silva (1998).  
Fonte: Acervo da SMAM.

As obras foram executadas entre os anos de 1999 e 2000, recuperando estruturas, caminhos, acessos, sanitários públicos, quadras esportivas e mobiliário da praça principal (Figura 126).



Figura 126 - Parte externa do sanitário público e escadas da Praça Inácio Antônio da Silva antes e depois da reforma.  
Fonte: Acervo da SMAM.

Após a inauguração da Estação de Tratamento de Esgotos em 2002, vista como a solução para a despoluição das praias de Belém Novo, eram novamente levantados nos noticiários os projetos de recuperação da orla do bairro. Eram prometidas à comunidade a construção de uma passarela de 700 metros de extensão, tendo partes passando sobre o leito do Guaíba sustentadas por palafitas. Nas proximidades da Praça Inácio Antônio da Silva estava previsto um deque. Para as praças José Comunal e Almerindo Lima eram prometidas melhorias de sua estrutura, com a construção de ciclovias, dois playgrounds e vestiários com chuveiros, além de tratamento paisagístico. Com as melhorias eram prometidos aos porto-alegrenses dois pontos de banho: na Praia de Copacabana e na Praça José Comunal, a serem analisados e liberados pelo DMAE (BRABOSA, 2002).

Passada uma década sem as intervenções prometidas, foi promovido pela Prefeitura Municipal e pela SPM no ano de 2012 o *Seminário Orla Sul – Belém Novo: Passado, Presente, Futuro*, parte do *Projeto Orla Sul* (Figura 127), que sugeria ações que viriam a estimular o crescimento econômico da região a partir de suas potencialidades. O trabalho foi desenvolvido pelos coordenadores da SPM, pelo G.T. Orla e pelo G.T. Zona Sul que apresentaram estratégias para o beneficiamento do bairro como local de turismo, por meio do aproveitamento das águas do Guaíba para atividades esportivas e de lazer, recuperação das áreas públicas e do antigo Restaurante Leblon (Figura 128) e preservação da vegetação nativa da orla<sup>126</sup>.



Figura 127 - Cartaz do “Seminário Orla Sul – Belém Novo: Passado, Presente, Futuro” promovido pela PMPA em 2012.

Fonte: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE.



Figura 128 - Proposta inicial de intervenção em um trecho da orla e de recuperação do antigo Restaurante Poletto, em Belém Novo, pelo Projeto Orla Sul da PMPA, 2012.

Fonte: BELÉM NOVO.

Na mesma ocasião, foi lançado o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para a Zona Sul* de Porto Alegre, buscando definir e valorizar as potencialidades de toda porção sul da cidade na busca pelo desenvolvimento sustentável da mesma. Foi destacado como exemplo a ser seguido o projeto “Caminhos Rurais”, uma rota de lazer que estimula o turismo sustentável na zona sul da cidade, gerando renda e empregos na região<sup>127</sup>. São oferecidas trilhas ecológicas, passeios a cavalo, comercialização produtos orgânicos, gastronomia, entre outros, especificamente em sítios, cabanhas e granjas localizadas nos bairros Belém Novo e Lami<sup>128</sup>.

Dando continuidade a ideia, a Secretaria Municipal da Cultura da PMPA também encomendou um projeto de revitalização para o antigo Restaurante Poletto e para a área da

<sup>126</sup> BELÉM NOVO. Orla Sul: Seminário sugere alternativas para desenvolvimento.

<sup>127</sup> PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Orla Sul: seminário debate alternativas de desenvolvimento.

<sup>128</sup> CAMINHOS RURAIS. Disponível em: <caminhosrurais.com.br>. Acesso em: 30 de mai. 2017.



praça e orla da Praia do Leblon. O projeto “Paradouro Belém Novo” (Figura 129), de 2012, foi realizado pelo Studio1 Arquitetura de Porto Alegre.



Figura 129 – Paradouro Belém Novo, projeto de restauro para o Restaurante Poletto realizado pelo Studio1 Arquitetura de Porto Alegre.  
Fonte: STUDIO 1 ARQUITETURA.

O projeto prevê um deck, solarium e restauração do restaurante, proporcionando um espaço para lazer e gastronomia, com paradouro e ponto de regatas. Apesar da realização do seminário e do projeto para esta porção da orla, nada saiu do papel até o momento.

#### **4.3.4 Tradições socioculturais do passado mantidas no presente**

Atualmente, o Bairro Belém possui diversos projetos sociais, acontecimentos locais, sedes sociais de clubes e associações. Destacam-se, dentre eles, o Projeto Vela Social que tem como objetivo incentivar a cultura náutica no bairro, o WimBelemDom que por meio do esporte (tênis) busca auxiliar crianças em situação de risco e o Manège Liberté que se dedica ao ensino de equitação a jovens e idosos e portadores de necessidades especiais. Entre os acontecimentos locais o bairro possui uma festa anual muito popular, a Festa do Ridículo, que é uma festa temática à fantasia e que foi incluída no Calendário de Eventos Oficiais de Porto Alegre em 2005. Além disso, o bairro conta com a Escola Aeronáutica Civil no Aeroclube do Rio Grande do Sul, que tem importante função no desenvolvimento do setor para o estado e para o país, e faz parte da história do bairro. Por estar às margens de um lago, também abriga o Clube Náutico Belém Novo. No bairro também se localiza a



Confederação Brasileira de Golfe e algumas sedes campestres, como a da AJURIS, a do Grêmio Náutico Gaúcho e a da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul<sup>129</sup>.

As festas religiosas destacam-se no bairro ainda nos dias atuais. As comemorações em homenagem a padroeira do bairro e da igreja, Nossa Senhora de Belém, ocorrem em setembro, com festejos, missas, atrações culturais, gastronomia, grande almoço e carreata. Em fevereiro é comemorado o Dia de Nossa Senhora dos Navegantes, sendo feriado municipal em Porto Alegre. A comunidade de Belém Novo celebra a data com uma procissão desde a Praia do Leblon até a igreja, e a realização de uma missa e de um almoço festivo no salão paroquial (Figuras 130 e 131).



Figura 130 – Chegada da imagem de Nossa Senhora dos Navegantes por meio de barcas no Bairro Belém Novo.

Fonte: Pessoal da autora, 2017.



Figura 131 – Procissão até a Igreja Nossa Senhora de Belém para realização de missa em celebração a Nossa Senhora dos Navegantes.

Fonte: Pessoal da autora, 2017.

O bairro também possui forte ligação com as tradições gaúchas, cultuadas, sobretudo, nos Centros de Tradições Gaúchas (CTG). O CTG Piquete da Amizade e o CTG Lanceiros da Zona Sul, buscam perpetuar as tradições por meio da realização de bailes, jantares, além de manter grupos de danças típicas (as chamadas Invernadas).

A famosa Festa do Ridículo, uma festa à fantasia, ocorre anualmente na Praça Almerindo Lima há quase 40 anos. A mesma está incluída no calendário de eventos oficiais da cidade desde o ano de 2005.

---

<sup>129</sup> BELÉM NOVO. Sobre o bairro.

## 4.4 Análise da estrutura urbana

Atualmente, o núcleo urbano como um todo conta com energia elétrica, água encanada e sistema de esgoto. Diversas ruas no bairro ainda não são pavimentadas, essas se concentram no antigo Loteamento Villa Balneária Nova Belém, no Morro da Cuíca e na área atrás dele, e algumas ruas do antigo Loteamento Belém Novo Balnear (Figuras 132 e 133). As ruas do núcleo urbano histórico encontram-se asfaltadas e concentram os principais comércio e serviços do bairro (Figura 134).



Figura 132 – Avenida do Lami, próximo ao Guaíba e que dá acesso a Praia de Copacabana, sem pavimentação.  
Fonte: Pessoal da autora, 2015.



Figura 133 – Avenida General Flores da Cunha, no Loteamento Villa Balneária Belém Novo, sem pavimentação.  
Fonte: Pessoal da autora, 2017.



Figura 134 – Avenida Heitor Vieira, no núcleo urbano histórico, pavimentada.  
Fonte: Pessoal da autora, 2017.

A Paróquia Nossa Senhora de Belém (Figura 135), em 2012, por meio de recursos obtidos junto à comunidade, realizou uma reforma e a sua pintura interna e externa<sup>130</sup>. Atualmente, novamente com a ajuda da comunidade, está sendo reformado o ginásio paroquial, um espaço multiuso implantado atrás da igreja onde ocorrem eventos, festas, atividades sociais, entre outras.

<sup>130</sup> BELÉM NOVO. Pintura da Igreja.



Figura 135 - Praça e Igreja Nossa Senhora de Belém após reformas.  
Fonte: Pessoal da autora, 2017.

Em relação ao comércio, atualmente diversos estabelecimentos são verificados no bairro, suprimindo em grande parte as necessidades diárias de seus moradores. Todos os sábados, conforme registrado na página da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ocorre o Brique Belém Novo na Praça Ignácio Antônio da Silva, com a comercialização de artesanatos locais (Figura 136).



Figura 136 – Brique Belém Novo de artesanato na Praça Ignácio Antônio da Silva.  
Fonte: Pessoal da autora, 2017.

As residências do bairro construídas no período áureo de veraneio mantem-se ainda hoje, estando muitas delas bem conservadas. Nos mais variados estilos, mas



predominantemente em estilo neocolonial, *art-déco* e californiano, fazem também parte do imaginário urbano da comunidade (Figuras 137 a 142).



Figura 137 – Residência localizada no alto do Morro da Cuíca (Loteamento Villa Balneária Nova Belém).  
Fonte: Pessoal da autora, 2015.

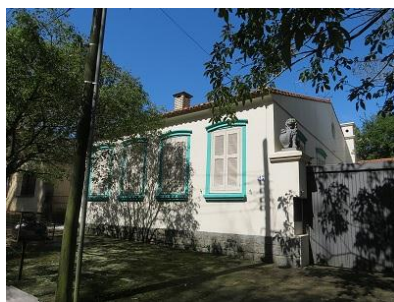


Figura 138 – Residência localizada no núcleo urbano de formação histórica, em frente a Praça Ignácio Antônio da Silva.  
Fonte: Pessoal da autora, 2015.



Figura 139 – Residência localizada na orla do Guaíba, porém a vista foi barrada pela instalação do Clube Náutico Belém Novo.  
Fonte: Pessoal da autora, 2017.

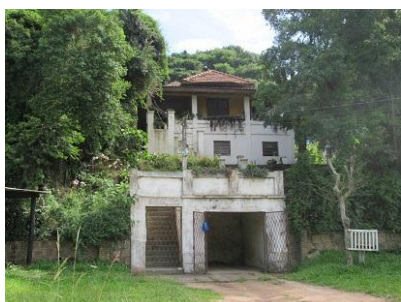


Figura 140 – Residência localizada nas margens do Guaíba, no Morro da Cuíca (Loteamento Villa Balneária Nova Belém).  
Fonte: Pessoal da autora, 2015.



Figura 141 – Residência localizada no Loteamento Villa Balneária Nova Belém.  
Fonte: Pessoal da autora, 2015.



Figura 142 – Residência localizada no Loteamento Villa Balneária Nova Belém.  
Fonte: Pessoal da autora, 2017.

Percebe-se visualmente uma degradação maior das residências localizadas na Praia do Veludo, na margem do Guaíba, estando algumas delas à venda ou em reforma (Figura 143, 144 e 145).



Figura 143 – Residência visualmente em estado de conservação precário e à venda na margem do Guaíba, na Praia do Veludo.

Fonte: Pessoal da autora, 2017.



Figura 144 – Residência visualmente em estado de conservação precário e à venda na margem do Guaíba, na Praia do Veludo.

Fonte: Pessoal da autora, 2017.



Figura 145 – Residência visualmente em estado de conservação precário e à venda na margem do Guaíba, na Praia do Veludo.

Fonte: Pessoal da autora, 2017.

Apesar da precária infraestrutura, a orla de Belém Novo ainda é utilizada amplamente pela comunidade como local de lazer. Atualmente, as águas da Praia do Leblon, da Praça José Comunal e da Praia do Veludo estão balneáveis, de acordo com a SMAM e análises do DMAE<sup>131</sup>, e monitoradas por salva-vidas aos sábados e domingos no verão (Figura 146). A orla conta com poucas e precárias churrasqueiras que são disputadas pela população nos finais de semana (Figura 147), além disso, ainda observam-se acampamentos na Praia do Veludo (Figura 148).



Figura 146 – Banhistas na Praia do Leblon em Belém Novo.

Fonte: Pessoal da autora, 2017.



Figura 147 – Área verde com poucas churrasqueiras para atender a comunidade aos finais de semana.

Fonte: Pessoal da autora, 2017.



Figura 148 – Acampamento na Praia do Veludo.

Fonte: Pessoal da autora, 2015.

A Praia de Copacabana não se encontra balneável e apresenta uma estrutura de playground infantil (Figura 149).

<sup>131</sup> Dados de dezembro de 2016.





Figura 149 – Praia de Copacabana com playground.  
Fonte: Pessoal da autora, 2015.

As ruínas do antigo Restaurante Leblon ou Poletto resistem e as lembranças de outrora se mantêm ainda hoje entre a comunidade do bairro com esperanças de sua restauração e integração como local de lazer e gastronomia (Figura 150). O trapiche localizado junto ao restaurante igualmente carece de reforma (Figura 151). Apesar do estado, a população visita as ruínas como ponto de encontro, banhos e mirante (Figura 152).



Figura 150 – Ruínas do Restaurante Leblon.  
Fonte: Pessoal da autora, 2017.



Figura 151 – Banhistas na Praia do Leblon em Belém Novo e o Restaurante Leblon e o trapiche ao fundo.  
Fonte: Pessoal da autora, 2017.



Figura 152 – População em momento de descanso nas ruínas do Restaurante Leblon.  
Fonte: Pessoal da autora, 2017.



#### 4.4.1 Evolução da estrutura urbana de Belém Novo na 3ª Fase

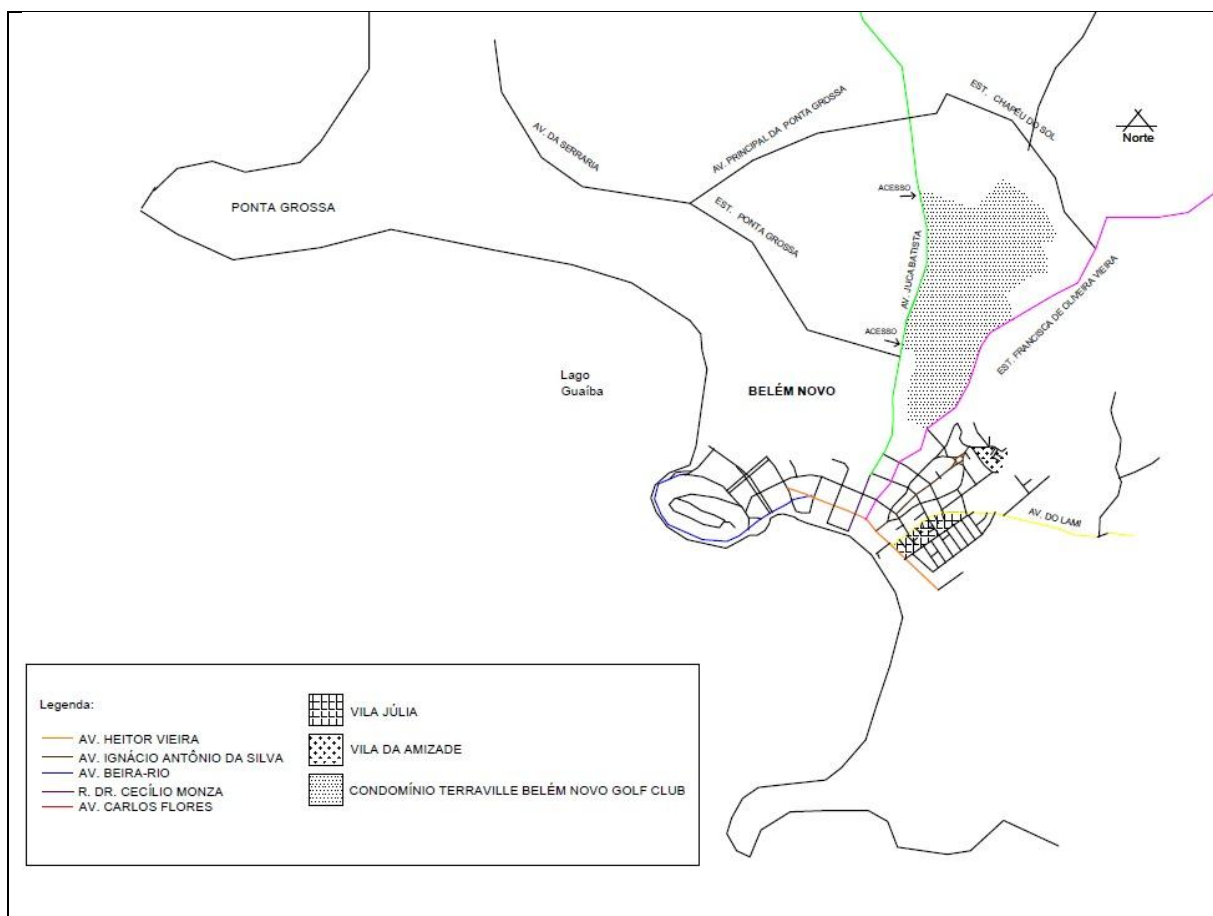


Figura 153 – Eixos viários 3ª Fase da Evolução Urbana do Bairro Belém Novo.

Fonte: Elaborada pela autora.

O período é marcado pela construção do Aeroclubes do Rio Grande do Sul na Avenida Juca Batista e da Estação de Tratamento de Esgoto na Av. Heitor Vieira.

Tabela 2 – Principais equipamentos Urbanos no período

<b>Equipamentos urbanos principais no período</b>
Aeroclubes do Rio Grande do Sul – Escola de Aviação Civil (1979);
ETE Belém Novo (2002);

Fonte: Elaborada pela autora.

## 4.5 Modelo 3ª Fase

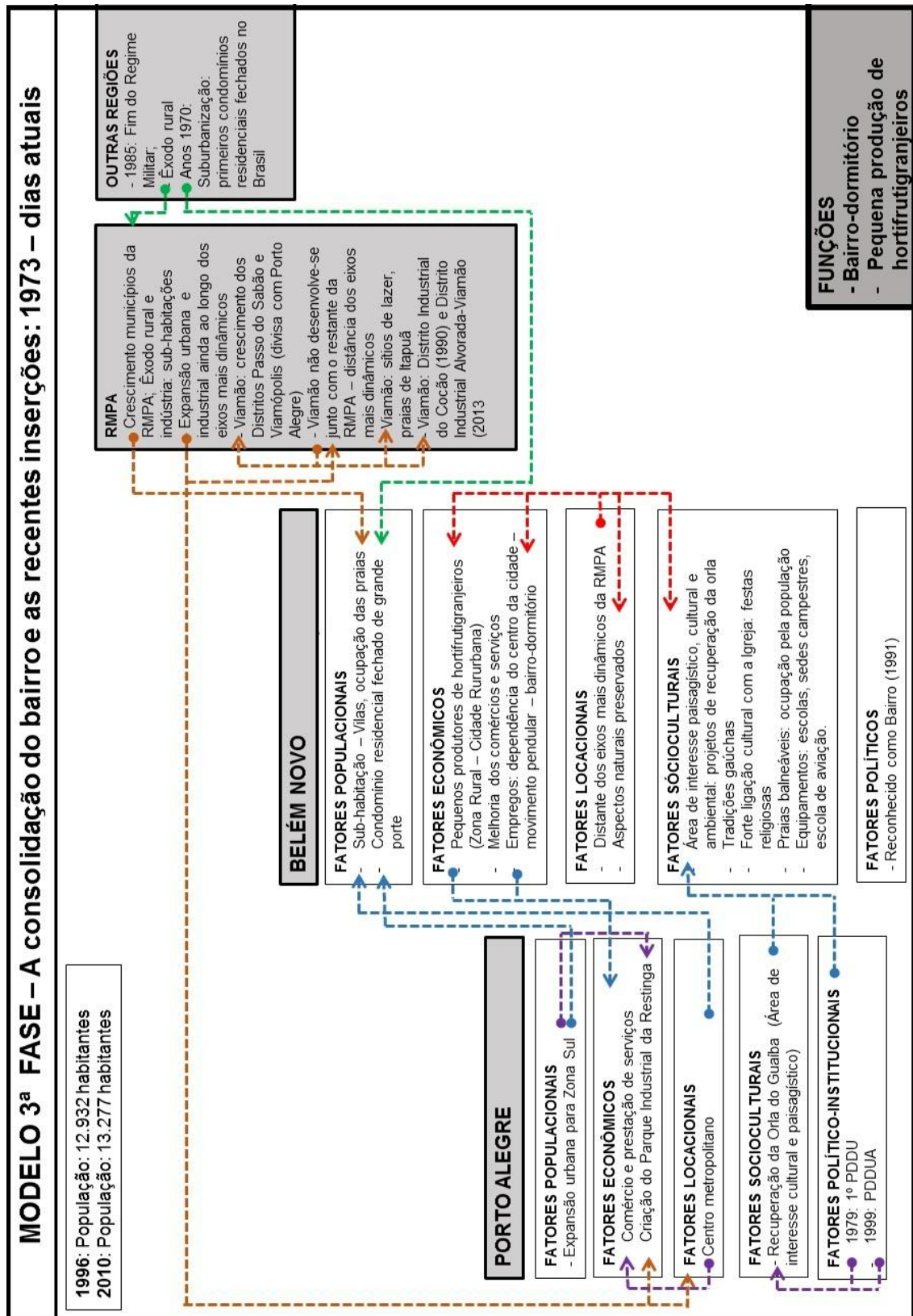
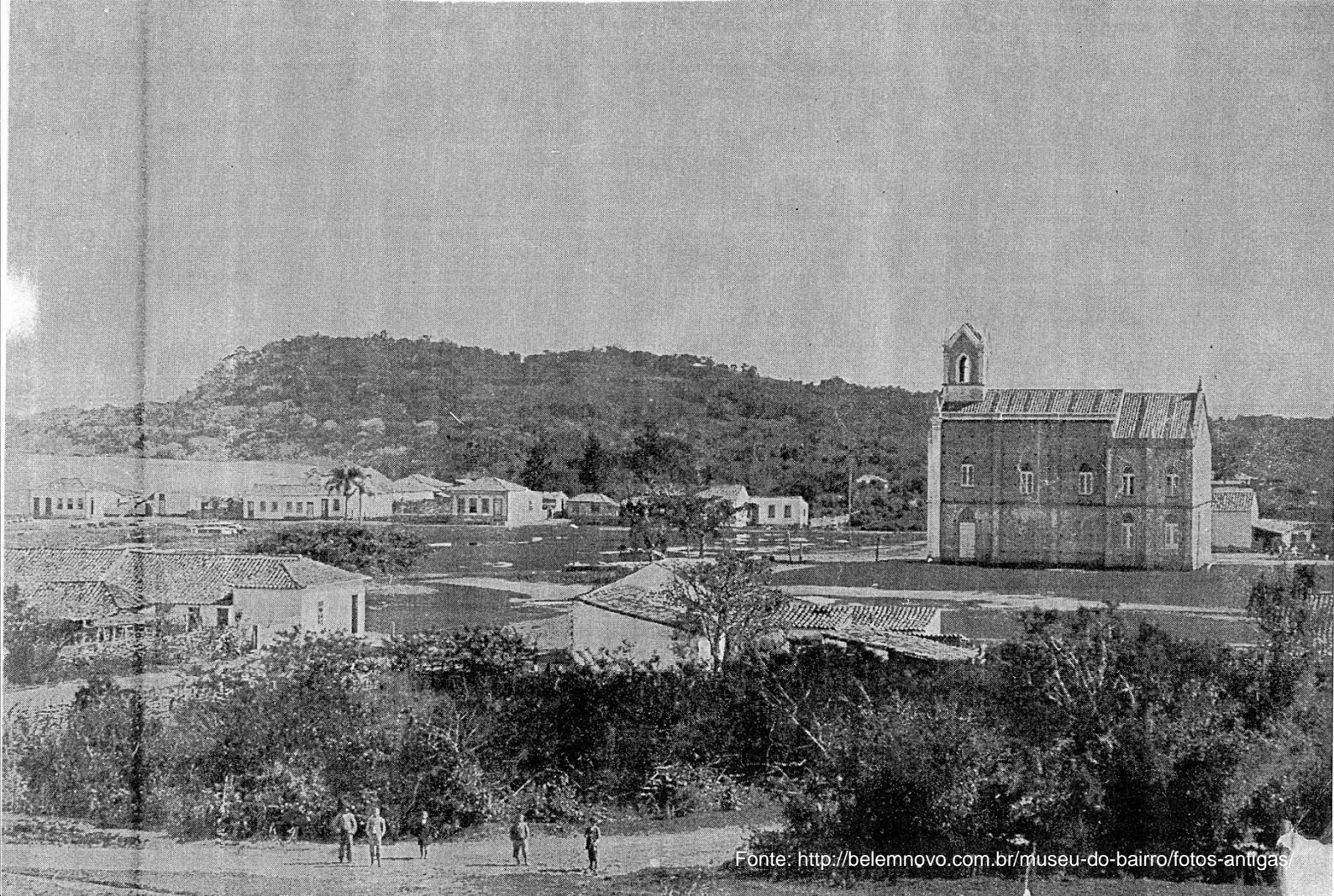


Figura 154 – Quadro-modelo da 3ª Fase da Evolução Urbana do Bairro Belém Novo.

Fonte: Elaborada pela autora.



Fonte: <http://belemnovo.com.br/museu-do-bairro/fotos-antigas/>



Fonte: Pessoal da autora, 2015.

## CONCLUSÕES: TENDÊNCIAS DE CRESCIMENTO PARA O BAIRRO

A formação do núcleo urbano histórico do Bairro Belém Novo ocorreu à beira do Guaíba, com sua igreja e praça principal voltadas para o grande lago, de modo muito semelhante ao que ocorria no período colonial brasileiro e com desenho urbanístico em quadrícula, que remete às primeiras cidades do Rio Grande do Sul. A transferência da sede da Freguesia de Belém aproximou do Guaíba famílias que ali se fixaram ao final dos 1800 e agregou tantas outras ao longo das décadas seguintes. A aproximação vinculou diversas atividades do núcleo urbano com o lago: o acesso ao centro da cidade e outros locais da região nos primeiros anos, a economia por meio da pesca e o lazer e festas religiosas, que ainda hoje são costumeiras.

A história do bairro povoa o imaginário de seus moradores e dos descendentes dos que ali viveram que, em sua maioria, o tratam como um lugar muito peculiar dentro da grande metrópole, uma “cidadezinha”. Um lugar que ainda mantém uma vida em comunidade, que possui fortes laços com a religião, com a paisagem e com o espaço urbano que naquele local historicamente se formou.

Analisando a estrutura urbana do Bairro Belém Novo ao longo do tempo, pode-se dizer que essa se configurou de diferentes formas, demarcada pelas fases da sua evolução urbana. Na primeira fase, foi verificada a formação de um núcleo urbano por meio de um loteamento previamente projetado e demarcado no território por engenheiros da Câmara Municipal e da Repartição de Obras Públicas, na segunda metade do século XIX. A partir das décadas de 1920 e 1930, na segunda fase, tal qual ocorria na Zona Sul da cidade, os loteamentos balneários inspirados nas cidades-jardins europeias chegaram até Belém Novo, que não se tratava mais de uma freguesia, mas um distrito de Porto Alegre. Os loteamentos “Villa Balneária Nova Belém” e o “Belém Novo Balnear” fizeram o bairro crescer em estrutura urbana, ocupando, respectivamente, a lateral esquerda e a lateral direita do núcleo urbano histórico que, por muitos anos, gravitava apenas no entorno da igreja e da praça principal. Mais do que isso, os novos loteamentos trouxeram ares de modernidade e desenvolvimento, ampliaram as possibilidades de consagração daquele local, atraíram novos habitantes e visitantes, principalmente nos meses de verão.

Contudo, a precária infraestrutura urbana que limitava o total bem estar no local, o descaso público-privado com a preservação das águas do Guaíba, somado ainda à melhoria das estradas para as praias do litoral norte gaúcho e de Santa Catarina, encaminharam a



população visitante para longe de Belém Novo. Iniciou-se assim uma terceira fase em que os problemas metropolitanos alcançaram o extremo-sul do território da capital, na forma de loteamentos clandestinos e ocupações irregulares. As margens do lago por alguns anos não mais recebia a população que buscava divertimento e lazer, mas sim abrigava uma população empobrecida que não possuía lugar na metrópole para habitar. Ao mesmo tempo, apesar da perda de função como área de veraneio e de todas as negativas que se apresentavam, houve sempre esperanças de recuperação ambiental e melhoria da estrutura urbana do lugar pelos habitantes do bairro. Projetos articulam-se de forma muito lenta junto aos órgãos públicos municipais, porém sem intervenção propriamente dita no espaço urbano.

Ainda dentro deste período, na virada do século XX para o XXI, empreendedores imobiliários trouxeram para o bairro o condomínio horizontal fechado, uma forma contemporânea de urbanizar e de morar. Os ares aprazíveis, as belezas naturais, a disponibilidade de terras e, sobretudo, as normativas do plano diretor de 1999 (PDDUA) para essa zona da cidade, foram fatores que levaram a primeira ocupação por um condomínio de grande porte em Belém Novo. Observa-se que a construção de um novo condomínio fechado de dimensões ainda maiores a ser localizado na Fazenda do Arado Velho, caso aprovado pelo governo municipal, pode fazer surgir uma nova tendência para o bairro. Se esse ou outros empreendimentos nesses moldes surgirem em diferentes pontos do bairro, uma nova fase, marcada pela implantação desses empreendimentos surgirá, tornando o local uma provável nova área de expansão urbana de Porto Alegre, por meio dos condomínios. Todavia, a distância do centro da cidade e a não melhoria do acesso até o bairro podem barrar a prosperidade destes empreendimentos no local. Belém Novo não cresceu em estrutura urbana nos últimos anos, mas apresenta uma tendência de crescer ao longo das vias principais, principalmente ao longo da Av. Juca Batista.

Em análise, é possível dizer que antes mesmo do alastramento de diferentes tipologias de condomínios horizontais fechados na Zona Sul da cidade, incorporadores imobiliários já assumiam o papel de planejadores urbanos, quando foram implantados, no início do século XX, os loteamentos balneários na região, incluindo os de Belém Novo. Os empreendimentos chamados de “vilas” eram loteamentos comuns e atendiam uma camada da população que possuía condições de obter uma segunda residência, de veraneio ou fim de semana, ou que possuíam automóveis para acessar o centro, podendo residir em áreas mais aprazíveis da cidade, nos bairros ajardinados projetados próximos ao Guaíba. No entanto, cabe ressaltar, que as casas eram individuais, não havia muros, nem segurança de acesso, e os espaços destinados às praças não eram de usufruto somente dos moradores.

Historicamente, ao que parece, a composição da porção sul da cidade mostra-se receptiva a loteamentos e condomínios direcionados para classe média-alta, desde antes e bem como após o surgimento dos planos diretores de 1979 e 1999 que foram incumbidos de atuar no ordenamento do território urbano e rural de Porto Alegre.

O Bairro Belém Novo demonstra hoje um caráter estritamente residencial, resultado do fator locacional. O comércio e serviços locais suprem em grande parte as necessidades básicas da população, todavia não são expressivos. A indústria não se desenvolveu no bairro, nem mesmo as olarias que estavam presentes em tempos passados. Longe dos principais aglomerados urbanos da região metropolitana a integração industrial ao contexto apresentou-se inviável, pois o bairro está também distante dos eixos principais e mais dinâmicos que naturalmente se conformaram – BR-116 (norte) e BR-290 (leste). Tal fato aproxima-se com o que é verificado no município de Viamão e no Bairro Restinga, em Porto Alegre, localizados na porção sul do território metropolitano. Para ambos, as prefeituras buscam uma integração por meio de parques industriais, o que ocorre a passos lentos, sem real efetividade até hoje. No entanto, para Belém Novo hoje, assim como Viamão e seus sítios de lazer, e Itapuã, um viés turístico e recreativo, em virtude da integridade do ambiente natural e das belas paisagens, mostra-se mais eficiente e uma tendência.

O estudo da evolução urbana do Bairro Belém Novo revela desde o seu princípio está tendência turística, de recreação e lazer. Desde a mudança de local da Freguesia de Belém, a comunidade do novo núcleo urbano, estruturado institucional e socioculturalmente por sua igreja, já se mostrava receptiva com os moradores dos arredores e do centro da cidade, convidando-os a participar dos festejos religiosos e oferecendo dias deleitosos no local, com acesso por meio de vapores. Lembrando que nesse momento banhar-se ainda não era uma prática comum. A perpetuação da cultura do banho de mar iniciada na Europa no século XVIII seria agregada no Brasil somente no começo do século XX. Seja por motivos relacionados a saúde ou por lazer, o ato do banho de mar atrelou-se em definitivo ao imaginário e a cultura brasileira. A atividade, apesar de ter se consagrado, principalmente, em cidades litorâneas, desenvolveu-se também em rios e lagos, como ocorreu ao sul do lago Guaíba, quando o acesso por terra às praias do Oceano Atlântico era extremamente dificultoso.

Exatamente quando se iniciavam as práticas de banho em águas salgadas país afora, dotando os espaços à beira-mar de infraestrutura como orlas, loteamentos balneários e hotéis-cassinos, o pequeno núcleo urbano de Belém Novo buscou o seu lugar nesse contexto. Era o crescimento urbano daquela antiga freguesia, que deixava seu caráter de



povoado para dar lugar a empreendedores imobiliários que ofereciam através de jornais e revistas da cidade os terrenos dos novos loteamentos balneários. Foram construídas residências em variados estilos arquitetônicos vigentes à época, um belo restaurante à beira do lago chamado “Restaurante Leblon” e o “Hotel-Cassino”, tudo isso seguindo a linha do que ocorria nas praias de mar. As atividades recreativas e de lazer que atraíam pessoas de outras localidades não se baseavam mais somente nas festas religiosas, apesar de nunca terem perdido a sua importância, mas se ampliavam para ocupações do espaço público com atividades típicas da vida moderna: almoços festivos, *garden parties*, torneios esportivos, bailes e o banho no Guaíba ocupavam os meses de verão de Belém Novo. Os jornais e revistas que circulavam pela cidade naqueles anos também atestavam o seu sucesso como área recreativa.

Apesar da função como forte área de veraneio ter sido perdida, percebe-se que, mesmo sem a possibilidade de banho e com a falta de infraestrutura adequada, a ocupação da orla de Belém Novo resiste. A veia recreativa e de lazer, proporcionada por seu ambiente e paisagens, foi percebida ao longo de toda a análise de sua evolução urbana na forma de um insipiente turismo. Atualmente, o banho de lago, com a recente liberação das Praias do Leblon e do Veludo, e a realização de churrascos, atividade tipicamente gaúcha, são observadas principalmente aos finais de semana.

Parte da problemática que cerca o bairro atualmente, está na ocupação ou não de uma parcela de suas terras por condomínios residenciais fechados de grande porte. Entende-se que o cenário atual do bairro pode mudar a médio e longo prazo, já que, a partir do “sucesso” do Terraville, o bairro como um local próspero para a construção de projetos desse tipo visto que há uma tendência de crescimento habitacional de Porto Alegre em direção ao sul. Amparados nessa possibilidade coletivos/grupos formados principalmente por ambientalistas, procuram conscientizar os moradores do bairro em relação à necessidade de defesa do patrimônio ambiental de Belém Novo. Surge assim um embate comum dentro das grandes cidades, as posições divergentes entre preservacionistas/ambientalistas e as construtoras/empreendedores. Uma tendência busca frear as mudanças estruturais propostas, visto que acreditam tratar-se de um aniquilamento do patrimônio ambiental. Outra tendência, procura pregar um “desenvolvimento” que traria benefícios para a nova população e para a população local. As duas tendências se chocam por acharem que cada uma delas está protegendo a qualidade de vida dos moradores, a primeira criando um parque para proteção do local e para usufruto da população existente e a segunda pela criação de uma área de moradia.

Tal embate pode ser observado na discussão em relação à implantação ou não do Empreendimento Urbanístico Fazenda do Arado. Por um lado, ambientalistas buscam preservar a fazenda, argumentando todo o prejuízo ambiental e patrimonial que o empreendimento traria para o local, incluindo também questões sociais e de tráfego causadas pelo porte do condomínio. Por outro lado, os empreendedores do mesmo defendem-se acerca da manutenção do caráter residencial do bairro de baixa densidade por meio do seu projeto. Garantem ainda o desenvolvimento dos equipamentos de comércio, serviços e do ramo hoteleiro/turístico, que geraria empregos para os moradores e desenvolvimento econômico para o bairro, como parte dos benefícios a serem adquiridos apesar da perda de parte do ambiente natural.

Após a análise da evolução urbana do Bairro Belém Novo realizada neste trabalho, relacionando-o com os desdobramentos da cidade e de toda a região, foi possível estabelecer tendências, que podem ser discutidas como forma de mediar o debate destacado. Após o reconhecimento urbano do seu passado e do seu presente, destaca-se que a vocação recreativa e de lazer do bairro sempre esteve presente e em discussão, atrelado a sua vida urbana e ao imaginário de seus moradores. Com isso pode-se comprovar a hipótese levantada de que as tendências de crescimento do bairro para o futuro estariam ligadas ao desenvolvimento do turismo ou de atividades recreativas que atraíam visitantes ao bairro.

O que se percebe é que Belém Novo, em razão de seu fator locacional, pode crescer e, novamente, consagrar-se como área turística na cidade e na região. O culto religioso, responsável por iniciar em Belém Novo atividades recreativas, oferece ainda hoje diversos eventos ligados à igreja. Esportes como tênis, golfe e esportes aquáticos já praticados no bairro, com maior incentivo beneficiariam o desenvolvimento social, cultural e econômico da população local. E, principalmente, as atividades recreativas ligadas ao Guaíba, atreladas à recuperação e remodelação da infraestrutura da orla. Por possuir uma Zona Rural e de ligação às atividades primária, a criação de sítios de lazer e produção merece ser incentivada, acompanhando o que ocorre com o bairro vizinho Lami, que detém praticamente todos os sítios da região dentro do circuito dos Caminhos Rurais, acompanhando também, como já destacado, o que ocorre no município de Viamão. Para isso, torna-se estritamente necessário, como em qualquer área turística, infraestrutura e disponibilidade de equipamentos de comércio e serviços de qualidade e adequada acessibilidade que atendam a população visitante e que proporcionem melhoria de atendimento também aos moradores.

O caráter residencial de baixa densidade do bairro é uma realidade. Isso deverá ser mantido mesmo se for implantado o novo grande empreendimento proposto, que é resultado das normativas estabelecidas no PDDUA para a área, que só permite construções de baixa densidade. Dessa forma, no que se refere à expansão de sua estrutura urbana, essa deve manter o que veio ocorrendo ao longo do tempo, ou seja, um crescimento em forma de loteamentos residenciais ou, mais atual, na forma de condomínios horizontais fechados.

Tanto o Condomínio Terraville Belém Novo Golf Club como o Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado, possuem em seus projetos atividades ligadas à recreação e o lazer. No entanto, no primeiro, o acesso não é livre para qualquer cidadão, apenas para quem participa dos torneios de golfe. O segundo faz uma proposta de implantação de hotel, além de áreas de comércio e serviços e polo tecnológico. Refletindo acerca do projeto com base em possíveis investimentos no bairro, a implantação de empreendimentos que visem o crescimento econômico através do turismo, mantendo o equilíbrio ambiental e patrimonial do lugar, são tendências que agregariam melhorias e crescimento para o núcleo. Entretanto, propostas de emprego de indústrias e polos tecnológicos no bairro, ao observar sua evolução urbana, não são vantajosas e muito provavelmente não se desenvolveriam. Como visto, o desenvolvimento da indústria acompanha os eixos mais dinâmicos, o que não é possível na região sul de Porto Alegre ainda.

A análise realizada neste trabalho demonstrou que a evolução urbana de um bairro está relacionada com a evolução urbana de sua cidade, de sua região e até mesmo de outras regiões. O que se constata ao longo do reconhecimento histórico do bairro é que Belém Novo possui uma rica história, memórias e tradição.

Estudos aprofundados sobre a formação dos núcleos urbanos históricos mostram-se necessários em meio ao crescimento desenfreado das cidades na atualidade. A verificação da trajetória urbana induz a uma significação do seu passado, atuando como uma forma de mudança dos valores sociais e garantindo configuração de uma identidade para o lugar. Assim, por meio da revelação do passado busca-se entender os melhores direcionamentos para o futuro, utilizando a evolução urbana como uma ferramenta para o planejamento urbano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. FRIEDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs.) In: **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. FRIEDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs.) In: **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

**A Federação**. Porto Alegre, p.3, 9 abr. 1881. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/6143>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

**A Federação**. Porto Alegre, p.3, 3 mar. 1883. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

**A Federação**. Porto Alegre, capa, 25 abr. 1885. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/1415>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

**A Federação**. Porto Alegre, capa, 14 abr. 1888. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/4371>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

**A Federação**. Porto Alegre, p.2, 22 set. 1892. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/7849>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

**A Federação**. Porto Alegre, p.1, 24 dez. 1907. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/19775>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

**A Federação**. Porto Alegre, p.5, 10 jun. 1921 Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/46364>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

**A Federação**. Porto Alegre, p.5, 02 ago. 1921. Disponível em:  
<<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/46716>> Acesso em: 16 abr. 2017.

A VIDA encantadora das praias fluviais. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 03 de jan. 1937, p.9.

ALMEIDA, Maria Soares de. Porto Alegre no contexto regional: a questão da habitação e do transporte. PAZZINI, Wrana M., ROVATTI, João F. (orgs.) In: **Estudos urbanos: Porto Alegre e seu planejamento**. Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

ALMEIDA, Maria Soares de; SOUZA, Celia Ferraz de. Porto Alegre – A metrópole em formação. Constituição e institucionalização das Regiões Metropolitanas Brasileiras, In: ENANPARQ – Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 3., 2014. Anais. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie; Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014. 1 CD-ROM.

ARARIPE, Tristão Alencar. *Relatório com que o Exmo. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2º vice-presidente no dia 5 de fevereiro de 1877*. Porto Alegre: Tip. do Jornal do Comércio, 1877. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/252263/4113>>. Acesso em: 04 set. 2017.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Ato Municipal, n.118, 02 de jan. 1915. Disponível em: <[www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314037899.ISAD\\_Tabelionatos.pdf](http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314037899.ISAD_Tabelionatos.pdf)>. Acesso em 20 de mar. 2017.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Acesse o Jornal "A Federação" na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: <[www2.al.rs.gov.br/biblioteca/BlogdaBiblioteca/tabid/3097/EntryId/201/Acesse-o-Jornal-A-Federacao-na-Hemeroteca-Digital-Brasileira-da-Biblioteca-Nacional.aspx](http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/BlogdaBiblioteca/tabid/3097/EntryId/201/Acesse-o-Jornal-A-Federacao-na-Hemeroteca-Digital-Brasileira-da-Biblioteca-Nacional.aspx)>. Acesso em: 03 de mai. 2017.

ATAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre, Livro 11, 24 de abr. 1885.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas-SP: Papirus, 2003.

BARRETTO, Margarita; BURGOS, Raul; FRENKEL, David. **Turismo, políticas-públicas e relações internacionais**. Campinas-SP: Papirus, 2003.

BELÉM Nôvo: Um balneário em agonia. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 26 de mar. 1967, 4º Caderno, p.8.

BELÉM Novo Pitoresco – Balneário Leblon. **Revista do Globo**, Porto Alegre, n.65, 22 de mar. 1936, p. s/nº.

BELÉM NOVO. Orla Sul: Seminário sugere alternativas para desenvolvimento. Disponível em: <[belemnovo.com.br/orla-sul-seminario-sugere-alternativas-para-desenvolvimento/](http://belemnovo.com.br/orla-sul-seminario-sugere-alternativas-para-desenvolvimento/)>. Acesso em: 26 de mai.2017.

BELÉM NOVO. Pintura da Igreja. Disponível em: <[belemnovo.com.br/pintura-da-igreja/](http://belemnovo.com.br/pintura-da-igreja/)> Acesso em: 26 de mai.2017.

BELÉM NOVO. Sobre o bairro. Disponível em: <[belemnovo.com.br/sobre-o-bairro/](http://belemnovo.com.br/sobre-o-bairro/)>. Acesso em> 13 de jun. 2017.

BRABOSA, Marcelo. Nova ETE de Porto Alegre (RS) deve despoluir praias do Guaíba. 2002. Disponível em: <<https://www.saneamentobasico.com.br/nova-ete-de-porto-alegre-rsdeve-despoluir-praias-do-guaiba/>>. Acesso em: 29 de jun. 2017.

BUCELLI, Vittorio. **Uma viagem ao Rio Grande do Sul**. Edições do Senado Federal, v. 219, 2016 [1906].

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <[www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=25142&p\\_secao=56&di=2015-09-14](http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=25142&p_secao=56&di=2015-09-14)>. Acesso em: 13 de jun. 2017.

CAMINHOS RURAIS. Disponível em: <[caminhosrurais.com.br](http://caminhosrurais.com.br)>. Acesso em: 30 de mai. 2017.

CASTELLO, Iára Regina. **Bairros, loteamentos e condomínios: elementos para o projeto de novos territórios habitacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CHATAIGNIER, Gilda. **História da Moda no Brasil**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

CIDADES IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rs/viamao/panorama>>. Acesso em 23 de mar. 2017.

CONDOMÍNIO POR UNIDADES AUTÔNOMAS. Estudo de Viabilidade Urbanística: estudo. 1998.

CORBIN, Alain. **O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS (1867-1868), Livro 31, 3 de mar. de 1868.

CRUZ, Cassius Marcelus; FERNANDEZ, Érico Pinheiro; GOMES, Rodrigo de Aguiar. **Memória dos Bairros: Belém Novo**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000.

DÉAK, Csaba. **A busca das categorias da produção do espaço**. 2001. 213 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DECRETO Nº 108, DE 10 DE SETEMBRO DE 1927. Disponível em: <[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br)> Acesso em: 03 de mar. 2017.

DELFOFOS. Disponível em: <[www.pucrs.br/delfos](http://www.pucrs.br/delfos)> Acesso em: 03 de mai. 2017.

DEMHAB remove famílias para a urbanização. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 de nov. 1999, p.9. Acervo digital do jornal *Correio do Povo*. Disponível em: <[www.correiodopovo.com.br/Jornal/A105/N59/PDF/Fim09.pdf](http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A105/N59/PDF/Fim09.pdf)>. Acesso em: 22 de mai. 2017.

ESTRADA de Matto-Grosso. **A Federação**. Porto Alegre, p.2, 01 de ago. 1889. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/10850>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

FAGUNDES, Julia Ribes. **Promoção imobiliária e geografia de centralidades: um estudo da oferta de imóveis residenciais novos em Porto Alegre (1999-2010)**. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERNANDEZ, Érico Pinheiro. Zona Sul de Porto Alegre: pensar hoje o que será ontem. DORNELLES, Beatriz (org.) In: **Porto Alegre em destaque: história e cultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FESTA de Belém. **A Reforma**, Porto Alegre, p.2, 13 de abr. 1880.

FIALHO, Daniela Marzola. As plantas de Porto Alegre de 1876 e 1888. In: V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2013, Petrópolis, Rio de Janeiro. V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2013.

FLORES, Carlos Thompson. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Corrêa de Oliveira, 3º vice-presidente no dia 15 de abril de 1880*. Porto Alegre: Tip. do Jornal A Reforma, 1880. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/252263/4559>> Acesso em: 04 set. 2017.

FLORES, Moacyr. Núcleo urbano, juizes, militares e vereadores. Disponível em: <[defender.org.br/tag/rio-pardo/page/5?print=print-page](http://defender.org.br/tag/rio-pardo/page/5?print=print-page)>. Acesso em: 03 de mai. 2017.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

FOXTER IMOBILIÁRIA. Disponível em: <[www.foxterciaimobiliaria.com.br/empreendimento/487/terraville-golf-club-residencial-porto-alegre-belem-novo-condominio-horizontal-de-casas-zona-sul](http://www.foxterciaimobiliaria.com.br/empreendimento/487/terraville-golf-club-residencial-porto-alegre-belem-novo-condominio-horizontal-de-casas-zona-sul)>. Acesso em: 07 de jun. 2017.

FRANCISCONI, Jorge Guilherme. Planning In the Porto Alegre metropolitan area: a case study. Syracuse Univ. (Tese de Doutorado), 1972.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre ano a ano: cronologia histórica: 1732-1950**. Porto Alegre: Letras&Vida: Editora da Cidade, 2013.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1988.

FRIDMAN, Fânia. Cartografia fluminense no Brasil Imperial. In: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica (CDRom), 2011.

FRIDMAN, Fânia. **Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

HÁ promessas de um bom veraneio. **Diário de Notícias**. Porto Alegre, p.5, 24 nov. 1968. <[http://memoria.bn.br/DocReader/093726\\_04/54579](http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/54579)>. Acesso em: 11 maio 2017.

HUYER, André. **A Ferrovia do Riacho: Do sanitarismo à modernização de Porto Alegre**. Porto Alegre: Evangraf Ltda., 2015.



- JORNAL DO GOLFE. Porto Alegre se prepara para sediar Sul-Americano Juvenil pela 1ª vez. Disponível em: < <http://www.jornaldogolfe.com.br/noticias/porto-alegre-se-prepara-para-sediar-sul-americano-juvenil-pela-1a-vez/>>. Acesso: 07 de jun. 2017.
- JURKEVICS, Vera Irene. Festas Religiosas: a materialidade da fé. **Revista História, Questões e Debates**, v. 22, p. 73-86, 2005.
- KOCH, Mirian Regina. Condomínios fechados: as novas configurações do urbano e a dinâmica imobiliária. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 99-116, fev. 2008.
- KUAJARA, Odete Dolores Polese. Cidade e meio ambiente: o Projeto Guaíba Vive. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 40, n.1, p. 142-144, dez., 1995.
- KUCK, Claudio R. Ser ou não ser veranista. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 19 de fev. de 1967, 3ª Cad., p.6.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla B. (org.) In: **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2015.
- MACEDO, Silvio Soares. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século – 1990-2010**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.
- MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.
- MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
- MATOS, João Carlos de Souza. Parque Estadual de Itapuã: um patrimônio a ser preservado. BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.) In: **Raízes de Viamão: Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA; EST, 2008.
- MELLO, Francisco I. Homem de. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco I. Homem de Mello passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º vice-presidente no dia 13 de abril de 1868*. Porto Alegre: Tip. do Jornal do Comércio, 1868. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/docreader/252263/2933>>. Acesso em: 04 set. 2017.
- MENEGAT, Rualdo (coord.geral). **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <[www.mprs.mp.br/urbanistico/noticias/id43889.htm](http://www.mprs.mp.br/urbanistico/noticias/id43889.htm)>. Acesso em: 13 de jun. 2017.
- MIRANDA, Adriana Eckert. Morar em “Locaes Futurosos” ou em “Balneários Aristocráticos”: os loteamentos tipo bairro-jardim de Porto Alegre. In: XVI ENANPUR, 2015, Belo Horizonte. XVI ENANPUR Espaço, Planejamento e Insurgências. 2015.
- MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- NEIS, Rubem. A Freguesia de Belém Velho. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 30 de jul. 1972, p.48.
- NEIS, Rubem. A povoação de Belém Novo. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 9 de jul. 1972, p.81.
- NEIS, Rubem. As Igrejas de Belém Velho. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 23 de jul. 1972, p.81.
- NEIS, Rubem. Belém Novo em seus inícios. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 de fev. 1973, p. 63.
- NEIS, Rubem. Belém Novo. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 4 de fev. 1973, p.61.
- NEIS, Rubem. Belém Novo: dias de glória e de solidão. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 de fev. 1973, p.47.

NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. **Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941**. Santa Maria: Anatterra, 2004.

NYGAARD, Paul Dieter. **Planos diretores de cidades: discutindo sua base doutrinária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

O EMBELEZAMENTO da cidade: O Balneário Nova Belém. **A Federação**. p.4, 07 mar. 1931  
Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/68643>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

OJIMA, Ricardo; SILVA, Robson Bonifácio da; PEREIRA, Rafael Moraes Pereira. A mobilidade pendular na definição de cidades-dormitório: caracterização sócio-demográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. In: Cadernos PUR/UFRJ (Cessou em 1989), v. 21, p. 111-132, 2007.

OLIVEIRA, Lisete Assen de. Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na ilha de Santa Catarina. 1999. 253f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais e Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.

PANIZI, Wrana Maria. Áreas de invasão: lugar de moradia provisória? PAZZINI, Wrana M., ROVATTI, João F. (orgs.) In: **Estudos urbanos: Porto Alegre e seu planejamento**. Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

PASSEIO à vapor. **A Reforma**, Porto Alegre, p.3, 09 abr. 1880.

PASSEIO ao Arado Velho. **A Reforma**, Porto Alegre, p.3, 04 dez. 1880.

PAZ, Celso Toscano; FERNANDEZ, Érico Pinheiro; KRAWCZYK, Flávio. **Memória dos Bairros: Belém Velho**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.

PEDROSO, Mary Vieira. **Belém que eu vi**. 1991. Disponível em: <<http://belemnovo.com.br/museu-do-bairro/livros/>>. Acesso em: 10 de jan. 2017.

PEREIRA, Elenita Malta. Meio Ambiente e Ditadura no Brasil: A luta contra a Celulose Borregaard (1972-75). **Hib: Revista de História Iberoamericana**, v. 7, p. 147-166, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memórias Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS; Prefeitura de Porto Alegre, 1991.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria de Obras e Viação. **Belém Novo**. Porto Alegre: PMPA, 1961. 61p.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal – PMPA. Secretaria do Planejamento Municipal. Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre – 1. PDDU: Lei Complementar n. 43 de 1979. Porto Alegre, 1980.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal – PMPA. Secretaria do Planejamento Municipal. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre – PDDUA -1999: Lei Complementar n. 434 de 1999. Porto Alegre, 2000.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Urbanismo. Supervisão de Desenvolvimento Urbano. Urbano, Rural, Rururbano: considerações da Supervisão do Desenvolvimento Urbano. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2014.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Censos. Disponível em:  
<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_secao=130](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=130)>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Orla Sul: seminário debate alternativas de desenvolvimento. Disponível em:

<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_noticia=150630&ORLA+SUL:+SEMINARIO+SUGERE+ALTERNATIVAS+PARA+DESENVOLVIMENTO](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_noticia=150630&ORLA+SUL:+SEMINARIO+SUGERE+ALTERNATIVAS+PARA+DESENVOLVIMENTO)>. Acesso em: 26 de mai. 2017.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Programa Cresce Porto Alegre atrai investimentos e gera oportunidades. Disponível em:

<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/default.php?p\\_noticia=83192&PROGRAMA+CRESCE+PORTO+ALEGRE+ATRAI+INVESTIMENTOS+E+GERA+OPORTUNIDADES](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/default.php?p_noticia=83192&PROGRAMA+CRESCE+PORTO+ALEGRE+ATRAI+INVESTIMENTOS+E+GERA+OPORTUNIDADES)>. Acesso em: 23 de mai. 2017.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Qualificação Urbana da Orla. Disponível em:

<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_secao=151](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=151)>. Acesso em: 24 de maio 2017.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Secretaria Do Planejamento Municipal. Relatório Orla. Condições Atuais, Possibilidades e Instrumentos para a Qualificação e o Resgate da Orla de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2006.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Seminário Orla Sul - Belém Novo: Passado, Presente, Futuro.

Disponível em: < [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_secao=230](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=230) >. Acesso em: 26 de mai. 2017.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Viva o Centro. Disponível em:

<[proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?p\\_secao=114](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?p_secao=114)>. Acesso em: 24 de maio 2017.

PREFEITURA DE VIAMÃO. A cidade-dormitório desperta para o desenvolvimento. Disponível em: < <http://www.viamao.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/1082/A-cidade-dormit%C3%B3rio-desperta-para-o-desenvolvimento> >. Acesso em: 02 de jun. 2017.

PRESERVA ARADO. Entenda a causa. Disponível em:

<<https://preservaarado.wordpress.com/entenda/>>. Acesso em: 13 de jun. 2017.

PRESTES, Antonio João Dias. Usos e representações das praias do Guaíba, em Porto Alegre, entre o final dos anos 1920 e o início dos anos 1970. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Florianópolis. XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 2015.

PROGRAMMA de festas da Padroeira N. S. Belém, de sua transladação para a nova Matriz e transferência de sede de freguesia. **A Reforma**, Porto Alegre, 01 de abril 1880, p.3.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Polícia. Porto Alegre, 15 de fev, 1883.

RANDLE, Patrício Horácio. **Evolucion Urbanística**. Buenos Aires: Eudeba Editorial Universitária de Buenos Aires, 1972.

RAZENDE, Nestor. **Povoações abandonadas no Brasil**. Londrina: Eduel, 2016.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500 -1720)**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2000.

RHODEN, Luís Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **Poluição e desenvolvimento**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1972.

ROCCA, Luiza Duran. Viamão na história do urbanismo sul-rio-grandense. BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.) In: **Raízes de Viamão: Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA; EST, 2008.

- SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre crônicas da minha cidade**. Porto Alegre: Editora Movimento – SEC, 1975.
- SANTA ISABEL. Emancipação. Disponível em: <<http://www.vilasantaisabel.com.br/emancipa.htm>>. Acesso em: 20 de maio 2017.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [1993].
- SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade de Salvador**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Eufba, 2008.
- SCHNEIDER, Luiz Carlos. **Rio Pardo: evolução urbana e patrimônio arquitetônico-urbanístico**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- SIDUSCON-RS. Mercado Imobiliário. Disponível em: <<http://www.sinduscon-rs.com.br/produtos-e-servicos/pesquisas-e-indices/mercado-imobiliario/>>. Acesso em: 07 de jun. 2017.
- SILVA, Marina Raymundo da. **Navegação lacustre Osório-Torres**. Porto Alegre: D. C. Luzzatto, 1985.
- SILVA, Paulo Peixoto. Economia. **Z-Quatro**, set. 1983, Ano 1, n. 1.
- SILVEIRA, Francine. O esquecido Parque Industrial da Restinga, 2015. Disponível em: <[jornalismoeconomico.uniritter.edu.br/?p=1170](http://jornalismoeconomico.uniritter.edu.br/?p=1170)>. Acesso em: 23 de mai. 2017.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional, 1974.
- SOUZA, Celia Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Editora da Universidade da UFRGS, 2000.
- SOUZA, Celia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua Evolução Urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- SOUZA, Celia Ferraz de. A evolução urbana de Viamão: de capela à cidade. BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.) In: **Raízes de Viamão: Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA; EST, 2008.
- SOUZA, Celia Ferraz de. Construindo o espaço de representação: ou o urbanismo de representação. SOUZA, Celia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.) In: **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- SOUZA, Celia Ferraz de. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.
- SOUZA, Celia Ferraz de. **Os valores da história no projeto da cidade**. REYES, Paulo. **Projetos por cenários: o território em foco**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- SOUZA, Maurício Severo de. A relação entre Igreja e Estado no Brasil do século XIX nas páginas d’O Novo Mundo (1870-1879). **Sacrilegens** - Revista dos Alunos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião – UFJF, v.10, p. 48-62, n. 2013.
- SPALDING, Walter. **Pequena História de Pôrto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria A., NUNES, João Osvaldo R., MOURA, Nina Simone V. Implicações ambientais: uma avaliação do projeto “Praia do Guaíba”. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 16, n.1, p. 45-59, out., 1988.
- TERRAVILLE. Área de Lazer. Disponível em: <<http://www.terraville.com.br/Area-de-Lazer>>. Acesso em: 08 de jun. 2017.

TURISMO agora é realidade. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 31 de mar. 1966, Suplemento Especial, p.8.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel/ SESC, 1996.

VIAÇÃO BELÉM NOVO. Disponível em: <[www.viacobelemnovo.com.br/](http://www.viacobelemnovo.com.br/)>. Acesso em: 10 de abr. 2017.

VIANA, Magna Pinto, ECKERT, Cornelia. Condomínio Chapéu do Sol. **Revista Iluminuras**. Etnografia do cotidiano: Dilemas de territorialidade, pertencimentos e dilacerações ambientais. V.7, n. 15, p.1-12, 2006.

VIANNA, Daniella. Belém Novo terá ciclovia na orla. In: *Correio do Povo*, 28 de nov. 1998. Disponível em: <[www.correiodopovo.com.br/Jornal/A105/N59/PDF/Fim09.pdf](http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A105/N59/PDF/Fim09.pdf)>. Acesso em: 22 de mai. 2017.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

WEIMER, Günter. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

WINK, Ronaldo. **Santa Cruz do Sul e sua evolução urbana (1855-2000)**. 2000. 282f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul. 2000.

ZAP IMÓVEIS. Disponível em: <[www.zapimoveis.com.br/](http://www.zapimoveis.com.br/)>. Acesso em: 07 de jun. 2017.

## REFERÊNCIAS DAS FIGURAS

- Figura 1** - ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <[www.atlassocioeconomico.rs.gov.br](http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br)>. Acesso: 10 de fev. 2017, com alterações da autora.
- Figura 2** - OBSERVA POA. Disponível em: <[www.observapoa.com.br/](http://www.observapoa.com.br/)>. Acesso em: 10 de fev. 2017.
- Figura 3** - AGB URBANA. Disponível em: <[agburbana.wordpress.com/2014/10/](http://agburbana.wordpress.com/2014/10/)>. Acesso em: 10 de fev. 2017.
- Figura 4** - JARDIM, Maria de Lourdes; BARCELLOS, Tanya M. de. Mobilidade populacional na região metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. São Paulo Perspec. [online]. 2005, vol.19, n.4, pp.78-95.
- Figura 5** - Elaborado pela autora com base em SOUZA, Celia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua Evolução Urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- Figura 6** - Elaborado pela autora com base em SOUZA e MÜLLER, 2007, op. cit.
- Figura 7** - MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p.43.
- Figura 8** - MARX, 1991, op. cit., p.110.
- Figura 9** - SOUZA, Celia Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Editora da Universidade da UFRGS, 2000, p.19.
- Figura 10** - KÜHN, Fábio. Os campos de Viamão: Uma fronteira do império luso-brasileiro. BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.) In: **Raízes de Viamão: Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA; EST, 2008, p.108, com alterações da autora.
- Figura 11** - PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memórias Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS; Prefeitura de Porto Alegre, 1991, p.13.
- Figura 12** - Acervo da Mapoteca do AHPAMV.
- Figura 13** – VIAMÃO ANTIGO. Disponível em: <[www.viamaoantigo.com.br/imagensantigas.htm](http://www.viamaoantigo.com.br/imagensantigas.htm)>. Acesso em: 15 de jan. 2017.
- Figura 14** - SOUZA, Celia Ferraz de. A evolução urbana de Viamão: de capela à cidade. BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.) In: **Raízes de Viamão: Memória, História e Pertencimento**. Porto Alegre: FAPA; EST, 2008, p.332.
- Figura 15** - PESAVENTO, 1991, op. cit., p.19.
- Figura 16** - PESAVENTO, 1991, op. cit., p.28.
- Figura 17** - Elaborado pela autora com base em SOUZA e MÜLLER, 2007, op. cit.
- Figura 18** - Acervo do AHPAMV. CD-Rom1.
- Figura 19** – NEIS, Rubem. As Igrejas de Belém Velho. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 23 de jul. 1972, p.81. Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.
- Figura 20** - NEIS, Rubem. Belém Novo em seus inícios. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 de fev. 1973, p. 63. Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.
- Figura 21** – Disponibilizada por Jairo Vieira. Autor desconhecido, sem data.
- Figura 22** – Acervo da Mapoteca do Arquivo do AHPAMV.



**Figura 23** – Elaborada pela autora com base na *Planta da nova Freguesia de Belém* de 1876. Acervo da Mapoteca do AHPAMV.

**Figura 24** - BELÉM NOVO. Disponível em: < <http://belemnovo.com.br/museu-do-bairro/fotos-antigas/>>. Acesso em: 23 de mar. 2017. Autor desconhecido, sem data.

**Figura 25** – Acervo Digital do AHPAMV. CD-Rom1, com alterações da autora.

**Figura 26** - Acervo da Mapoteca do GEDURB, PROPUR/URFGS, com alterações da autora.

**Figura 27** - Passeio à vapor. **A Reforma**, Porto Alegre, 9 abr. 1880, p.3. Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

**Figura 28** - Passeio ao Arado Velho. **A Reforma**, Porto Alegre, 9 de dez. 1880, p. 3. Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

**Figura 29** - BUCELLI, Vittorio. **Uma viagem ao Rio Grande do Sul**. Edições do Senado Federal, v. 219, 2016 [1906], p.74.

**Figura 30** – BELÉM NOVO. Disponível em: <<http://belemnovo.com.br/museu-do-bairro/fotos-antigas/>>. Acesso em: 23 de mar. 2017. Autor desconhecido, sem data.

**Figura 31** - ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/index\\_rs.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/index_rs.htm)>. Acesso em: 25 de mar. 2017.

**Figura 32** – Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre, IHGRGS, Cd-Rom1.

**Figura 33** – PRATI. Disponível em: <<http://prati.com.br/porto-alegre/porto-alegre-rua-dos-andradas-esquina-com-rua-marechal-floriano-decada-1890.html>>. Acesso em: 28 de mar. 2017.

**Figura 34** - Elaborado pela autora com base em SOUZA e MÜLLER, 2007, op. cit.

**Figura 35** - Elaborado pela autora com base nas Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Livro 11, 24 de abr. 1885, p.112, acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV), e na “*Planta da nova Freguesia de Belém levantada pelo Engenheiro Manoel José Nunes D’Azavedo demandada pelo Conductor da Repartição de Obras Públicas João Propício Rodrigues da Silva em 1876*”, também acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV).

**Figura 36** - Elaborada pela autora sobre a *Planta da Cidade de Porto Alegre* de 1937. FLICKR. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/with/11019572135/>>. Acesso em: 28 de mar. 2017. Baseada em HUYER, André. *A Ferrovia do Riacho: Do sanitarismo à modernização de Porto Alegre*. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

**Figura 37** – Elaborada pela autora.

**Figura 38** – Elaborada pela autora.

**Figura 39** - Veraneio nas praias de mar. **Revista do Globo**, Porto Alegre, 27 de nov. de 1937, p. 54. Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

**Figura 40** - Tramandaí. **Revista do Globo**, Porto Alegre, 31 de jan. 1936, p. s/n°. Acervo do AHPAMV.

**Figura 41** - Boletim da Sociedade de Engenharia, n.º 1, set.1932. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Engenharia da UFRGS.

**Figura 42** - Boletim da Sociedade de Engenharia, n.º 1, set.1932. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Engenharia da UFRGS.

**Figura 43** - Balneário Guahyba. **Revista do Globo**, Porto Alegre, jan. de 1932, p. s/n°. Acervo do Museu Hipólito José da Costa.

**Figura 44** - Acervo da Mapoteca do AHPAMV, com alterações da autora.

**Figura 45** - Visita a Villa Balnear “Nova Belém” em Belém Novo. **Revista do Globo**, Porto Alegre, fev. de 1932, p. s/n°. Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

**Figura 46** – ALBANO, Maria Teresa F. et. al. Evolução das Áreas Habitacionais de Porto Alegre quanto às características de edificação e parcelamento. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1984.

**Figura 47** - Fuja do calor da cidade. **Revista do Globo**, Porto Alegre, 30 de jan. 1937, p. s/n°. Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

**Figura 48** - Belém Novo Pitoresco – Balneário Leblon. **Revista do Globo**, Porto Alegre, n.65, 1936. Acervo do AHPAMV.

**Figura 49** - Os mais bellos recantos de Porto Alegre. **Revista do Globo**, Porto Alegre, Ano IV, n.82, 1932. Acervo do AHPAMV.

**Figura 50** - Balneário Leblon. **Revista do Globo**, Porto Alegre, 30 de jan. 1937 p. s/n°. Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

**Figura 51** - CRUZ, Cassius Marcelus; FERNANDEZ, Érico Pinheiro; GOMES, Rodrigo de Aguiar. **Memória dos Bairros: Belém Novo**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000, p.80.

**Figura 52** - “Dia das mães” no G. E. Evarista Flores da Cunha. **O Imparcial**. Porto Alegre, Ano 1. n.2. 02 de jun. 1956, p.1. Acervo digital da página Belém Novo – Uma Beleza de Bairro. Disponível em: <belemnovo.com.br/museu-do-bairro/jornais-antigos>. Acesso em: 25 de mar. 2017.

**Figura 53** - Disponibilizada por Jairo Vieira. Autor desconhecido, sem data.

**Figura 54** - Acervo da Mapoteca do AHPAMV.

**Figura 55** - FACEBOOK SALVE HOTEL CASSINO. Disponível em: <<https://www.facebook.com/SalveHotelCassino/>>. Acesso em: 02 de mai. 2017.

**Figura 56** - Disponibilizada por Jairo Vieira. Autor desconhecido, sem data.

**Figura 57** - Acervo da Mapoteca do GEDURB, PROPUR/UFRGS, com alterações da autora.

**Figura 58** – FACEBOOK BELÉM NOVO – Uma Beleza de Bairro. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Belem.Novo/>>. Acesso em 30 de mar. 2017.

**Figura 59** - A vida encantadora das praias fluviais: no “Garden Party” em Belém Novo. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 3 de jan. 1937, p.3.

**Figura 60** - Nicolas paradigma da perseverança. **O Imparcial**, Porto Alegre, n.4. 30 de jun. 1956, p.6. Acervo digital da página Belém Novo – Uma Beleza de Bairro. Disponível em: <belemnovo.com.br/museu-do-bairro/jornais-antigos>. Acesso em: 25 de mar. 2017.

**Figura 61** – NEIS, Rubem. Belém Novo: dias de glória e de solidão. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 de fev. 1973, p.47. Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

**Figura 62** - Belém Nôvo: um balneário em agonia. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 26 de mar. 1967, 4º Cad., p.8. Acervo da HDB.

**Figura 63** - Férias são férias, em qualquer lugar. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 4 de fev. 1973, p.28. Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

**Figura 64** - Há promessas de um bom veraneio. **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 24 de nov. 1968, 4º Cad., p.5. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/093726\\_04/54579](http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/54579)>. Acesso em: 11 maio 2017.

**Figura 65** - “Freeway”, a esperada. **Folha da Tarde**, Porto Alegre, 24 de set. 1973, capa. PORTO IMAGENS. Disponível em: <portoimagem.wordpress.com/2013/12/24/freeway-40-anos/>. Acesso em: 15 abr. 2017.

**Figura 66** - Acervo digital do AHPAMV. CD-Rom1.

**Figura 67** - NYGAARD, Paul Dieter. **Planos diretores de cidades: discutindo sua base doutrinária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p.185, com alterações da autora.

**Figura 68** - PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL. SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO. **Belém Novo**. Porto Alegre: PMPA, 1961, 61p, p.9.

**Figura 69** - **O Imparcial**, Porto Alegre, 2 de jun. 1956, n.2, p.3. Acervo digital da página Belém Novo – Uma Beleza de Bairro. Disponível em: <belemnovo.com.br/museu-do-bairro/jornais-antigos/> Acesso em: 15 de abr. 2017.

**Figura 70** - Elaborada pela autora sobre a *Planta da Cidade de Porto Alegre* de 1937. FLICKR. Disponível em: <www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/with/11019572135/>. Acesso em: 28 de mar. 2017. Baseada em HUYER, 2015, op. cit.

**Figura 71** - Planta da cidade de Porto Alegre que marca o Serviço de Pavimentação executado na administração Alberto Bins, com alterações. Acervo do AHPAMV. CD-Rom1.

**Figura 72** - Disponibilizada por André Huyer, com alterações da autora.

**Figura 73** – Elaborada pela autora com base em PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL. SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO, 1961, op. cit., p. s/nº.

**Figura 74** - Acervo AHPAMV.

**Figura 75** - Acervo do AHPAMV, com alterações da autora.

**Figura 76** - Elaborado pela autora com base no mapa de Desenvolvimento do Núcleo de Belém Novo. PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL. SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO, 1961, op. cit., p. s/nº.

**Figura 77** - Acervo do AHPAMV.

**Figura 78** - Acervo do AHPAMV.

**Figura 79** - Boletim da Sociedade de Engenharia, julho de 1938. Acervo da Biblioteca do Curso de Engenharia da UFRGS.

**Figura 80** - Elaborado pela autora com base em VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998, p.111.

**Figura 81** - **Correio do Povo**, Porto Alegre, 6 de fev. 1973, p.13. Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

**Figura 82** - Elaborado pela autora com base em VILLAÇA, 1998, op. cit., p.111 e Google Maps.

**Figura 83** - Elaborado pela autora com base em PORTO ALEGRE. PREFEITURA MUNICIPAL. SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO, 1961, op.cit., p. s/nº.

**Figura 84** – Elaborada pela autora.

**Figura 85** – PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal – PMPA. Secretaria do Planejamento Municipal. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre – PDDUA - 1999: Lei Complementar n. 434 de 1999. Porto Alegre, 2000, Mapa 4, Figura 6, com alterações da autora.

- Figura 86** - GLOBO. Parque de Itapuã oferece sossego e praias doces perto de Porto Alegre. Disponível em: <[g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/estacao-verao/2014/noticia/2014/01/parque-de-itapua-oferece-sossego-e-praias-doces-perto-de-porto-alegre.html](http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/estacao-verao/2014/noticia/2014/01/parque-de-itapua-oferece-sossego-e-praias-doces-perto-de-porto-alegre.html)>. Acesso em: 02 de jun. 2017.
- Figura 87** - PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal – PMPA. Secretaria do Planejamento Municipal. Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre – 1. PDDU: Lei Complementar n. 43 de 1979. Porto Alegre, 1980, Anexo 3-4.
- Figura 88** - PORTO ALEGRE, 1999, Mapa 7, Figura 9, com alterações da autora.
- Figura 89** – PORTO ALEGRE, 1999, Mapa 8, Figura 10, com alterações da autora.
- Figura 90** – PORTO ALEGRE, 1999, Mapa 9, Figura 11, com alterações da autora.
- Figura 91** – PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Urbanismo. Supervisão de Desenvolvimento Urbano. **Urbano, Rural, Rururbano: considerações da Supervisão do Desenvolvimento Urbano.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2010, p. 41.
- Figura 92** – PORTO ALEGRE Secretaria Municipal de Urbanismo. Supervisão de Desenvolvimento Urbano, 2010, op. cit., p. 49.
- Figura 93** – DEMHAB remove famílias para a urbanização. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 28 de nov. 1999, p.9. Acervo digital do jornal Correio do Povo. Disponível em: <[www.correiodopovo.com.br/Jornal/A105/N59/PDF/Fim09.pdf](http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A105/N59/PDF/Fim09.pdf)>. Acesso em: 22 de mai. 2017.
- Figura 94** – GOOGLE MAPS, com alterações da autora.
- Figura 95** – CRUZ et. al., 2000, op. cit., p.153.
- Figura 96** – GOOGLE EARTH, 2017, com alterações da autora. Acesso em: 25 de jun. 2017
- Figura 97** – GOOGLE EARTH, 2017. Acesso em: 25 de jun. 2017
- Figura 98** – GOOGLE EARTH, 2017, com alterações da autora. Acesso em: 25 de jun. 2017.
- Figura 99** – Condomínio por unidades autônomas. Estudo de Viabilidade Urbanística, 1998. Acervo da Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier da SMAM.
- Figura 100** – ARQ PADÃO. Disponível em: <[arqpadao.blogspot.com.br/2008/10/projetos-terra-ville.html](http://arqpadao.blogspot.com.br/2008/10/projetos-terra-ville.html)>. Acesso em: 04 de jun. 2017.
- Figura 101** – Condomínio por unidades autônomas de Belém Novo. Estudo de Impacto Ambiental: estudo. 1998, p. s/nº. Acervo da Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier da SMAM.
- Figura 102** – CANAL DO IMÓVEL. Disponível em: <[canaldoimovel.com.br](http://canaldoimovel.com.br)>. Acesso: 30 de jun. 2015.
- Figura 103** – Pessoal da autora, 2016.
- Figura 104** – Pessoal da autora, 2016.
- Figura 105** – CLIC RBS. Disponível em: <[wp.clicrbs.com.br/brasilolimpico/2012/12/05/festival-de-golfe-do-rio-grande-do-sul-sera-disputado-a-partir-de-amanha/?topo=52,1,1,,171,e171](http://wp.clicrbs.com.br/brasilolimpico/2012/12/05/festival-de-golfe-do-rio-grande-do-sul-sera-disputado-a-partir-de-amanha/?topo=52,1,1,,171,e171)>. Acesso em: 07 de jun. 2017.
- Figura 106** – VIVA BEM ZONA SUL. Disponível em: <[www.vivabemzonasul.com.br/terraville.php](http://www.vivabemzonasul.com.br/terraville.php)>. Acesso em: 07 de jun. 2017.
- Figura 107** – Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume I, 2013, p. 15. Acervo da Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier da SMAM.
- Figura 108** – Estudo de Impacto Ambiental. Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado, 2013, p.380. Acervo da Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier da SMAM.

**Figura 109** – Estudo de Impacto Ambiental. Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado, 2013, p.492. Acervo da Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier da SMAM.

**Figura 110** – JORNALISMO AMBIENTAL. Disponível em: <jornalismoambiental.uniritter.edu.br/?p=994>. Acesso em: 08 de jun. 2017.

**Figura 111** – Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume II, Anexo 7, 2013, p. s/nº.

**Figura 112** – Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume I, 2013, p.440.

**Figura 113** – Estudo de Impacto Ambiental Empreendimento Urbanístico Fazenda Arado – Volume II, 2013, p. s/nº.

**Figura 114** – Pessoal da autora, 2015.

**Figura 115** – Preserva Belém Novo/Coletivo Ambiente Crítico, 2016. Acervo da autora.

**Figura 116** – PORTO IMAGENS. Disponível em: <portoimagem.wordpress.com/2009/05/15/projetos-que-nao-sairam-do-papel-parte-3/>. Acesso em: 24 de mai., 2017.

**Figura 117** – PORTO IMAGENS. op. cit.

**Figura 118** – ARCOWEB. Disponível em: <www.arcoweb.com.br/arquitetura/jaime-lerner-arquitetos-associados-parque-orla-guaiba-porto-alegre-20-05-2013.html> Acesso em> 26 de mai. 2017.

**Figura 119** – JAIME LERNER. Disponível em: <www.jaimelerner.com/orla-guaiba.html>. Acesso em: 26 de mai. 2017.

**Figura 120** – PORTO ALEGRE, 1980, op. cit., Anexo 6, p. s/nº.

**Figura 121** - PORTO ALEGRE, 2000, op. cit., Anexo 3.131, p. 369.

**Figura 122** - PORTO ALEGRE, 2000, op. cit., Anexo 3.132, p. 370.

**Figura 123** - PORTO ALEGRE, 2000, op. cit. Anexo 3.133, p. 371.

**Figura 124** - Acervo da SMAM.

**Figura 125** - Acervo da SMAM.

**Figura 126** - Acervo da SMAM.

**Figura 127** - PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\_secao=230>. Acesso em: 26 de mai. 2017.

**Figura 128**- BELÉM NOVO. Disponível em: <www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\_noticia=150630&ORLA+SUL:+SEMINARIO+SUGER E+ALTERNATIVAS+PARA+DESENVOLVIMENTO>. Acesso em: 26 de mai.2017.

**Figura 129** - STUDIO 1 ARQUITETURA. Disponível em: <www.studio1arquitetura.com.br/portifolio/interna/79>. Acesso em: 13 de jun. 2017.

**Figura 130** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 131** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 132** - Pessoal da autora, 2015.

**Figura 133** – Pessoal da autora, 2017.

**Figura 134** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 135** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 136** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 137** - Pessoal da autora, 2015.

**Figura 138** - Pessoal da autora, 2015.

**Figura 139** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 140** - Pessoal da autora, 2015.

**Figura 141** - Pessoal da autora, 2015.

**Figura 142** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 143** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 144** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 145** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 146** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 147** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 148** - Pessoal da autora, 2015.

**Figura 149** - Pessoal da autora, 2015.

**Figura 150** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 151** - Pessoal da autora, 2017.

**Figura 153** – Elaborada pela autora.

**Figura 154** – Elaborada pela autora.